

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

**A REBELIÃO DOS QUE “SOBRAM”:**

Reflexões sobre a organização dos trabalhadores  
desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-  
insurgência na Argentina contemporânea

Katia Iris Marro

Rio de Janeiro  
Março de 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social  
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

**A REBELIÃO DOS QUE “SOBRAM”:**

Reflexões sobre a organização dos trabalhadores  
desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-  
insurgência na Argentina contemporânea

Katia Iris Marro

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Dr. Marildo Menegat**

**Rio de Janeiro  
Março de 2009**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marildo Menegat (Orientador)

---

Prof. Dr. José Maria Gómez

---

Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho

---

Prof. Dra. Elaine Rosseti Behring

---

Prof. Dr. Roberto Leher

---

Prof. Dra. Roberta Lobo (suplente)

---

Prof. Dra. Maria Lídia Souza da Silveira (suplente)

A Ramiro,  
compañero de lunas, batallas y bellas convicciones profundas,  
porque... “en la lucha de clases  
todas las armas son buenas  
piedras, noches, poemas”\*

---

\* Poema de Paulo Leminski (1944-1989).

## AGRADECIMENTOS (las gracias!)

A gratidão é um sentimento profundo porque ela é a contraparte da solidariedade coletada no caminho. E este caminho tem sido muito mais que uma tese de doutorado; tem sido uma “porção” da nossa vida. Desde o “encontro” com este tema “tão caro” à nossa história pessoal (várias passagens da reflexão transitam por vivências, momentos, lugares e personagens que marcaram de sentido minha vida) até o “encontro” com amigos, companheiros, “mestres”, alimentam a paixão que percorre estas páginas. A todos esses “encontros” do caminho devo estes agradecimentos, que sempre serão menores que o “tamanho” da coleta.

Devo um agradecimento profundo a toda minha família (irmãos, tios, cunhados, sogra, sobrinhos) e seus “associados” (os “marro” somos uma “prole” numerosa que se expande por novas vidas, mas também pela aquisição de amigos e tios “postiços”). Em especial, quero agradecer aos meus pais, por terem alimentado com árdua dignidade e esforço incansável horizontes humanos que dão sentido a minha vida: seus valores e princípios de esforço, responsabilidade, solidariedade e justiça me acompanham neste caminho. A Ramiro, a quem dedico este trabalho pelo amor e a paixão que nos unem, quero agradecer o apoio, a companhia, a interlocução e a paciência, sem os quais, este trabalho não teria sido possível.

Quero também retratar minha gratidão sincera com os amigos argentinos que sempre me acompanharam neste projeto; suas marcas afetivas e intelectuais perpassam este trabalho. Aos amigos da adolescência (Paula, Anahí, Paula, Georgina), aos companheiros da universidade (Gigi, Iván, Vic, Colo, Fer, Flaco, Fede, Gabi, Vir, Laura, Cristina, Nanci, Silvina), àqueles com os quais compartilhei espaços de trabalho (Gabi, Karina), aos companheiros com os quais militamos na experiência da FAETS. Imensas *gracias* também aos amigos feitos nestas “leves” terras cariocas; eles foram responsáveis por uma solidária acolhida que nos permitiu semear as raízes que hoje nos sustentam. Aos “indeláveis” amigos da primeira hora (Josi, Nai e Valter, Mirella, Flávio, Paula e Marcelo, Solange, Rai, Lia, Jano, Juan, Joana e Niara, Felipe, Silvina e Lorenzo, Selma), aos que foram chegando com suas diversas marcas e presenças (Jose e Ro, Fer, Ernesto e Malena, Roberth, Paula, Esther, Mariela, Javier, Gustavo), aos amigos e companheiros do Grupo de Estudos sobre América Latina, aos que se tornaram companheiros de importantes experiências de trabalho conjunto (Eblin, Francine, Andreza, Tiago, Mariana, Roberta). *Gracias!* A todos estes amigos que fizeram o caminho mais prazeroso, que se tornaram companhias fundamentais nos momentos árdusos, que me presentearam com sua experiência humana e intelectual.

Aos inesquecíveis companheiros militantes de diversas experiências organizativas da América Latina que fui conhecendo neste caminho (os companheiros do MST em Brasil, do MTD de Solano e da Frente Popular Darío Santillán em Argentina); em especial àqueles que com seu exemplo marcaram minha vida e minhas escolhas futuras. Sua presença perdura e ilumina de esperanças os momentos mais sombrios.

Quero registrar minha gratidão com os professores da Escola de Trabalho Social da Universidade Nacional de Rosário que sempre nos apoiaram nesta escolha; além de “mestres” que me mostraram desde distintos lugares a necessidade de uma formação intelectual comprometida com as necessidades do seu tempo, se tornaram colegas que nos abriram as portas das suas cátedras e debates, em especial, aos professores José Maria Alberdi, Nora Bonucci, Oscar Lupori, Ruth Sosa, Efimia Lagiu, e Alicia Gonzalez Saibene.

Já nestas terras brasileiras, devemos fazer especial referência ao Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, registrando um imenso agradecimento aos professores José Paulo Netto, Nobuco Kameyama e Yolanda Guerra, por terem apostado e possibilitado institucionalmente ao longo destes anos, o acesso a uma crítica formação de excelência e qualidade de diversos companheiros advindos dos países irmãos latino-americanos. O meu sincero agradecimento a esses professores, não apenas pelos horizontes intelectuais e humanos que essa possibilidade abre nas nossas vidas, mas também por acreditar na riqueza potencial semeada nessas trocas.

Devo um agradecimento especial à professora Laura Tavares Soares, quem me acompanhou como orientadora nos primeiros passos deste doutorado, apoiando fervorosamente a “presença latino-americana” na UFRJ, assim como motivando incondicionalmente meu trabalho (sobretudo, a interlocução e a recuperação da “voz” dos movimentos sociais). Sempre serei grata por essa solidariedade e esse apoio que sempre me fizeram sentir em “casa”. Quero reconhecer também as boas “marcas” na minha formação de professores como Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gómez e Marilda Iamamoto (em diversas instâncias do doutorado, recebi suas inestimáveis contribuições e ensinamentos), assim como agradecer aos professores Roberto Leher, Elaine Behring e Roberta Lobo que aceitaram me presentear com sua inestimável contribuição nesta banca. À professora Maria Lídia Souza da Silveira devo um agradecimento profundo pela sua contribuição com a nossa formação humana e intelectual ligada à experiência com o MST a partir do Curso “Teoria Social e Produção de Conhecimento”, uma das experiências mais marcantes que vivenciei neste doutorado. Sua generosidade, sua delicadeza, sua humildade intelectual e seu compromisso militante são referências que me acompanham nos caminhos futuros...

Quero retratar minha imensa gratidão com o professor Marildo Menegat, orientador que me acompanhou na difícil travessia de construção deste trabalho instigando minha leitura a interrogar os caminhos mais “confortáveis” do pensamento crítico-acadêmico. Sua aguçada crítica em face da “sonolência” que nos acostuma a “digerir” a barbárie cotidiana; seu compromisso político, humano e intelectual pela construção de horizontes libertários para o gênero humano; seu profundo respeito pelas nossas diferenças; são as “marcas” que guardo cuidadosamente para futuros rumos...

Finalmente, devo registrar meu agradecimento pela bolsa de doutorado da CNPq que me foi concedida através do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, sem a qual não teria sido possível a realização destes estudos.



## RESUMO

### **A rebelião dos que “sobram”: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio- assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea**

Katia Iris Marro

Este estudo busca compreender o significado político-social das lutas dos trabalhadores desempregados à luz das profundas transformações históricas que se evidenciam na realidade argentina, fundamentalmente, a partir da década de '90, dando especial destaque ao papel potencial desses sujeitos na constituição de alguns traços de iniciativa autônoma na experiência histórica das classes subalternas, assim como seu protagonismo na explicitação das expressões de uma “questão social” que aparece profundamente redimensionada por aquelas mudanças. A referência histórico-concreta desta problematização abarca o período compreendido entre os finais da década de '90 e os anos posteriores à crise de 2001-2002 (desde a aparição das primeiras rebeliões, sua constituição como um heterogêneo movimento de dimensões nacionais, até seus desdobramentos na conjuntura de recomposição do domínio de classes que se delinea desde 2003), recuperando algumas experiências concretas de organização.

Neste percurso, sustentamos a seguinte tese: o “novo” quadro histórico que se abre a partir da ofensiva do capital pela desestruturação do trabalho (cujas contra-reformas econômicas e político-sociais ganham um viés regressivamente destrutivo) tem conseqüências profundas, seja nas formas de estruturação do domínio de classes – retratadas na metáfora da “hegemonia limitada” –, seja na dinâmica da organização das classes subalternas – as quais experimentam substantivas mutações na sua identidade de luta. Os movimentos de desempregados são um momento dessa identidade em mutação; expressam um redimensionamento da identidade das classes subalternas, nos marcos de uma mudança em processo da forma histórica da identidade operária. No seu “fugaz” ensaio de autorganização, participam, junto a outros sujeitos, da produção de uma crise de hegemonia que explode abertamente em 2001/2002. Ao evidenciar uma expressão da “questão social”, como o desemprego crescente de segmentos das massas trabalhadoras, para a qual inexistem mecanismos permanentes e progressivos de abordagem, explicitam novas mediações históricas que participam da sua produção e reprodução. Ao tempo que esses sujeitos, mostram traços de disputa e resistência na configuração da “questão social”, desnudam uma intervenção regressiva do Estado em face das condições de vida e de trabalho dessas massas trabalhadoras. Nesse cenário, adquirem centralidade as respostas sociais funcionais às estratégias de contra-insurgência que hipertrofiam na política social seu componente de controle e assistencialização do desemprego e da exploração, inclusive delineando traços de continuidade com a conjuntura de reconstrução do domínio pós 2002-2003.

**ABSTRACT (OR summary)****The rebellion of those left over ones  
Reflexions about the organization of the unemployed workers and the social and welfare  
mechanisms of counter-insurgence in the contemporary Argentina.**

Katia Iris Marro

This study aims at understanding the political and social meaning of the unemployed workers' fight, in light of the deep historical transformations of the Argentinian reality, especially in the 1990 decade. This study gives special attention to the potential role of these workers into the constitution of some links of autonomous initiative within the historical experience of the subordinate classes. Also, their prominence in the process of specifying the expressions of a "social matter" seems deeply altered by those changes. The historical and concrete reference of this study includes the period from the end of the 1990 decade to post-2001-2002 crisis. That is from the first rebellions, their constitution as an heterogeneous movement of national dimensions, to their unfoldings into the situation of re-composition of the class domain outlined from 2003, recovering some concrete organizational experiences.

In this journey, the following thesis is sustained: the "new" historical framework opened from the offensive of the capital due to the jobs deconstruction (whereby economical, social and political counter-reforms acquire a destructive way) has profound consequences, not only in the structuring of the class domain- portrayed in the "limited hegemony" metaphor but also in the dynamics of the organization of the lower classes- which experiment fundamental mutations in their fight identity.

The unemployed movements are a moment of mutating identity; they express a re-sizing of the identity of the subordinate classes, within the frame of a change in process of the history of the working class identity. In their brief attempt of auto-organization, they participate alongside other people in the generation of a hegemony crisis that openly breaks out in 2001-2002. By highlighting an expression of the "social matter", such as the rising unemployment of segments of the working mass, whereby permanent and progressive approaches do not exist, the unemployed movements state new historical interventions that participate in their production and reproduction. Whilst these people show signs of dispute and resistance in the configuration of the "social matter", they also undress an adverse intervention of the Estate towards the life and work conditions of the masses. In this context, the social and functional responses to the strategies of counter-insurgence acquire a central position, causing hypertrophy (in the social politics) of its component of control and support of unemployment and exploitation. Moreover, this outlines continuity with the reconstruction of the dominion, after the 2002-2003 period.

## RESUMEN

### **La rebelión de los que “sobran”: Reflexiones sobre la organización de los trabajadores desocupados y los mecanismos socio-asistenciales de contra-insurgencia en la Argentina contemporánea**

Katia Iris Marro

Este estudio busca comprender el significado político-social de las luchas de los trabajadores desocupados a la luz de las profundas transformaciones históricas que se evidencian en la realidad argentina, fundamentalmente, a partir de la década de '90, dando especial atención al papel potencial de esos sujetos en la constitución de algunos trazos de iniciativa autónoma en la experiencia histórica de las clases subalternas, así como a su protagonismo en el proceso de explicitar las expresiones de una “cuestión social” que aparece profundamente redimensionada por aquellos cambios. La referencia histórico-concreta de este estudio abarca el periodo comprendido entre el final de la década de '90 y los años posteriores a la crisis de 2001-2002 (desde la aparición de las primeras rebeliones, su constitución como un heterogéneo movimiento de dimensiones nacionales, hasta sus desdoblamientos en la coyuntura de recomposición del dominio de clases que se delinea desde 2003), recuperando algunas experiencias concretas de organización.

En este recorrido, sustentamos la siguiente tesis: el “nuevo” marco histórico que se abre a partir de la ofensiva del capital por la desestructuración del trabajo (cuyas contra-reformas económicas y político-sociales adquieren un carácter regresivamente destructivo) tiene consecuencias profundas, sea en las formas de estructuración del dominio de clases – retratadas en la metáfora de la “hegemonía limitada” –, sea en la dinámica de la organización de las clases subalternas – las cuales experimentan sustantivas mutaciones en su identidad de lucha. Los movimientos de desocupados son un momento de esa identidad en mutación; expresan un redimensionamiento de la identidad de las clases subalternas, en el marco de un cambio en proceso de la forma histórica de la identidad obrera. En su “fugaz” ensayo de autoorganización, participan junto a otros sujetos, de la producción de una crisis de hegemonía que estalla abiertamente en 2001-2002. Al evidenciar una expresión de la “cuestión social”, como la desocupación creciente de segmentos de las masas trabajadoras, para la cual no existen mecanismos permanentes y progresivos de abordaje, explicitan nuevas mediaciones históricas que participan de su producción y reproducción. Al mismo tiempo que estos sujetos muestran trazos de disputa y resistencia en la configuración de la “cuestión social”, desnudan una intervención regresiva del Estado ante las condiciones de vida y de trabajo de esas masas. En este escenario, adquieren centralidad las respuestas sociales funcionales a las estrategias de contra-insurgencia que hipertrofian en la política social su componente de control y asistencialización del desempleo y de la explotación, inclusive delineando trazos de continuidad con la coyuntura de reconstrucción del dominio, posterior a 2002-2003.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA UM “NOVO” QUADRO HISTÓRICO: A OFENSIVA DO CAPITAL PELA DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	9
<b>1.1. A crise orgânica do capital e a dinâmica destrutiva da recomposição capitalista contemporânea</b> .....	9
<b>1.2. O neoliberalismo argentino: a relação orgânica entre a ofensiva capitalista pela erosão do trabalho e a mutação da dinâmica da dominação burguesa</b> .....	20
1.2.1. A profunda reorganização da institucionalidade hegemônico-estatal .....	25
1.2.2. “Hegemonia limitada”: a tendência à desuniversalização da dominação burguesa .....	28
<b>1.3. As radicais transformações no estatuto do trabalho: algumas determinações de um antagonismo em mutação</b> .....	33
<b>CAPÍTULO 2 – OS DESEMPREGADOS NO MAPA DAS LUTAS SOCIAIS DAS CLASSES SUBALTERNAS</b> .....	44
<b>2.1. No mirante das lutas sociais do período: entre as greves e os bloqueios de estrada</b> .....	47
<b>2.2. Algumas imagens sobre os processos organizativos das classes subalternas</b> .....	53
2.2.1. Os desempregados e os bloqueios de estrada .....	63
2.2.2. A significação histórico-social da luta dos movimentos de trabalhadores desempregados .....	86
<b>2.3. O significado da crise de hegemonia de 2001 e as tentativas de recomposição do domínio em 2002-2003</b> .....	104
<b>2.4. Impasses e tentativas das lutas sociais no cenário de recomposição do domínio....</b>	121
<b>2.5. Alguns debates político-organizativos que se destacam no movimento das classes subalternas</b> .....	125
2.5.1. Idéias preliminares: entre o poder político e os ensaios de autorganização .....	126
2.5.2. O sentido do poder popular e a auto-atividade das massas .....	133
<b>CAPÍTULO 3 – A DIALÉTICA DO CONFLITO: ENTRE O MOVIMENTO DAS CLASSES SUBALTERNAS E A INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESTADO</b> .....	141

<b>3.1. A “questão social” desde os processos de luta e resistência das classes subalternas</b> .....	142
<b>3.2. O tratamento do desemprego em tempos de “hegemonia transformista”: as lutas dos desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência</b> .....	148
3.2.1. A explicitação da “questão social” a través das lutas dos desempregados: o surgimento dos programas sociais para dar resposta ao desemprego (década de '90) .....	156
3.2.2. A funcionalidade repressiva e contra-insurgente da estratégia de assistencialização do desemprego: a experiência do “ <i>Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados</i> ” (2002) .....	175
<b>3.3. Algumas “mudanças” da política social no cenário kirchnerista de recomposição do domínio: despolitização e aprofundamento da assistencialização</b> .....	190
3.3.1. Do sentido político-ideológico da “mudança” .....	192
3.3.2. Os “ritmos” da reorganização da política assistencial .....	195
<b>3.4. O fundamento “<i>inabordable</i>” da luta dos desempregados? O controle das classes subalternas e a consolidação dos traços regressivos da política social argentina.....</b>	<b>205</b>
<b>CONCLUSÕES (não conclusivas)</b> .....	<b>213</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>220</b>

## SIGLAS

AAA: Aliança Anticomunista Argentina

ALCA: Área de Livre Comércio para as Américas

ALIANZA: Aliança UCR - FREPASO

AMAR: Associação de Meretrizes Argentinas

ATE: Associação de Trabalhadores do Estado

ATEN: Associação de Trabalhadores do Estado de Neuquén

BM: Banco Mundial

CCC: Corrente Classista e Combativa

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CELS: Centro de Estudos Legais e Sociais

CGT: Confederação Geral do Trabalho

CONADI: Comissão Nacional de Direito à Identidade

CONAEyC: Conselho Nacional de Administração, Execução e Controle (do PJJHD)

COPA: Coordenadora de Organizações Populares Autônomas

CORREPI: Coordenadora contra a Repressão Policial e Institucional

CTA: Central de Trabalhadores Argentinos

CTERA: Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina

EUA: Estados Unidos

EOS: Encontro de Organizações Sociais

EPH: Enquete Permanente de Lares (realizada pelo INDEC nos meses de maio e outubro de cada ano para medir índices sociais).

ERP: Exército Revolucionário do Povo

EZLN: Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAETS: Federação Argentina de Estudantes de Trabalho Social

FATLyL: Federação Argentina de Trabalhadores de Luz e Força

FESP: Frente de Estudantes Santiago Pampillón (Rosário)

FMI: Fundo Monetário Internacional

FPDS: Frente Popular Dario Santillán

FRENAPO: Frente Nacional contra a Pobreza

FREPASO: Frente País Solidário

FTV: Federação de Terra e Moradia

GES: Grupo de Estudantes Solidários (vinculado à agrupação universitária Venceremos do partido Pátria Livre)

HIJOS: Filhos pela Identidade e a Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio

INDEC: Instituto Nacional de Estatística e Censos

INAES: Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social

IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

MAETS: Movimento de Articulação de Estudantes de Trabalho Social (Córdoba)

MAS: Movimento Ao Socialismo

MIJD: Movimento Independente de Aposentados e Desempregados (liderado por Raul Castells, ruptura da CCC)

MDS: Ministério de Desenvolvimento Social

MML: Movimento de Mulheres Agropecuárias em Luta

MOCASE: Movimento Camponês de Santiago del Estero

MPN: Movimento Popular Neuquino

MST: Movimento Socialista dos Trabalhadores

MST (Brasil): Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTA: Movimento dos Trabalhadores Argentinos

MTD: Movimento de Trabalhadores Desempregados

MTEeSS: Ministério de Trabalho, Emprego e Seguridade Social

MTR: Movimento de Trabalhadores Desempregados Teresa Rodriguez

NAFTA: Associação de Livre Comércio da América do Norte

OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PC: Partido Comunista

PEA: População Economicamente Ativa

PEN: Poder Executivo Nacional

PFIS: Programa Famílias pela Inclusão Social (programa social do MDS reorganizado em 2004)

PJ: Partido Justicialista

PJJHD: Programa Chefes de Lar Desempregados (programa social do MTEeSS criado em 2002)

PO: Partido Obreiro

PSA: Partido Socialista Argentino

PTS: Partido dos Trabalhadores Socialista

SCeE: Seguro de Capacitação e Emprego (programa social do MTEeSS criado em 2004)

SRA: Sociedade Rural Argentina

UBA: Universidade de Buenos Aires

UCR: União Cívica Radical

UIA: União Industrial Argentina

UOCRA: União Obreira da Construção da República Argentina

UOM: União Obreira Metalúrgica

UPCN: União do Pessoal Civil da Nação

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTD de Mosconi: União de Trabalhadores Desempregados de Mosconi

YPF: Jazida Petrolífera Fiscal (Empresa Petrolífera Estatal criada em 1922 e privatizada em 1992).



## INTRODUÇÃO

*Las entrañas de la tierra va el minero a revolver  
Saca tesoros ajenos y muere de hambre después.*

*Trabajo quiero trabajo porque esto no puede ser  
No quiero que nadie pase las penas que yo pasé.*

*Despacito, paisanito, despacito y tenga fe,  
Que en la noche del minero ya comienza a amanecer.*

*Trabajo quiero trabajo porque esto no puede ser.*

Atahuala Yupanqui

Desemprego em massa, em uma sociedade que ao longo do século XX conheceu níveis de emprego e proteção social destacados na América Latina? Empobrecimento massivo de significativos segmentos assalariados? “Hordas” de desempregados organizando-se em torno das suas cada vez mais precárias condições de vida e de trabalho? Trabalhadores desempregados organizando-se? *Ironia da história?*

### Sobre os “bastidores”

O trabalho que apresentamos representa uma continuidade dos nossos estudos de mestrado (realizados nesta mesma instituição)<sup>1</sup> e aprofunda nossa leitura sobre *o significado histórico dos processos de organização sendo experimentados pelos trabalhadores desempregados nas condições sócio-históricas da realidade argentina contemporânea* (nos referimos à década compreendida entre meados da década de 1990 e a atualidade). A enorme riqueza que esse fenômeno abre na nossa vida intelectual e profissional leva-nos a investir não apenas numa compreensão das formas organizativas privilegiadas pelas classes subalternas na atualidade da América Latina<sup>2</sup>, mas também na produção de leituras que nos ajudem a

---

<sup>1</sup> Nossa dissertação de Mestrado teve por objeto a compreensão do significado político de uma experiência organizativa particular de um movimento de trabalhadores desempregados (foi escolhido o MTD de Solano como uma “lente” para olhar a totalidade) na realidade argentina, buscando mostrar sua capacidade para desnudar uma intervenção regressiva do Estado em face da “questão social”, assim como sua potencial contribuição com uma renovação da cultura política de esquerda. Sob a orientação, primeiro, do Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho e, posteriormente, da Profa. Dra Laura Tavares Soares, o trabalho foi publicado pela editorial da Universidade Nacional de Rosário (Argentina), com o título, *“De luchas, conquistas y movimientos sociales. Reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano”*. Rosario: UNR, 2006.

<sup>2</sup> Nesse sentido, foram de importância inestimável para minha formação intelectual tanto a experiência de estudo coletivo retratada no Grupo de Estudo sobre América Latina (GEAL) da ESS/UFRJ, como a participação (desde o ano 2004 até a atualidade) do *Curso Teoria Social e Produção de Conhecimento*, realizado nesta Universidade em parceria com a ENFF do MST, com a coordenação de professores desta Escola como, os professores Maria Lídia Souza da Silveira, Marildo Menegat, Sara Granemann, assim como a participação de reconhecidos professores desta instituição e de outras universidades.

decifrar alguns dilemas contemporâneos sobre a necessária relação entre o Serviço Social e as lutas sociais do seu tempo. Se a “questão social” está permeada das lutas e confrontos de classe – ainda que esse traço seja pouco recuperado pelas produções da área –, temos aqui uma “entrada” fundamental para nossas preocupações.

Nesse caminho, nosso plano inicial de estudo centrava-se em algumas experiências argentinas protagonizadas por trabalhadores desempregados, as quais permitiriam uma compreensão dos traços característicos das formas organizativas contemporâneas, e apontariam para seus possíveis desdobramentos na dinâmica da produção e reprodução da “questão social”. A intenção era refletir sobre projetos profissionais e universitários ensaiados por assistentes sociais que estivessem em interação com esses movimentos sociais<sup>3</sup>. No entanto, os caminhos posteriores de delimitação, bem como algumas intuições já testadas na pesquisa de mestrado, o estudo de diversas experiências organizativas da América Latina, e a “fugaz” porém “avassaladora” presença dos desempregados na estruturação do conflito de classes, levaram-nos a optar não por uma pesquisa empírica detalhada sobre experiências particulares, mas por uma argumentação mais profunda que nos permitisse compreender o sentido histórico da intervenção dos desempregados nas atuais condições sócio-históricas.

O encontro com essa perspectiva mais abrangente exigiu uma leitura do “espírito da época” – dessa época marcada por contundentes mudanças estruturais –, a qual pudesse dar visibilidade não apenas aos impactos dessa dinâmica regressiva sobre a organização das classes subalternas<sup>4</sup> (de cuja constituição os trabalhadores desempregados são um *momento*), mas também sobre a redefinição das mediações que concretizam a “questão social”, recuperada em seus traços de luta e resistência.

## **A Tese que estrutura nossa reflexão**

O objeto de estudo deste trabalho é a compreensão do *significado político-social das lutas dos desempregados* à luz das profundas transformações históricas que se evidenciam na

---

<sup>3</sup> A partir desse plano inicial chegamos a realizar entrevistas com colegas Assistentes Sociais argentinos que desenvolvem (ou desenvolveram) experiências de trabalho e intervenção (seja pela via da extensão universitária, seja pela via do trabalho institucional) com movimentos ou organizações sociais, inclusive de trabalhadores desempregados. Por razões de tempo e delimitação da nossa pesquisa, esse importante material não foi incorporado aqui (poderá ser matéria prima de futuros trabalhos), mas queremos agradecer, especialmente, a disponibilidade e a generosidade das colegas e companheiras dos coletivos militantes/profissionais de Metapraxis (UNLP) e Germinal-Viejo Topo (UBA).

<sup>4</sup> Como poderá ser observado ao longo deste trabalho, o pensamento de Gramsci é uma referência fundamental desta pesquisa, seja na compreensão das classes sociais, dos processos de hegemonia social, ou da relação Estado/sociedade civil. Nesse sentido, a experiência de estudo dos *Cadernos do Cárcere* com o Professor Carlos Nelson Coutinho foi profundamente marcante no meu percurso de Doutorado.

realidade argentina, fundamentalmente a partir da década de 1990. É dado destaque especial ao papel potencial desses sujeitos na *constituição de alguns traços de iniciativa autônoma na experiência histórica das classes subalternas*, assim como ao seu protagonismo na *explicitação, a partir desses processos de luta, das expressões de uma “questão social” que é profundamente redimensionada* por aquelas mudanças. A referência histórico-concreta dessa problematização que abarca o período compreendido entre os finais da década de 1990 e os anos posteriores à crise de 2001-2002, recupera algumas experiências (seus debates e leituras) que integraram, primeiro, a Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, e posteriormente, a Frente Popular Dario Santillán<sup>5</sup>.

Nesta reflexão, duas hipóteses centrais guiaram as indagações sobre nosso objeto de estudo: 1) As profundas mudanças estruturais e político-sociais que se observam na Argentina da década de 1990, como parte das tentativas de recuperação da crise de acumulação e do domínio burguês que se acionam em resposta à crise de meados de 1970, expressariam uma mutação regressiva nas formas do domínio de classe, cada vez mais próximo da lógica transformista e da produção de um consenso passivo nas classes subalternas?<sup>6</sup> 2) As lutas dos trabalhadores desempregados fariam parte de um processo de mudança da identidade de luta das classes subalternas, nos marcos da profunda erosão do estatuto do trabalho?

A partir destes “condimentos” que “temperaram” nossa pesquisa teórico-empírica, ao longo destas páginas buscamos sustentar a seguinte tese: *O “novo” quadro histórico que se abre a partir da ofensiva do capital pela desestruturação do trabalho (cujas contra-reformas econômicas e político-sociais ganham um viés regressivamente destrutivo) tem conseqüências*

---

<sup>5</sup> O período escolhido compreende desde o momento de aparição das primeiras rebeliões que contaram com a atuação dos trabalhadores desempregados (Cutral-Có e Plaza Huincul, Neuquén, em junho de 1996 e abril de 1997; Tartagal e General Mosconi, Salta, em maio de 1997; Jujuy em maio de '97), sua constituição como um heterogêneo sujeito de dimensões nacionais em 2000-2001, até seus desdobramentos (marcados na dinâmica do refluxo) na conjuntura de recomposição do domínio de classes que se delineia, mais claramente desde 2003. Resta esclarecer que o presente estudo não oferece uma pesquisa exaustiva e detalhada sobre essas experiências concretas de organização: existem importantes pesquisas e trabalhos produzidos pelos próprios movimentos que dão conta desse aspecto com muitíssima propriedade. Tais experiências oferecem, antes, uma referência concreta para nossa indagação, sendo de suma importância, no nosso percurso metodológico, a recuperação dos seus debates e leituras (através de publicações, cartilhas, entrevistas, jornais).

<sup>6</sup> Referimo-nos a um processo substantivo de degradação da qualidade da hegemonia, ou a uma hegemonia cada vez mais reduzida aos contornos das próprias classes dominantes – de uma parte do grupo social sobre o grupo inteiro, e não sobre outras forças, em termos gramscianos. Dentro desse processo, as classes têm mais a função de domínio que de direção do conjunto social. Poderíamos pensar que tal processo é também expressão de uma burguesia que se “des-universaliza” e governa pela construção de consensos passivos (transformismo) e repressão, excluindo as classes subalternas de qualquer compromisso mais duradouro. Trata-se de uma hegemonia subsidiada nas funções ditatoriais e que, assim, mais que o uso simples e primitivo da coerção, supõe a decapitação pacífica dos grupos inimigos: “evita os inconvenientes da hegemonia, conservando suas vantagens” na leitura de Portelli (1977). Ou seja: é a hegemonia própria de uma época histórica de esgotamento da promessa de “inclusão” das classes subalternas e de destruição da institucionalidade que a possibilitava no passado.

*profundas, seja nas formas de estruturação do domínio de classes – retratadas na metáfora da “hegemonia limitada” –, seja na dinâmica da organização das classes subalternas – as quais experimentam substantivas mutações na sua identidade de luta. Os movimentos de desempregados são um momento dessa identidade em mutação; expressam um redimensionamento da identidade das classes subalternas, nos marcos de uma mudança em processo da forma histórica da identidade operária. No seu “fugaz” ensaio de auto-organização, esses movimentos participam, junto a outros sujeitos, da produção de uma crise de hegemonia que explode abertamente em 2001/2002; e, ao evidenciar uma expressão da “questão social” para a qual inexistem mecanismos permanentes e progressivos de abordagem – o desemprego crescente de segmentos das massas trabalhadoras – eles explicitam novas mediações históricas que participam da sua produção e reprodução. Esses sujeitos mostram traços de disputa e resistência na configuração da “questão social”, ao mesmo tempo que desnudam uma intervenção regressiva do Estado em face das condições de vida e de trabalho dessas massas trabalhadoras. Nesse cenário, adquirem centralidade as respostas sociais funcionais às estratégias de contra-insurgência que hipertrofiaram na política social seu componente de controle e assistencialização do desemprego e da exploração – uma clara imagem da fórmula da “hegemonia limitada” –, inclusive delineando traços de continuidade com a conjuntura de reconstrução do domínio pós 2002-2003.*

Resulta importante clarearmos o ponto de partida da nossa compreensão sobre os movimentos de trabalhadores desempregados, os quais não se pretende tratar nestas páginas de forma sobre-dimensionada ou “essencializando-se” sua potencialidade contestatória – procedimento que não faria outra coisa que empobrecer a riqueza contraditória desses personagens na história. Reforçamos a idéia de entendê-los como *um momento* do processo de reconstrução das formas políticas do antagonismo de classe; momento que, ainda tendo sido “fugaz”, pode ter sido de grande riqueza para encenar os caminhos e descaminhos desse processo de reconstrução da iniciativa das classes subalternas. Há consonância entre nossas preocupações e o “incômodo” de Thompson com as visões estáticas de classe, incapazes de captar a fluidez contraditória desse processo de formação. Com aguçada lucidez, este autor adverte:

Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os perdedores são esquecidos. Estou tentando regatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddista, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” [...]. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia se retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais

podiam ser temerárias [...]. *Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência [...]. Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior.* [...] Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo da Revolução Industrial, *percepções de males sociais que ainda estão por curar* (THOMPSON, 2004, p. 13; *grifos nossos*).

Tratam-se de “becos sem saída” ou de “esquecidos” nestes últimos anos de refluxo do peso e da visibilidade dos desempregados na vida política do país?: esvaziamento, drástica redução numérica, mudança ou até desaparecimento de algumas organizações. Apesar dessa esmagadora impressão imediata, os trabalhadores desempregados comparecem aqui nos seus contraditórios (e episódicos) ensaios de autorganização. Nossa aposta persegue nessas “causas perdidas” suas percepções sobre os males sociais que ainda estamos por curar. Depois de tudo, as “penas” que canta Yupanqui continuam guardando uma grande atualidade.

### **A dinâmica da exposição**

No *primeiro capítulo* buscamos oferecer uma leitura do “novo” quadro histórico que, deitando raízes nas tentativas do capital pela recuperação da sua crise de acumulação que se manifesta em meados da década 1970, ganha contornos claramente regressivos e destrutivos na Argentina da década de 1990: a destruição de relações sociais, o colapso institucional, o massivo empobrecimento e a degradação da força de trabalho, são algumas das “imagens” que mostram as transformações qualitativas do capitalismo argentino.

Trazemos algumas particularidades dessas mudanças societárias que supõem uma profunda redefinição da estrutura econômica (o novo padrão de acumulação expressa uma reestruturação das relações de produção, com suas primeiras manifestações no período ditatorial e ganhando contornos mais claros na “década menemista”) e da institucionalidade hegemônico-estatal, incidindo na reconfiguração do estatuto do trabalho (abordada a partir das mudanças qualitativas no regime de exploração, das vias de aumento do controle do trabalho, das tendências do mercado de trabalho e dos índices de pobreza e desemprego) e das próprias relações de força entre as classes – isto é, nas condições materiais em que se desenvolvem as lutas das classes subalternas. Assim, explicamos o neoliberalismo argentino como parte da ofensiva do capital por recompor suas bases de hegemonia, dando lugar a um conjunto de mecanismos de reorganização da vida político-estatal que demonstram transformações nos rasgos fundamentais da dominação burguesa: é o primado da fórmula transformista da “hegemonia limitada” na dinâmica de dominação das classes possuidoras argentinas, que evitam ensaiar qualquer compromisso “duradouro” com as classes

subalternas. É, portanto, um capítulo orientado a mostrar as profundas mudanças estruturais/superestruturais que constituem a ofensiva do capital e a erosão do trabalho na sociedade Argentina, provocando substantivos impactos nas formas políticas de explicitação do conflito de classes. É um quadro histórico que mostra alguns parâmetros gerais (não esgotados nesta reflexão) para melhor compreender o significado dos movimentos de trabalhadores desempregados nesse processo de explicitação.

Já no *segundo capítulo*, propomos um mapa geral de algumas das principais expressões da luta de classes ao longo da década de 1990, expressões essas que vão precipitando a crise de hegemonia que explode em 2001/2002, e no interior da qual situamos o processo de formação dos movimentos de trabalhadores desempregados. Buscamos, aí, mostrar algumas transformações da identidade de luta das classes subalternas – “entre a greve e os bloqueios de estradas” –, destacando aqueles sujeitos que evidenciam o desemprego como uma expressão gritante da “questão social”: os movimentos de trabalhadores desempregados e o espaço político-ideológico em que se constroem<sup>7</sup>. Esse capítulo não pretende ser uma cronologia, nem uma descrição exaustiva das principais lutas ou experiências organizativas da época. Antes, é uma proposta de costurar as diversas lutas com as seguintes preocupações: 1) caracterizar de maneira geral as lutas da década de 1990, particularizando a formação dos movimentos de trabalhadores desempregados nos marcos dos processos de “hegemonia limitada” (greves gerais, eleições, características das principais ações, momentos significativos de unificação das classes subalternas), movimentos esses que participam da precipitação da crise de hegemonia de 2001/2002 (falamos, nesse contexto, de uma riqueza organizativa que desafia os vínculos de representação com uma classe dominante que mantém sua supremacia privilegiando mecanismos transformistas)<sup>8</sup>; 2) refletir sobre o movimento “espontâneo e caótico” das classes subalternas (e o significado dos desempregados nesse cenário), tecendo algumas linhas com experiências organizativas da América Latina; 3) traçar alguns debates fundamentais que expressam essas experiências –

---

<sup>7</sup> Considerados aqui como uma das experiências organizativas que mais refletem as transformações objetivas e subjetivas na luta de classes: na composição da classe trabalhadora, nas expressões da “questão social” e no seu enfrentamento pelo Estado, na identidade de luta das classes subalternas, etc.

<sup>8</sup> Ou seja, na crise de hegemonia que se manifesta em 2001, se destaca a dialética que se produz entre o fracasso das classes dominantes para a manutenção do *status quo* em condições de regressão social das condições de vida das classes subalternas – explicado também pela estratégia da hegemonia limitada – e a construção processual de um senso comum crítico pelas lutas dessas classes ao longo dos 1990. A ponderação dessas lutas não deve ser sobrevalorada porque, a despeito de sua transição de uma “crítica contra o modelo” para graus importantes de uma crítica, manifestada em 2001, contra a própria sociedade capitalista contemporânea, elas não conseguem sintetizar as heterogêneas forças contra-hegemônicas num cenário de superação da regressão social (sem desconhecer a resposta de reconstrução do domínio que implica o kirchnerismo).

relações e tensões entre os pares, poder/Estado, lutas sociais/institucionalidade burguesa, Estado/sociedade civil, Estado/ movimento social. Ademais, trazemos uma reflexão sobre o cenário de recomposição do domínio que se abre em 2002-2003, primeiro na versão mais “crua” do governo de Duhalde (2002), que busca recompor a “autoridade estatal” e pacificar o conflito social, e depois, na versão mais consensual do governo kirchnerista (2003/2007).

Assim, trata-se de um capítulo que pretende situar o processo de formação dos movimentos de trabalhadores desempregados em um contexto maior de mutação da movimentação das classes subalternas, mostrando alguns traços do significado histórico dessas experiências. Neste capítulo, a recuperação da própria “voz” dos movimentos e organizações sociais é de extrema riqueza e importância (porque são imagens também das buscas pela reconstrução da consciência teórico-histórica de luta desses segmentos).

Finalmente, o *terceiro capítulo* oferece uma leitura das principais respostas sociais acionadas pelas classes dominantes, desde meados da década de 1990, para abordar o desemprego crescente das massas trabalhadoras que experimentam processos de organização, destacando a relação e funcionalidade destes processos frente às estratégias de contra-insurgência tendentes à sua desmobilização (recursos clientelistas, controle das classes subalternas, assistencialização do desemprego e da exploração, gestão “bárbara” dessa população supernumerária). Nesse sentido, mapeamos a “dialética do conflito” que se delineia entre o padrão regressivo de intervenção do Estado em face da “questão social” e os traços de luta e resistência que, através da prática organizativa dos desempregados, explicitam e politizam as condições de vida e de trabalho das massas subalternas. Nossa aposta pretende dar visibilidade à dinâmica de confronto e disputa de classes que perpassa as expressões da “questão social”, assim como aos sujeitos políticos que a configuram – traços raramente aprofundados nas produções contemporâneas da nossa área. Mais uma vez, a recuperação da “voz” dos movimentos é central para mostrar sua prática de desnudar – talvez, sem plena consciência – a intervenção regressiva e repressiva do Estado em face dessa realidade.

Sem intenções de produzir uma leitura exaustiva da política social contemporânea argentina – este momento é mais um ponto de chegada da nossa reflexão, ou um desdobramento dos principais debates político-sociais abertos no tratamento do objeto –, buscamos destacar as linhas de continuidade que existem entre esses programas próprios da década de 1990 e as respostas sociais da conjuntura que se abre em 2002-2003. Privilegiando o significado político desse padrão de intervenção social do Estado em face aos ensaios de organização dos grupos subalternos, observamos sua funcionalidade no disciplinamento do

conflito social, ao tempo que se evidencia sua incapacidade para alterar as principais orientações regressivas do período neoliberal precedente.

A necessidade de compreender a atuação dos desempregados para além da sua polifônica riqueza descritiva nos leva à produção deste “ensaio de leitura” sobre o significado histórico das suas (fugazes) lutas nas atuais condições sócio-históricas da realidade argentina. A figura dos desempregados foi a chave analítica que mais nos estimulou a recusar o estreitamento dos horizontes da indagação aos aparentes limites da realidade política que se afirmava esmagadoramente após a “pacificação” do período 2002-2003: afinal, estaríamos pecando de uma visão estática de classe se reduzíssemos a leitura das lutas dos desempregados aos seus parcos “resultados institucionais” na era Kirchner. Os desempregados são uma “imagem” dessa mutação em processo das formas políticas do antagonismo de classes. Assim, além da contraditória riqueza dos seus ensaios de autorganização, fomos tentados a recuperar alguns dos seus debates; sua própria “voz” resultava importante para mapear em que medida suas lutas também explicitavam novas mediações históricas que concretizavam a “questão social” desde os processos organizativos dos grupos subalternos. A visibilidade dos traços de disputa e resistência que configuram essa voz permitiu que déssemos “palavras” (sustentadas nesta pesquisa) não apenas aos processos de politização das condições de vida e de trabalho dos desempregados, mas também ao significado político do perfil de intervenção do Estado em face da “questão social”, no contexto da profunda erosão do trabalho, de modo que aquela intervenção é mais um fio de costura dessa “hegemonia limitada”. Assim, o mapeamento do componente de contra-insurgência na política social, o qual se estrutura desde a última década para dar resposta ao crescimento político-social das demandas dos desempregados, tem inegáveis ressonâncias das leituras que os próprios movimentos de desempregados produzem sobre a intervenção social do Estado<sup>9</sup>. Foi a fértil intuição que “brota” dessa luta, e a quase total ausência de pesquisas ou trabalhos que indaguem o sentido político desse perfil de política social, que nos levaram por estes caminhos.

A rebelião dos que “sobram” desnuda o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado e constitui um episódico ensaio de invenção criativa das classes subalternas numa época histórica de profundas regressões sociais. Para além de possíveis “becos sem saída”, ainda há muita atualidade nessas “causas perdidas”.

---

<sup>9</sup> Como poderá ser constatado ao longo destas páginas, a leitura da funcionalidade dos programas sociais com as estratégias de controle e apaziguamento do conflito social é uma constante nos diversos materiais analisados e trabalhados sobre a experiência dos trabalhadores desempregados (depoimentos, entrevistas, artigos, folhetos).



## CAPÍTULO 1

### REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA UM “NOVO” QUADRO HISTÓRICO: A OFENSIVA DO CAPITAL PELA DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O presente capítulo busca oferecer um quadro geral para a interpretação – desenvolvida sob a forma de uma “visão panorâmica” que de nenhuma forma pretende esgotar a enorme complexidade do assunto em questão – de algumas mudanças estruturais e superestruturais profundas que, deitando raízes nas particularidades político-econômicas do cenário latino-americano da década de 1970, então atravessado pela crise estrutural do capital, tornam-se mais claras na realidade argentina da década de 1990. Tal leitura visa a compreensão de alguns *traços materiais e políticos da ofensiva capitalista pela erosão do trabalho* – falamos das tentativas de recuperação da crise de acumulação e dominação burguesa, que ganham um viés regressivamente destrutivo – que se encontram na base da substantiva reordenação das relações de classe que caracteriza os quinquênios subsequentes, repercutindo na própria configuração das lutas das classes subalternas.

Este capítulo, ademais, nos oferece alguns parâmetros teóricos e históricos para entender os fundamentos materiais – dimensões importantes para compreender a disposição objetiva das forças e grupos sociais fundamentais – que perpassam os movimentos e conflitos que expressam o enfrentamento e o antagonismo de classes da sociedade argentina a partir da década de 1990, tema que abordaremos no segundo capítulo.

#### **1.1. A crise orgânica do capital e a dinâmica destrutiva da recomposição capitalista contemporânea<sup>10</sup>**

Podemos pensar, num viés de interpretação gramsciano, que a crise orgânica do capitalismo que se abre na década de 1970<sup>11</sup>, se manifesta como crise de acumulação – desaceleração do crescimento e queda da taxa de lucro – e crise da dominação burguesa, desencadeando uma série de repostas do capital tanto na esfera produtiva (mudanças organizacionais e tecnológicas no processo de trabalho) quanto nos processos de organização da vida hegemônico-estatal (profundas transformações superestruturais da mão das políticas

---

<sup>10</sup> Para uma análise mais profunda da crise e da dinâmica do capitalismo contemporâneo, tratados de forma sintética neste ponto, cf. Harvey (2004) e (2005), Chesnais *et al* (2003), Mészáros (2002) e (2003).

<sup>11</sup> Gramsci assinala: “os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos [...]. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 37).

neoliberais). Dentre suas várias expressões, ela evidencia o *esgotamento dos fundamentos econômicos, sociais, políticos e filosóficos do consentimento e integração das classes subalternas, próprios da ordem hegemônica de matriz fordista-keynesiana que prevalecia nos países capitalistas centrais desde o segundo pós-guerra* (SOSA, 2002, p. 219).

Particularmente, para alguns países da América Latina, as ditaduras militares das décadas de 1960-1970 seriam mecanismos político-repressivos privilegiados de reorganização da relação capital/trabalho, que expressariam um marco de esgotamento da dinâmica estrutural que tinha possibilitado desde a segunda metade do século XX (em países como Argentina, da mão dos governos peronistas), uma relativa construção do consentimento e integração das classes subalternas. Nas próximas décadas, se consolidaria um cenário de dominação profundamente desagregador: é a ausência de um espaço de significados comuns entre dominantes e dominados que dificulta equilíbrios hegemônicos, como nas interpretações de Oliveira (2007a). Esse cenário é próprio da introdução de um novo padrão de acumulação que guarda minúsculos espaços para as reivindicações das classes subalternas. Veremos que a profundidade e a natureza da crise que envolve a dinâmica capitalista contemporânea, assim como das mudanças sócio-culturais e econômicas decorrentes, desperta debates que, para além das suas diferenças, não demoram em reconhecer *o caráter destrutivo e depredador da ofensiva do capital para recompor as bases da sua dominação*<sup>12</sup>, desde a ditadura militar até a criação neoliberal de uma massa crescente de trabalhadores excedentes.

Estaria essa dinâmica estrutural do período argentino analisado expressando a desuniversalização tendencial do projeto burguês de dominação? Ou, talvez, demonstrando certo enfraquecimento da capacidade hegemônica desse projeto, ainda que consolidando um domínio ensurdecidor? Buscaremos polemizar essas interrogações, ainda que sem oferecer leituras conclusivas dos “confusos” tempos atuais.

Ao nos concentrarmos nas determinações principais da crise, podemos observar que, já no final da década de 1960, começa a se evidenciar a reversão do processo de expansão da economia mundial iniciado com o final da Segunda Guerra, o qual tinha como pano de fundo a divisão do mundo nos marcos da “guerra fria”. Se a crescente prosperidade econômica da Europa ocidental e do Japão – produto do Plano Marshall e do financiamento do pós-guerra,

---

<sup>12</sup> Na interpretação de autores como Mészáros (2003), a crise estrutural do capital que se abre na década de 1970 se diferenciaria das crises conjunturais periódicas precedentes do capitalismo: não seria mais um longo ciclo recessivo do desenvolvimento normal do capitalismo a ser seguido de outro de expansão, porque o capital já *teria esgotado qualquer papel civilizador, afirmando-se pela destruição* (desemprego crônico, perda de direitos e conquistas defensivas, uso destrutivo dos recursos naturais) que *adquire uma dinâmica incontável e ativa seus limites absolutos*. Na leitura de autores como Harvey (2004), essa destrutividade se retrata nos processos de *acumulação por espoliação*, que retomaremos a seguir.

tendentes à recuperação/controlo da economia capitalista nestas regiões – implica em certa saturação do mercado, o domínio estadunidense ver-se-á contestado pelo descalabro geral da economia mundial, expressado na queda da lucratividade do capital, essa evidência clara do esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano.

A elevação do preço do petróleo pela OPEP, o abandono do padrão ouro – no contexto dos altos custos em matéria político-militar ocasionados pela Guerra do Vietnam, e da perda da competitividade nos mercados mundiais –, bem como a crise fiscal do Estado intervencionista dos EUA, nos marcos das pressões inflacionárias mundiais, desataram a explosão de um capital “fictício” em circulação que potenciava as possibilidades da falência. São indícios da primeira recessão generalizada, que se observa em 1974-1975. Nos próximos quinquênios, a “crise da dívida” dos países periféricos (no contexto da segunda recessão de 1980-1982) evidenciaria o nível de aprisionamento destes enquanto “circuitos de drenagem” do capital excedente dos centros do poder imperialista. Sobre esse mecanismo, Netto & Braz explicam:

Volumosos capitais dos países centrais, tornados excessivos pela superacumulação e pela queda das taxas de lucro, foram postos ao alcance dos tomadores (devedores) a *juros variáveis*, determinados pelos credores. [...] O caso latino-americano é emblemático: se em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões – apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares (NETTO & BRAZ, 2008, p. 234).

Na experiência Argentina, sob o sinistro mando da ditadura militar de 1976, consolidariam-se as bases do domínio financeiro e da desnacionalização da economia, momento em que a dívida externa começaria a crescer aceleradamente<sup>13</sup>.

A crise de acumulação do capital que se manifesta na década de 1970 deve ser compreendida também na sua relação com a organização do poder do trabalho, manifestada nas ondas de greves européias de 1968/73, as quais revelam a contestação dos mecanismos de controle pelo capital. Também devem ser levados em conta os processos redimensionados a partir das rebeliões de 1968 nas diversas partes do mundo: aos eventos do mundo ocidental e do Japão, se somam a Revolução Cultural Chinesa e os processos da Tchecoslováquia, assim como os acontecimentos nos vários países do chamado Terceiro Mundo<sup>14</sup>. Na América Latina, os ameaçadores espectros da revolução cubana se potenciavam pelo crescimento de

<sup>13</sup> Segundo Harvey (2004, p. 61), na América Latina dos anos 1980, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos EUA, mostrando que as crises foram usadas para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país, no sentido de favorecer a maior penetração dos capitais externos.

<sup>14</sup> Harvey (2004); Wallerstein (*In CHESNAIS et al*, 2003).

forças guerrilheiras que buscavam articular-se em instâncias continentais (como no exemplo da Tricontinental de 1966). Particularmente na Argentina, era possível observar a revitalização de tendências classistas no movimento sindical e social que se expressa em sucessos como o “Cordobazo” de 1969; a combatividade operária de 1973-1975 que teria como epicentro o coração industrial da periferia bonaerense; a organização dos setores mais explorados e marginalizados das massas trabalhadoras e camponesas na interessante experiência das Ligas Agrárias. Não por acaso, essas expressões de luta seriam alvos centrais na ofensiva capitalista (repressão, desaparecimento, desemprego) das próximas décadas, através da erosão do trabalho.

É necessário sublinhar que as radicais transformações nos mecanismos de controle/gestão do trabalho e de organização da vida social – afinal, o neoliberalismo implica também a destruição ativa de uma “personalidade histórica” – que estão na base das mudanças implícitas no atual regime de acumulação são indissociáveis das derrotas sofridas pela classe operária como potencial sujeito revolucionário nas últimas décadas que antecedem o domínio neoliberal em boa parte dos países ocidentais. Para além da necessária crítica radical que deve ser ensaiada sobre a controvertida experiência histórica do “socialismo real” (sobretudo, do ponto de vista da sua limitação para a construção da emancipação da classe trabalhadora), não podemos ignorar o impacto regressivo da queda do Muro de Berlim e do desaparecimento da URSS como pólo divisor do poder mundial.

**A dinâmica predadora da acumulação capitalista contemporânea.** Na leitura de Harvey (2004), destaca-se o fato de que se, de um lado, o capitalismo sobrevive por ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas (investimentos em projetos de capital de longo prazo, gastos sociais, abertura de novos mercados e novas capacidades produtivas), por outro lado ele também o faz por meio da desvalorização e destruição, administradas como remédios corretivos daquilo que é em geral descrito corriqueiramente como “o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos”. O colapso da economia Argentina em 2001 e a abrupta fuga de capitais ao exterior evidenciam a dinâmica predadora aqui descrita. Para este autor, a *destruição criativa* que está inscrita na própria natureza da acumulação do capital<sup>15</sup> adquire uma presença destacada nos processos de *acumulação por espoliação* que se acentuam após a crise de

---

<sup>15</sup> “...o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpetua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital” (HARVEY, 2004, p. 88).

sobreacumulação de meados de 1970, processos esses que funcionam como mecanismos capazes de absorver nas periferias os excedentes de capital ocioso que não encontram possibilidades de valorização no centro do sistema. Os processos de acumulação por espoliação fazem referência ao *papel contínuo das práticas predatórias próprias da acumulação primitiva*, associadas por Marx aos primórdios do capitalismo. Como expressões desses processos, sobretudo para os países da América Latina que passaram pelo ortodoxo “crivo neoliberal”, torna-se clara a permanência ou retomada de práticas de escravidão, a expulsão de população do campo, a privatização de recursos naturais, e a supressão de formas alternativas de consumo.

Por isso, a acumulação pela via da espoliação funcionaria como uma resposta para a crise de sobreacumulação do capital, abrindo novos terrenos de acumulação (como por exemplo, os possibilitados pelas privatizações, peças centrais nos programas de ajuste estrutural para América Latina<sup>16</sup>) ou disponibilizando recursos e força de trabalho em condições sub-valorizadas, ou seja, condições relacionadas com a administração de crises como produtoras de um estoque de ativos desvalorizados prestes a serem utilizados lucrativamente por capitais excedentes sedentos de “boas oportunidades” (HARVEY, 2004, p. 113).

Nesses marcos, deve ser compreendida a dinâmica da financeirização do capitalismo contemporâneo. A *hipertrofia da lucratividade financeira* – a qual não significa a substituição da produção de valor pela exploração do trabalho produtivo, ainda que essa financeirização tenha um caráter nitidamente especulativo, e torne as transações financeiras desproporcionais em relação à produção real de valores<sup>17</sup> – e a *profunda reestruturação das relações de produção* serão os parâmetros de reorganização da nova economia mundial capitaneada pelos EUA. A sua dinâmica expansiva se traduz em significativos processos de reorganização geográfica e espacial do capital em busca da recuperação da sua taxa de lucro – uma “sede” imediata de novos terrenos de acumulação, na procura de recursos naturais e força de trabalho mais baratos, dentro da dinâmica da *acumulação por espoliação* –, os quais demandam um grau elevado de liberalização e desregulamentação das finanças, assim como da produção e da

---

<sup>16</sup> Sosa (2002, p. 256) com base em Urdaneta, mostra que, capitaneadas pelas experiências de Chile e Bolívia, desde os anos ‘80, se observa a multiplicação de governos neoliberais no México (eleição de Salinas em ‘88); na Argentina (com a presidência de Menem) e na Venezuela (segunda presidência de Perez) em ‘89; no Peru em ‘90 (eleição de Fujimori); e no Brasil, primeiro com a posse de Collor e depois de Cardoso em 1994. E nesse marco, assinala que desde o final dos anos ‘80, *a privatização se constitui no componente principal da reforma neoliberal do setor público*, sendo que para meados da década seguinte, já não existem países na América Latina que não tivessem empreendido um programa de privatizações.

<sup>17</sup> Cf. Netto & Braz (2008, p. 232).

comercialização. No caso argentino, a financeirização da economia orquestrada pela ditadura militar suporia a abertura dos mercados de bens e de capitais – a reforma financeira de 1977 tornou o mercado de capitais independente do controle do Banco Central –, situação que faz crescer vertiginosamente a dívida externa, e possibilita ciclos permanentes de fuga de capitais ao exterior (BASUALDO, 2002).

Trata-se de processos que viriam a implicar em uma profunda desestruturação do “mundo do trabalho”, seja pela via da perseguição e eliminação das suas vanguardas (são 30.000 desaparecidos, o que também implica o aniquilamento de uma geração de militantes), seja pela queda do salário real, o aumento da exploração, a destruição dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, os índices de desemprego que se acrescentam a partir da desindustrialização ensaiada. São mostras de que na periferia do sistema o “ajuste” do trabalho não se daria apenas através de novos métodos de racionalização da produção que buscassem aumentar sua produtividade.

Nas décadas seguintes, podemos observar os fundamentos do “livre comercio” e das políticas monetaristas aplicadas com rigor para América Latina – programas de ajuste estrutural ditados pelo “Consenso de Washington”, orquestrados desde organismos como o FMI e o BM<sup>18</sup> – e, particularmente, da função subalterna das econômicas periféricas nos parâmetros da ortodoxia neoliberal. Os intelectuais orgânicos coletivos do capitalismo contemporâneo (SOSA, 2002, p. 262) vêm, então, forçar as reduções do gasto público, os cortes salariais, a austeridade nas políticas fiscais e monetárias, o que explica os rumos regressivos da Argentina ao longo da década de 1990.

Nesse sentido, a dinâmica capitalista contemporânea se mostra cada vez mais destrutiva, evidenciando assim o seu caráter volátil e potencialmente “explosivo” – inclusive no sentido da produção de barbárie (MENEGAT, 2005).

Autores diversos reconhecem como características do capitalismo contemporâneo:

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições, e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras [...] a prisioneiros da dívida, [...] fraude corporativa e desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações)

---

<sup>18</sup> Lembremos que essas instituições surgem nos marcos da “guerra fria” (acompanhadas também de alianças militares como a OTAN) com a tarefa de coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não-comunista, tendo como ator hegemônico os EUA (HARVEY, 2004, p. 52). Como sugere Sosa (2002, p. 284), essas instituições, nos marcos do progressivo processo de transnacionalização do capital, não podem ser compreendidas sem a consideração da internacionalização do socialismo na alteração da correlação de forças a nível mundial.

decorrente de manipulações do crédito e das ações [...] (HARVEY, 2004, p. 123).

Estamos falando de atividades predatórias que se referem à dinâmica do capital financeiro (privatização, destruição de economias periféricas, programas de ajuste estrutural que levam ao empobrecimento massivo da população); à desvalorização do trabalho e à produção de uma massa excedente crônica; ao uso destrutivo dos recursos ambientais globais (terra, água, ar, petróleo); assim como ao aprofundamento do papel da guerra e da produção de um complexo industrial-militar como espaço de realização dos lucros.

**A profunda erosão do trabalho.** Tal como analisávamos, a busca de uma mudança organizacional e tecnológica nos processos de produção deve ser compreendida nos marcos da tentativa do capital de dar resposta à sua própria crise de acumulação, tentativa essa que envolve a ativação de diversos mecanismos políticos, econômicos, culturais de estabilização da sua reprodução e valorização. Nos termos de Harvey (2005), a dinâmica da *acumulação flexível* – a qual se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados, dos produtos e padrões de consumo – implica em *profundas transformações no próprio estatuto do trabalho*. Essa significativa reorganização do “mundo do trabalho” que tem como horizonte a retomada dos lucros capitalistas – falamos da reestruturação produtiva que supõe novos métodos de gestão, controle e administração do trabalho, assim como a utilização de novas tecnologias que reduzem consideravelmente a demanda de trabalho vivo<sup>19</sup> – teria diversas conseqüências, tais como a redução relativa dos salários e dos direitos sociais para as classes trabalhadoras, o retrocesso do poder sindical e a desestruturação de instrumentos clássicos de organização de classe, o crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e sub-contratado (economias “informais” que, em alguns países latino-americanos do capitalismo periférico, já atingiriam mais do 50% da PEA), o desemprego estrutural de massas de trabalhadores que se tornam excedentes para as necessidades de acumulação do capital.

Essas mudanças ampliam consideravelmente a desigualdade social e *transformam as relações e a composição de classe, implicando profundas incidências na dimensão objetiva da própria luta de classes*. Como marcam uma “nova” época profundamente regressiva, elas devem ser recuperadas nos marcos das tendências cada vez mais destrutivas da recomposição da lucratividade capitalista. Tal como falamos, uma das expressões gritantes dessa ofensiva capitalista é o *desemprego estrutural* que, na realidade Argentina, chegou a atingir índices

---

<sup>19</sup> Para essas transformações que redimensionam profundamente o “mundo do trabalho” pode ser consultado o trabalho de Antunes (2001).

inéditos que rondariam o 22% da PEA. No auge da crise, e levando em conta os índices de subemprego, em torno de 40% da PEA apresentaria problemas de emprego.

Mas, quais são as principais determinações que definem esse desemprego estrutural quando, na dinâmica da *acumulação por espoliação*, ele parece afirmar-se – junto a outras tendências de precarização acelerada do trabalho – como um elemento *permanente* e até *irreversível* do padrão de exploração contemporâneo? Sem intenções de oferecer reflexões conclusivas sobre essa complexa realidade, ao longo da nossa argumentação rastreamos algumas pistas de uma polêmica em processo sobre o estatuto contemporâneo do desemprego<sup>20</sup>.

Primeiramente, devemos partir da clássica compreensão marxiana de que a produção de um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados é um componente *necessário* e *constitutivo* da dinâmica histórico-concreta do capitalismo, a partir do qual, se explicam os processos de pauperização que derivam da dinâmica exploradora e antagonista desse modo de produção. Tal como analisaremos na leitura da “questão social”, no último capítulo, essa dinâmica determina uma acumulação de miséria relativa à acumulação de capital.

Em termos muito sintéticos, a *lei geral da acumulação capitalista* traçada por Marx mostra que, nos marcos dessas relações sociais, a demanda de trabalho vivo para o processo de produção é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social:

O aumento desta [a produtividade do trabalho] se revela na *diminuição da massa de trabalho, posta em relação com a massa de meios de produção mobilizados por ela*, ou seja, na diminuição da magnitude do fator subjetivo do processo de trabalho, comparado com seu fator objetivo (MARX, 1981, p. 567; *tradução nossa e grifos no original*).

Em outras palavras, com o avanço da acumulação capitalista e a crescente utilização de novas tecnologias poupadoras de trabalho vivo (nos marcos da dinâmica de concentração e centralização do capital) sua composição orgânica é elevada em detrimento da demanda de força de trabalho, ou seja, a proporção do capital investido na compra de máquinas, instrumentos, instalações, é maior que a investida na compra dessa força de trabalho. Com isso, produz-se, de forma variável, uma parcela de trabalhadores supérfluos para as necessidades da produção capitalista. Assim: “a *acumulação capitalista* produz

---

<sup>20</sup> Para a compreensão do desemprego como um *elemento constitutivo* do desenvolvimento capitalista, remetimos ao capítulo XXIII d’ *O Capital* (MARX, 1981), assim como à síntese oferecida em Netto & Braz (2008, p. 132 et seq.). Uma leitura instigante sobre essa tendência nos marcos de uma aguçada caracterização do capitalismo contemporâneo pode ser rastreada nas produções de Mészáros (2002). Dentro das produções atuais do Serviço Social, uma referência interessante pode ser mapeada no trabalho de Maranhão (2008).



constantemente, em proporção à sua intensidade e extensão, *uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital*, isto é, uma população operária remanescente ou sobranete” (*idem*, p. 574).

A noção de *exército industrial de reserva*, que Marx retoma para pensar a expansão da grande indústria no final do século XIX, retrata que os trabalhadores supernumerários são também “condição de vida” desse sistema de exploração pois, apesar de serem excedentes para a produção, sua condição também é *subsidiária* da dinâmica de acumulação capitalista: a existência de um enorme contingente de desempregados permite o aumento da exploração da força de trabalho (pela via da redução do salário), assim como disponibiliza uma massa de trabalhadores de “reserva” para ser utilizada em momentos de expansão da produção. Nas palavras de Marx,

[...] se a existência de uma superpopulação operária é produto necessário da acumulação ou do incremento da riqueza dentro do regime capitalista, esta superpopulação se converte por sua vez em alavanca da acumulação do capital, e mais, *numa das condições de vida do regime capitalista de produção*. Constitui um *exército industrial de reserva*, um contingente *disponível*, que pertence ao capital de um modo tão absoluto como se se criasse e mantivesse a suas expensas (*idem*, p. 576).

Partindo dessa compreensão clássica – a produção do desemprego é um elemento inerente da dinâmica antagônica do desenvolvimento capitalista –, e colocando-a em relação com os atuais contornos do trabalho, os quais foram profundamente redimensionados a partir dos processos de reestruturação produtiva, deve se observar atentamente a *produção contemporânea em escala ampliada de uma maciça população excedente que parece configurar-se como um traço irreversível da dinâmica atual de exploração do trabalho*.

Estabelecendo um diálogo com as leituras de autores como Harvey (2004 e 2005) e Mészáros (2002 e 2003)<sup>21</sup> sobre o atual estatuto do desemprego, buscaremos transitar (ainda

---

<sup>21</sup> Na interpretação de Mészáros, o desemprego crônico que caracterizaria o capitalismo contemporâneo no mundo, entanto tendência a uma incontrolável multiplicação de força de trabalho supérflua para a qual nem a intensificação da taxa de exploração nem a criação de monopólios cada vez mais vastos pareceriam apontar saídas, evidenciaria a ativação de limites absolutos do sistema do capital – para se desembaraçar das dificuldades da acumulação, o capital globalmente competitivo tenderia a reduzir a um mínimo lucrativo o tempo necessário de trabalho, simultaneamente *subvertendo as condições vitais de sua própria reprodução ampliada*. Esses processos corresponderiam com a “[...] plena afirmação da lei do valor sob condições marcadas pelo encerramento da fase progressista da escendência histórica do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 226).

Essa dinâmica se diferenciaria dos parâmetros clássicos do exército industrial de reserva – condição da expansão capitalista, tal como analisa Marx no capítulo XXIII de *O Capital* –, porque representaria um limite absoluto do capital. Assim, o *novo padrão de desemprego* – indicador da crise estrutural do capitalismo atual – não se limitaria aos “bolsões de subdesenvolvimento”, nem atingiria apenas aos trabalhadores não qualificados, chegando até a abarcar alguns dos mais modernizados setores da produção, isto é, atingindo a totalidade da força de trabalho das diversas sociedades. Estaríamos então, “[...] diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do ‘desenvolvimento’, da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico” (*idem*, p. 1005).

que sem oferecer reflexões conclusivas) pela seguinte polêmica: *são esses trabalhadores supérfluos mais “dispensáveis” que “subsidiários” dessa valorização?* Ainda que não possamos oferecer no nosso trabalho respostas conclusivas à altura da enorme e desafiante complexidade que o tema demanda, devemos reconhecer que essa tendência capitalista contemporânea, a qual supõe como *condição* para acumulação – na dinâmica da *acumulação por espoliação* – a expulsão e a precarização maciça da força de trabalho, *inaugura contradições sociais, políticas e econômicas que ganham contornos inéditos*. Voltaremos sobre esse debate ao longo do nosso trabalho.

**Outras determinações da destrutividade contemporânea.** Em síntese, ainda mapeando a dinâmica destrutiva do capitalismo contemporâneo, devemos reconhecer que o controle do planeta ensaiado pelo imperialismo – domínio econômico, tecnológico e militar; domínio cultural; domínio no campo da agricultura e dos recursos de energia e matérias primas, capitaneados pelos USA – faz parte da racionalidade do capital para controlar seus antagonismos inconciliáveis; no limite, “[...] o *extermínio da humanidade* é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital” (MÉSZÁROS, 2003, p. 108-109).

No exemplo dos processos históricos recentes, Harvey (2004) analisa – nos marcos de uma conjuntura de crise econômica e social (recessão, desemprego, dívida) dos EUA – os contornos da suposta “guerra contra o terrorismo”, desatada a partir do 11 de setembro e da invasão ao Iraque, como parte de uma estratégia geopolítica que aponta ao controle do petróleo. Trata-se de controlar o Oriente Médio de modo a acessar o recurso capaz de alimentar a economia global e a sobre-dimensionada máquina militar visando o domínio mundial das próximas décadas. Harvey chega inclusive a propor a hipótese de que tais medidas podem evidenciar uma posição de fraqueza mais do que de força econômica e política dos EUA.

Nos marcos dessa tendência geral, deve ser compreendida a natureza “vulnerável” da financeirização que caracteriza a economia global, no sentido de que a busca desenfreada da lucratividade da economia norte-americana – seja no uso hipertrofiado das finanças, seja na produção de um destrutivo complexo industrial-militar capaz de absorver os excedentes – pode acabar por solapar os fundamentos do seu próprio poder. Autores como Chesnais (2003) afirmam que o crescimento econômico dos EUA dos últimos anos, antes que indicar uma superação da crise estrutural do capital, está estreitamente ligado à situação internacional única desse país, e à capacidade de assegurar a formação de um montante elevado de capital fictício – uma “bolha financeira” alimentada pela especulação e que evidencia a instabilidade

potencial do regime. Chesnais também assinala que “a mundialização do capital e as políticas neoliberais traduzem-se por um aumento do militarismo e das políticas de ‘segurança’, que visam a estender ou proteger [...] a dominação do capital” (CHESNAIS, 2003, p. 103). Embora seja necessário reconhecer a impossibilidade do uso continuado da guerra como válvula de segurança, não pode ser negligenciado o fato de que, com suas bases militares, os USA ocupam militarmente 69 países; número que continua a crescer com a ampliação da OTAN (MÉSZÁROS, 2003, p. 55). Para a realidade da América Latina, essa “ocupação militar” é evidente: a localização das bases militares, aqui, coincide com os pontos mais ricos em biodiversidade e recursos (água, petróleo, gás) da região.

Ainda que o retorno a um Estado social – como o que se retratou no *Welfare State* para alguns países da Europa central – pareça pouco provável, os debates são intensos em torno das possibilidades de controle das tendências autodestrutivas do capitalismo contemporâneo.

Apenas como exemplos, podemos observar que, enquanto autores como Mézáros (2002) afirmam que a crise estrutural do capital já não permitiria extrair dele concessões significativas<sup>22</sup>, visto que o capital global teria atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação, as análises de Harvey (2004) assinalam a possibilidade de um “New Deal” de alcance global – liderado pelos USA e a Europa – como mecanismo protetor do capitalismo dessas potências autodestrutivas, no sentido da busca de uma ordenação espaço-temporal de longo prazo capaz de mitigar os problemas de sobreacumulação e reduzir a necessidade de acumulação por espoliação. Consideramos, entretanto, que se as contundentes medidas de intervenção “salvacionistas” oferecidas pelo Estado norte-americano em face da crise imobiliária de 2008 poderiam retratar aspectos de uma maior intervenção do Estado, essa dinâmica está muito longe de qualquer possibilidade de reedição de um “Estado social”<sup>23</sup>. Veremos que, para a realidade argentina, as “tentativas de reconstrução hegemônica” kirchnerista não chegaram a reeditar os padrões de proteção social garantidos fundamentalmente, com certo grau de universalidade, pelos governos peronistas a partir da

---

<sup>22</sup> Segundo esse autor: “O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam [...], o sistema do capital global *é obrigado a frustrar* todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

<sup>23</sup> Referindo-se ao possível novo “New Deal”, Harvey afirma de forma polêmica: “Isso significa libertar a lógica da circulação e acumulação do capital de seus grilhões neoliberais, reformulando o poder do Estado segundo linhas bem mais intervencionistas e redistributivas, conter os poderes especulativos do capital financeiro e descentralizar ou controlar democraticamente o poder avassalador dos oligopólios e monopólios (de modo particular, a influencia nefária do complexo industrial-militar) [...]” (HARVEY, 2004, p. 167-168).

segunda metade do século XX. Inclusive em uma conjuntura de crescimento econômico sustentado desde 2004, as políticas de “funcionalização da pobreza” – que hipertrofiaram a assistência social como mecanismo privilegiado de “administração” das massas excedentes – seriam uma continuidade “intransponível” dos últimos governos.

Entretanto, se a dinâmica destrutiva e excludente do capitalismo contemporâneo se orienta para a *produção de um estado de guerra de baixa intensidade permanente*, nos termos de Harvey (2004, p. 167), deveremos compreender que os fundamentos da multiplicação desses mecanismos militares e policiais de controle territorial – tendência mundial, acirrada desde que a crise do capital ataca os fundamentos do Estado de Bem-estar – tem, além das implicações políticas, dimensões econômicas que são fundamentais para a reprodução destrutiva. Nas palavras de Mézáros, a crise do capital, que é também uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade, supõe “[...] que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são *solucionados*, mas apenas *adiados* e de fato transferidos ao plano *militar*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1001). Assim analisaremos em outras seções como, a partir do retraimento dos direitos sociais que se observa na contra-reforma neoliberal, óbvia expressão dessa tendência de destrutividade do capitalismo contemporâneo, cresce a resposta social-penal ao ritmo do aumento exponencial da “questão social” e suas refrações.

## **1.2. O neoliberalismo argentino: a relação orgânica entre a ofensiva capitalista pela erosão do trabalho e a mutação da dinâmica da dominação burguesa<sup>24</sup>**

A ditadura militar de 1976 teria um papel central na redefinição da estrutura econômica e das relações de força entre as classes, expressando-se também na vida superestrutural – redimensionamento do sistema político e da sociedade civil –, em função de garantir as condições materiais e sócio-políticas para a introdução de um novo padrão de acumulação. Neste contexto, é tarefa fundamental a aniquilação econômica e política dos núcleos classistas que haviam estruturado o conflito nas décadas de 1960 e 1970. É o período no qual começa a se delinear o poder de grupos econômicos locais como Pérez Companc, Macri, Loma Negra, junto a um conglomerado de capitais internacionais, assim como a criação de destacados aparelhos de hegemonia das classes dominantes – os exemplos vão desde a Fundação de Investigações Econômicas Latino-americanas (FIEL), criada em 1964,

---

<sup>24</sup> Neste contexto nossas preocupações dialogam com reflexões presentes nos diferentes trabalhos de Basualdo (2002); Salvia & Frydman (2004); Féliz (2005); Peralta Ramos (2007); assim como nos debates dos Economistas de Esquerda retratados no Anuario EDI (2007).

até a Fundação Mediterrânea criada em 1977 e dirigida por figuras da estirpe do posterior ministro de economia, Domingo Cavallo.

O primeiro período constitucional pós-ditadura está marcado pelo governo alfonsinista que encerra a década de 1980 com trágicos índices inflacionários e um processo ainda “molecular” de decapitação do que “resta” da capacidade organizativa das classes subalternas. Desenham-se algumas tendências do modelo de acumulação em gestação, sendo que é a partir das cruas políticas neoliberais implementadas pelos diversos governos da década de 1990 que se consolida uma *dinâmica de acumulação centrada na expansão do capital financeiro e na profunda reestruturação das relações de produção*. Conforme a análise que fizemos páginas atrás, essa dinâmica pressupõe a total abertura da economia ao comércio e aos fluxos financeiros internacionais, assim como ao investimento estrangeiro direto. O processo de valorização assume ritmos predatórios, e se afirma aguçando a dependência e a vulnerabilidade da economia argentina. Os processos de desindustrialização (e de reestruturação industrial com forte presença de capital transnacional), as privatizações do patrimônio público e dos principais serviços, e a desregulamentação das relações de trabalho, devem ser compreendidas nos marcos da inserção subalterna na divisão internacional do trabalho a que a Argentina é submetida ao longo da década de 1990. O lugar que o país vem ocupar é a produção de matérias primas e insumos básicos, com uma estrutura de exportações fortemente concentrada em produtos primários, combustível, energia e manufaturas de origem agropecuária. Nas próximas páginas, analisaremos como essa inserção internacional marcada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade (e o “alto custo” da convertibilidade) busca ser compensada pela via da superexploração do trabalho.

O massivo ingresso de capital transnacional constitui uma peça chave na dinâmica de acumulação no curto prazo que se observa entre 1992-1998, quando o capital estrangeiro aumenta sua presença nos setores petrolífero, industrial, dos serviços públicos privatizados, e bancário, assim como nas exportações. Trata-se da abertura ao investimento estrangeiro direto que, ao introduzir tecnologia de ponta e pressão competitiva sobre outros capitais individuais, provoca a concentração e centralização do capital pela via da absorção dos menos produtivos, redundando também em uma significativa internacionalização do capital local. As Leis de Emergência Econômica e de Reforma do Estado expressam o caminho da desregulamentação econômica, completado com o Plano de Convertibilidade: elas retratam as medidas de desproteção da indústria nacional e a abertura de novos campos de investimento através das

privatizações, que constituíram um poderoso mecanismo de transferência de renda, capital e excedente econômico aos setores mais concentrados da economia e do capital estrangeiro<sup>25</sup>.

A sobre-valorização da moeda argentina (paridade dólar = peso prevista pela convertibilidade) não apenas desarticulava a capacidade produtiva nacional (falamos das inúmeras dificuldades para enfrentar a concorrência<sup>26</sup>), mas submetia o conjunto da economia aos movimentos do fluxo financeiro transnacional, cada vez mais vulnerável às sucessivas crises internacionais. Ademais, até meados de 1998, observa-se um processo de expansão na produção de valores de uso conjuntamente com uma séria incapacidade para a produção de valor (medida em moeda internacional). Os “custos” da convertibilidade exigiam um aumento da competitividade da economia argentina no mercado mundial que demandava uma intensificação dos níveis relativos e absolutos de exploração do trabalho: é o “ajuste” e a “flexibilização” da força de trabalho (cf. FELIZ, 2005; BONNET *in* ANUARIO EDI, 2007).

A crua face do capitalismo global financeirizado na periferia do sistema tem na dívida externa um componente central, que funciona como um mecanismo de antecipação de lucros para sustentar o tímido crescimento econômico do PIB ao longo dessa década. Uma parte do fluxo de mais-valia é retirado do ciclo imediato de reprodução do capital local: é o engodo permanente de dívidas “novas” que financiam a renovação das “antigas”, ao tempo que esterilizam a capacidade produtiva do país, de modo que dá-se o crescimento de uma massa de desempregados cada vez mais numerosa.

Segundo Féliz (2005), o crescimento vertiginoso do endividamento externo passa de 73.654 milhões de dólares em 1993 (31,1% do PIB), para uma cifra que supera os 147.000 milhões de dólares em 1998. Mas o reverso desse ingresso é a fuga de capitais que, segundo dados analisados por Peralta Ramos (2007, p. 323) passa de 3.400 milhões de dólares em 1993 para 5.900 milhões em 1994, 12.100 milhões em 1995, 9.300 milhões em 1996 e 12.100 milhões em 1997, acelerando-se com a débâcle da economia argentina em dezembro de 2001.

---

<sup>25</sup> Em 1990 foram passadas ao setor privado as empresas de telefonia (Entel) e de aeronavegação (Aerolíneas Argentinas); os ativos petrolíferos foram em 1991 e 1992 (YPF em 1993); as empresas de eletricidade e gás em 1992; a siderúrgica estatal (Somisa) em 1992. Para 1994, a maior parte das empresas de propriedade estatal que produziam bens ou serviços tinham sido vendidas (em condições monopólicas e sem um marco de regulação), utilizando também mecanismos de concessão de ferrovias, portos, estradas, água e esgoto, canais de televisão e rádio. É importante mencionar que o capital estrangeiro aumentou consideravelmente sua presença na economia argentina, sendo o núcleo central do processo de privatização: do total do ingressado por privatizações de empresas estatais 33% correspondeu a grupos econômicos locais (associados na sua maioria com capitais estrangeiros) e 57,4% a capitais estrangeiros (PERALTA RAMOS, 2007, p. 322).

<sup>26</sup> Se considerarmos a dependência estrutural de insumos e meios de produção – a “estrangeirização” dos elementos constantes do capital que “drenam” divisas ao exterior de forma permanente –, a qual marca significativamente o período, ficam mais claras as múltiplas determinações que tornam ainda mais vulneráveis as bases de constituição da economia capitalista argentina, explicitadas claramente na crise de 2001 (FELIZ, 2005).

Desse modo, a expansão do capital financeiro e a profunda reestruturação das relações de produção na dinâmica do novo padrão de acumulação têm regressivos efeitos na *erosão do trabalho*: assinalam uma forma de extração da mais-valia aparentemente “virtual” que foge dos constrangimentos do trabalho assalariado formal da época precedente – é a *forma suprema do trabalho abstrato*, na interpretação de Oliveira (2007a) –, mas que reedita modalidades arcaicas de superexploração do trabalho pela via privilegiada da mais-valia absoluta (pensemos na reatualização do trabalho domiciliar ou na incorporação “invisibilizada” do trabalho infantil).

Analisaremos como, a partir das contra-reformas de flexibilização do trabalho inauguradas em 1991, observa-se *a depreciação do valor da força de trabalho, a redução das indenizações por demissões, a multiplicação de contratos temporários, o aumento da intensidade e a polivalência do trabalho, a crescente desproteção e redução das garantias sociais*, que teriam como conseqüência uma *profunda desorganização do trabalho* (índices de informalidade que rondam o 50% da PEA inauguram o novo século), e a *produção de um contingente inédito de massas supérfluas* para as necessidades de acumulação capitalista, consolidando transformações de longo alcance. Entre 1998 e maio de 2002, o desemprego se expandiu 74,2%, os salários reais caíram 23,7%, a pobreza cresceu mais de 60% e a indigência aumentou 180%<sup>27</sup>. Tais reforma expressam mudanças estruturais que buscam o aumento da taxa de exploração do trabalho para compensar a redução tendencial da produção de valor que se observa no período 1990-2001 – segundo dados analisados por Salvia & Frydman (2004), essa redução é 10% menor que o valor produzido entre 1975-1989.

Nesse sentido, nossas reflexões buscam mostrar em que medida as transformações na dinâmica da valorização capitalista demandam uma “nova funcionalidade do sistema político”, expressada na busca pela homogeneização do sistema bipartidista e com a finalidade de torná-lo orgânico aos novos interesses das classes dominantes. A convertibilidade (o controle da inflação, o resguardo dos interesses econômicos e os lucros garantidos para os principais setores do capital local e transnacional) amalgamava a relação de forças e os conflitos internos do bloco de poder que se estrutura, mais claramente, ao longo da década de 1990.

Nesses anos, as principais frações das classes dominantes compõe uma aliança formada por grupos econômicos locais e conglomerados transnacionais voltados para as

---

<sup>27</sup> Dados analisados por Lozano, Claudio. Argentina una comunidad en riesgo. Infancia, adolescencia y juventud en mayo de 2002. Instituto de Estudios y Formación-CTA, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://www.cta.org.ar> (acesso em: 6 junho 2003).

exportações ou para o investimento nas áreas privatizadas que se abrem como novos espaços de valorização. Suas tensões são processadas através de acordos conjunturais, sendo que adquirem uma maior homogeneidade no biênio 1992-1994, quando um novo ciclo de endividamento externo e de expansão do crédito interno permitiria um “fugaz” período de crescimento econômico.

Com o acordo de ambas as frações das classes possuidoras, *a reestruturação do Estado* se processa pela via de contra-reformas burguesas que têm como conseqüência a *modificação da estrutura de propriedade e da orientação das transferências de recursos públicos em detrimento das condições de vida e de trabalho das massas subalternas*. Assim, nos marcos das *políticas de ajuste estrutural*, que visam a garantia permanente de um superávit primário para o pagamento dos juros da crescente dívida externa, devem ser compreendidas as *privatizações de serviços e empresas públicas* (transferência de ativos lucrativos em condições sub-valorizadas) que se constituem como uma condição para a renegociação das dívidas com os organismos internacionais de crédito.

Veremos como essa estratégia de dominação não pretende tanto construir o consenso ativo das maiorias sociais – ainda que se espalhasse um generalizado “senso comum” antiestatal-privatizador-neoliberal na sociedade argentina<sup>28</sup> –, mas sim impedir a organização dos grupos subalternos. A incorporação de alguns dos seus “intelectuais orgânicos” ao nascente bloco de poder – trata-se da refuncionalização de quadros sindicais e da aceitação passiva de segmentos das classes trabalhadoras em face das propostas menemistas que celebravam o “salariço” e a “revolução produtiva” – representa muito mais uma “solução transformista” do que a possibilidade efetiva de alargamento dos interesses das classes subalternas no seio do Estado. Em uma chave gramsciana, Basualdo interpreta que,

[...] a absorção dos quadros políticos (intelectuais orgânicos) dos outros grupos sociais não tem como objetivo alargar a base social com que contam os setores dominantes, mas, pelo contrario, perpetuar a dominação impedindo sistematicamente a formação de uma classe dirigente por parte dos grupos adversários (BASUALDO, 2002, p. 16; *tradução nossa*).

Portanto, falamos de transformações na institucionalidade hegemônico-estatal que evidenciam uma significativa regressão das relações entre Estado e grupos subalternos, com conseqüências profundas, seja na dinâmica de organização de classe – onde se estabelece a complexa relação de confrontação e negociação que se estabelece entre o Estado e os

<sup>28</sup> Na interpretação de Piva (*in* ANUARIO EDI, 2007), predominam mecanismos coercitivos de produção de um consenso negativo em torno desse programa de “reformas” cimentado na “ameaça hiper-inflacionária”, mecanismos esses que expressam certa limitação da capacidade hegemônica das classes dominantes – uma “hegemonia fraca”, segundo o autor.



desempregados, analisada no segundo capítulo –, seja do ponto de vista da desuniversalização e desestruturação dos direitos sociais – tratada no terceiro capítulo pela via de políticas sociais que assistencializam o desemprego.

### **1.2.1. A profunda reorganização da institucionalidade hegemônico-estatal**

Na linha de nossa análise, propomos compreender o neoliberalismo como parte da ofensiva do capital para recompor suas bases de hegemonia, desafiadas a partir da crise orgânica que se manifesta desde meados da década de 1970, dando lugar a uma série de *mecanismos de reorganização da vida político-estatal* (modificações no funcionamento e na natureza de certos aparelhos de hegemonia), que expressam *significativas transformações nas bases da dominação capitalista, nos rasgos fundamentais da supremacia do grande capital*<sup>29</sup>.

As *transformações na intervenção estatal* que trazemos para a reflexão, antes de indicar sua paulatina retração frente às forças do “livre mercado”, devem ser entendidas na sua *relação orgânica com a reordenação dos processos produtivos*. Isso significa considerá-las no contexto de mudanças no aparato produtivo e nas relações de produção para reverter a tendência da queda da taxa de lucro, mudanças essas que trazem radicais conseqüências para a *erosão do trabalho*. Ademais, aquelas transformações também envolvem *os aparatos de hegemonia*, sob a forma de contra-reformas institucionais para recompor e re-atualizar os meios de direção e dominação das classes subalternas (SOSA, 2002).

Como procuramos expor, a crise do capital que se manifesta na década de 1970 ataca os fundamentos relativamente universalistas do Estado de Bem-estar e da legislação de defesa e proteção do trabalho – seja nos países da Europa central, seja nas versões latino-americanas mais “desgastadas” –, reduzindo as margens das conquistas sociais das classes subalternas dentro da ordem. Para além das particularidades de cada país, existem evidências de que *as modalidades, os alvos e a capacidade de intervenção estatal sofreram uma grande mudança* a partir das décadas de 1980 e 1990 em todo o mundo capitalista, pouco importando a tendência ideológica do governo de turno no poder. Desde as “pioneiras” experiências de Thatcher e Reagan, até uma porção considerável dos países do norte europeu e do continente latino-americano, foram afetadas por essas mudanças. Porém, *isso não significa que o intervencionismo estatal tenha diminuído*, visto que em alguns aspectos – especialmente o grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros – a

---

<sup>29</sup> Nestas interpretações dialogamos com diversas leituras gramscianas. Cf. Buci-Glucksmann (1977); Poulantzas (1977); Podestá & Tarditi (1998); Sosa (2002); e fundamentalmente, Campione (2005a).

intervenção do Estado alcança hoje um grau bem mais fundamental (HARVEY, 2005, p. 161, 181).

Nesse sentido, é necessário observar a contradição crescente entre a tendência globalizante do capital transnacional e a dominação dos Estados nacionais como estrutura abrangente do comando da ordem estabelecida – dinâmica na qual se tornam mais vulneráveis às crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional, precarizando seu poder soberano –, assim como reconhecer o papel fundamental que guardam estes últimos naquele processo. O Estado cumpre uma função totalizadora e produtora de coesão, administrando os componentes autodestrutivos e a instabilidade do capital, num comportamento amplamente repostado na dinâmica global. Assim, no exemplo da América Latina, as contra-reformas neoliberais patrocinadas por organismos como o BM, e que atingem os diversos Estados – referimo-nos à privatização, eliminação de direitos sociais, precarização das políticas públicas, desregulamentação das relações trabalhistas – podem ser relacionadas com os esforços organizacionais e ideológicos, capitaneados pelos EUA, para superar a estrutura nacional de tomada de decisões, tornando ainda mais vulnerável a já precária soberania nacional (MÉSZÁROS, 2003, p. 48). Por isso, a falácia das doutrinas neoliberais relativas à suposta “redução do Estado” escamoteia o seu papel fundamental na conciliação dos antagonismos do sistema do capital, qual seja, garantir e proteger as condições gerais de extração de mais-valia do trabalho excedente<sup>30</sup>. Os efeitos dessas doutrinas na *reformulação regressiva da natureza e das dimensões da intervenção social do Estado* – intervenção essa que consideram falsamente a fonte da “crise” do capitalismo mundial – escondem a alta concentração de poder político que se torna necessária para garantir tamanhas contra-reformas, as quais se orientam no sentido de reverter os direitos e conquistas sociais, outrora conseguidos através de históricas lutas das classes subalternas.

Essa situação tem como contra-face uma tendência geral que contraria a suposta “redução do Estado”, na qual se observa um aumento considerável dos gastos em atividades repressivas: é a passagem para um “Estado penal”, retratado nos estudos de autores como Wacquant. Essa tendência se complementa com “precárias” porém “numerosas” intervenções sociais que visam dar repostas aos efeitos desestabilizadores dos programas de ajuste estrutural nos países capitalistas periféricos, tal como analisaremos nas tendências para a política social, retratadas no terceiro capítulo.

---

<sup>30</sup> Na interpretação de Netto & Braz (2008, p. 227), antes que uma suposta retração da intervenção estatal, devemos falar de um ataque do grande capital *contra as dimensões democráticas* da intervenção do Estado na economia.

De fato, na estratégia argentina, o Estado teria um papel central. Desde o processo de concentração da economia promovido pela ditadura militar, a intervenção do Estado seria primordial em vários aspectos, especialmente na nacionalização das dívidas privadas, na manutenção de taxas de juros exorbitantes – a “tablita” financeira de Martinez de Hoz, que beneficiava os capitais “sedentos” de lucros em curtos prazos –, e na desnacionalização das indústrias que demandou uma profunda desregulação das relações trabalhistas. Nas décadas subseqüentes, a contra-reforma do Estado mediante a privatização das empresas e serviços públicos, bem como pela via das políticas de ajuste estrutural, fariam parte de um conjunto de medidas político-econômicas favoráveis à expansão dos setores mais concentrados do capital local e transnacional.

Assim, as medidas de desregulamentação econômica não se reduziram às políticas de flexibilização do trabalho e de racionalização dos processos produtivos. Essa dinâmica estatal seria subsidiária da redução das contribuições patronais, da privatização da administração da poupança compulsória dos trabalhadores, da intensificação do ritmo de produção e depreciação dos salários para reverter a redução da produção de valor que se observa na década de 1990. Evidencia-se, assim, o desmonte das condições de garantia dos direitos sociais outrora conquistados: a Lei de Emergência Econômica, a Lei de Reforma do Estado e a Reforma Tributária derivaram no desfinanciamento paulatino das instituições públicas de proteção social. Falamos de processos que expressam as tentativas das classes dominantes pela recolocação das relações estruturais entre o capital e o trabalho, onde a reorganização dos aparelhos de hegemonia e dominação ganha um lugar destacado<sup>31</sup>.

Em síntese, propomos compreender o neoliberalismo nos marcos da ofensiva integral e multifacetada do capital para a superação da sua própria crise, isto é, organicamente articulado com as mudanças no processo produtivo e com o combate das formas classistas de organização social, sendo seu significado histórico orientado para a *destruição ativa de uma personalidade histórica*, ou seja, para uma profunda e integral racionalização do modo de viver, adaptando os termos de Dias (1996). Isto significa que se Gramsci, ao falar do americanismo, assinala que “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”<sup>32</sup> – a idéia de que a hegemonia nasce da fábrica, criando um novo tipo de trabalhador e de homem (regulação sexual, estabilidade familiar, construção do corpo e da afetividade operárias) que quebra a

---

<sup>31</sup> Reflexões em diálogo com os trabalhos de Basualdo (2002) e Salvia & Frydman (2004).

<sup>32</sup> Gramsci (CC4, 2001, p. 248).

velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado –, estamos propondo reatualizar a idéia da articulação orgânica entre os processos de racionalização da produção e as formas de organização da vida social, na leitura do fenômeno em questão: *que tipo de “conformismo” supõe o neoliberalismo, sendo que o atual ambiente produtivo evidencia uma dinâmica de expulsão de grandes segmentos da população do processo de produção? Que tipos de relações hegemônicas prevalecem frente aos regressivos parâmetros de socialização que hoje caracterizam o trabalho? Que qualidade teria essa hegemonia?*

Esses processos evidenciam não só um novo tipo de trabalhador<sup>33</sup>, como também a construção de um sistema de coerções morais e ideológicas sobre a vida extra-laboral dos trabalhadores, capaz de submetê-los plenamente (CAMPIONE, 2005a, p. 23). Referimo-nos, aqui, a parâmetros de socialização cada vez mais regressivos, acionados em um contexto de expulsão de uma massa supernumerária significativa, que demandam a multiplicação de outros “mecanismos de socialização” suplementares – não apenas a repressão enquanto mecanismo de “administração bárbara” dessas massas (MENEGAT, 2005), mas também as políticas sociais que buscam “funcionalizar” a pobreza na impossibilidade de garantir qualquer direito social.

### **1.2.2. “Hegemonia limitada”: a tendência à desuniversalização da dominação burguesa**

Se nos detivermos nos “processos orgânicos” – tal como nos propõem as reflexões de Campione (2005a) – podemos observar, ao nos referirmos às profundas transformações estruturais retratadas na década de 1990 para o caso argentino, o *esgotamento de um processo de “modernização” econômica, social, política e cultural que continha uma “promessa” de maior “integração” das classes subalternas* e que evidenciava uma aspiração das classes dominantes de se tornarem “dirigentes”<sup>34</sup>. Dialogando com diversos autores gramscianos<sup>35</sup>,

---

<sup>33</sup> Com base numa leitura gramsciana, Sosa assinala que “os novos métodos de trabalho estão determinando o ‘novo homem’ e a ‘nova mulher’ conforme as novas exigências de valorização do capital. Um novo nexó psicofísico, através do qual os novos métodos de trabalho não podem se desligar de uma forma determinada de viver e conceber a vida” (2002, p. 268; *tradução nossa*).

<sup>34</sup> Lembremos que para Gramsci a “supremacia” de uma classe que pretende a construção de uma ordem duradoura requer que ela seja não apenas “dominante” (que possua o controle do aparelho de Estado e suas funções ditatoriais), mas também “dirigente”, hegemônica no sentido de ser capaz de exercer uma direção intelectual e moral dos outros grupos e classes sociais, expandindo suas fronteiras de classe pela sua capacidade de estabelecer “soluções de compromisso” com esses outros segmentos.

Nas palavras de Gramsci, “[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 42). Isto quer dizer que para além do domínio ideológico-cultural, a hegemonia de uma classe envolve sacrifícios e compromissos

buscaremos mostrar que essas profundas transformações estruturais, as quais redimensionam radicalmente o estatuto do trabalho, mostram certa tendência à des-universalização da dominação burguesa: falamos da *limitação da capacidade hegemônica das classes dominantes argentinas* (o que não supõe necessariamente o enfraquecimento do seu domínio) que, ainda de forma “incompleta”, expressaram ao longo do século XX certa aspiração a se tornarem “dirigentes”, baseando-se, primeiramente, na promessa de “ordem e modernização”. Posteriormente, essas classes se assentaram materialmente nos benefícios advindos da exportação agrária, e reorganizaram-se, em meados desse século, nos processos de industrialização e na instauração de uma “versão pobre” do Estado de Bem-Estar Social (lembrando que o peronismo significou a inclusão, por uma via “passiva” e de forma autoritária, das classes trabalhadoras na vida política).

Ainda que, tal com nos adverte Oliveira (1997a), a “década neoliberal” pareça sugerir uma “situação esmagadora de hegemonia” – a estabilidade monetária produzida pela convertibilidade parece ser um valor dominante que impregna nos “de baixo” –, o conceito gramsciano de “hegemonia” pode não ser suficiente para nossas finalidades: daí nossa adaptação da idéia de “hegemonia limitada” para pensar em realidades mais próximas do transformismo. Afinal, tratam-se de processos onde as classes dominantes latino-americanas parecem haver “desistido” de integrar as massas subalternas – seja à produção ou à cidadania –, consolidando a destruição de um campo de significados comuns a dominantes e dominados. Nesse sentido, entendemos que a erosão das bases do trabalho implícita nas contra-reformas menemistas que redundam numa avassaladora desarticulação da classe trabalhadora, assinala uma “impossibilidade hegemônica”. As classes dominantes encontram sérias limitações para a exercer a direção moral da sociedade argentina no seu conjunto. As esclarecedoras reflexões de Oliveira nos lembram que, nesses cenários,

a hegemonia é quase impossível, em razão da enorme desigualdade. Um intransponível fosso entra as classes torna uma quimera qualquer experiência comum no espaço público, que, aliás, se privatiza de forma acelerada. [...] a hegemonia não pode se afirmar sem um mínimo de plausibilidade de igualdade, vale dizer, sem um mínimo de materialidade da igualdade (*idem*, 2007b, p. 282).

Poderíamos interpretar esses processos como caracterizados pelo esgotamento de um período em que as classes dominantes “fazem avançar realmente toda a sociedade,

---

(instáveis e dinâmicos) respeito a outros grupos sociais, para além do seu “estrito interesse econômico-corporativo”, expressando *o consenso ativo dos governados* antes que a mera manipulação ideológica.

<sup>35</sup> Nos referimos fundamentalmente a Campione (2005a) e Oliveira (1998a; 1998b; 2004; 2007a; 2007b). O trabalho de Coutinho (1999) é uma referência que subsidia nossas interpretações da obra gramsciana.

satisfazendo não só suas exigências vitais, mas ampliando continuamente os próprios quadros para a contínua ocupação de novas esferas de atividade econômico-produtiva” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 64). Ou seja, estamos falando do esgotamento de um processo de expansão das fronteiras de classe dos setores dominantes pela promoção de concessões simbólicas e materiais, ou das tendências de universalização da própria cidadania burguesa, tal como as retratadas, de forma relativa, nos governos peronistas de outrora.

Na interpretação de Campione (2005a) com a qual dialogamos, o signo distintivo dessa dominação capitalista é que a *destruição das organizações das classes subalternas*, promovida pela ditadura e completada com o neoliberalismo – destruição essa que consistiu na decapitação da direção daquelas organizações, e o transformismo dos intelectuais orgânicos – evidencia também a *amputação da capacidade hegemônica* do regime que se consolida. Falamos de “soluções burguesas” que teriam permitido uma forte supremacia nessas décadas (especialmente na década de 1990), onde as classes dominantes também *teriam minado sua própria capacidade de “direção intelectual e moral”*. Com a destruição da possibilidade de erigir indispensáveis bases materiais para essa direção, e o desmantelamento de mecanismos organizacionais (partidos com capacidade de organização e mobilização de massas, sindicatos burocratizados) que tinham funcionado como meios fundamentais na construção dos “equilíbrios instáveis” que a tornavam uma classe “dirigente”, desestruturaram-se as próprias bases materiais e simbólicas que tinham sustentado o “conformismo” das classes subalternas ao longo do século XX.

Essa análise não supõe uma subestimação das relações dinâmicas do par “domínio” e “direção” – lembremos que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” –, e tampouco desconsidera o fato de que “um grupo social domina os grupos adversários [...] e dirige os grupos afins e aliados”, sendo que “deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’”<sup>36</sup>. Ao contrário, a presente análise procura retratar em que medida as contra-reformas neoliberais expressam as tentativas ofensivas de uma classe burguesa que está “saturada”, isto é, que “não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações

---

<sup>36</sup> Gramsci (CC5, 2002, p. 62-63).

são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações)”<sup>37</sup> – ou, colocado em outros termos, tentativas de segmentos de classe que não pretendem “harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos”, que buscam “dominar” antes que “dirigir” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 329).

Essa amputação da capacidade hegemônica que sugerimos não deve ser interpretada como ausência de domínio das classes possuidoras, sendo que suas intervenções transformistas implicaram num ensurdecido disciplinamento das classes trabalhadoras argentinas. Se tal como assinala Buci-Glucksmann, “quanto mais autenticamente hegemônica é uma classe, tanto mais permite às classes adversárias a possibilidade de se organizarem e se constituírem como força política autônoma”<sup>38</sup>. Não restam dúvidas sobre a capacidade desagregadora da supremacia das classes dominantes sobre as forças potenciais de oposição que se constituem ao longo dos anos 1990.

Outra questão seria se essa relativa desarticulação de significativos aparelhos hegemônicos construídos desde a segunda metade do século XX – num quadro em que a erosão das bases materiais que sustentaram o “conformismo” das classes subalternas desde esse período – poderia ser duradouramente mantida com os vários mecanismos de dominação e controle (falaremos no terceiro capítulo sobre as medidas sócio-assistenciais de contra-insurgência) criados pelas classes dominantes para esse cenário de *débâcle*: observa-se uma regressão desde as formas da política de massas próprias dos anos 1970 para as formas clientelísticas da “década neoliberal”; desde as conquistas sociais da classe trabalhadora para um assistencialismo “privatista” que constitui a base de arcaicas relações assimétricas e personalistas. Constituem processos que se dirimem entre a tensão de destruir a capacidade sindical de canalização das demandas e reivindicações das massas trabalhadoras (pela forte erosão e crise que sofrem os sindicatos a partir das medidas de flexibilização trabalhista, a desregulamentação dos seguros sociais de saúde, as tendências de privatização da previdência social) e a necessidade de obter sua “formatação” estatal e disciplina social; entre a urgência de controlar o conflito social, mas sem incrementar o gasto em política social<sup>39</sup>.

Ao entender que o “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas *consegue obter o consenso ativo dos governados [...]*”<sup>40</sup>, observamos a partir da “década neoliberal” a

---

<sup>37</sup> Gramsci (CC3, 2000, p. 271).

<sup>38</sup> Buci-Glucksmann (*apud* CAMPIONE, 2005a, p. 9; *tradução nossa*).

<sup>39</sup> Cf. Campione (2005a, p.18) e Dinerstein (*in* LOZANO, 1999, p. 113).

<sup>40</sup> Gramsci (CC3, 2000, p. 331; *grifos nossos*).

consolidação de um tipo de supremacia de classe mais suportada nas funções de domínio que na busca da construção de um consenso ativo. Ela investe numa retração das classes subalternas à vida privada – é a “impossibilidade da política” nos termos de Oliveira (2007a) –, e numa ação de cunho desorganizador: “se espera mais do cepticismo, da indiferença massiva, que da adesão a determinadas idéias ou políticas”<sup>41</sup>. Assim, mais que uma “direção intelectual e moral” observa-se uma *tentativa de neutralização e enfraquecimento político-ideológico, de retirada duradoura das classes subalternas da esfera pública*. Trata-se de algo que se aproxima dos processos que Gramsci retrata como “ditadura sem hegemonia” ou um tipo de hegemonia que “será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, *não deste sobre outras forças* para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo ‘jacobino’”<sup>42</sup>.

Será que podemos falar de uma “hegemonia limitada” às margens das próprias classes dominantes, que expressa a retração dos componentes do “consenso ativo e organizado”<sup>43</sup>?

Campione assinala:

Desorganizar, fragmentar, retirar ao privado [...] são caminhos de busca da passividade das massas, em nada coincidentes com a geração do “consenso ativo”, ao qual faz referencia Gramsci como um dos conteúdos da hegemonia [...]. Grande capital e Estado mantêm (e inclusive incrementam) o predomínio econômico, político (legitimado democraticamente) e ideológico-cultural [...], mas *não existe uma verdadeira ação hegemônica nesse predomínio* [...]. A “qualidade” do consentimento dos subalternos se degrada, porque é filho da fragmentação, da paralisia, da perda de referências para a ação coletiva, da “baixa qualidade” da vida política (CAMPIONE, 2005a, p. 24; *tradução e grifos nossos*).

Na mesma direção, um intelectual da CTA expressa que o neoliberalismo, “*subjuga, mas não pode dirigir*; controla, mas não pode representar a aspiração do bem comum; submete, mas não consegue que seu interesse seja o interesse geral”<sup>44</sup>.

São processos que devem ser compreendidos à luz de um capitalismo que busca sua recomposição reduzindo suas margens consensuais e de disputa no seio do Estado, no sentido de duradouras concessões econômicas e políticas às classes subalternas – não uma “restrição”

<sup>41</sup> Campione (2005a, p. 11; *tradução nossa*).

<sup>42</sup> Gramsci (CC5, 2002, p. 330; *grifos nossos*).

<sup>43</sup> Analisando o fenômeno do transformismo como incorporação molecular de intelectuais isolados e de grupos inteiros radicais pertencentes às classes subalternas nas margens de um governo conservador e moderado, Braga assinala: “tal governo caracteriza-se tanto pela oposição à participação popular na vida do Estado (caráter essencialmente conservador da política de Estado) quanto pelas *reformas feitas com base na ditadura sobre as classes subalternas (hegemonia limitada à própria classe)*” (in DIAS, 1996, p. 172; *grifos nossos*).

<sup>44</sup> Girotti (in LOZANO, 1999, p. 253; *tradução e grifos nossos*).



do Estado e sim uma *restrição do poder das classes subalternas no seio do Estado*; isto é, uma maior impermeabilidade em face das suas pressões reivindicativas.

### **1.3. As radicais transformações no estatuto do trabalho: algumas determinações de um antagonismo em mutação**

Pretendemos deter-nos sobre alguns traços histórico-objetivos (apenas mapeados páginas atrás) que explicam a *profunda desorganização do trabalho* que se observa na Argentina, mais claramente, a partir da década de 1990, quando se consolida um novo modo de acumulação centrado na exportação de produtos industriais, agroindustriais e agropecuários (de baixo valor agregado), altamente dependente do investimento estrangeiro direto e dos fluxos financeiros internacionais – uma “comunidade” de interesses entre capital local e transnacional, como assinala Piva (*in ANUARIO EDI*, 2007).

Dentre as principais mudanças estruturais que incidem na desorganização do trabalho, podemos mencionar: 1) os *processos de desindustrialização* – inaugurados pela ditadura militar de 1976 e aprofundados com a “unilateral” abertura comercial e financeira, e pelas políticas monetárias ortodoxas que sobre-valorizam a moeda (plano de convertibilidade de 1991) – e de *reestruturação da indústria* (indústrias orientadas à exportação, também sustentadas por fusões/aquisições lideradas pelo capital estrangeiro); 2) a *reestruturação produtiva*, sobretudo nos ramos de produção ligados ao capital transnacional, seja pela introdução de novas tecnologias que provocam o aumento da composição orgânica do capital, seja pela via de novas formas de organização do processo de trabalho, que redundam em uma redução considerável da utilização da força viva de trabalho; 3) a *desregulamentação das relações de trabalho* que se torna necessária para viabilizar essas mudanças; 4) a *privatização das empresas estatais*, que ao passar às mãos de capitais estrangeiros, sofrem significativas reconversões e “ajustes” sobre a força de trabalho (demissões em massa e mudança do perfil desses trabalhadores estatais).

A Lei de Emprego aprovada em 1991 marca o quadro histórico em que se inauguram as mudanças na organização dos processos de trabalho que – pela via de novas modalidades de administração, gestão e consumo da força de trabalho – pretendem aumentar a produtividade e melhorar as condições de extração de mais-valia. Segundo dados trabalhados por Féliz (2005), entre 1993 e 1998 a produtividade horária do trabalho na indústria cresceu 45,5%, sendo que a mesma não se traduziria em melhores salários para o trabalho. Estamos frente a um momento de expansão da força produtiva do trabalho, mas que supõe uma *fase de decomposição da sociedade, de destruição de relações sociais* pela tendência crescente de

repulsão de força de trabalho pelo capital, a qual modifica significativamente a relação de forças objetivas dos grupos sociais fundamentais. Os traços desse momento são claros: tendências à centralização da propriedade e da riqueza, à redução do operariado industrial, à pauperização geral das massas trabalhadoras, e ao aumento significativo da população excedente, seja na forma visível do desemprego, ou na forma encoberta das mais variadas modalidades, tais como contratos precários na administração pública, atividades de sobrevivência ou empregos “informais” registrados como “subemprego”, e programas sociais que assistencializam essa dinâmica de exploração da força de trabalho<sup>45</sup>.

Atacando a suposta “rigidez” do trabalho – dos mecanismos de contratação, da sua organização política, das leis de proteção social<sup>46</sup> – que seria responsável, na explicação oficial, pela perda de competitividade da economia argentina e do próprio aumento do desemprego, as medidas de “flexibilização” prometiam “modernizar” as “arcaicas” relações trabalhistas (reduzir o “custo do trabalho”) para produzir um crescimento econômico que, posteriormente, aumentaria a oferta de emprego. Para além dessa mistificada explicação – veremos que o crescimento econômico da década de 1990 raramente se materializaria em mais e melhores condições de emprego<sup>47</sup>, desmentindo a efetividade de supostas “políticas ativas de emprego” que não seriam mais do que precários programas sociais que assistencializam o desemprego –, observamos uma *intensa reorganização da relação capital/trabalho* que expressa uma mudança qualitativa no regime de exploração.

Nesse quadro, à intensificação e polivalência do trabalho, agrega-se a multiplicação de contratos temporários, a modificação de horários e turnos (trabalho parcial), o aumento da jornada de trabalho e a redução de horas extras, e a criação de novas modalidades de uso e contratação da força de trabalho (como a terceirização) que precarizam e tornam “invisíveis”, em alguns casos, as relações de assalariamento. Nos casos de privatização das empresas públicas, as novas unidades passam por reconversões produtivas que redundam em demissões

---

<sup>45</sup> Reflexões que dialogam com as análises de Podestá & Tarditi (1997) e Iñigo Carrera, Podestá & Cotarelo (1999).

<sup>46</sup> Dentre as legislações que buscariam desarticular o corporativo “poder gremial” podemos mencionar a Lei de Associações Profissionais (previa a eliminação do sindicato único por atividade no nível nacional), a Lei de Convenções Coletivas de Trabalho (eliminava as negociações salariais nacionais, descentralizando as negociações por ramo, setor ou empresa), a Lei de Obras Sociais (tirava o controle monopólico dos fundos dos planos de saúde, ao tempo que possibilitava sua associação com o capital privado, para sua exploração). Cf. Peralta Ramos (2007, p. 335).

<sup>47</sup> A rentabilidade do capital apresenta um movimento ascendente até 1995, sendo que desde 1997 experimenta uma redução de quase 31% até a crise que se manifesta abertamente em 2001. Nesse primeiro período (particularmente 1991-1994), a crescente taxa de desemprego se dá nos marcos de um crescimento do PIB de 7.5% anual e um crescimento da produtividade de 5.4% anual. Cf. Podestá (1999) e Féliz (2005).

em massa de trabalhadores que tinham alcançado bons níveis salariais (como na experiência de YPF que abordaremos no próximo capítulo) e até uma extensa prática sindical (como em alguns segmentos de telefonia pública). O exemplo das falsamente chamadas “demissões voluntárias”, que ofereciam “tentadoras indenizações” para reduzir uma plataforma de trabalhadores que tinham conhecido mecanismos de negociação coletiva e de proteção do trabalho, expressa a arbitrariedade e o abuso das patronais que utilizariam métodos de perseguição perversos para substituí-los por força de trabalho mais “barata” e “submissa”<sup>48</sup>.

É a *máxima afirmação do trabalho abstrato*, expressando um novo patamar de subordinação do trabalho ao capital, onde este não apenas se desfaz das antigas responsabilidades pela reprodução da força de trabalho (estamos falando da depreciação do valor dos salários, da redução das contribuições patronais com a seguridade social, da criação de formas de emprego absolutamente desprotegidas e sem garantias sociais), mas torna invisível a própria relação de exploração e antagonismo que se materializa naquelas funções do processo de trabalho que agora passam a desempenhar-se com certa “externalidade” ao processo de produção. Isso aparece sob a forma do trabalho terceirizado de cooperativas de produção, da venda de “serviços profissionais” no âmbito da administração pública, das diversas expressões da “informalidade”<sup>49</sup> que se tornam fundamentais para a valorização capitalista, e até do próprio desemprego: a produção de um contingente inédito de massas supérfluas (índices de desemprego que atingem 22% no auge da crise de 2001-2002) funcionais à superexploração do trabalho, que, no entanto, experimentam para o final da década de 1990 interessantes processos de organização (objeto de reflexão do próximo capítulo).

Tal como analisa Féliz (2005), ao longo da década de 1990 o capital utilizou diversas vias para o aumento do controle do trabalho, potenciando os mecanismos de extração do excedente a través de: 1) *processos de extração de mais-valia relativa*, sendo que a política cambiária favoreceria a redução relativa dos preços da cesta básica de consumo da família

---

<sup>48</sup> O trabalho de Ramírez (*in* LOZANO, 1999) mostra a situação das empresas telefônicas privatizadas que ao não poder produzir demissões (compromisso formal com o governo, que não deixou de atuar pela via de omissões cúmplices de funcionários do Ministério de Trabalho e Seguridade Social, tal como denunciavam alguns trabalhadores) utilizaram métodos perversos de perseguição dos trabalhadores para conseguir a “demissão voluntária” (utilizando a assessoria de diversos profissionais de áreas sociais e de saúde) e desarticular as possíveis resistências sindicais, “comprando” seus quadros com tentadoras indenizações. Dialogando com uma investigação realizada pelos próprios operários, o autor detalha os graves problemas de saúde e familiares (tentativas de suicídio, doenças terminais, infartos, divórcios e separações) que teriam sofrido a maioria dos trabalhadores submetidos à perseguição das “demissões voluntárias”.

<sup>49</sup> Podestá (1999, p.17) analisa dados do Ministério de Trabalho de finais de 1996, quando de um total aproximado de 4.700.000 “trabalhadores autônomos” só estavam registrados 2.356.615, dos quais apenas 851.440 realizavam suas contribuições previdenciárias.

trabalhadora, possibilitando baixos níveis de remuneração salarial que potencializariam a valorização do capital; 2) *processos de extração de mais-valia absoluta*, caracterizados pelo aumento da jornada de trabalho – a proporção de empregados em jornadas estendidas cresceu de 36% dos trabalhadores empregados em 1991 para mais de 50% em 1999 –, e isso sem incremento do salário, visto que, no período 1993-1997, a média dos salários reais se reduziu 7,4%; 3) *superexploração da força de trabalho* que se expressa como uma tendência central nessa dinâmica de acumulação, caracterizada pela redução do salário abaixo do custo de sua reprodução: tomando como parâmetro do valor da força de trabalho o valor (da cesta básica) definido pelo INDEC para o cálculo da linha de pobreza, o autor constata que no período de 1993-1997 o salário médio, que representava 4,3 vezes o valor dessa cesta, passou a representar apenas 3,8 o seu valor (sofrendo uma redução de 11,8%), sendo que, no setor industrial, o salário medido em unidades de linha de pobreza foi reduzido 10,7% entre 1993 e 1998. Desse modo,

A combinação destes mecanismos permitiu que entre 1991 e 1998 aumentasse a massa de valor apropriada pelo capital um 55,6% [...] sustentada na expansão extensiva da exploração do trabalho e na maior taxa de exploração. Com relação ao primeiro, a quantidade de horas trabalhadas na indústria aumentou 2% entre 1995 e 1997, ano em que alcançou seu ponto mais alto. Por outra parte, a taxa de exploração aumentou globalmente 79,7% (FÉLIZ, 2005; *tradução nossa*).

Nos marcos deste processo de reformulação do estatuto do trabalho, vale a pena nos referirmos também ao desemprego maciço e aos processos de precarização do trabalho como formas atuais de existência do trabalho explorado e do aprofundamento da sua subordinação ao capital. Concentremo-nos inicialmente no seguinte quadro que, com base em dados do INDEC, nos mostra a evolução do desemprego até 2001.

### **Taxa de desemprego e subemprego do período 1990-2001**

(total de aglomerados urbanos)

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Taxa de desemprego em %</b>	<b>Taxa de subemprego em %</b>
1990	maio	8,6	9,3
1990	outubro	6,3	8,9
1991	junho	6,9	8,6
1991	outubro	6,0	7,9
1992	maio	6,9	8,3

1992	outubro	7,0	8,1
1993	maio	9,9	8,8
1993	outubro	9,3	9,3
1994	maio	10,7	10,2
1994	outubro	12,1	10,4
1995	maio	18,4	11,3
1995	outubro	16,6	12,5
1996	maio	17,1	12,6
1996	outubro	17,3	13,6
1997	maio	16,1	13,2
1997	outubro	13,7	13,1
1998	maio	13,2	13,3
1998	outubro	12,4	13,6
1999	maio	14,5	13,7
1999	outubro	13,8	14,3
2000	maio	15,4	14,5
2000	outubro	14,7	14,6
2001	maio	16,4	14,9
2001	outubro	18,3	16,3

Fonte: INDEC-EPH<sup>50</sup>

Dialogando com diversas pesquisas que buscaram compreender essa tendência<sup>51</sup>, podemos analisar os movimentos do mercado de trabalho em períodos que se destacam ao longo da década de 1990, compreendendo-os como uma manifestação de transformações mais profundas. Nesse sentido, é importante salientar as mudanças na legislação trabalhista que implicaram em um processo sistemático de desproteção do trabalho: a redução ou anulação

<sup>50</sup> Elaboração própria com base em dados do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – Encuesta Permanente de Hogares. Evolución de las tasas de actividad, empleo, desocupación y subocupación. Total de aglomerados urbanos desde 1974 en adelante. Disponível em: [www.indec.mecon.ar](http://www.indec.mecon.ar). Acesso em: 20 janeiro 2009.

<sup>51</sup> Referimons aos trabalhos do IEF da CTA (*in* LOZANO, 1999), Podestá (1999), Lindenboim e Gonzalez (*in* LINDENBOIM & DANANI, 2003), Féliz (2005), assim como Piva (*in* ANUARIO EDI, 2007). Do primeiro trabalho tomamos a estrutura geral da periodização, enriquecida do diálogo com os outros autores.

Os autores deste primeiro trabalho advertem sobre a pouca confiabilidade e limitação dos dados oficiais do INDEC que estão sendo utilizados para a análise (nessa medição uma manifesta destruição de fontes de emprego pode não se traduzir em maiores taxas de desemprego, se esses trabalhadores desistissem da procura). Porém, inclusive com esses esclarecimentos, os dados resultam alarmantes.

das contribuições sociais patronais e das indenizações por demissões, a criação de diversas modalidades de contratos temporários, e a extensão da jornada de trabalho<sup>52</sup>.

*Período de 1991-1993*, que manifesta a plena ofensiva do capital contra o trabalho: caracteriza-se pela introdução do plano de convertibilidade cambial e das principais medidas de desregulamentação econômica, as contra-reformas trabalhistas (a Lei de Emprego de 1991 introduz, por exemplo, os contratos temporários e reduz as contribuições patronais nessa modalidade), a política de privatização do setor público, assim como os impactos plenos do processo de reestruturação industrial. Nesse período se produziu uma expansão do PIB<sup>53</sup> (crescimento da produtividade industrial acompanhada de um aumento da taxa de exploração) com uma variação importante, mas decrescente do pleno emprego (5%, 2,4% e -0,5%), uma variação importante e crescente do desemprego (2,1%, 18,8% e 28,7%) que em maio de 1993 chega a 9,9%, e uma evolução significativa e crescente do subemprego (-7,6%, 5,2% e 12%), que nesse último período atinge 8,8%.

*Período de 1993-1996*, onde se observa um processo de destruição líquida de fontes de emprego acompanhado de seqüências negativas em matéria de evolução do pleno emprego (-3,1%, 4,9% e 0,5%), aumento do desemprego (31,6%, 40% e 4,5%) e do subemprego (15,3%, 21,8% e 9,7%). Lembremos que entre 1995-1996, quando se torna evidente a recessão da economia, também pelos impactos da crise internacional do “tequila” (endividamento externo, déficit comercial, crise das finanças do Estado), observam-se índices inéditos de desemprego e subemprego (para maio de 1995 esses valores chegam a 18,4% e 11,3%, o que equivale praticamente a 30% da PEA com problemas de inserção no mercado de trabalho). Nesse marco, as Leis 24.465 e 24.467 de 1995 aprofundam as modalidades temporárias de contratação e de redução das contribuições patronais, configurando um novo patamar de desproteção do trabalho. É a explosão do “hiper-desemprego”, quando também se percebe o predomínio dos mecanismos de produção de mais-valia absoluta e queda salarial. Por sua vez, nesses anos, é registrado um aumento de medidas de luta, como greves gerais (são momentos de criação da CTA e da Marcha Federal, expressando a resistência dos trabalhadores estatais em face da “acomodação” de importantes grêmios industriais), ao tempo que existem mais de

---

<sup>52</sup> Essas leis são: Lei 24.013/91 (primeira lei de emprego), Lei 24.465/95 (lei de formação e emprego), Lei 24.467/95 (referida às empresas pequenas e médias), Lei 25.013/98 (segunda lei de emprego) e Lei 25.250/00 (é a reforma trabalhista que inaugura o governo da Aliança). Cf. González (in LINDENBOIM & DANANI, 2003, p. 91 et seq.).

<sup>53</sup> Segundo dados analisados por Peralta Ramos (2007, p. 334) o crescimento do PIB atinge taxas de: 10.6% em 1991; 9.6% em 1992; 5.7% em 1993.

30 medidas sociais simultâneas que abordam o problema do desemprego (essas questões serão abordadas nos próximos capítulos).

*Período de 1996-1998*, onde a recuperação do PIB teria sido paralela a uma incipiente recuperação das fontes de emprego – recuperação que deve ser compreendida dentro dos marcos do trabalho flexível e precário (falamos, basicamente, de contratos temporários)<sup>54</sup>. Assim, essa recuperação deriva em um declínio do pleno emprego (9,1% em 1997 e 2% em 1998), observando-se uma tendência à redução do desemprego (redução essa, entretanto, que foi maior em 1997, quando o desemprego caiu 13,8% do que em 1998, quando a queda registrada foi de 3,8%) e uma recuperação da tendência crescente do subemprego (1,9% para 1997 e 2,1% para a primeira onda de 1998). É importante salientar que o crescimento do PIB durante 1996 e 1997 (taxas de 5,5% e 8,1%) seria revertido a partir de 1998, quando a recessão da economia dá mostras mais aguçadas da sua vulnerabilidade. Em um contexto em que a vigência da convertibilidade impunha uma queda maior do salário e um ajuste fiscal mais rigoroso, a reforma trabalhista pendente ganha uma nova urgência política nos próximos anos<sup>55</sup>, o que aprofundaria o descontentamento de diversos segmentos organizados da classe trabalhadora.

As conseqüências de *empobrecimento e desestruturação social*, implicadas neste processo, são sintetizadas assim:

O efeito combinado destes fatores nos permite afirmar que 3 entre cada 4 pessoas que concorreram ao mercado de trabalho entre 1991 e 1998 tiveram por destino o desemprego e o subemprego, numa etapa econômica com taxas de crescimento difíceis de repetir e sustentar pelas debilidades da configuração produtiva local e a existência de um marco internacional muito favorável (IEF-CTA *In* LOZANO, 1999, p. 334; *tradução nossa*).

Por seu turno, se analisarmos o tipo de “emprego” que tem sido levemente expandido no último período considerado (1996-1998), devemos mencionar dois elementos que confluíram nessa suposta expansão: a) o sobre-emprego (dado por aqueles que trabalham mais de 45 horas semanais, expressando, em alguns casos, processos de extração de mais-valia

<sup>54</sup> Podestá (1999, p. 16 *et seq*) assinala os acordos “altamente flexibilizados” das empresas automobilísticas (como Mazda-Generals Motors, Toyota, Chrysler e Fiat) que supõem as seguintes condições de trabalho: polivalência, flexibilidade horária, jornada de trabalho elástica, salário por produtividade, férias fracionadas, etc. Retomando dados do “Panorama Laboral” de 1997 da OIT, o autor afirma que do total do aumento das fontes de emprego na Argentina, 85% correspondem a contratos temporários. Por sua vez, entre 65% e 85% dos trabalhadores de microempresas não têm contratos e entre 65% e 80% não estão inseridos em sistemas de saúde ou previdenciários. Lembremos algumas das modalidades de contratos temporários que se apresentavam como parte de supostas “políticas de promoção do emprego”: contratos com data de finalização prevista, contratos para trabalhadores submetidos a aprovação, contratos de aprendizagem, e até sistemas de estágio remunerado (“pasantías”).

<sup>55</sup> A referência aqui é à Lei de reforma trabalhista 25.250 de 2000.

absoluta pelo alargamento da jornada de trabalho); e b) a crescente expansão de programas sociais que buscam dar resposta ao desemprego, num período em que os programas de assistência ao desemprego se concentram, inclusive devido às pressões dos organismos internacionais financiadores, mas não variam sua racionalidade<sup>56</sup>. O primeiro elemento ficou longe de ter dimensões marginais já que, para o final da década de 1990, 42,6% dos empregados da Grande Buenos Aires (um dos maiores centros industriais do país até as reformas neoliberais) estavam sobre-empregados, e dentre eles, um de cada três realizava semanas laborais de mais de 62 horas. E o segundo elemento constituiu, desde sua criação, uma “ilusão estatística” que consideraria como empregadas as pessoas beneficiárias desses programas (com o artifício de imputar, às “ocupações” derivadas deles, uma duração da semana de trabalho de mais de 35 horas). Veremos no próximo capítulo que esses programas fazem parte de uma estratégia mais abrangente de desestruturação dos padrões anteriores de proteção do trabalho, sob a forma de supostas “políticas de promoção do emprego” que não seriam outra coisa que mecanismos de criação de modalidades temporárias e precárias de contratação da força de trabalho.

No *período 1998-2001*, acirram-se tendências mais regressivas de ofensiva contra o trabalho. Em face da recessão econômica e da desaceleração do aumento da produtividade, a continuidade do processo de acumulação descansa cada vez mais em mecanismos de aumento da mais-valia absoluta e queda dos salários. Assim, verifica-se a extensão da jornada de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho, o aumento do desemprego e subemprego (que em outubro de 2001, chegam a 18,3 % e 16,3 %), elementos que provocam o crescimento da pauperização absoluta das massas trabalhadoras.

Ou seja, trata-se de uma década na qual a particularidade argentina do crescimento da proporção dos trabalhadores assalariados se explica pelo *aumento do emprego precário* – ou seja, do emprego não registrado ou desprovido de garantias sociais, inclusive com o amparo das novas normativas – ao mesmo tempo que ocorre a *redução drástica dos postos de trabalho protegidos*<sup>57</sup>. Observa-se o *crescimento acelerado do desemprego* – com limites históricos de 18,4% (maio de 1995) e 18,3% (outubro de 2001) – e que atinge cifras alarmantes de 21,5% no cerne da crise (maio de 2002), consolidando-se com características de *longa data* para alguns segmentos, e um *incremento permanente do subemprego*, que vai de

---

<sup>56</sup> Em meio a esses programas, destaca-se o “Programa Trabajar”, que é objeto de reflexão do último capítulo.

<sup>57</sup> Lindenboim (in LINDENBOIM & DANANI, 2003), assinala o exemplo da indústria manufatureira na década de 1990, onde se retrata fortemente essa tendência de expulsão dos trabalhadores protegidos e aumento dos precários.



9,3% no início da década de 1990 (maio de 1990) para índices que chegam a 19,9% no novo século (outubro de 2002). Assim, no ano de 2002 praticamente 40% da PEA apresenta problemas de emprego<sup>58</sup>. O *crescimento significativo do emprego não registrado*, a *maior rotatividade da força de trabalho* e o *aumento da jornada de trabalho* são outras tendências que aguçam a precarização dos trabalhadores assalariados, repercutindo substantivamente na sociabilidade dessas massas<sup>59</sup>.

Na mesma linha das nossas reflexões, Piva afirma:

Mas esse caráter do processo de acumulação tendeu a limitar a capacidade hegemônica da classe dominante. Na medida em que a reprodução ampliada do capital baseou-se predominantemente na deterioração das condições de trabalho e do salário dos trabalhadores, foi cada vez mais difícil apresentar as condições da expansão particular do capital como condições da “expansão das energias nacionais” [...] a continuidade do processo de acumulação dependeu cada vez mais da efetividade dos mecanismos coercitivos (ameaça hiper-inflacionária, fragmentação da força de trabalho, alto desemprego) para produzir o que poderíamos chamar de um *consenso negativo*, que deu lugar a uma *hegemonia fraca* (PIVA In ANUARIO EDI, 2007, p. 57; *tradução e grifos nossos*).

Ao longo do nosso trabalho, buscaremos mostrar como esse quadro histórico-objetivo de mudanças repercute (como fator de erosão) nas bases materiais de sustentação do “conformismo” das classes subalternas, assim como na própria configuração da sua identidade de luta. Duas perguntas brotam a partir dessas repercussões: *São as políticas de “funcionalização da pobreza” suficientes para “suturar” tamanha desagregação social? Que instrumentos e formas organizativas são capazes de re-atualizar o antagonismo e o “espírito de cisão” dos grupos subalternos quando a “erosão do trabalho” torna vulneráveis suas experiências de resistência precedentes?*



As profundas transformações estruturais e superestruturais que mapeamos neste capítulo permitem-se pensar a partir da idéia – inspirada no Gramsci de *Americanismo e Fordismo* – de que os processos de “racionalização produtiva” e de reorganização da relação capital-trabalho, que se delineiam mais claramente na Argentina da década de 1990,

<sup>58</sup> Dados extraídos do INDEC-EPH.

<sup>59</sup> A modo de ilustração retomemos os dados de uma enquête privada, analisados por Podestá (1999, p. 16): no fim de 1996, 75% dos trabalhadores em atividade *afirmam estar preocupados* com a possibilidade de perder seu emprego, mais de 50% *acredita* que possivelmente o perderá e 60% *estaria disposto* a trabalhar mais horas ou aceitar uma mudança de horário ou um salário variável, caso a conservação do emprego dependesse disso. Por sua vez, quase 50% *está preocupado* com a possibilidade de que algum membro do seu lar fique sem emprego.

precisaram investir na destruição daquela precedente “personalidade histórica” do trabalho. Tais contra-reformas buscam diluir qualquer traço potencial de sociabilidade de classe e limitar os recursos políticos que as classes trabalhadoras construíram ao longo de décadas de luta e resistência. Para além das mediações necessárias nessa reflexão, o certo é que elas *configuram um terreno no qual as formas políticas do conflito de classes aparecem profundamente modificadas.*

Na verdade, a erosão do estatuto do trabalho – e suas principais manifestações no trabalho precário e desprotegido, e nos índices crescentes de desemprego estrutural – tem conseqüências devastadoras para a vida política. Retomando as lúcidas análises de Francisco de Oliveira (2007a), podemos pensar que são transformações que obscureceram as relações entre interesses políticos e clivagens de classe: é a “impossibilidade da política” ou a “era da indeterminação”, na qual se verifica um significativo empobrecimento da vida política que não reflete os antagônicos interesses classistas – vimos, afinal, como a “década neoliberal” parece homogeneizar o sistema político – e resulta adverso inclusive à produção da contestação e contra-hegemonia dos próprios setores subalternos. Na mesma direção da dinâmica da dominação que retratávamos páginas atrás, Oliveira afirma: “[...] a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas” (*idem*, p. 38).

Uma imagem clara dessa realidade se expressa no que este autor chama de “políticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2004, 2007a, 2007b), mecanismos precários responsáveis por tornar disponíveis essas populações excedentes para ganhar um lugar em processos de trabalho mais primitivos, funcionais à dinâmica depredadora da acumulação capitalista contemporânea, o que resulta numa imagem das economias latino-americanas cada vez mais próxima das “famílias dos ornitorrincos”. Essas políticas – expressões claras da fórmula da “hegemonia limitada” – devem ser compreendidas na sua relação com as *avassaladoras estratégias de desorganização de classe*. Os interlocutores que através delas são postos em relação são sujeitos difusos, distantes de um conflito de classes antagônico. Tratam-se, assim, de políticas funcionais aos processos de “decomposição da classe” ou de desarticulação da sua sociabilidade precedente, tendo efeitos consideráveis na exclusão das classes trabalhadoras da vida política, classes essas que ficam reduzidas a objeto de políticas sociais compensatórias que possuem um claro corte antiuniversal. Nas justas palavras de Oliveira: “As políticas assistencialistas, que são na verdade políticas de funcionalização da pobreza, são a contraparte desse *movimento de verdadeira liquidação da classe* em curso [...]”

(OLIVEIRA, 2007b, p. 279; *grifos nossos*). Este será o objeto da nossa reflexão no terceiro capítulo.

Como dizíamos, o novo estatuto do trabalho de que aqui se trata expressa também transformações substantivas na dinâmica da dominação burguesa das classes dominantes argentinas da década de 1990. A revisão que esse novo estatuto implica consiste num recurso à “hegemonia limitada”, conceito que utilizamos para mostrar a tendência à desuniversalização da dominação burguesa retratada nessas contra-reformas. Essa realidade coloca às energias potenciais de *enfrentamento antagônico* ao capital das classes subalternas o desafio de um “heróico” esforço histórico de “re-atualização”.

Gramsci já advertia que, na história dos grupos subalternos, seu descontentamento carrega sempre traços “episódicos” que, no entanto, podem chegar a ser de uma criatividade indispensável para sua autorganização. Assim, com graus importantes de espontaneidade, as experiências dos “fugazes” movimentos de desempregados que analisaremos nas próximas páginas constituem-se como *imagens de um antagonismo (das suas formas políticas) em mutação, de uma profunda transformação da identidade das classes subalternas*. E, como adverte Francisco de Oliveira, “a indeterminação não significa o estancamento de *experimentações inventivas*; quer dizer apenas que elas ainda não cristalizaram o campo de conflitos dentro do qual os atores devem se movimentar doravante” (2007a, p. 43; *grifos nossos*). De fato, a iniciativa inorgânica das lutas dos desempregados não seria capaz de criar um novo consenso que obrigasse “o adversário a se mover dentro do campo em criação”, mas possibilitaria alguns ensaios organizativos que mostrariam traços de uma identidade de luta em mutação.

## CAPÍTULO 2

### OS DESEMPREGADOS NO MAPA DAS LUTAS SOCIAIS DAS CLASSES SUBALTERNAS

*A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica [...] todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral*

Gramsci (CC5, 2002, p. 135)

O mapa das lutas das classes subalternas que trazemos para a análise não pretende ser uma cronologia nem sua descrição detalhada. Algumas das principais expressões da luta de classes que aqui comparecem o fazem com o intuito de mostrar como as configurações dessa movimentação são substantivamente redimensionadas pelas transformações históricas que analisávamos páginas atrás, retratando “episódios” de uma mudança em processo da identidade de luta das classes subalternas. As lutas dos desempregados são recuperadas pela sua “aguçada” capacidade de evidenciar alguns rebatimentos (e as tentativas de resistência e enfrentamento) da profunda erosão do trabalho na organização das massas trabalhadoras.

Expressando também as repercussões da dinâmica transformista de dominação na reorganização desses segmentos, buscamos mostrar em que medida elas participam ao longo da década de 1990 da gestação e precipitação de uma crise de hegemonia que se manifesta abertamente em 2001-2002, dando destaque para os “ritmos” espontâneos e caóticos que caracterizam o descontentamento das classes subalternas, assim como para os momentos de maior unificação orgânica das mesmas. Falamos de lutas que buscariam desafiar o período contra-revolucionário que se inicia com a ditadura de 1976, costurando os fios invisíveis da sinistra tríade terrorismo/hiperinflação/desemprego.

Afinal, nos primórdios da década de 1990 o descontentamento se expressa mais como uma “crítica ao modelo”, dando lugar “[...] a uma política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder”<sup>60</sup>. Entretanto, já em alguns processos organizativos que se delineiam antecedendo a crise de 2001, vislumbram-se indícios de uma crítica – ainda que episódica, “crítica histórico-social” – ao sistema capitalista, conforme se percebe seja em algumas reflexões dos Encontros pelo Novo Pensamento da CTA, seja em experiências organizativas dos MTDs. Concentrar-nos-

---

<sup>60</sup> Gramsci (CC3; 2000, p. 36-37).

emos com maior atenção em experiências que confluem na Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, cuja crise e deserções, desde 2003, coincidem com o cenário de tentativa de recomposição hegemônica. O ponto de chegada desse capítulo será algumas breves considerações de alguns ensaios de reunificação das classes subalternas (como a retratada na Frente Popular Dario Santillán), e de seus debates mais significativos nesse complexo cenário de recomposição da dominação burguesa e de ofensiva sobre qualquer intento de organização contestatória.

Devemos começar refletindo que, entre as expressões mais tumultuosas, como a revolta de 1989 e o motim de Santiago del Estero de 1993, e aquelas mais amadurecidas que se multiplicam no final da década, coroadas na insurreição espontânea de 2001 (IÑIGO CARRERA & COTARELO, 1997 e 2003), podemos observar diversos processos organizativos que, crescentemente, desafiam os vínculos representativos com as classes dominantes: “uma ‘multiplicidade’ de elementos de ‘direção consciente’ nestes movimentos”, nas palavras de Gramsci (CC3, 2000, p. 194).

Se o menemismo expressou um grande disciplinamento das classes subalternas (com dois mandatos eleitorais consecutivos, 1990/1995 e 1995/1999), o nível de regressão social que implicariam suas contra-reformas em termos de destruição da institucionalidade e decomposição das relações sociais evidenciaria o predomínio de estratégias transformistas. Essas estratégias, por um lado, ofereceriam um controle ensurdecido sobre as forças potenciais de oposição, dificultando sua unificação como movimento contra-hegemônico, mas, por outro, poderiam acabar erodindo aqueles vínculos de representação, através da própria desarticulação de significativos portadores materiais das relações sociais de hegemonia e canais de mediação política outrora fundamentais: por exemplo, os sindicatos “peronistas” que, ao longo da década de 1980, canalizavam os interesses de segmentos importantes das massas trabalhadoras.

É esse o paradoxo de uma burguesia que, nesse contexto econômico-social, não pode mais se universalizar, ainda que seu domínio ideológico construa o “senso comum” reinante da época. Uma burguesia que governa, majoritariamente, pela construção de consensos passivos e repressão, excluindo as classes subalternas de qualquer compromisso duradouro. Assim, o transformismo, ou um tipo de hegemonia subsidiada nas funções ditatoriais, supõe, mais que uso simples e primitivo da coerção, a decapitação pacífica dos grupos inimigos, e é expressão, na realidade Argentina da década de 1990, de uma época histórica de esgotamento

da promessa de “inclusão social” das classes subalternas e de destruição da institucionalidade que a possibilitava no passado.

Vários intelectuais, assim como forças político-sociais críticas dessa realidade, identificaram a “década neoliberal” com um *profundo empobrecimento da vida política coletiva*: uma sorte de “democracia aterrada” que só pode se manter na medida em que não é plenamente exercida<sup>61</sup>. Por isso, se, nos primórdios da década, ainda são observadas manifestações de apoio ao governo, o regime logo consolidar-se-ia na base de “consensos passivos”, expressões da paulatina limitação da capacidade de transformação do sistema político e da adoção de uma estratégia unilateral que abandona a idéia de “pacto”. Essa supremacia pode permanecer quase incontestada, ela

[...] pode sim domesticar com paus, pode disciplinar socialmente com o terrorismo hiper-inflacionário ou com o que desemprega, e até pode gerar o acatamento passivo com a miragem das moedas convertíveis e estáveis; mas *o que não pode alcançar é o consenso ativo e protagonista de suas vítimas*<sup>62</sup>.

O esvaziamento da vida política, reduzida ao cada vez mais precário momento eleitoral, refletiu também a desideologização dos partidos, sua adaptação à dinâmica das corporações da imprensa, e a paulatina corporativização de aparatos políticos orientados para interesses personalistas. Na expropriação de significativos direitos outrora conquistados – reforçada por essa expropriação política, que corresponde a uma maior concentração do poder e da propriedade –, o que está em jogo é uma *expropriação crescente das classes subalternas, uma retirada do poder das classes subalternas no seio do Estado*, e sua orientação paulatina para a “pequena política”<sup>63</sup>: o objetivo é limitar, diluir e pulverizar a participação popular em múltiplas demandas “corriqueiras”.

Se a ditadura militar implicou numa destruição política tal que, nas décadas subseqüentes, reduziria drasticamente a capacidade dos partidos políticos de esquerda de impregnarem às massas, o “esvaziamento” neoliberal também atingiria a vida eleitoral, em consonância com uma situação generalizada de insatisfação com o desempenho dos regimes

<sup>61</sup> Nas lúcidas palavras de Rozitchner (*in* LOZANO, 2000).

<sup>62</sup> Reflete a leitura de vários intelectuais do Instituto de Estudos e Formação da CTA. Girotti (*in* LOZANO, 1999, p. 252; *tradução e grifos nossos*).

<sup>63</sup> “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam *no interior de uma estrutura já estabelecida* em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 21; *grifos nossos*).

democráticos, a qual se verifica em diversos países da América Latina<sup>64</sup>. Um sintoma dessa situação é a tendência que se observa a partir da década de 1990, e mais claramente desde as eleições de 1991 (ano de aplicação do Plano Cavallo), ao aumento do voto em branco e da abstenção, superando a média histórica. Os votos em branco e abstenções registraram, conjuntamente, os seguintes índices: 15,6% em 1983, 23,6% em 1991, 24,9% em 1993, 34,9% em 1994, 23,4% em 1995 e 25,8% em 1997 (COTARELO, 1998). Essa tendência continuaria acirrando-se, como o expressa a votação para senadores e deputados de outubro de 2001, onde o “voto repúdio” representou o principal agregado no nível nacional (25% de ausentes, 8% de votos em branco, 15% de votos nulos).

Tal como assinala Cotarelo (1998), essa tendência é expressão de uma *política negativa* (presente também nas lutas sociais do período), no sentido de uma *fase primitiva e elementar da vontade coletiva*. Não obstante, na aceleração do cenário de confrontação social que se vislumbraria com a crise de 2001, os repúdios ao sistema político vigente ganhariam um estatuto coletivo – ainda que não tenham se consolidado como uma alternativa superadora do sistema de representação vigente. A organização do abstencionismo proposta por várias das chamadas organizações autônomas a partir das eleições de outubro de 2001, na consigna que reza “*nada importante para o povo se define nessas eleições*”, até o “*que se vayan todos*” de dezembro de 2001, e as demandas políticas das assembléias populares (por exemplo, pela renúncia da Corte Suprema de Justiça e por juízos a funcionários políticos) são sintomas candentes que mostram um ponto de inflexão, ainda que limitado, na crise da representatividade política.

## **2.1. No mirante das lutas sociais do período: entre as greves e os bloqueios de estrada**

Talvez seja um sintomático preâmbulo da crise que, uma década depois, inauguraria o novo século, que os conflitos que explodem em 1989-1990 se expressem como uma revolta<sup>65</sup>. Os saques e manifestações espontâneas de “pobres famintos” e protestos contra a situação econômica que precipitam a queda de um presidente (Alfonsín) num cenário abrupto de hiperinflação preanunciam a “falha” de canais clássicos de mediação como os sindicatos, na sua capacidade de canalização das lutas sociais. Encerrava-se uma década (1980) onde os

<sup>64</sup> Borón (*in* LOZANO, 1999, p. 76) analisa o caso das eleições parlamentares de 1997 no Chile (modelo pioneiro das contra-reformas neoliberais) onde os dados do absentismo eleitoral são contundentes: 3 milhões de jovens recusaram inscrever-se nos registros eleitorais, enquanto 41 % dos cidadãos não acudiu às urnas.

<sup>65</sup> Para mais detalhes sobre essa revolta – onde prevalece o elemento espontâneo – que acontece em grandes localidades como o Grande Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Mendoza, Tucumán, e Capital Federal, cf. Iñigo Carrera & Cotarelo (1997).

níveis de conflitividade trabalhista se tinham mantido relativamente altos com a utilização da greve<sup>66</sup>, caracterizada também por uma das mais elevadas taxas de sindicalização da América Latina (em torno de 40%). Durante a administração Radical (1983-1989), ocorreram 13 *greves gerais*, a maioria das quais organizada ao redor de demandas salariais e de reativação fabril, com uma adesão nunca menor que 50%, respondendo a índices inéditos de desemprego e subemprego que atingiam o teto histórico em 1986 (12% da PEA)<sup>67</sup>.

Na década entrante (década de 1990), esses instrumentos da classe trabalhadora seriam ainda mais profundamente atingidos. Na base da dinâmica das lutas sociais do período se encontram os *processos de reestruturação produtiva*, assim como as *mudanças na estrutura econômica da sociedade*, expressando inclusive a decantação de transformações de longo prazo. Tal como assinalam Iñigo Carrera & Cotarelo (2000a), somada à constante centralização da propriedade e da riqueza (desde a década de 1960), observa-se uma tendência à pauperização e proletarização de segmentos da pequena burguesia (maior entre 1960 e 1970), assim como ao aumento da população supérflua para as necessidades da força de trabalho do capital (destacando-se desde meados dos 1980). Essas tendências se manifestam como crescimento do desemprego, precarização do trabalho e redução salarial, nos marcos da mudança de direção do desenvolvimento e da resolução da confrontação em favor do capital financeiro.

Segundo Lobato & Suriano (2003, p. 134, et seq.), em 1983 se contabilizaram 316 conflitos trabalhistas, que em 1986 ascenderam a 725 e chegaram a 949 em 1988, mas esse número seria reduzido de forma notável para 281, em 1992. A diminuição do peso relativo dos conflitos sindicais da indústria<sup>68</sup> evidencia uma mudança setorial com um protagonismo maior dos trabalhadores de serviços, fundamentalmente estatais (docentes, empregados da administração pública, trabalhadores municipais, da saúde, bancários e motoristas de transporte), em detrimento dos historicamente fortes sindicatos dos trabalhadores ferroviários,

---

<sup>66</sup> Importantes conflitos industriais se destacam nesse contexto. Cafassi (2002, p. 64) lembra dentre os conflitos industriais que ganharam modalidades auto-organizativas, a experiência da Fábrica Automotriz Ford, assim como algumas experiências de direções sindicais alternativas integradas por partidos de esquerda, que foram derrotadas pelo peso das direções burocráticas tradicionais. Também Pozzi (1992) traz as tendências de resistência da UOM Quilmes (com influências do PC e do MAS) para os finais da década de '80.

<sup>67</sup> Cf. Iñigo Carrera (2001). Com respeito a esse período, não podemos negligenciar as múltiplas alianças antigovernamentais construídas pela CGT (com os estudantes, com o PJ, com os partidos de esquerda, etc.). Nos primeiros anos da presidência de Menem, seria visível a abrupta diminuição das lutas trabalhistas, quadro que começa a se reverter a partir do ano 1992 com a primeira greve geral. Cf. também Lobato & Suriano (2003) e Bunel (1992).

<sup>68</sup> No período, os autores assinalam medidas de força de envergadura em empresas importantes como Ford, Mercedes Benz, Volkswagen, Terrabusi, Rigolleau, Somisa e Lozadur, e nas fábricas Mu-Mu, Arthur Martin, cerâmica Rio Negro, e no frigorífico Pampero (LOBATO & SURIANO, 2003, p. 142).



metalúrgicos, portuários, telefônicos, e da alimentação. Também se observa a intensidade das ações de luta no interior do país (MACEIRA & SPALTENBERG, 2001), produto do nível de destruição das economias provinciais, provocado pelas privatizações.

Na pesquisa de Iñigo Carrera & Cotarelo (2004) que analisa um ciclo da rebelião na Argentina (período 1993-2001), pode-se observar que, se as ações de luta se concentram tendencialmente na estrutura econômico-social onde o capitalismo é mais desenvolvido (capitalismo de economia privada de grande indústria e pequena produção: províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e cidade de Buenos Aires), também ganham relevância no período as lutas que se desenvolvem na estrutura econômico-social caracterizada como capitalismo de economia privada com peso do campo (províncias de Salta, Tucumán, Jujuy, San Juan, Mendoza, Rio Negro)<sup>69</sup>, onde explodiriam as primeiras rebeliões de cidades inteiras, das quais surgiriam os primeiros “piqueteros”.

Ao ritmo das contra-reformas neoliberais (ajuste, leis de flexibilização trabalhista e desregulação do trabalho, privatizações, leis Federal de Educação e de Educação Superior), ainda que sem poder de detê-las, se multiplicam protestos que marcariam a época, assinalando momentos de unificação de diversas forças subalternas: a “*Praça do Não*”, repudiando os primórdios da política do governo (60 mil pessoas)<sup>70</sup> e a *Marcha contra os indultos* (40 mil pessoas) em 1990; a *Marcha Branca* em defesa da educação pública em 1992 (mais de 70 mil pessoas); a *Marcha Federal* em 1994 (50 mil pessoas na Praça de Maio) e a *Jornada de Protesto Nacional* em 1995 (ambas contra a política econômica do governo); a *Marcha do 24 de março* de 1996, em repúdio aos 20 anos do golpe militar (80 mil pessoas); as *mobilizações repudiando a repressão em Neuquén* (20 mil pessoas marchando na Praça de Maio) e a *Marcha Nacional pelo Trabalho* (de Quiaca até Buenos Aires, entre 35 mil e 70 mil pessoas, na Praça de Maio) em 1997; dentre tantas outras (IÑIGO CARRERA, 1999).

Configurando o “estilo” criativo dos protestos que se multiplicam na década, ao compasso da *ação direta dos grupos subalternos*, destacam-se as chamadas “ações demonstrativas” que incorporam elementos de encenação artística para dar força e visibilidade

<sup>69</sup> Cf. também Iñigo Carrera, Podestá & Cotarelo (1999). Nessa investigação a Argentina é caracterizada a partir de cinco estruturas econômico-sociais concretas, tendo como dimensões a divisão social do trabalho (indicador do desenvolvimento da força produtiva social) e os grupos sociais fundamentais (observados por posição e função).

<sup>70</sup> Um mês depois se organiza a “Praça do Sim”, a favor do governo, com uma participação aproximada de 50 mil pessoas. É interessante notar que na época (início do mandato de Menem) a oposição ao governo era uma questão complexa para um movimento operário que na sua maioria tinha feito parte da aliança expressada politicamente pelo peronismo. Lembremos que nunca se declararam greves gerais durante as presidências de Perón (1946-1952, 1952-1955, 1973-1974) e os únicos precedentes de greves a governos justicialistas foram as declaradas em junho e julho de 1975 na presidência de Isabel Perón (IÑIGO CARRERA, 2001).

às reivindicações. Recursos teatrais, “murgas”, e criações artísticas plásticas (bonecos, estruturas, disfarces) dão um toque distintivo às lutas e manifestações argentinas<sup>71</sup>. Por outro lado, em tensão com o transformismo menemista que cooptaria significativas cúpulas sindicais (em muitos casos, executores e partícipes do próprio ajuste) e desestruturaria a relação Estado/sindicatos construída ao longo de décadas, os trabalhadores argentinos protagonizaram 9 *greves gerais nacionais* na década de 1990<sup>72</sup>, caracterizadas como “greves-demonstração”. O caráter dessas greves foi fundamentalmente defensivo, e elas contaram com uma significativa adesão: em torno de 50 % nos casos de menor adesão, e 70/90 % nos de maior acatamento. Ademais, sua importância foi mais marcada nos cordões industriais (Grande Buenos Aires, Rosario e Córdoba), além de certas regiões do interior do país. Elas se sustentam num quadro de maior diversidade de organizações sindicais (CGT, MTA, CTA, CCC), recebem a adesão de estudantes, organizações de direitos humanos e sociais (HIJOS, Madres de Plaza de Mayo), partidos políticos de esquerda (PC, MAS, PTS, PO, MST, PSA e outros) e da oposição oficial, e se distinguem das greves da década de 1980 porque são realizadas predominantemente em função de *reivindicações políticas*, ou seja, contra a política econômica, trabalhista e social do governo de Menem, ainda que, entretanto, não apareça uma oposição orgânica à forma de organização social vigente. Além da perda de legitimidade do governo que foi se canalizando na criação do Congresso dos Trabalhadores Argentinos em 1992, essas mobilizações conseguiram frear o ritmo da implementação da flexibilização trabalhista, tarefas que ficariam “pendentes” para o governo da Aliança (IÑIGO CARRERA, 1999).

Assim, com base na pesquisa anteriormente referida (ciclo da rebelião no período 1993-2001), podemos observar momentos ascendentes e descendentes das lutas sociais do período, e um avanço desde formas mais espontâneas para formas mais sistemáticas, que

---

<sup>71</sup> Um exemplo chamativo foi a tomada do Conservatório Nacional de Música López Buchardo, com a execução ininterrupta da obra musical “*Vejaciones*” de Eric Satie por mais de uma semana, ou o “protesto teatral” de uma família de setores médios que em face da confiscação dos depósitos que se produz a partir de dezembro de 2001, simula veranejar – com guarda-sol, cadeiras e roupas de praia – no hall de uma entidade bancária (CAFASSI, 2002, p. 89 et seq.).

<sup>72</sup> Entre setembro de 1988 e novembro de 1992 não se produzem greves gerais, sendo que o novo governo de Menem contribui para inibir o uso desse instrumento. Ainda assim, numerosas greves de protesto em setores de produção são produzidas como formas de protesto contra demissões e privatizações. As 9 greves se produzem em 1992 (convocada pela CGT e apoiada pela CTA, entre outros grupos), 1994 (convocada pela CTA e pela MTA; apoiada por alguns sindicatos da CGT, entre outros grupos), 1995 (quando ocorreram duas greves: a primeira convocada pela CTA e pela MTA; a segunda convocada pela CGT e apoiada pela CTA e pela MTA, entre outros grupos), 1996 (quando ocorreram três greves: a primeira convocada pela CGT, CTA e MTA; a segunda pela CGT e pela MTA, tendo sido apoiada pela CTA, entre outros grupos; e a terceira convocada pela CGT, mas apoiada pela CTA e pela MTA), 1997 (convocada pela CTA, MTA, CCC e UOM) e 1999 (convocada pela CTA). Cf. Iñigo Carrera (1999 e 2001).

decantam na crise de hegemonia de 2001. Nesse ciclo, tal como sugerem os autores, talvez as *greves gerais tenham cumprido um papel articulador das diversas formas e instrumentos de luta que se multiplicavam: manifestações, bloqueios e piquetes*<sup>73</sup>, *ocupações*, etc. É um sinal da resignificação, ensaiada pelas classes subalternas, de históricos instrumentos de luta, e é nesse sentido que os autores assinalam certas distinções internas ao movimento de bloqueios: eles funcionariam como a) instrumentos subordinados a outra forma que os inclui, b) instrumentos principais, socialmente homogêneos e mobilizados para obtenção de reivindicações imediatas, c) instrumentos principais na forma de “tomada e defesa de uma posição”, sendo socialmente heterogêneos (IÑIGO CARRERA & COTARELO, 2004).

Destaca-se nessa pesquisa: 1) Um *primeiro momento ascendente*<sup>74</sup>, que se abre com o Motim de Santiago del Estero em 1993<sup>75</sup> e culmina com a greve geral de setembro de 1996 e os bloqueios de estrada de 1997 em Cutral-Có, Jujuy, Salta e Cruz del Eje (bloqueios que são objeto da nossa reflexão posterior por evidenciar as primeiras expressões dos sujeitos que nos convocam). No período, observam-se 7 greves gerais, que evidenciam uma unidade dos quadros sindicais (CGT, MTA e CTA). As mais significativas dessas greves são as que se concentram nos cordões industriais, e ocorrem nos anos de 1995 e 1996, época em que se registram os índices de desemprego e subemprego mais altos (atingindo 30 % da PEA). 2) Um *momento descendente* de setembro de 1997 a dezembro de 1999, o qual é determinado pela campanha eleitoral para legisladores que se canaliza em favor da Aliança, e se estende até os enfrentamentos da Ponte General Belgrano e General Mosconi-Tartagal (Salta). Esse momento caracteriza-se pelas ações dispersas e reivindicações imediatas, bem como por uma greve geral em 1998, convocada pela CTA em condições de relativo isolamento. 3) Um

---

<sup>73</sup> Segundo Lobato & Suriano (2003, p. 146), no período de 1997 a 2002, produziram-se 4674 bloqueios de estradas em todo o país!

<sup>74</sup> Outros autores (GIROTTI *in* LOZANO, 1999; MACEIRA & SPALTENBERG, 2001) marcam como momento de inflexão da ascensão das lutas o ano de 1994, fundamentalmente com a Marcha Federal em repúdio à política econômica, à flexibilidade trabalhista e o pacto fiscal. Embora não encontremos diferenças significativas nesse ponto, privilegiamos os trabalhos de Iñigo Carrera & Cotarelo (1997, 2000b e 2004), neste aspecto, pela sistematicidade e abundância das fontes.

<sup>75</sup> Em dezembro de 1993, nas cidades de Santiago del Estero e La Banda, como consequência das políticas de ajuste, é anunciada a demissão de 10 mil trabalhadores estatais, bem como a redução dos salários. Como consequência, produzem-se manifestações de rua, enfrentamentos com a polícia, assim como a destruição e incêndio de prédios governamentais (legislatura, Palácio da Justiça) e domicílios particulares de dirigentes políticos. Além dos trabalhadores estatais, participam moradores dos bairros mais pobres e desempregados, transbordando a organização sindical, sem que surja nenhuma organização posterior que canalize as demandas. Resta ainda mencionar que nas eleições de abril de 1994 para a região, as abstenções e os votos em branco ocuparam o primeiro lugar (44,3% do padrão), sendo que o PJ (partido do governador da província na época desses incidentes) ganhou com 29,5% do padrão eleitoral. Ainda no mesmo ano, produzem-se situações similares em Salta e Jujuy. Cf. para mais detalhes, Iñigo Carrera & Cotarelo (1997).

*segundo momento ascendente* a partir de dezembro de 1999, caracterizado pelo aprofundamento dos enfrentamentos em 2000 e 2001, e a emergência do movimento piquetero na escala nacional, reativando os protestos no Grande Buenos Aires. Só no período 1999-2001 foram produzidas oito greves gerais, sendo que 2001 foi palco de três jornadas nacionais piqueteras. Na nossa compreensão, essa etapa ascendente, mediada pelos sucessos de dezembro de 2001 (onde a greve geral com mobilização é superada pela insurreição espontânea), começaria a se reverter com os acontecimentos repressivos da Ponte Pueyrredón (junho de 2002) e os crescentes consensos em torno do cenário de tentativa de recomposição hegemônica desde 2003.

Segundo os autores citados, os principais protagonistas das lutas do ciclo de rebelião analisado para os três períodos (1993-2001) são os trabalhadores empregados (78,4% → 83,1% → 60,7%), com destaque para os trabalhadores estatais, sendo que, *no final da década, pode se observar o importante incremento das ações realizadas pelos trabalhadores desempregados* (5,9% → 6,8% → 22,3%), assim como o crescimento das ações conjuntas dos dois sujeitos (1,4% → 0,5% → 4,6%). Autores como Zibechi (2003, p. 126) e Svampa & Pereyra (2003, p. 35) coincidem em mostrar a *ascensão do bloqueio de estradas como método de luta* em detrimento das greves durante a década de 1990, expressando uma significativa incorporação do piquete nas formas de luta da classe trabalhadora, seja pelos seus segmentos ativos ou desempregados. Nas análises de Iñigo Carrera & Cotarelo (2001), o primeiro quadrimestre de 2001 aparece como um momento de auge “fugaz” da presença dos desempregados: nesse contexto, a maioria dos bloqueios realizados por trabalhadores são protagonizados por trabalhadores desempregados<sup>76</sup>. Isso contrasta com os anos de 1997 e 1999, quando os significativos bloqueios e rebeliões de cidades inteiras no interior do país envolvem numerosas parcelas de assalariados empregados. Os destaques, em 2001, são os eventos no Grande Buenos Aires, e fundamentalmente nos partidos de La Matanza, Florencio Varela, Quilmes, onde os trabalhadores desempregados desenvolveriam uma ação territorial de envergadura.

---

<sup>76</sup> Do total dos bloqueios protagonizados pelos trabalhadores assalariados no primeiro quadrimestre de 2001, 41.7 % pertencem a trabalhadores desempregados, 32.5 % a trabalhadores empregados, 10 % a trabalhadores desempregados e aposentados, 7.5 % a trabalhadores empregados, desempregados e demitidos, 6.7 % a trabalhadores demitidos e 1.6 % a trabalhadores empregados e demitidos.

## 2.2. Algumas imagens sobre os processos organizativos das classes subalternas

*O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica.*

Gramsci (CC2, 2000, p. 79)

No intuito de refletir sobre o movimento das classes subalternas, mais do que sobre o “mirante” das lutas sociais próprias da década de 1990, discutiremos determinados processos organizativos que tornem possível compreender o modo de ser daquelas lutas – sua dinâmica “espontânea” e “caótica” – como “imagens” da *redefinição da identidade das classes subalternas*, nos marcos de uma mudança em processo da forma histórica da identidade operária. Nosso esforço não pretende atingir a totalidade das expressões de resistência classista que se configuram no período: apenas se situa em algumas experiências representativas das preocupações que trazemos, dando destaque a determinados momentos organizativos próprios dos movimentos de trabalhadores desempregados.

A dinâmica da redefinição da identidade das classes subalternas talvez deva ser compreendida na sua relação com as transformações na forma do domínio de classes – nos rasgos fundamentais, materiais e simbólicos, da supremacia do grande capital, que tentamos retratar na idéia de “hegemonia limitada” –, desde o momento em que elas demandam a *necessidade de rever profundamente os modos de enfrentamento desse domínio*. O retrato de determinados momentos das lutas sociais que traremos, dando especial destaque às lutas dos desempregados, pretende oferecer uma reflexão sobre diversas tentativas – ainda que episódicas – das classes subalternas de reatualizar os modos de enfrentamento da exploração e do domínio de classes<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Com esse espírito dialogamos criticamente com diversas produções teóricas existentes sobre os movimentos de trabalhadores desempregados e as lutas sociais que, estando mais distantes ou mais próximas dos enfoques aqui desenvolvidos, dão visibilidade a alguns aspectos (fenomênicos e descritivos ou essenciais) que dizem respeito à *transformação da identidade das classes subalternas* – ainda que em alguns casos a relação de luta e tensão com o movimento do capital não seja óbvia. Autores como Svampa & Pereyra (2003) falam de “transformações no mundo popular” e Merklen (2005) de “inscrição territorial das classes populares”. Zibechi (2003) assinala “transformações na sociabilidade popular” ou também um “processo de formação de uma nova classe operária”. O Colectivo Situaciones (2002) analisa a “emergência de um novo protagonismo social assimétrico ao capital”. Almeyra (2004) afirma que os desempregados “não são uma nova classe em formação”, ainda que “não possam ser mais considerados como exército de reserva de força de trabalho”. Mazzeo (2004) aponta o desafio das organizações de trabalhadores de desempregados no sentido de se tornarem um novo “eixo articulador das classes subalternas”.

Desse modo, à luz das profundas transformações nas condições materiais da luta de classes (mapeadas no primeiro capítulo), não deveríamos negligenciar os processos de questionamento do vínculo representativo com as classes dominantes, que foram se incubando mais claramente desde meados da década: a Marcha Federal e as lutas dos trabalhadores estatais, a paulatina desarticulação do sistema bipartidista tradicional<sup>78</sup>, a emergência de experiências políticas e de resistência inovadoras/desafiadoras dos marcos institucionais estabelecidos. Todos esses processos foram partícipes na precipitação da crise de hegemonia que se manifesta claramente em 2001. E ainda que não tenham conseguido encontrar uma síntese num orgânico cenário contra-hegemônico que revertesse os trágicos níveis de regressão social alcançados – falamos da “ausência de uma iniciativa popular unitária”<sup>79</sup> – tais processos seriam capazes de desafiar a realidade neoliberal vigente, em condições de “hegemonia transformista”, buscando assumir essas transformações nas condições da luta de classes. Veremos, posteriormente, que o kirchnerismo seria o aspecto “passivo” daquele “subversivismo esporádico, elementar, não orgânico” (*idem*), uma sorte de reformismo em “pequenas doses” para preservar a posição política e econômica das classes dominantes.

Devemos começar dizendo que experiências como as das Mães de Praça de Maio tiveram um papel central nas lutas que buscaram enfrentar a ofensiva do capital sobre o movimento operário e social, ensaiada a partir da ditadura militar. As “Mães”, que começaram a andar em roda pela praça quando, em plena época ditatorial, os militares as obrigavam a “circular” para evitar que se “amontoasse” o desespero individual pela busca dos filhos<sup>80</sup>. Ao longo da década de 1990, a roda das quintas feiras é uma marca popular nas diversas Praças de Maio do país. Além da tarefa de *conscientização, denuncia e educação crítica da sociedade argentina* em face de um fenômeno tão bárbaro, fazem parte de experiências que evidenciaram as linhas de continuidade dos processos ditatoriais com a “década neoliberal” (e sua relação com a recomposição do capital), atualizando a luta pelos direitos humanos no horizonte geral das resistências. Por isso, ao tempo que aprofundaram as lutas e denúncias reparadoras da impunidade – como a investigação e reconstrução da

---

<sup>78</sup> Lembremos que, nas eleições de 1997, o oficialismo foi repudiado pelo voto na Aliança.

<sup>79</sup> Gramsci (CC1, 1999, p. 393).

<sup>80</sup> Enquanto os militares no poder as chamavam de “loucas”, Julio Cortázar, grande poeta e escritor argentino, no seu “Novo elogio da loucura” dizia: “Sigamos sendo loucos, mães e vovozinhas da Praça de Maio, gentes de pluma e de palavra, exilados de dentro e de fora. Sigamos sendo loucos, argentinos: não há outra forma de acabar com essa razão que vocifera seus slogans de ordem, disciplina e patriotismo. Sigamos lançando os pombos da verdadeira pátria aos céus da nossa terra e de todo o mundo” (2004, p. 434-435; *tradução nossa*).

identidade de netos expropriados<sup>81</sup>, posteriormente conquistado como política de Estado na CONADI –, assumiram bandeiras contra o desemprego e em defesa da educação pública, contra a criminalização e repressão dos movimentos populares, imprimindo uma *politização do cotidiano* que permeou a cultura política de várias experiências. É nesse sentido que elas afirmam: “nós fomos as primeiras mães da história paridas pelos seus filhos”<sup>82</sup>.

Desde uma necessária autonomia em face do Estado e dos partidos políticos – que não as impediu de fazer importantes intervenções na vida político-pública –, as Mães da Praça de Maio alimentaram uma *cultura política mais centrada em tarefas pedagógico-educativas e de denúncia* em face da sociedade argentina, que na “acumulação de poder”. Assumiram a formação de gerações de jovens militantes – mais claramente com a criação da Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo – e o acompanhamento de movimentos do campo popular, renovando-se profundamente nessas trocas. Conforme o testemunho de um militante desempregado: “a única organização que [...] definiu com todas as letras que estava surgindo um novo sujeito revolucionário foram as Mães de Praça de Maio. Elas nos acompanharam com a participação ativa nas mobilizações, nas ocupações de prédios públicos, nos bloqueios de estradas” (FLORES, 2005, p. 20; *tradução nossa*). Segundo Zibechi, “nas Mães, já estão dadas algumas das características fundamentais do movimento social argentino atual. [...] O mundo novo deixa de ser o lugar ao que se chega depois de uma longa travessia. É a travessia mesma” (2003, p. 49; *tradução nossa*).

Por outro lado, o espaço político-organizativo que as Mães de Praça de Maio souberam encorpar foi extremamente importante para o *enfrentamento do viés repressivo do Estado que se reforça na década de 1990*. Nesse período, à própria impunidade em face do terrorismo de Estado (Leis de Obediência Devida, Ponto Final e Indultos), se somam os métodos bárbaros de grupos dominantes que se beneficiam da “impunidade menemista”<sup>83</sup>, assim como aqueles utilizados na “gestão bárbara” da aguçada “questão social” nas grandes

<sup>81</sup> Como se pode observar no belo documentário “*Nietos: identidad y memoria*” (Argentina, 2005), que retrata o importante trabalho de reconstrução da identidade e de recuperação dos filhos apropriados pela última ditadura militar, onde confluem os esforços da CONADI, das *Mães e Avós de Praça de Maio*, dos *Hijos* e da *Associação Hermanos*.

<sup>82</sup> Hebe de Bonafini *apud* Di Marco [et al] (2003, p. 54; *tradução nossa*).

<sup>83</sup> As “marchas do silêncio” foram também mecanismos de enfrentamento dessa impunidade que refletia a corrupção crescente das classes dominantes, assim como a brutalidade das forças repressivas. As massivas passeatas pelo assassinato de Maria Soledad (que provocaram a queda do governo “quase feudal” de Catamarca), as manifestações pelos dúbios assassinatos do jovem Sebastián Bulascio, do jornalista José Luis Cabezas e do jovem Carrasco, que prestava o serviço militar obrigatório. Na criminalização das lutas sociais, não podemos esquecer os assassinatos dos trabalhadores Victor Choque, Teresa Rodriguez e Aníbal Verón, que despertariam importantes mobilizações de repúdio em todo o país e, anos depois, coroariam com seus nomes significativos movimentos.

idades. Organismos de direitos humanos como CELS (1980), CORREPI (1992), HIJOS (1995), dentre outros, resultaram fundamentais na construção de mecanismos alternativos de exercício da justiça e de enfrentamento da impunidade, mecanismos estes que foram desnudando as práticas repressivas e corruptas privilegiadas pelas classes dominantes, que tinham sua máxima expressão na “dúbia” Corte Suprema de Justiça da “era Menem”.

Os “escraches”<sup>84</sup> eram convocados pelos HIJOS na frente da casa de torturadores e cúmplices da ditadura, com consignas cantadas como “*não subas a escada, não pegues o elevador, que do lado da tua casa mora um torturador*” ou “*alerta vizinho, pelas ruas do seu bairro anda um assassino*”<sup>85</sup>. Acompanhavam-nos pintadas, manifestações, e dramatizações artísticas para chamar aos transeuntes. Tais eventos funcionavam como uma condenação social e como exercício da justiça popular, pela ação direta, nos protestos coletivos. É assim que a consigna reza: “se não tem justiça, tem ‘escrache’”. Lembrando manifestações próprias dos alvores do movimento operário, tais como as “serenatas”<sup>86</sup>, os “escraches” são expressão de um minucioso trabalho de construção de mecanismos de denúncia e justiça junto aos vizinhos e associações de bairros, trabalho esse que transborda a justiça legal e torna visíveis seus “vácuos” de impunidade: “que o cárcere sejam os vizinhos” reza a “Mesa de escrache popular”<sup>87</sup>.

Um militante do MTD de Almirante Brown resgata a potência de um método de luta que se expande “devolvendo o riso à militância”<sup>88</sup>. Assim, os HIJOS são criadores de métodos de luta que, na construção da justiça popular, exercitam tarefas educativas, de reconstrução do tecido social e de uma memória de luta, revertendo o perverso projeto de apropriação e restituindo a identidade roubada/negada. Os HIJOS mostram que são filhos de uma geração de lutadores exterminados. Para os 10 anos de luta da organização, suas camisas rezavam: “existem 500 jovens desaparecidos que ainda não conhecem sua identidade. Você pode ser um deles; você pode conhecer algum deles. Ajude-nos a te encontrar”.

---

<sup>84</sup> O “escrache” é uma gíria para nomear um ato de denúncia pública, que dá visibilidade a uma situação de injustiça e impunidade.

<sup>85</sup> *Apud* Di Marco [et al] (2003: 47; *tradução nossa*).

<sup>86</sup> Zibechi traz uma lembrança desses métodos que antecedem a formas de ação como a manifestação e a concentração, e que se difundem no pós-1848: “O que é uma serenata? Uma concentração barulhenta e festiva, mas que também pode ser ameaçadora ou de advertência, frente à casa de pessoas pelas quais a comunidade sente desprezo ou rejeição. [...] oscila entre a burla e a ameaça de rebelião” (2003, p. 51; *tradução nossa*).

<sup>87</sup> *Apud* Zibechi (2003, p. 59; *tradução nossa*).

<sup>88</sup> Pacheco (2007; *tradução nossa*).



Desse modo, na diversa paisagem do paulatino descontentamento que floresce nos anos 1990, manifestado por grupos culturais e organismos de direitos humanos, organizações universitárias, feiras e clubes de troca, organizações de bairros, grupos artísticos, de comunicação e de educação popular, as Mães de Praça de Maio foram um *destacado ponto de apoio e ressonância organizativa das classes subalternas*. Homenageando-as, as forças políticas que protagonizaram as numerosas passeatas dos anos 1990, numa imagem típica que se repete, exclamavam num canto popular: “*madres de la Plaza, el pueblo las abraza!*”.

Por outro lado, o Congresso dos Trabalhadores Argentinos (consolidado como Central de Trabalhadores Argentinos em 1996), empenhado na *reconstrução organizativa da classe trabalhadora*, também expressa um suporte fundamental na *estruturação e ativação da resistência* na primeira metade da década de 1990, a partir da confrontação com as estratégias transformistas do menemismo e as cúpulas sindicais convertidas em cúmplices do ajuste neoliberal<sup>89</sup>. Isso significava o enfrentamento de uma burocracia sindical, hegemônica na época, que havia privilegiado uma relação de conciliação com o Estado (para a qual a confrontação com o capital não era o fundamento da sua ação), e se constituindo como um suporte central da legitimidade social nas funções de mediação e canalização do conflito social, de controle dos assalariados, e até de exercício do assistencialismo. Nesse sentido, fomentava com os trabalhadores um vínculo meramente instrumental, de proteção e administração da condição operária – e isso na melhor das hipóteses<sup>90</sup>.

As práticas da CTA cumpriam uma função de distanciamento e de crítica desse tipo de sindicalismo, que embora tenha funcionado como um recurso de poder político (BUNEL, 1992), foi extremamente corporativo (moralizador e despolitizante), tendo-se subsumido nas estratégias de poder das classes dominantes. E como consequência das contra-reformas da época, também foi sendo limitado seu poder econômico-político – por exemplo, com a reforma do sistema de seguros de saúde – e sua capacidade de ação. Relacionada com

---

<sup>89</sup> Podemos trazer o exemplo do sindicato dos empregados estatais UPCN, da condução nacional dos telefônicos, assim como dos dirigentes da União Ferroviária, dentre outros, como expressão de sindicatos que quando não foram defensores dos processos de ajuste e das privatizações, se transformaram em empresários e administradores de companhias asseguradoras, de fundos de pensão, bancos sindicais para investimentos, farmácias, companhias de turismo, etc. O caso da FATLyL que participou com uma porcentagem no gerenciamento da privatizada “Yacimientos Carboníferos Fiscales” resulta representativo (Cf. BATTISTINI *in* LOZANO, 1999, p. 276; também CALELLO, MARTINEZ E LOZANO *in* LOZANO, 2000, p. 219; e LOBATO & SURIANO, 2003, p. 140).

<sup>90</sup> O filme “*Los Traidores*” de Raimundo Gleyzer (Argentina, 1973), militante do ERP, reflete brilhantemente esse sindicalismo profundamente anticomunista, corporativo, apoiador do pacto de classes gerenciado pelo Estado. Nas suas frações mais reacionárias, era capaz até de estabelecer vínculos sinistros com a própria ditadura militar.

mudanças progressistas nos alinhamentos governamentais (que dariam vida ao FREPASO), essa central sindical seria responsável por certa ruptura da identificação hegemônica de segmentos importantes do sindicalismo com a tradição peronista, *alimentando um processo de distanciamento crítico das próprias classes dominantes*. Não por acaso, nos sindicatos estatais, às práticas “entreguistas” de UPCN, seriam contrapostas as oposições de ATE.

Desse modo, a CTA procurou canalizar as rupturas com a “desmobilizante” CGT – que agrupava aos grandes sindicatos industriais e de serviços –, tendo como um dos seus eixos fundamentais – para além das associações provinciais e algumas representações industriais do interior do país –, os trabalhadores estatais, abatidos pela contundência das contra-reformas da época. Lembremos que os trabalhadores estatais (empregados municipais, professores do ensino fundamental, médio e universitário, aposentados), quando não foram protagonistas de ações coletivas que culminaram em violentos confrontos com a polícia e graves crises político-institucionais (como nos acontecimentos de Santiago del Estero em 1993, de Jujuy e Cutral-Có, em Neuquén), foram “arquitetos” de lutas de grande presença e representatividade, como na experiência dos conflitos protagonizados pelos docentes de todo o país. Foram greves e marchas, destacando-se a “Carpa Blanca” em frente ao Congresso Nacional em 1997, onde professores, intelectuais e artistas jejuaram mais de mil dias em defesa da educação pública, conseguindo em 1999 a aprovação pela Câmara de Deputados do Fundo de Incentivo Docente dentro do Orçamento Nacional (Cf. LOBATO & SURIANO, 2003, p. 136 et seq.).

Com a crise do modelo centralista e burocrático que tinha se aguçado nas práticas da CGT, uma vez que as contra-reformas neoliberais – privatização da previdência social, aumentos salariais por produtividade, flexibilidade trabalhista, negociação descentralizada – desestruturavam a relação de “simbioses” dos sindicatos e o Estado, a proposta organizativa da CTA buscava *diversificar e ampliar a luta sindical*. Os princípios de afiliação direta – que desafiava a histórica afiliação por ramo de atividade e monopólica<sup>91</sup> –, de autonomia, eleição direta e democracia de base, eram considerados meios fundamentais para abarcar a heterogeneidade da classe trabalhadora, chegando a desempregados, aposentados, e jovens, e abrindo a organização às diversas expressões do movimento social. No desafio de assumir as mudanças na estrutura social que implicavam em novas condições materiais para as lutas de classes, a CTA anunciava a necessidade de “tirar a luta sindical das quatro paredes do

---

<sup>91</sup> Segundo dirigente da CTA 45% dos seus afiliados não pertencem a um sindicato: são afiliados diretos de organizações territoriais ou agrupações sócio-políticas (entrevista a Jesús Gonzáles *In* ALMEYRA, 2004, p. 156).

sindicato, da fábrica, da sala, da escola e levá-la à ‘Carpa Blanca’, levá-la às marchas de trabalhadores da educação junto com outros trabalhadores, junto com jovens, junto com pobres”. Ou nas palavras de De Gennaro, secretario general na época: “o bairro é a nova fábrica em que a maioria dos trabalhadores convivem, e onde está a maioria da classe trabalhadora”<sup>92</sup>.

A tentativa de costurar essa heterogeneidade permitiria, nos próximos lustros, a convivência de trabalhadores e grêmios profundamente diversos<sup>93</sup>, e seria uma conquista contrastante com as tendências à uniformização peronista da CGT, características desde os anos ’50.

De fato, a organização dos trabalhadores desempregados, através da FTV, foi uma iniciativa pioneira para as organizações sindicais da Argentina e da América Latina na assunção da “necessária inteligência” entre trabalhadores ativos e desempregados – tal como já advertia Marx no capítulo XXIII d’ *O Capital*, na perspectiva de estorvar o “livre jogo” da lei da acumulação capitalista. O desemprego lhes colocava a necessidade de traspassar seu âmbito tradicional de ação, obrigando-os a se transbordar sobre a “questão social”<sup>94</sup> como um todo. Além do mais, as ações de resistência em face de demissões, e as leituras críticas dos regressivos programas de assistência ao desemprego que se multiplicam desde a segunda metade da década de 1990 (nas produções do Instituto de Estudos e Formação da CTA), seriam acompanhadas de propostas pela redução da jornada de trabalho e de regulamentações socioeconômicas mais sistemáticas – tal como observaremos na programática do FRENAPO.

Na busca de um caminho de descorporativização e ampliação da luta sindical, a CTA se questiona a respeito da *necessidade da construção de um novo movimento político-social capaz de incidir na disputa pelo poder* (CTA, 2002). Para além dos rumos que essa tentativa poderia tomar com a aceleração do cenário de confrontação a partir de 2001, e sua tensa relação com segmentos mais radicais do movimento piquetero, é importante salientar que ela se configuraria como uma importante organização político-sindical, com capacidade de formulação intelectual própria e incidência no cenário político-social, inclusive para além da “tentativa” de recomposição hegemônica que se delineia desde 2003: assim o retratam a Consulta Nacional do FRENAPO de dezembro de 2001, para a aprovação de um Seguro de Emprego e Formação para desempregados, assim como as produções intelectuais sobre as

---

<sup>92</sup> Cartilha da CTA (1997, p. 22; *tradução nossa*) e De Gennaro (*in* LOZANO, 2000, p. 528; *tradução nossa*).

<sup>93</sup> Desde operários (UOM de Villa Constitución) até professores universitários, desde funcionários públicos (ATE) até trabalhadoras do sexo (AMAR), desde aposentados até desempregados (FTV).

<sup>94</sup> Matellanes (*in* LOZANO, 1999, p. 55).

várias problemáticas socioeconômicas e políticas contemporâneas do Instituto de Estudos e Formação da CTA<sup>95</sup>.

Sem dúvidas, expressões significativas das transformações na sociabilidade popular que nos preocupam são as experiências de militância que envolvem os jovens ao longo da década de 1990. Assim como os HIJOS, os coletivos político-culturais, as organizações de bairros – nos criativos exemplos do “*Angel de Lata*” em Rosário e “*La Luciérnaga*” em Córdoba<sup>96</sup> – e a militância universitária são experiências organizativas que se entrecruzam e se fundem em processos de construção conjunta. São imagens de uma busca por uma *nova cultura político-organizativa* que também se retrata, anos mais tarde, nos movimentos de trabalhadores desempregados, atravessados por encontros entre jovens com diversos percursos militantes<sup>97</sup>. Horizontalidade, autonomia, vínculos de militância flexíveis e democráticos, inserção territorial e trabalho de base, são preocupações que os aglutinam, fomentando um diálogo que cresce com o legado político e organizativo da esquerda argentina.

Sem negligenciar a multiplicidade de experiências universitárias que se propõem tarefas similares (como, por exemplo, o Grupo de Estudantes Solidários), destacamos as experiências de militâncias universitárias “independentes”, algumas delas produto da confluência das políticas frentistas impulsionadas pela Federação Juvenil Comunista Argentina com militantes independentes que introduziriam significativas críticas nos seus “moldes”. Tais experiências situariam o trabalho acadêmico como parte da disputa político-social, construindo importantes articulações com movimentos e organizações sociais, para

---

<sup>95</sup> Práticas que contrastam amplamente com as características históricas do sindicalismo que se afiança desde meados do século XX, carente de uma produção intelectual própria (de práticas educativas e de formação da classe) e artífice de uma relação instrumental com a política educativa – considerada fundamentalmente quando relacionada com aspirações de mobilidade social (Cf. BUNEL, 1992, p. 166).

<sup>96</sup> São experiências de revistas feitas e vendidas por meninos e jovens que trabalham na rua. Além de uma resposta coletiva em face do desemprego, são produções político-culturais que dão visibilidade a histórias de vida e resistência, e a experiências organizativas, assim como cenário de debates sociais de relevância (Cf. ANGEL DE LATA n° 6, 2006 e LA LUCIERNAGA n° 117, 2007).

<sup>97</sup> Zibechi (2003, p. 91 et seq.) realiza, para a realidade de Buenos Aires, uma interessante reconstrução dos vínculos que se tecem entre jovens ativistas dos assentamentos e os jovens militantes de setores médios empobrecidos, os quais teriam como cenário destacado, tanto aos *Encontros de Organizações Sociais* como às *Cátedras Populares Ernesto Che Guevara*, promovidas pela agrupação universitária *El Mate*, e posteriormente em uma parte considerável das universidades do país. Mas essa não é uma realidade que se esgota em Buenos Aires, sendo que, por exemplo, as experiências de militância de esquerda que aglutinavam estudantes de Serviço Social na cidade de Rosário (seja a Frente Estudantil Santiago Pampillón ou a FAETS), além de protagonizarem as Cátedras Livres (Che Guevara e Pensamento Latino-americano), fomentavam fluidas relações com organizações do bairro “La Cuarta” ou do bairro Ludueña (cenário organizativo do grupo de jovens “La Vagancia”), participando também de experiências como o EOS (sobretudo no ano 1998 quando esse encontro se realiza nessa cidade).

além dos muros da universidade pública<sup>98</sup>. De fato, os coletivos universitários de esquerda que aglutinariam estudantes de Serviço Social nos anos 1990, muitos articulados nacionalmente na FAETS<sup>99</sup>, construiriam, nos próximos anos, importantes relações com organizações sociais de bairros e trabalhos territoriais conjuntos, incidindo em experiências de estágio e projetos de extensão que influiriam no perfil profissional de vastos segmentos<sup>100</sup>.

As imagens da resistência da década de 1990 evocam *trabajadores desempleados e precarizados*. Aproximam as demandas de sujeitos submetidos ao ajuste, como os *aposentados* e os *funcionários públicos*, e fazem encontrar-se nas mesmas ruas os *estudantes universitários*, os *camponeses e pequenos produtores rurais hipotecados*<sup>101</sup>, e os *trabajadores que tomam as fábricas falidas*<sup>102</sup>. Tratam-se de práticas político-sociais que, na segunda metade da década de 1990, parecem confluir numa tendência de maior articulação e expressão do descontentamento das classes subalternas: meios alternativos de comunicação e produção audiovisual<sup>103</sup>, revistas políticas e culturais<sup>104</sup>, e Cátedras Livres<sup>105</sup>. E aos já

<sup>98</sup> São exemplo disso as articulações nacionais de organizações como *El Mate* e *La Mariategui* em Buenos Aires, a *Frente Estudiantil Santiago Pampillón* em Rosario, os *Indigentes del Sur* em Paraná, e o MAETS em Córdoba (esses últimos, aglutinando também estudantes de Serviço Social), dentre tantos outros.

<sup>99</sup> Lembremos que, em 1998, no seu III Congresso realizado em Tucumán, participam o MTD de La Matanza e o grupo de jovens “La Vagancia” de Rosário

<sup>100</sup> A modo de exemplo, podem ser mencionadas as experiências de trabalho e formação organizadas com movimentos sociais (e de desempregados) e professores e estudantes de serviço social desde coletivos militantes como *Germinal/Viejo Topo* (UBA) e *Metapraxis* (UNLP). Integrantes de ambos os coletivos brindaram-nos com generosas entrevistas sobre essas experiências, material que não pôde ser incluído por falta de tempo para abrir essas dimensões da análise.

<sup>101</sup> Falamos de movimentos como o MOCASE ou MML que resistem os processos de empobrecimento e expulsão de camponeses, de endividamento e quebra de pequenos produtores, como consequência da expansão de grandes explorações agropecuárias favorecidas pelas neoliberais políticas econômicas. É expressiva da *débâcle* argentina a experiência do MML, onde, em face da ameaça de leilão das suas propriedades, as mulheres esposas dos medianos e pequenos produtores improvisam medidas de resistência convocando a outras pessoas: é uma imagem de mulheres de mãos dadas cantando o Hino Nacional que se repete em diversas partes do país para impedir os leilões (Cf. GIARRACA, 2001).

<sup>102</sup> O documentário de Pino Solanas, “*La dignidad de los nadies*” (Argentina, 2005) tem a capacidade de mostrar as diversas expressões de luta que se multiplicam em face da contundência da *débâcle*, reunindo significativos depoimentos que elucidam essa ruptura na realidade argentina.

<sup>103</sup> Referimo-nos, aqui, ao valioso trabalho da mídia independente que, no início do ano 2000, se configurava numa diversa gama. São exemplos importantes: *Indymedia*, *RedAcción* e *Anred*, *El Eslabón*, *La Vaca*, *La Fogata*, *FM La Tribu*, assim como produções audiovisuais nas experiências do *Ojo Obrero (PO)* e *Grupo Alavío*, dentre outros.

<sup>104</sup> São exemplos representativos de coletivos político-culturais preocupados com as transformações das lutas do campo popular, as revistas *América Libre*, *Herramienta*, *Cuadernos del Sur*, *Doxa*, *El Rodaballo* e *La Escena Contemporánea*, dentre tantas outras.

<sup>105</sup> Tratam-se de cátedras organizadas por professores e agrupações universitárias de esquerda em diversas partes do país, as quais buscavam articular a Universidade com as diversas expressões do movimento social, reeditando as experiências precedentes da década de 1970. Estamos falando das experiências da década de 1990, como a Cátedra Livre Ernesto Che Guevara, a Cátedra Livre Antônio Gramsci, Cátedras de pensamento latino-americano, etc.

mencionados *Encontros Nacionais pelo Novo Pensamento* organizados pela CTA, devemos somar os *Encontros de Organizações Sociais* que reuniriam diversas experiências militantes. No período 1997-2000, seriam realizados seis encontros aos quais compareceriam por volta de 200 organizações (entre 2.000 e 4.000 militantes) de diversas regiões do país (majoritariamente da periferia do sul de Buenos Aires, La Plata e Capital Federal), com a crescente participação de grupos de trabalhadores desempregados. De alguma forma, sua continuidade se expressaria na Coordenadoria de Organizações Populares Autônomas, formada em setembro de 2001 (Cf. ZIBECHI, 2003, p. 107 et seq.).

A “urgente” necessidade da construção de uma elaboração própria da crise do movimento operário e social que tinha se imposto desde a ditadura, assim como das transformações na luta de classes que se consolidavam com o neoliberalismo, inclinava as classes subalternas para essas tentativas. Ademais, essa necessidade também se expressava na criação da *Universidade Popular das Mães de Praça de Maio*, como um centro de formação e estudo de diversos militantes pertencentes ao campo popular. Aparece aqui a busca pela *formação dos próprios intelectuais*, em consonância com outras experiências da América Latina contemporânea, como na *Universidade Intercultural dos Povos e Nacionalidades Indígenas* do Equador, a *Universidade Camponesa* da Colômbia, a *Escola Nacional Florestan Fernandes* do MST, no Brasil.

A busca pela construção de um *novo senso comum crítico* da sociedade argentina, capaz de questionar a naturalização dos processos histórico-sociais, o pensamento único erguido sobre a derrota e o terror que levava ao imobilismo, são expressões tímidas da paulatina consolidação de visões de mundo contestatórias, que, em algumas experiências, ganhariam um impulso autônomo de horizonte de classe, de crítica histórico-social, de tom contra-hegemônico. Essa sutil passagem da “crítica ao modelo” para a crítica da própria sociedade capitalista, que se vislumbraria mais para o final da década em alguns sujeitos, abona a crise de hegemonia na medida em que desnuda os limites sociais do vínculo representativo com as classes dominantes, disputando leituras críticas acerca da já iniludível crise política, econômica e social que se avizinhava, e do papel das lutas sociais nesse contexto.

### 2.2.1. Os desempregados e os bloqueios de estradas

*Os patrões são um luxo que não nos podemos permitir porque somos demasiado pobres.*

Grafite, numa rua de Buenos Aires<sup>106</sup>

Neste momento da reflexão, buscaremos trazer alguns elementos que nos permitam compreender a *significação histórica da luta dos trabalhadores desempregados no sentido da sua capacidade para evidenciar transformações na identidade das classes subalternas e nas dimensões objetivas/subjetivas da luta de classes*. Através dessas experiências, poderemos analisar desde mudanças na composição da classe trabalhadora, até expressões gritantes da “questão social” – como o desemprego – e os mecanismos de “hegemonia transformista” acionados pelo Estado para seu enfrentamento – tal como as redes clientelistas que funcionaram como uma versão degradada e caricaturesca das burocracias sindicais de outrora, evidenciando a retração e crise desses mecanismos de controle social e mediação hegemônica (construtores precedentes de um “consenso mais ativo”), desarticulados pelas próprias contra-reformas neoliberais da “era Menem”.

Não é nossa intenção oferecer um mapa exaustivo nem descritivo das principais expressões desse heterogêneo movimento. É necessário reconhecer, com Mazzeo (2004), a fragmentação e heterogeneidade do movimento piquetero e das classes subalternas como característica própria do período pós-ditatorial, que inclui desde posições radicais anticapitalistas até outras mais “integracionistas”, desde movimentos que se centram numa luta por direitos até outras que as transcendem num horizonte de emancipação social –, inclusive pela própria existência de variadas pesquisas nessa direção, além de produções de relevância dos próprios militantes e movimentos. Baseados nelas – numa interlocução crítica que, para além de possíveis diferenças teóricas e de interpretação histórica, permita-nos uma apropriação de resultados e informações relevantes –, propomos uma análise que resgata momentos particulares desse processo de luta. Nossa reflexão passeia desde os bloqueios de estradas no interior do país até os bloqueios que reativam um movimento na outrora periferia industrial de Buenos Aires; das diversas experiências dessa periferia à articulação nos marcos da Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón; da aceitação de programas sociais de assistência ao desemprego clientelistas à sua politização e re-significação na tentativa dos chamados movimentos autônomos.

---

<sup>106</sup> Citado em Almeyra (2004, p. 62; *tradução nossa*).

O critério para escolher os momentos sobre os quais nos debruçamos foi a capacidade de alguns deles de refletir *traços de iniciativa autônoma nas classes subalternas* que não só foram importantes na sua separação das forças dominantes (evidenciada na crise de hegemonia de 2001), mas também na sua habilidade de unificar em torno de si outros grupos subalternos – ainda que de forma relativa e em crise desde 2003, evidenciando muito mais a dinâmica de “novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros” que “formações que afirmam a autonomia integral” (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 140). Observe-se que estamos recuperando dois critérios metodológicos fundamentais nas reflexões de Gramsci, que nos adverte sobre as limitações de uma história unilateral das classes subalternas – ou seja, sobre uma reconstrução histórica que, por exemplo, sobreestime o momento da crise, sem avaliar a adesão dos grupos que as ajudaram ativamente ou passivamente, isto é, sem avaliar sua capacidade de unificar em torno de si mesmos.

Começaremos dizendo que, embora não existam relações diretas entre as mudanças econômico-estruturais que se acentuam desde a ditadura de 1976 e a multiplicação dos movimentos de desempregados, o certo é que elas expressam uma disposição de forças objetiva (situação dos grupos sociais fundamentais) que incide na configuração dos movimentos, conflitos e enfrentamentos sociais. Dessa forma, observamos diversos períodos de desindustrialização que implicam mudanças na composição objetiva e subjetiva das massas trabalhadoras e exploradas. Podemos destacar três elementos. 1) Uma desindustrialização que se dá no contexto ditatorial (1976-1983), e que afetará, sobretudo, os *setores menos qualificados da classe trabalhadora formal* (regiões industriais como Córdoba, Rosário e Buenos Aires). Nesse sentido, é preciso lembrar que, para meados dos anos 1980, o desemprego e o subemprego atingiam 12% da PEA, e a superpopulação relativa era em torno de 29%. 2) Uma desindustrialização iniciada entre 1990 e 1991, ou seja, durante o primeiro governo de Menem, caracterizado pela abertura da economia, a privatização de empresas públicas e a flexibilização trabalhista. Essa desindustrialização afetaria *trabalhadores estatais e assalariados do cordão industrial da periferia urbana bonaerense*, os quais buscariam refúgios em atividades informais e precárias. Nesse período, o desemprego (o qual, junto ao subemprego, atingiria cerca de 17,9% da PEA) também seria contido pelo aumento do emprego público, fundamentalmente nas provinciais – algumas delas caracterizadas pelo território social que agrupa estruturas econômico-sociais onde predomina a superpopulação relativa encoberta como população ocupada, seja na pequena produção mercantil, seja através do assalariamento estatal. Estamos falando de lugares como Santiago del Estero ou



Corrientes, onde se observariam importantes crise e protestos populares em 1993 e 1999, respectivamente. 3) Uma terceira onda de desindustrialização iniciada em 1995, caracterizada por uma etapa de recessão econômica e *desemprego massivo das massas trabalhadoras*, sendo que a superpopulação se torna mais visível (63% da população trabalhadora) pelo aumento do desemprego e o subemprego que alcançam 30% da PEA<sup>107</sup>.

A partir desse rápido panorama, observaremos que as crises das economias regionais, onde se multiplicam *os primeiros bloqueios de envergadura* – protagonizados, na sua maioria, por assalariados empregados pertencentes a distintos ramos da atividade econômica<sup>108</sup>, mas onde também aparecem as primeiras expressões de ações de desempregados – se relacionam, fundamentalmente, com a segunda (1990-1991) e a terceira (1995) ondas de desindustrialização. Lembremos que esse é justamente o momento em que começam a se multiplicar os programas sociais de assistência ao desemprego como mecanismos de “contenção”. Tratam-se, nesse contexto, dos bloqueios que se repetem nos protestos de Corrientes em 1999 e Mosconi-Tartagal (Salta) em 1999, 2000 e 2001. Já *os bloqueios que ativam as lutas na outrora periferia urbana industrial bonaerense entre 2000 e 2001* (no primeiro quadrimestre desse ano, protagonizados por trabalhadores desempregados e com destaque dos partidos de La Matanza, Florencio Varela e Quilmes<sup>109</sup>) encontram relações tanto com as “reformas” neoliberais e os processos de reestruturação industrial da década de 1990, quanto com a primeira onda de desindustrialização e precarização das condições de vida e de trabalho que se instauram desde o período ditatorial, expressando transformações de longo alcance nas massas trabalhadoras e exploradas.

É importante ressaltar algumas características dos primeiros bloqueios de estradas significativos no interior do país – ou seja, aqueles que ocorreram em junho de 1996 e abril de

---

<sup>107</sup> Para a caracterização geral das três ondas de desindustrialização, recuperamos a síntese oferecida por Svampa & Pereyra (2003, p. 154 et seq.), a qual se baseia nos aportes de autores como Nun, Beccaria e Lopez. Para as transformações nas estruturas econômico-sociais da Argentina, baseamo-nos em Iñigo Carrera, Podestá & Cotarelo (1999), assim como em Iñigo Carrera & Podestá (1997) para os dados de desemprego, subemprego e superpopulação.

<sup>108</sup> Iñigo Carrera & Cotarelo (1998) registram no período 1993-1997 (nos primeiros 8 meses), 156 ações nas que se utiliza o bloqueio de estradas em quase todo o país, sendo que mais de dois terços se produzem em 1997, com 108 bloqueios. A maior parte deles se registra nas províncias de Jujuy (17.9 %), Neuquén (14.7 %) e Santa Fe (10.3 %), seguidas da Capital Federal e Córdoba (8.3 % cada uma), Tucumán (7.7 %) e Salta (7.1 %) (Cf. também 2000; 2004).

<sup>109</sup> Conforme analisamos páginas atrás, com base no trabalho de Iñigo Carrera & Cotarelo (2001). É importante salientar que, nessas regiões, se entrecruzam ações de experiências tão diversas como a FTV (CTA) e a CCC, o MTD de La Matanza, ou os MTDs aglutinados posteriormente no MTD Aníbal Verón, que apresentam diferenças político-organizativas e ideológicas, assim como representam diversos fragmentos de classe (com mais ou menos tempo de desemprego, com experiências organizativas prévias de base, sindicais ou partidárias, ou com percursos mais ou menos estáveis no mercado de trabalho).

1997 em Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén), Tartagal (Salta) e San Lorenzo (Santa Fe) em maio desse mesmo ano, Jujuy em maio/junho de 1997, e que depois se reproduziram em localidades como Córdoba, Rosário e Mar del Plata. Tais bloqueios estão associados aos drásticos processos de ajuste que levaram à privatização de indústrias em torno das quais se estruturavam pequenas cidades industriais, com *forte presença de um proletariado industrial que havia experimentado padrões de vida e de emprego estáveis e agora enfrentava níveis de desemprego e pobreza inéditos desde então*: é a “aristocracia ypefeana” que marcava diferenças de classe, nas palavras de um militante da CTA de Cutral-Có<sup>110</sup>. Não por acaso, com a falência das empresas de serviços terceirizadas (criadas pelos ex-empregados com bens e maquinaria obtidos como parte das indenizações), essas rebeliões envolveriam, no que fora o segregado espaço do mundo produtivo de YPF, tanto a zona comercial (Plaza Huincul em Neuquén e Tartagal em Salta) quanto o assentamento majoritário dos trabalhadores (Cutral-Có em Neuquén, Mosconi em Salta)<sup>111</sup>.

Nossa breve passagem por esses conflitos<sup>112</sup> tem o objetivo de assinalar as *primeiras imagens de uma luta das classes subalternas que evidencia o desemprego como expressão destacada da “questão social”*, já não como uma consequência residual e temporária do desenvolvimento capitalista, e sim como um produto estrutural. Nos marcos de um momento de ascensão das lutas das classes subalternas (1993-1997), o qual limita relativamente a implementação de algumas medidas neoliberais<sup>113</sup>, a particularidade das lutas que trazemos se relaciona com a apropriação do bloqueio de estradas como método principal de protesto, associado à figura do “piquetero”.

<sup>110</sup> *Apud* Svampa & Pereyra (2003, p. 109; tradução nossa).

<sup>111</sup> Segundo dados analisados por Svampa & Pereyra (2003, p. 105), a privatização e reestruturação da YPF que estaria na base dos conflitos e rebeliões produzidos em Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén) em 1996 e de Mosconi e Tartagal (Salta) em 1997 – conflitos que se redimensionam em 99, 2000 e 2001 e 2002 –, teria os seguintes resultados: de 51 mil empregados que a empresa teria em 1990, a partir da reestruturação (demissões e “demissões voluntárias”), apenas teriam sobrado 5.600 trabalhadores. As reduções de pessoal contabilizadas entre 1990 e 1997 seriam as seguintes: para a zona salteña, 3.400; na região neuquina, 4.246; no vale austral, 1.160; em Comodoro Rivadavia, 4.402; e em Santa Fé, 1.177. Resulta provável, tal como sugerem os autores, que a criação dessas empresas terceirizadas de serviços, conformadas por antigos trabalhadores da YPF, tenha feito parte de uma estratégia estatal de contenção dos potenciais níveis de conflito, sendo necessário reconhecer também a presença de tendências de informalização do vínculo salarial que reduzem os custos sociais do trabalho e obscurecem a relação de exploração, ainda que expressando uma profunda relação funcional entre essas atividades informais e a produção capitalista, nos marcos da lógica da acumulação flexível (TAVARES, 2004).

<sup>112</sup> Para abordagens mais detalhadas desses processos de crise e rebelião cf. os trabalhos do PIMSA, Kindgard & Gómez (1998), Iñigo Carrera & Cotarelo (1998, 2000a, 2000b e 2004), Klachko (1999), assim como Petrucci (1998/99), Svampa & Pereyra (2003), dentre outros.

<sup>113</sup> Lembremos que, em 1996, decretam-se três greves gerais nacionais.

**Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén), junho de 1996 e abril de 1997.** Tomando os resultados e as hipóteses de trabalho da pesquisa de Klachko (1999) para os bloqueios de estrada que se produzem em Cutral-Có e Plaza Huincul em 1996, podemos observar que se tratam de expressões dos processos de ajuste que levaram, em 1991 e 1992, à privatização da YPF (e o desmonte dos escritórios regionais), demitindo cerca de 3.500 operários. Para a época dos conflitos, contrariando as fontes oficiais, leituras mais aguçadas indicam valores de 20 a 26% de desemprego nesses municípios, ricos em petróleo, gás e eletricidade. As rebeliões seriam uma espécie de “reação tardia” quando a crise social se torna mais visível pelo esgotamento das indenizações e a falência dos vários micro-empresendimentos ensaiados: em conivência com o sindicato do setor (SUPE), YPF tinha fomentado a criação de empresas de serviços terceirizados com ex-empregados, como parte da reconversão produtiva ancorada na lógica da acumulação flexível e da generalização da informalidade e precarização do vínculo salarial.

*Assim, os protestos se espalham em regiões que tinham sido pequenas cidades industriais habitadas majoritariamente por um proletariado industrial acostumado com estabilidade e pleno emprego, sendo que os assalariados da administração pública (provincial e municipal) representariam um setor em crescimento a partir da sedimentação desses conflitos derivados dos processos de privatização (lembramos que a relativa expansão do emprego público precarizado seria um mecanismo de contenção do desemprego e encobrimento de população excedente nessas regiões).*

Para além dos conflitos intrapartidários – nos marcos do MPN, o setor liderado pelo governador Sapag tinha diferenças com o liderado pelo ex-governador Sobisch<sup>114</sup> – e das tensões com outros partidos da ordem (PJ, UCR) que expressam contradições nas classes dominantes que incidem na configuração dos conflitos, interessa- nos resgatar a significação desses protestos que envolvem comissões de luta integradas por associações de trabalhadores estatais, partidos políticos de esquerda, organismos de direitos humanos, assim como setores das classes subalternas que reagem de forma espontânea aos índices trágicos de pobreza e desemprego, aglutinados em uma Coordenadoria de desempregados. Dessa forma, os bloqueios são acompanhados de uma greve (com importante acatamento) convocada pelos

---

<sup>114</sup> Para além dos conflitos interpartidários do Movimento Popular Neuquino, lembramos que se na gestão do governador Sapag se ordenaria a repressão em face dos piquetes de Cutral-Có e Plaza Hunicul em 1997 que acabaria com a vida de Teresa Rodríguez, em 2007 sob o governo de Sobisch se desataria a repressão contra os protestos dos professores da rede pública, que cobraria a vida do professor Fuentealba. Expressam continuidades no tratamento dos protestos sociais, pela via privilegiada da repressão.

sindicatos docentes, empregados estatais, judiciais e legislativos, e nos momentos de maior auge dos protestos, ensaiam-se assembléias de 5.000 pessoas. Ao mesmo tempo, era realizada, na província de Jujuy, no extremo norte do país, a *Marcha da Dignidade* de La Quiaca a San Salvador de Jujuy, em protesto pelos altos níveis de desemprego e pobreza.

As demandas, nesses casos, não superam as reivindicações por trabalho e assistência: são ainda protestos dirigidos contra o governo provincial, que não conseguem universalizar a crítica em face das classes dominantes no nível nacional, embora tenham a capacidade de oferecer uma imagem da profundidade da débâcle e da destruição de mecanismos de canalização hegemônicos. Extratos de um comunicado lido nas rádios expressavam:

Hoje o povo de Cutral-Có e Plaza Huincul está em pé [...] bloqueamos as estradas de ingresso a essas duas cidades porque pretendemos fazer ouvir nossos direitos *em busca de uma reativação econômica real e concreta*. [...] O desemprego, a fome e a falta de respostas do governo provincial nos levaram a isso [...] nossa gente que hoje ocupa as estradas é a mesma que durante várias décadas forneceu seu trabalho de sol a sol para que essa província e o país crescessem<sup>115</sup>.

Em face dos 21 piquetes em estradas e caminhos rurais (traçados, desde outras épocas, pelas empresas petroleiras) que paralisaram a atividade comercial e institucional, e provocaram o desabastecimento de combustível e alimentos da zona durante seis dias, a câmara dos vereadores de Plaza Huincul manifestou-se: “caso não sejam adotadas urgentes soluções que possibilitem a reativação com a criação de fontes de trabalho genuínas, estaremos facilitando uma possível explosão social” (*idem*). e declara a emergência social, ocupacional e econômica. Quando as forças repressivas<sup>116</sup> avançaram para despejar as estradas bloqueadas, o conflito se massificou com a reação espontânea de 20 mil pessoas que as enfrentaram e fizeram recuar, num momento de auge da participação popular e combatividade. Lembremos que a juíza encarregada de desocupar as estradas se declararia “incompetente” em face do que consideraria uma verdadeira “sedição e rebelião popular”.

Nossa autora, ao referir-se a esses bloqueios, assinala: “é quase o único dos conflitos em que o povo consegue superar a ação das forças de segurança e obter grande parte das reivindicações, embora não obtenha o central: a criação de fontes de trabalho” (KLAKCHO, 1999; *tradução nossa*).

---

<sup>115</sup> *Apud* Klachko (1999; *tradução e sublinhado nosso*).

<sup>116</sup> Falamos da “Gendarmeria” enviada pelo Ministério de Interior da Nação, que é o setor das Forças Armadas destinado ao controle dos conflitos de fronteira entre países. Conforme aquela pesquisa pôde determinar, além dessa força, houve presença policial, judicial e de inteligência na área dos conflitos.

Para além das negociações que se estabelecem entre o governador Sapag e representantes dos piqueteros<sup>117</sup>, negociações essas que seriam palco de mecanismos de cooptação também tencionados nos bloqueios que se reeditam em 1997, interessa-nos destacar que, em face dos protestos que assinalam a centralidade do desemprego na configuração da “questão social”, dois mecanismos se articulam para sua administração nos marcos da crise: *quando a ação repressiva não consegue os efeitos de desmobilização esperados, o assistencialismo é o mecanismo privilegiado para conseguir a re-institucionalização e dissipação dos conflitos*. O fornecimento direto de alimentos, roupas, víveres, colchões e cobertores é a resposta ensaiada para conter uma possível multiplicação dos protestos no resto da província de Neuquén.

Sem dúvida, os bloqueios que se reeditam em abril de 1997, e reverberam no resto do país com novos conflitos, evidenciam as “promessas não cumpridas” do governo, provenientes das rebeliões do ano anterior. Entretanto, o mais interessante é que esses bloqueios surgem a partir da greve docente de ATEN, em protestos contra regressivas medidas do governo provincial, cuja importância deriva, segundo Petrucelli (1998/99) do fato de se tratar do

[...] primeiro conflito docente de magnitude que explicitamente levantou a bandeira da luta contra a Lei Federal de Educação [...]. Colocou em evidência, em escala nacional e de forma contundente (em face da tepidez política e metodológica com que a CTERA se conduziu), a rejeição da maior parte dos docentes à chamada transformação educativa<sup>118</sup>.

Nos interessa ressaltar que, à luz da radicalização da própria luta corporativa para além dos canais sindicais, reaparece a presença daqueles segmentos das classes subalternas (na sua maioria jovens) que demandam o cumprimento dos acordos assinados em 1996 entre o governo provincial e os “piqueteros”. Os bloqueios das estradas de acesso a Neuquén (estrada nacional nº 22) pelas forças repressivas da gendarmeria são removidos violentamente, em confrontos que causaram a morte de Teresa Rodriguez, cujo nome seria bandeira de luta de

---

<sup>117</sup> Klakcho (1999) menciona entre os compromissos assumidos, convênios para a abertura de fábricas e novos postos de trabalho, re-conexão dos serviços elétricos e de abastecimento de gás para as famílias afetadas, construção de hospitais e serviços sociais, créditos para comerciantes e empresários da zona, assim como um programa de empreendimentos produtivos da Secretaria de Desenvolvimento Social da Nação. Por sua vez, o governo nacional se compromete com aportes extraordinários provenientes do Ministério do Interior, da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Ministério de Educação

<sup>118</sup> O mencionado autor resgata a contundência das estratégias dos docentes neuquinos (sendo que seu sindicato tem uma tradição historicamente combativa) que superam reivindicações setoriais (defesa de um bem público), somando o conjunto da comunidade educativa em drásticas medidas de luta, como o bloqueio de estradas por tempo indeterminado e uma greve docente que se estende por mais de um mês, com massiva participação e rasgos democráticos na tomada de decisões (PETRUCCELLI, 1998/99, p. 49).

movimentos de desempregados. Em resposta à violência, explode o segundo grande levantamento de Cutral-Có, protagonizado por cerca de 20 mil pessoas.

Mais que uma análise detalhada desses complexos fatos, o que nos interessa retratar a partir das reflexões de Petruccelli (1998/99) são as manobras do governo por estabelecer um acordo com a condução sindical da ATEN, propondo uma clara divisão entre o “conflito sindical” e o “conflito social”, através da qual são derrotados os segmentos docentes que pretendiam totalizar o conflito.

Na verdade, consideramos que o que está na base desses mecanismos de corporativização da classe – entre os “incluídos” docentes e os “excluídos” jovens piqueteros – é uma *sutil mudança em processo da relação que se estabelece entre a transformação da identidade das classes subalternas, seus instrumentos político-organizativos numa crise que os redimensiona, e as características da resposta social estatal que se multiplica para contê-los*. Isto quer dizer que, em face da irrupção de uma luta que, articulando potencialmente diversos segmentos de classe (professores, trabalhadores estatais, desempregados), desnuda uma manifestação da “questão social” como o desemprego, as classes dominantes buscarão recorrer a respostas que viabilizem certa canalização nos marcos institucionais vigentes (as concessões às demandas docentes), privilegiando os mecanismos de assistencialização/repressão para aquelas massas supérfluas que não encontram respostas às suas demandas nesses quadros (o “conflito social”). Não por acaso, um chefe de polícia neuquino compararia a situação com Chiapas – território de lutas indígenas zapatistas, onde o conflito tornou-se especialmente visível desde 1994 – revitalizando um velho discurso do “perigo da insurreição armada”<sup>119</sup>.

De alguma forma, esse mecanismo de corporativização e divisão intraclasse (que se evidenciará posteriormente, por exemplo, nas distâncias de experiências aglutinadas na CTA, de segmentos representados pelos MTD chamados autônomos, ou dos “moles” contra os “duros”) *expressa também, em cenários de hegemonia transformista, o crescimento de segmentos de classe excedentes para os quais inexitem canais de contenção sócio-estatais permanentes* – tal como as políticas sociais de antanho, centradas na classe trabalhadora formal, ou dirigidas à manutenção da reserva da força de trabalho. No próximo capítulo, analisaremos como os programas sociais que se multiplicam para dar resposta às crescentes

---

<sup>119</sup> Svampa & Pereyra (2003, p. 31) mapeiam, nos principais jornais do país, em meados de abril de 1997, a preponderância de matérias que difundem um discurso que alerta sobre “os perigos da insurreição armada” e demanda respostas “firmes” e “contundentes” para evitá-la.

demandas dos desempregados organizados, têm mais a função de “conter” o conflito social, do que a de garantir a reprodução desses segmentos que se tornam supérfluos. Assim,

As próprias autoridades governamentais reconheciam que os bloqueios supunham um problema difícil de afrontar, pois os grupos que bloqueavam as estradas eram sumamente heterogêneos e não tinham interlocutores claros, ao tempo que os intentos de repressão se mostravam infrutíferos (SVAMPA & PEREIRA, 2003, p. 33; *tradução nossa*).

Se, aqui, as vias da assistencialização/repressão ensaiadas funcionam para conter e desmobilizar os protestos ligados ao desemprego – canalizados numa situação política e econômica que apresenta algumas novidades<sup>120</sup> –, veremos que, em outras partes do país (como no norte salteño ou na periferia bonaerense), em momentos de uma maior politização das classes subalternas (como na crise de hegemonia de 2001) onde se renovam instrumentos político-organizativos associados também a uma mudança em processo da sua identidade de luta, essas vias transformistas encontram sérias dificuldades na sua tarefa de consecução de domínio. A referência, aqui, são os cenários onde a *assistencialização do desemprego* – que expressa uma intervenção social estatal profundamente regressiva – corre o risco de espalhar-se à totalidade social, desde a prática de movimentos de trabalhadores desempregados que questionam – ainda que de forma episódica – à realidade de exploração que significa não só o desemprego, mas a própria experiência do trabalho assalariado.

#### **Os bloqueios em Tartagal e General Mosconi, Salta (8 a 15 de maio de 1997).**

Com base na pesquisa de Svampa & Pereyra (2003, p. 123 et seq.) podemos observar nos antecedentes dos protestos do norte salteño, um trajeto similar ao do vale neuquino, sendo que ambas as regiões seriam atravessadas por profundas crises econômico-sociais a partir da privatização e reestruturação de YPF em 1991-1992, talvez com a diferença de que os primeiros denunciavam uma supremacia aparentemente invulnerável do PJ e uma ausência alarmante de uma rede de contenção econômica, ou de tentativas de reconversão produtiva da região.

---

<sup>120</sup> Há razões para pensar que a mudança do quadro político com as eleições para prefeito de Cutral-Có em 1997 (55% para a UCR-Frepaso contra 35,85% para o PJ-MPN), assim como as propostas dos municípios de desenvolver um projeto de recomposição econômico-produtiva da região, teriam incidido nessa canalização do conflito social (cf. KLACHKO, 1999; SVAMPA & PEREYRA, 2003).

É importante salientar que, embora nos próximos anos não surgiriam movimentos de desempregados nas zonas do conflito (e a gestão dos programas sociais conseguidos pelas lutas ficaria exclusivamente na responsabilidade do Município), a região seria palco de lutas docentes significativas, como na ocupação dos estabelecimentos educativos em '98, ou dez anos depois, nos protestos de rua de 2007 fortemente reprimidos pelas forças de segurança.

Assim, os bloqueios da estrada nacional nº 34 que se estendem de Tartagal e Mosconi para outras localidades, onde confluem vizinhos, trabalhadores, dirigentes políticos, desempregados e jovens – uma presença massiva que teria impedido o enfrentamento com as forças repressivas da gendarmeria, ensaiando assembléias e negociações com o poder político em troca de programas sociais que seriam re-significados por nascentes espaços de articulação de desempregados –, são prenúncios de experiências organizativas nas quais se fundiriam profundas mudanças em processo que atingiam as classes subalternas. Na leitura dos autores,

Os desempregados [...] longe de serem reabsorvidos pela luta distributiva ou incorporados pela recomposição política, foram desenvolvendo *organizações cujo ponto de ancoragem eram a experiência (e a nostalgia) do trabalho assalariado e os bloqueios* (vinculados com a obtenção de programas como meio de subsistência)<sup>121</sup>.

Desde essa tradição sócio-cultural, os fundos de desemprego, os programas sociais, os restaurantes populares (parte dos acordos assinados para o levantamento dos bloqueios de estradas), conquistados por uma luta que não só se dirigia ao governo provincial, mas que teria como alvo às próprias empresas multinacionais – lembremos que os desempregados de Mosconi introduzem os bloqueios dos acessos às plantas industriais, conseguindo até programas sociais provenientes das empresas petrolíferas –, seriam fundamentais na posterior estruturação de organizações de desempregados que encontrariam uma articulação fugaz na Coordenadoria de Desempregados do Departamento General San Martín.

A formação de diversas organizações de trabalhadores desempregados na região (Partido Obrero, CCC, UTD, etc.) para o período 1999-2000, explica também a contundência das sucessivas rebeliões que se produziriam, contestando de forma massiva as intervenções repressivas da gendarmeria em dezembro de 1999, em maio e novembro de 2000, e em junho de 2001, quando se produziriam bloqueios espontâneos de trabalhadores desempregados na periferia sul bonaerense em repúdio à repressão.

Não por acaso, a interessante experiência da UTD de Mosconi, que aglutina desde ex-trabalhadores de YPF até jovens desempregados, na contramão das práticas clientelistas – seja do governo municipal, seja dos sindicatos locais – que crescem no contexto transformista de débacle econômico-social, seria precursora na *re-significação dos programas sociais de assistência ao desemprego*. Suas atividades se orientam à “recriação” de um modelo produtivo (sendo que em 2000 conquistam a “administração” desses programas), visando fundamentalmente a promoção de obras públicas na região (reparação de escolas e hospitais,

---

<sup>121</sup> Svampa & Pereyra (2003, p. 125; *tradução e grifos nossos*).



limpeza e construção de espaços de lazer, infraestrutura pública, isto é, *iniciativas de solidariedade e proteção intraclasses*), e prevendo intercâmbios com a fábrica de cerâmica recuperada Zanón (Nuequén). Ainda que seja uma experiência caracterizada pela tentativa de “reeditar” um modelo de integração social “perdido”, a experiência construiria frutíferos canais de interlocução com as chamadas experiências autônomas de Buenos Aires, as quais ensaiariam críticas mais radicais em face do desemprego.

**Os bloqueios na província de Jujuy, (19 a 31 de maio de 1997).** Baseando-nos na pesquisa de Kindgard & Gómez (1998), podemos observar que, nas ações de luta assinaladas – que se desenvolvem, primeiro, nos principais centros urbano-industriais, San Salvador de Jujuy, Libertador General San Martín, San Pedro, Palpalá, repercutindo em cidades habitadas por assalariados rurais (como Perico) e mineiros (como La Quiaca e Abra Pampa), chegando a produzir bloqueios em todas as estradas da província –, greves e bloqueios de estradas são instrumentos utilizados que aglutinam desde a Frente de Grêmios Estatais (com segmentos ligados à CTA e à CCC) até articulações de trabalhadores desempregados. Falamos de uma crise que – tendo como precedente a *Marcha da Dignidade* de 1996 – contesta e denuncia a pobreza e o desemprego, produtos do congelamento dos empregos estatais, da redução da demanda operária nos engenhos açucareiros, da expulsão de trabalhadores em ramos da produção agrícola e industrial (como na privatização da indústria de produção de aço, “Altos Hornos Zapla” em 1992, deixando sem emprego mais de 3000 operários) e da desaparecimento de empresas mineiras.

Estamos falando de uma crise social e política generalizada que se evidencia na sucessão de bloqueios que se multiplicam em diversas localidades da província (estradas nacionais nº 9 e nº 34, assim como estradas provinciais nº 56 e nº 66, dentre tantas outras), acompanhada de greves, passeatas, e momentos tensos de confronto com a polícia: prevalecem as demandas pela criação de fontes de trabalho, de serviços e assistência social, de direitos previdenciários e saúde, com a condição de que essas conquistas sejam geridas pelos próprios trabalhadores desempregados e, em alguns casos, apelando à participação da Igreja<sup>122</sup>. Enquanto os desempregados de Libertador demandam 5.000 empregos, os de San Pedro reclamam 4.000 empregos e subsídios sociais para 7.000 desempregados, os de Palpalá demandam 5.000 empregos, além de assistência médica e social, em La Quiaca exige-se

---

<sup>122</sup> É importante ressaltar que, tanto nos conflitos de Cutral-Có e Plaza Huincul em 1996, como nesses confrontos em diversas localidades da província de Jujuy, destaca-se a intermediação e participação de setores críticos da Igreja, como nos casos dos Bispos de San Salvador e Humahuaca, assim como do pároco Olmedo de La Quiaca.

respostas para um índice de 56% de desemprego, dentre outras tantas demandas sociais e econômicas. Se, de um lado, observam-se protestos que pedem um minuto de silêncio pela “extinção da justiça social”, por outro lado, e no meio das ações de luta, sindicatos e desempregados ensaiam, de forma espontânea, censos para o conhecimento das necessidades sociais e de emprego que existem na região.

Trabalhadores da saúde e da educação, desempregados, representantes sindicais, associações de vizinhos, organizações de direitos humanos (como as Mães de Praça de Maio), comerciantes, estudantes e jovens de bairros pobres, confluem nos protestos que se generalizam ao enfrentar as forças de segurança que buscam despejar os bloqueios. As situações de violência crescem, sendo que, em localidades como Libertador (onde, segundo informação jornalística, nos momentos de maior enfrentamento com a polícia, *todos* seus habitantes participariam das ações), concentram-se em torno dos bairros operários San Lorenzo e San Francisco. Piqueteros vindos de Tartagal (Salta) chegam em apoio das ações de luta dos piqueteros jujeños.

No meio das tensas negociações com o poder político – que começam com rejeições das Comissões de Desempregados das várias propostas que subestimam o nível do conflito e das necessidades da região, e continuam com o pedido de juízo político e renúncia do governador Ferraro, apoiado pelos intendentés justicialistas e a CGT local –, um jornal local registrava a advertência lançada por um dos manifestantes: “agora a coisa não passa pelos desempregados, nem pelos sindicatos que os apóiam. Agora saiu o bairro, o povo, que é o que está com a pedra na mão”. É uma advertência que talvez retrate a participação de outros segmentos de classe: massas supérfluas de mais longa data que não conheciam canais mais permanentes de contenção e negociação. E, em face da fala do Secretario Nacional de Segurança, Antonietti, de que “o presidente Menem advertiu que os bloqueios de estradas são um delito, e que está contemplado dentro de uma lei, porque ao bloquear uma estrada se impede a liberdade de transitar”, os manifestantes respondem, “[...] é mais delito, e muito mais grave, que morram crianças porque os pais não têm trabalho e não podem alimentá-los!”<sup>123</sup> – evidenciando certo questionamento da “autoridade” estatal a partir de medidas de ação direta que se reconhecem como legítimas.

São imagens de um conflito que começa a transbordar os “desmanchados” canais de contenção e domínio clássicos, polarizando a situação entre piqueteros que ensaiam formas organizativas distantes da institucionalidade (apoiados pela Frente de Grêmios Estatais,

---

<sup>123</sup> Ambas citações extraídas de Kindgard & Gómez (1998; *tradução nossa*).

estudantes, operários rurais) e, de outro lado, o governo, a oposição oficial, as câmeras empresárias, e a CGT local.

Mais uma vez, *a resposta governamental aos protestos das massas trabalhadoras e exploradas é a repressão, seguida de mecanismos de assistência seletivos em face de determinadas demandas pontuais*, que tentam suprir a falta de emprego. No contexto da desestruturação dos mecanismos de canalização hegemônicos e de garantia dos direitos sociais outrora conquistados pelas classes trabalhadoras, isto supõe uma intervenção na “questão social” que marcha ao ritmo dos protestos e lutas sociais com o objetivo de contê-los na “emergência”: assim, o Ministério de Bem Estar da província está no centro das negociações do conflito, bem como o Ministério do Interior, que habilita a intervenção da gendarmeria.

Esse é o exemplo de Jujuy, retratado nas leis e benefícios que se aprovam na legislatura para dar respostas às reivindicações sociais, assim como a criação da Comissão Provincial e Comissões Municipais de Emergência Social, destinadas a canalizar fundos para “criação de empregos”. E nas negociações que se estabelecem entre o governador, a Igreja, os representantes de todos os piquetes da província e da Frente de Grêmios Estatais, estes reconhecem a “insuficiência” das respostas oferecidas pelo governo para a alarmante situação de pobreza e desemprego.

Um ano depois, no dia 15 de julho de 1998, os bloqueios de estradas seriam repetidos em San Salvador de Jujuy, Palpalá, Alto Comedero, Perico e Fraile Pintado, interrompendo totalmente a comunicação da província com o sul do país.



Em dialogo com as pesquisas analisadas<sup>124</sup>, podemos concluir que os bloqueios de estradas de 1996 e 1997 são as primeiras expressões de uma modalidade de luta que se generaliza: *bloqueios de estradas nacionais com o enfrentamento das forças repressivas* – a função dos piquetes é garantir o próprio bloqueio: são massivos, com a presença de mais de uma fração social –, *formas de organização em assembléias e com exercício da democracia direta, alto grau de participação e horizontalidade* – nas rebeliões de Cutral-Có e Plaza Huincul de 1997, em face dos riscos de cooptação, acrescentou-se um *caráter rotativo* aos

---

<sup>124</sup> Referimo-nos às pesquisas já mencionadas de Kindgard & Gómez (1998), Iñigo Carrera & Cotarelo (1998, 2000a, 2000b e 2004), Klachko (1999), assim como Petruccelli (1998/99), Svampa & Pereyra (2003).

*mandatos revogáveis* –, ou seja, exercício da *ação direta* como mecanismo de obtenção de visibilidade e resposta às demandas populares. São experiências nas quais confluem diversas organizações que se fundam nessas formas mais “frouxas”, desafiando os canais de institucionalização vigentes.

Assim, desafiam as formas vigentes de intervenção social do Estado em face da “questão social”, desde o momento em que demandam a presença de funcionários e representantes políticos nos próprios piquetes para a negociação (caracterizada pela distribuição crescente de programas de assistência ao desemprego), ao mesmo tempo que se reivindica a presença dos desempregados na gestão das conquistas obtidas – em alguns casos, com independência do Município. Os mecanismos de assistencialização/repressão acionados de forma permanente para o tratamento das demandas e lutas dos desempregados evidenciam também um tratamento da “questão social” como “questão penal”, que se generaliza na época.

Entretanto, ainda que fossem protestos limitados desde o ponto de vista de uma crítica histórico-social mais generalizada (orientam-se contra os governos municipais e provinciais, sem transcender a dinâmica de descentralização dos conflitos e das próprias políticas sociais, dinâmica essa que dificulta sua totalização no plano nacional, assim como a aceitação do desemprego como uma expressão da “questão social” de difícil resposta<sup>125</sup>) alcançam uma duração considerável (são organizados e planejados), possibilitando a articulação de diversos sujeitos em luta (desde a organização dos desempregados até a aliança com o movimento operário), onde se evidencia *certa legitimidade no uso da força pelas classes subalternas* (fundamentalmente no enfrentamento à repressão), ao mesmo tempo que se observa uma *perda crescente da legitimidade institucional* – expressão de uma maior vulnerabilidade dos vínculos representativos com as classes dominantes. São protestos que estariam na base das tentativas de maior universalização das lutas das classes subalternas que se observam mais claramente em 2001.

É importante salientar que, superado o momento descendente das lutas sociais que marcávamos páginas atrás – de setembro de 1997 a dezembro de 1999, caracterizado por certa canalização do descontentamento nas eleições legislativas a favor da Aliança nesse ano – reativam-se os protestos e bloqueios protagonizados, entre outros grupos, pelos

---

<sup>125</sup> Veremos, no próximo capítulo, que se a *dinâmica de descentralização dos conflitos*, própria das gestões menemistas – da qual falam Svampa & Pereyra (2003, p. 24 et seq.) –, não viria a ser superada pelas rebeliões do interior, que as processariam – com mais ou menos dificuldades – nos seus sistemas políticos, a maior totalização da luta social que se produz para o final da década de 1990 superaria essa fragmentação localizada dos protestos. São momentos em que, no grande Buenos Aires, também seriam ameaçados os mecanismos de contenção clientelista das “manzanas” (distribuidoras do Fundo de Reparação Histórica), próprias da gestão de Duhalde, pela crescente ação autônoma de movimentos de trabalhadores desempregados.

desempregados, aumentando consideravelmente os níveis de conflito e confronto com as forças policiais. É um contexto de crise social e econômica que se acirra com o crescente desemprego, e transborda os mecanismos emergenciais de disciplinamento (repressivos e assistencialistas): aos bloqueios de estrada na Ponte General Belgrano (que une as províncias de Chaco e Corrientes) e em Mosconi - Tartagal (Salta) em dezembro de 1999, seguem-se outros bloqueios nestas localidades em 2000 e 2001, emergindo, nesse mesmo ano, um heterogêneo “movimento piquetero”, com presença destacada em Buenos Aires.

Ao costurar o mapa das lutas das classes subalternas que analisamos, poderemos observar que as lutas do período 1993-1995 por condições salariais, demissões no setor público e privado, cortes do gasto social, flexibilização trabalhista, corrupção dos recursos públicos (que alcançam uma expressão aguçada no Motim de Santiago del Estero em 1993), emergem novamente na forma de bloqueios de estradas em 1996-1997 (demandando programas sociais, criação de empregos e investimentos públicos). Em 2000-2001, essas lutas multiplicam-se pelo país, nas mãos de um heterogêneo movimento piquetero com presença nacional que demanda diversas respostas sociais do Estado em face da pobreza e o desemprego<sup>126</sup>.

Sinteticamente: 1) São ações que se produzem primeiramente em zonas geográficas onde a crise econômica crônica se combinou com a privatização ou reestruturação da única ou principal fonte de recursos e empregos, gerando um abrupto incremento da pobreza e da desigualdade social. 2) A maioria da população se constitui de massas trabalhadoras supérfluas ou são trabalhadores estatais em condições de precarização permanente. 3) *O Estado opta pela repressão e distribuição de programas sociais de assistência ao desemprego* (Cutral-Co e Plaza Huincul em 1996 e 1997, Tartagal e General Mosconi em 1997, 1999, 2000 e 2001, Corrientes em 1999)<sup>127</sup>. 4) Nesses protestos, organizações sociais e sindicais com história de luta se entrelaçam com novas formas organizativas, tal como se expressa na multiplicação de diversas organizações de desempregados<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> Coincidimos com Svampa & Pereyra (2003, p. 53) no fato de que a generalização do bloqueio de estradas, assim como a institucionalização dos programas sociais de assistência ao desemprego como resposta privilegiada aos conflitos, foram razões destacadas na constituição do movimento piquetero como ator nacional em 2000/2001.

<sup>127</sup> Um militante do FPDS recorda algumas vítimas desse mecanismo de *criminalização da “questão social” e das lutas dos desempregados*: em abril de 1997, foi assassinada, em Cutral-Có, Teresa Rodríguez; na ponte General Belgrano, em dezembro de 1999, foram assassinados Mauro Ojeda e Francisco Escobar; em maio de 2000, Orlando Justiniano e Matias Gómez; em novembro de 2000, Aníbal Verón (posteriormente, bandeira de luta de importantes movimentos de desempregados da periferia bonaerense); em junho de 2001, Oscar Barrios e Carlos Santillán, todos em Mosconi, Salta (Cf. PACHECO, 2007).

<sup>128</sup> Reflexões em diálogo com os aportes de Dinerstein (*In LOZANO, 1999, p. 115*).



*O bairro La Fé não existe nos planos [...]. E esse bairro, essa gente não existe. Não existe quando faz três dias de fila na prefeitura para se inscrever para receber fraldas, não existe quando no posto não tem remédios. Acho que muitos desses companheiros começam a existir no piquete [...]. Digamos que existem como luta organizada do movimento<sup>129</sup>.*

**Os bloqueios na outrora periferia industrial do grande Buenos Aires.** Os processos organizativos pelos quais transitaremos expressam significativas mudanças histórico-objetivas e subjetivas na dinâmica da luta de classes. Remetem tanto aos processos de desindustrialização próprios da ditadura, quanto à crise que se acelera no final da década. Trata-se de uma crise de hegemonia, empobrecimento e desemprego das massas trabalhadoras. Assim, a multiplicação dos bloqueios do interior para o centro do país mostra que:

O protesto volta então a se instalar com força também no outrora centro produtivo, sem abandonar a periferia, para a qual tinha se deslocado nos noventa. Já não se dá através daquele movimento operário que tinha nos metalúrgicos sua ponta de lança. Sua imagem é agora a de uma multidão marchando desde os bairros mais humildes: desde o Grande Buenos Aires para a Capital Federal<sup>130</sup>.

Devemos começar dizendo que o questionamento das mudanças histórico-estruturais que implicaram no crescente desemprego e empobrecimento das massas trabalhadoras dessa zona industrial reconhece diversos precedentes organizativos que gravitam em torno dos movimentos de desempregados, no final da década de 1990. Assim, zonas industriais suburbanas tais como Avellaneda, Lomas de Zamora, Lanús e Quilmes, onde “ancorou-se uma territorialidade operária, de caráter comunitário, durante a primeira etapa do sindicalismo de massas”<sup>131</sup>, seriam futuros territórios onde cresceriam organizações de desempregados.

De alguma forma, a desterritorialização do capital, que buscava burlar e destruir os espaços de resistência classista, as fábricas e bairros operários, seria contestada por uma *nova territorialização das lutas de classes* – para alguns segmentos de classe, distantes de territórios fabris, mas reeditando experiências históricas de agregação territorial das massas

<sup>129</sup> Entrevista ao MTD de Solano, Lanús e Almirante Brown (27/4/02) *apud* AULE, GALPON SUR e LA GRIETA (2002; *tradução nossa*).

<sup>130</sup> Maceira & Spaltenberg (2001, p. 24; *tradução nossa*).

<sup>131</sup> Zibechi (2003, p. 86; *tradução nossa*).

exploradas. Serão os piqueteros parte de um processo de formação de uma nova classe operária, tal como propõe Zibechi (2003)?

Estamos falando de distritos como La Matanza ou Quilmes (a oeste e ao sul da capital, respectivamente), povoados por bairros operários que foram se dispondo ao redor das fábricas que empregavam esses trabalhadores, lembrando que, na experiência das coordenadorias interfabris dos anos 1970, espaços operários como esses seriam cenários de organização onde se fundiriam *alianças entre as fábricas e os bairros*, fomentadas também por setores críticos da Igreja inspirados no latino-americano Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo<sup>132</sup>. Não por acaso, tanto o movimento Zapatista do México, quanto o Movimento do Trabalhadores Sem Terra do Brasil, encontrariam germens organizativos nesses espaços, contando com figuras como os bispos Helder Camara e Samuel Ruiz.

Ademais, devemos lembrar que, no período pós-ditatorial, tendências do sindicalismo antiburocrático se expressariam com força na zona sul de Buenos Aires, na experiência da UOM de Quilmes, Berazategui e Florêncio Varela, assim como em outras associações da zona onde ganhariam listas pluralistas (peronismo de base, comunistas, trotskistas) e combativas, sendo *experiências sindicais que se destacariam pelo apoio da luta dos assentamentos*. É nesse contexto – atravessado pela construção territorial de militantes de esquerda e setores críticos da igreja na periferia bonaerense – que devem ser compreendidas as ocupações de terra dos anos 1980, as quais crescem a partir da expulsão dos moradores das favelas da Capital Federal, ensaiada pela ditadura militar.

As ocupações de terras de Quilmes e Almirante Brown em 1981, e de La Matanza em 1986, implicariam em massivos processos de mobilização (por exemplo, em Quilmes, protagonizadas por cerca de 20.000 pessoas, na sua maioria desempregados), que seriam uma expressão incipiente de protestos territoriais, os quais ganhariam novos capítulos em protestos coletivos como os “vizinhos” (contra o aumento de impostos municipais) e as “painéis populares” (protestos contra a fome). São as primeiras imagens de *manifestações coletivas atreladas a redes territoriais*, que envolvem setores de classe expulsos pelos processos de desindustrialização. Nas palavras de um militante do PC com trajetória de organização territorial: “nossa luta baseava-se nas terras para a construção de bairros, moradias, e a partir

---

<sup>132</sup> Em plena ditadura, o trabalho da diocese de Quilmes, dirigido pelo Bispo Novak, seria de extrema importância para o desenvolvimento das CEBs como um refugio organizativo para os setores populares nessa difícil conjuntura, além de referência na luta pelos direitos humanos. Segundo dados analisados por Zibechi (2003, p. 87), em 1981, entre 1.000 e 2.000 pessoas faziam parte das CEBs dessa diocese. O bairro San Francisco Solano, posterior território organizativo do MTD de Solano, também contaria com esses antecedentes de organização.

daí, na melhora das condições de vida de *uma classe social que já estava perdendo seus postos de trabalho*”<sup>133</sup>.

Segundo Zibechi,

Trata-se de um “sujeito diferente” daquele que, décadas atrás, tinha formado as favelas. As ocupações são massivas, organizadas e planejadas, buscam-se terrenos fiscais e cria-se o costume de promover ocupações de noite e no verão, para diminuir a intensidade do conflito e resistir melhor à pressão e à repressão. Cada família se assenta em um lote, realiza-se o traçado das ruas (dando continuidade ao traçado urbano) e se deixam livres os espaços para o equipamento comunitário<sup>134</sup>.

De fato, é fundamental entender a relação de *continuidade* que existe entre as lutas pela ocupação de terras e construção de assentamentos nos anos 1980 e as experiências dos trabalhadores desempregados da década seguinte – como expressão das transformações subjetivas e objetivas que atravessam às classes subalternas –, constitutivas estas dessa *nova territorialização das lutas de classes*, que se tornaria mais evidente nos próximos lustros.

Tempo depois, no período 1995-1996, no calor do movimento das “panelas populares” em La Matanza e da “*marcha contra a fome, a repressão e o desemprego*” à Praça de Maio, podemos observar germes do que, posteriormente, seriam destacadas organizações de desempregados: seja no próprio distrito, onde se desenvolveriam experiências tão diferentes como a CCC, a FTV e o MTD de La Matanza, ou dos MTDs da zona sul. A organização de “panelas populares” na frente de repartições públicas em demanda de trabalho e assistência eram consideradas, por um militante dos incipientes espaços organizativos de desempregados, como ações que transcendiam a reivindicação imediata: “instalavam-se como fato político, e foram nossas primeiras ferramentas organizativas. Com elas, iniciamos a *luta pela recuperação da nossa dignidade de classe*”<sup>135</sup>.

Nesse cenário de débâcle e desestruturação da realidade econômico-social da Argentina, de aprofundamento da dissolução de vínculos de pertencimento sindical (inclusive burocráticos e corporativos) que ofereciam certa canalização hegemônica das demandas dessas massas trabalhadoras, buscamos mapear os movimentos de desempregados que funcionam como um elo importante na *recomposição da experiência de classe* – compreendida como processo histórico, em uma chave thompsoniana.

<sup>133</sup> Beto Ibarra (in KOROL, 2002, p. 41; *tradução e grifos nossos*).

<sup>134</sup> Zibechi (2003, p. 88; *tradução nossa*); cf. também Pozzi (1992), Almeyra (2004, p. 112), Lobato & Suriano (2003, p. 99 e 128).

<sup>135</sup> Militante do MTD La Matanza, Flores (2005, p. 17; *tradução nossa*).



Assim, precedido pelas greves de maior importância da década (em 1995 e 1996, quando se registram os índices mais altos de desemprego), é a partir de 1997, quando se “afrouxam” (pelos impactos econômicos da crise) as redes clientelistas de contenção sócio-assistencial que atuavam na região (financiadas com o Fundo de Reparação Histórica), que se observa o surgimento de movimentos de trabalhadores desempregados na periferia bonaerense. A partir de então, as greves gerais contariam com a participação crescente de comissões de trabalhadores desempregados que imprimiriam um caráter *mais ativo e combativo* a essas medidas de luta – no exemplo das greves de agosto de 1997, junho e dezembro de 2000, lembradas por Pacheco (2004).

Quase como uma continuidade das rebeliões produzidas no interior do país, os primeiros bloqueios significativos se produzem em julho de 1997 em La Matanza, e, em novembro, na zona que nos interessa, em Florêncio Varela. Nessa localidade, depois de 5 dias de bloqueio da estrada nº 36, os desempregados (ligados ao MTR) conquistam 1.000 programas sociais<sup>136</sup>, em um contexto em que Duhalde e o PJ tinham sido derrotados eleitoralmente pelo avanço da Aliança. A partir desse bloqueio e das primeiras assembléias de desempregados, nasce também o MTD de Solano, como expressão de um processo de organização aglutinado a partir das crescentes necessidades sociais em torno de uma igreja de bairro, provocando-se uma ruptura entre a paróquia e a outrora crítica diocese de Quilmes pelas pressões do governo Duhalde. Tempos depois, surge o MTD de Lanús, e, mais tarde, o MTD Almirante Brown, que, juntos, realizam um bloqueio de estrada em Quilmes, em novembro de 2000, com demandas de trabalho e assistência para os desempregados das suas fileiras que cresciam em face das brechas que a “gestão autônoma” dos programas sociais lhes abriam.

Nos princípios organizativos destas últimas experiências, os desempregados representam uma força motriz destacada no processo de mobilização pela sua potencialidade de confrontação com o sistema. O território se constitui como um espaço de construção privilegiado para esses sujeitos, e a periferia dos grandes centros urbanos se apresenta como prioridade na organização política desses segmentos de classe (PACHECO, 2004).

Interessa-nos resgatar a análise de um militante do MTD Almirante Brown que, reconhecendo o lugar pioneiro do MTR na introdução da metodologia do piquete e da exigência de programas assistenciais no centro do país – inclusive dando *visibilidade ao*

---

<sup>136</sup> Cf. VALES, Laura. La rebelión viene con granja. *Página 12*, Buenos Aires, 17/2/03. Disponível em [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar). Acesso em: 13 fevereiro de 2008.

*problema do desemprego desde uma crítica da sociedade capitalista* –, destaca o salto qualitativo na organização dos desempregados que, no período 1999/2000, colocam-se objetivos de articulação que superam as lutas distritais que vinham se desenvolvendo (PACHECO, 2004). As mobilizações ao Ministério de Trabalho da Nação para exigir respostas do governo nacional em face do crescente desemprego – que têm como saldo a administração “autônoma” dos programas assistenciais em uma *clara demonstração de poder popular*<sup>137</sup> – e as tentativas de aglutinação nacional que começariam a ensaiar-se, expressam maiores graus de articulação orgânica das classes subalternas.

As demandas por programas sociais iriam se transformando em alternativas de organização, e a busca da resolução dos problemas territoriais possibilitaria uma maior maturação dessas experiências. A partir da organização autônoma desses recursos (situação que nunca seria harmônica) seriam desenvolvidos projetos produtivos (padarias, hortas, equipes de autoconstrução, fábricas de roupas, sapatos, sendo os meios de produção de propriedade coletiva), que buscariam não só a satisfação das necessidades desses setores crescentemente empobrecidos, mas o fortalecimento político-ideológico da construção coletiva. É o *tenso desafio da reconstrução germinal da experiência de classe desde uma sociabilidade antagônica ao capital para além do chão da fábrica*, tal como se evidencia em outras múltiplas experiências da América Latina. “Como desempregados, sempre tivemos presente a *necessidade de reconstruir os valores e aprendizados históricos da classe trabalhadora*, inclusive a partir dos subsídios ‘miseráveis’ que implicam esses programas sociais”<sup>138</sup>.

Além disso, “os programas são a realidade a partir da qual nos podemos organizar. Ou seja, não temos a possibilidade de tomar uma fábrica”<sup>139</sup>. Ou, inclusive,

Denunciamos esses subsídios como uma estratégia para levar e manter os trabalhadores na miséria. Os *empreendimentos produtivos apontam para um desenvolvimento econômico antagônico aos critérios do capitalismo*, por isso o objetivo é a resolução das necessidades sociais e não o lucro [...]

---

<sup>137</sup> Lembremos que em face do crescente conflito instalado pelas organizações de desempregados, a política aliancionista lhes concederia a possibilidade da constituição de organizações civis para atuar como organismos não governamentais responsáveis ante o Ministério de Trabalho pela gestão dos programas assistenciais. Sem deixar de reconhecer que essa política se enquadraria na lógica neoliberal de privatização e desresponsabilização estatal pela garantia de direitos sociais, que permeia as recomendações de organismos internacionais como o BM e BID para os países latino-americanos, devemos destacar que ela aparece para a Aliança como uma “solução” momentânea para as lutas crescentes dos desempregados, assim como para “burlar” a intermediação dos prefeitos bonaerenses do PJ, que utilizavam esses programas como recursos de poder e dominação nas mãos das suas densas redes clientelistas.

<sup>138</sup> Solana, MTD de Lanús (26/09/01); *tradução e grifos nossos*.

<sup>139</sup> MTD de Solano (*in* MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 56; *tradução nossa*).

apoiamos ativamente as ocupações de fábricas e a reivindicação do controle operário da produção<sup>140</sup>.

Os bloqueios de maio de 2000 no conflituoso Mosconi repetem-se em novembro (onde as forças repressivas assassinam a Aníbal Verón, o que provoca reações de repúdio que vão desde o incêndio de delegacias em Salta até atos públicos e passeatas em outras partes do país), e se multiplicam em Buenos Aires<sup>141</sup>, Chaco, Jujuy, Tucumán, Neuquén, Santa Fé, Chubut, Comodoro Rivadavia, como uma medida de força utilizada por trabalhadores empregados e desempregados que contestam demissões, falta de pagamento de salários, demandam programas assistenciais e denunciam situações de pobreza e repressão.

Já os bloqueios de estradas protagonizados pelos trabalhadores desempregados a partir de 2001, com força nos distritos de La Matanza, Florêncio Varela e Quilmes, apresentam algumas particularidades: são *massivos*, podendo chegar até a participação de 3.000 desempregados; são *prolongados*, criando situações de difícil resolução; os trabalhadores desempregados são acompanhados de suas famílias; estão *organizados como desempregados* em espaços coletivos que dão direção ao bloqueio e não se dissolvem com sua finalização (alguns ligados a correntes político-sindicais); suas *decisões são tomadas em assembléias*, chegando, em alguns casos, a exigir que as negociações com o poder político sejam feitas no mesmo piquete para evitar a cooptação de representantes; suas demandas principais giram em torno de programas assistenciais e serviços sociais (organizam-se passeatas à prefeitura, interpela-se o Ministério de Trabalho e as Secretarias de Desenvolvimento Social), existindo também bloqueios que funcionam como expressões de repúdio solidário em face de situações de repressão, como os encabeçados em junho pelos MTDs da zona sul, a partir da brutal repressão em Mosconi, no norte do país<sup>142</sup>.

Assim, entre 2000 e 2001, os bloqueios se multiplicam pelo país juntamente com aquilo que se configura através de lutas e protestos que dão visibilidade ao problema do desemprego, como um *heterogêneo movimento piquetero com presença nacional*. Com a 1º Assembléia Piquetera, seria aprovado um programa nacional de luta e bloqueios de estradas que unificaria a totalidade das experiências organizativas dos desempregados. A 1º *Assembléia Nacional de Organizações Populares, Territoriais e de Desempregados*, realizada

---

<sup>140</sup> Palavras de militantes da coordenadoria MTD Aníbal Verón *apud* VALES, Laura. Um Universal muy Particular. *Página 12*, Buenos Aires, 12/6/02. Disponível em: [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar). Acesso em: 18 maio 2008. (*tradução e sublinhado nosso*).

<sup>141</sup> Segundo Zibechi (2003, p. 182), em La Matanza, um bloqueio de 3.000 pessoas consegue em torno de 16.000 programas sociais.

<sup>142</sup> Caracterização em diálogo com o trabalho de Iñigo Carrera & Cotarelo (2001).

em julho de 2001 em La Matanza, decidiria realizar bloqueios progressivos em 50 estradas do país, reclamaria a liberação dos presos políticos, rejeitaria o programa de ajuste do “déficit zero”, e demandaria a permanência e o aumento dos programas sociais de assistência ao desemprego. Em setembro, na 2º Assembléia Piquetera que re-atualizaria as demandas sociais e as medidas de bloqueios de estradas e assembléias junto com o movimento operário e popular, seria vislumbrada mais claramente as divisões e tensões entre as diversas tendências organizativas.

Tanto a radicalidade dessas medidas de luta, quanto as manobras da Aliança por enfraquecer a estrutura de caudilhos do PJ pela via da concessão aos próprios desempregados da administração dos programas sociais (em alguns casos, sem a mediação das redes clientelistas das prefeituras do PJ), estão na base do vertiginoso crescimento dos nossos movimentos.

A multiplicação de experiências para além dos canais clássicos de organização de esquerda, a vulnerabilidade do vínculo com as classes dominantes e a crise do peronismo, o assistencialismo na intervenção estatal e a organização crescente das classes subalternas no final da década, à luz de um cenário de crise social e econômica que se aprofunda – lembremos das “explosões sociais” no interior do país – fermentam o caldo de cultura onde confluem trabalhadores com experiências políticas prévias, expulsos dos centros fabris, desempregados de longa data, jovens com nula experiência sindical, mulheres com tradição organizativa comunitária e de bairro.

Particularmente, interessa-nos resgatar os processos de articulação nacional existentes desde meados de 2000 (por exemplo, o “Cabildo Abierto” de Corrientes, o bloqueio da Ponte Pueyrredón na Capital Federal que reivindica uma jornada nacional de luta) que têm como protagonistas aos MTDs da zona sul de Buenos Aires. Eles confluem, primeiramente, nas tentativas da Coordenadoria Sul (em julho de 2001), e meses mais tarde, na Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón<sup>143</sup>, uma das articulações político-territoriais que

---

<sup>143</sup> Para além de seus diversos desprendimentos, a Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón é uma articulação que reuniria no período 2001-2003 em torno de 17 movimentos de base de Capital Federal, Buenos Aires e Rio Negro, os quais se caracterizariam pela autonomia das centrais sindicais, dos partidos políticos e do Estado, definida como “uma construção heterogênea, baseada no respeito aos acordos e a diversidade” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 151; *tradução nossa*). A partir das rupturas que se dão para meados de 2002 com a CTD Quebracho, essa coordenação de movimentos adota o nome de MTD Aníbal Verón. Sofre mudanças importantes desde meados de 2003, com o desprendimento dos MTD de Solano, MTD de Guernica e MTD de Allen, e o ingresso de outros movimentos. Ao longo de 2004 se observam diferenças internas importantes entre as organizações que conformam a Frente Popular Darío Santillán (MTD de Lanús, MTD de Almirante Brown, MTD de San Telmo, MTD de Berisso, dentre outros), e as organizações que se unificam como movimento único, mantendo o nome de MTD Aníbal Verón. Resulta provável que na raiz dessas rupturas se encontrem diferenças com relação às táticas e leituras do governo de Kirchner (ainda que fossem

mais enfrentaria as redes clientelistas e repressivas dos partidos da ordem – poderosos mecanismos transformistas de controle repressivo e disciplinamento das classes subalternas – com suas consignas de *Trabalho, Dignidade e Mudança Social*.

Ao falar desses princípios, expressam:

Sabemos que o desemprego e a marginalização, assim como a exploração dos trabalhadores empregados, o avanço sobre a educação e a cultura popular, não são conseqüências “indesejadas” deste modelo, mas a razão de ser deste sistema capitalista que deveremos derrotar para construir uma sociedade nova, onde não exista a exploração do homem pelo homem<sup>144</sup>.

Assim, ao tempo que chamam a “*nacionalizar, aprofundar e multiplicar a resistência às políticas neoliberais que matam o povo de fome*” – convites à universalização da luta –, promulgam a necessidade de um forte arraigo de base e práticas democráticas de funcionamento nas suas organizações. Resgatando a própria voz de seus militantes, poderíamos afirmar que esses processos de articulação dos desempregados se identificavam, no *respeito à autonomia dos movimentos*, na *crítica profunda aos procedimentos eleitorais* da época, na *valorização da luta* e da *ação direta* como mecanismos para aceder a negociações com o poder político e conquistar suas reivindicações, na busca pela *construção de organizações de massas e mecanismos democráticos e flexíveis* (Cf. PACHECO, 2004).

Para além dessas ações de luta que se multiplicam, e precipitam uma crise de hegemonia que marca um distanciamento temporário do vínculo representativo com as classes dominantes – também expressado num enfraquecimento da gravitação do peronismo nos setores populares –, interessa-nos mapear elementos do significado histórico de experiências como aquelas aglutinadas na Coordenadoria Aníbal Verón que viemos trabalhando, as quais redesenhariam, com sua práxis político-organizativa, alguns traços da cultura política de esquerda: resgatam noções como *autonomia*, reclamam *formas horizontais e flexíveis*, reeditam debates de *auto-organização e autogestão*, reinventam instrumentos de confronto para a reatualização de uma *luta não simétrica contra o capital*.

Sem esgotar a reflexão na matéria, e sem intenções de desconhecer outras experiências de movimentos de desempregados que possam resultar relevantes para a realidade argentina<sup>145</sup>

---

movimentos contestatórios e críticos), assim como os “efeitos vitoriosos” de uma estratégia que busca reconstruir a hegemonia das classes dominantes.

<sup>144</sup> Convocatoria de la Coordinadora Sur (23/07/01; tradução nossa).

<sup>145</sup> Seja a partir das distinções propostas por Svampa & Pereyra (2003) do que seriam *alinhamentos sindicais* (CCC e FTV), *alinhamentos políticos* (como o Bloco Piquetero, com forte presença de movimentos com vinculações partidárias), e *alinhamentos territoriais* (onde se incluiriam o MTD Aníbal Verón, a UTD de Mosconi, o MTD de La Matanza), seja a partir das distinções propostas por Mazzeo (2004), com propostas mais “reformistas”, “vanguardistas”, ou de extração “autônoma”.

(às quais poderemos fazer menção no nosso percurso), interessa-nos dialogar a partir da análise desses *instrumentos políticos* e *formas organizativas* que atravessam nossos movimentos, como expressões de profundas mudanças na identidade das classes subalternas.

### **2.2.2. A significação histórico-social da luta dos movimentos de trabalhadores desempregados**

Poderíamos pensar, junto com Dinerstein (2003), que *as lutas dos trabalhadores desempregados re-atualizam os antagonismos que produzem a luta de classes*, onde ela não supõe apenas uma luta do capital por explorar o trabalho no nível da produção, mas uma luta do capital por obrigar o trabalho a existir sob formas que expressam uma mercantilização universal das relações sociais, e uma luta do trabalho por resistir e transcendê-las: antagonismo que se tenciona entre um processo de expropriação permanente dos trabalhadores e uma luta pela constituição da classe como um processo histórico e cultural de resistência.

Se a produção do desemprego não é “externa” à relação do capital (porque determina formas de existência nos marcos da produção capitalista do valor, relação que não admite “externalidade”), a luta dos desempregados desnuda a unilateralidade de noções como “exclusão social”, ao permitir-nos entendê-la como uma luta contra uma forma particular de exploração e de intensificação da subsunção real do trabalho (o desemprego). Ainda que estejamos falando de populações supérfluas desde o ponto de vista da valorização do capital (realidade que talvez desafie a capacidade explicativa da própria categoria de exército industrial de reserva), essa “condição excedentária” é também uma forma de existência do trabalho explorado.

Neste percurso histórico da movimentação das classes subalternas, a existência de experiências como as que se aglutinam na Coordenadoria de Trabalhadores Desempregados Aníbal Verón, onde *mais que uma crítica ao desemprego, se ensaia uma crítica ao trabalho capitalista e às formas de existência que nele se produzem*, é a razão que nos leva a assinalar a sua potência (ainda que “episódica”) para evidenciar os fundamentos históricos antagônicos que produzem a “questão social” e os traços de resistência presentes nas suas expressões. A condução de lutas que não se reduzem a uma demanda de “reinclusão” em uma sociedade que se encontra em um processo de destruição de parâmetros de proteção social outrora conquistados – enfrentando inclusive a “heresia”, culpada de negar a centralidade da classe

operária<sup>146</sup> – questiona as noções em voga de “excluídos” ou “pobres”; noções que obscurecem a exploração e dominação de classes, deixando em penumbras as experiências de classe precedentes e contribuindo com a fragmentação das classes subalternas.

Os *bloqueios de estradas*, acionados por trabalhadores supernumerários que substituem o “perdido” chão da fábrica e o sindicato pela *organização territorial*, buscando interferir em algumas vias do circuito de valorização do capital (através da interrupção da circulação), expressam processos subjetivos de constituição organizativa das classes subalternas que desafiam sua aparente “auto-expansão” e “independência” do trabalho. Falamos de lutas que, em face dessa aparente “invisibilidade” do processo de produção de valor que constitui o capital (referimo-nos à desindustrialização e expansão do capital financeiro com certa “independência” aparente da exploração do trabalho), permitem-nos entender o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado. E essa situação busca ser contestada pela luta de trabalhadores desempregados (historicamente compreendidos como “sujeitos residuais”) que, através dos bloqueios de estradas, ensaiam instrumentos organizativos que *repõem o confronto de classes sobre novas condições histórico-sociais*. Assim o relatam as palavras dos militantes do MTD Aníbal Verón, ao referir-se à *potencialidade de uma luta que, em face do desemprego, desloca o eixo do conflito das fábricas às estradas*:

A perda de conquistas históricas da classe trabalhadora e a expulsão de mão de obra supérflua, fruto da precarização trabalhista, converteram os desempregados já não em um *exército de reserva*, mas em uma *população excedente* [...]. Se antes, na fábrica, buscava-se paralisar a produção, agora, no território, busca-se interromper a livre circulação das mercadorias, com a mesma intenção de golpear o capitalismo onde mais lhe doe (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 149; *tradução nossa e grifos no original*).

Reatualizando a relação histórica da classe trabalhadora com o território – lembremos que as greves e ocupações de fábricas são formas organizativas potentes que surgem quando o capital fixa a classe em um território (seja nas fábricas, seja nos bairros operários que funcionavam como espaços de construção de sociabilidade e identidade de classe) –, os movimentos de desempregados recriam formas atuais e renovadas de habitá-lo desde processos de luta e resistência. Quando o capital desterritorializa a produção, a luta piquetera

---

<sup>146</sup> Um militante do MTD de La Matanza assinala: “quando a irrupção dos desempregados era para muitas organizações uma questão conjuntural [...], pretender construir com os desempregados era uma heresia que negava a perspectiva de desenvolver as possibilidades de mudança desde a classe operária. Para essas organizações, nosso reconhecimento como desempregados foi parte de duríssimos debates e intermináveis discussões” (FLORES, 2005, p. 16; *tradução nossa*).

“volta” ao território, interrompendo sua hipertrofiada “sede” de circulação. São processos de luta que nos permitem compreender que o desemprego implica, antes de uma suposta “independência” do capital frente ao trabalho, uma redefinição do tempo e do espaço da exploração, confrontada criativamente nos bloqueios protagonizados pelos desempregados.

O bloqueio de estradas expressa uma forma de obstaculizar a fluidez do capital onde o capital existe, e onde obriga ao trabalho a existir, isto é, “fora da fábrica”. O piquete questiona as regularidades, as definições e usos do tempo social que o capital impõe, daí que seja “uma das formas de deter o tempo de rotação da matéria (mercadorias), um pau na roda do capital”, nas palavras de Mazzeo (2004, p. 108; *tradução nossa*)<sup>147</sup>. Falamos de métodos de luta que desafiam os mandatos imperativos do capital, já que a exclusão do trabalhador do nível da produção não inabilita a experiência subjetiva contraditória da forma mercantilizada da existência e a possibilidade da sua negação<sup>148</sup>.

Devemos pensar que é com a crise da institucionalidade burguesa e a precarização do vínculo de representação com as classes dominantes que se observa, para final da década de 1990, que o uso defensivo da força e da ação direta ganham paulatinamente legitimidade entre as classes subalternas. As rebeliões espontâneas no interior do país, frente às intervenções repressivas da gendarmeria (Neuquén, Salta, Corrientes), assinalam não só o repúdio desses métodos em uma sociedade que viveu uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina (graças à tarefa político-pedagógica dos movimentos de direitos humanos), mas também a crescente legitimidade da ação direta e da luta social nos marcos da profunda crise de hegemonia. É interessante notar que, frente à generalização da repressão como mecanismo privilegiado pelo Estado no enfrentamento do conflito social, militantes do MTD de Solano expressam: “[...] há uma mudança a partir de Mosconi [...] Os bloqueios de estradas para este sistema são um delito, são ilegais, mas, para nós, são legítimos. Essa é a mudança fundamental que tivemos como organização”<sup>149</sup>.

---

<sup>147</sup> Nosso autor se pergunta, lucidamente: “algum automobilista terá pensado alguma vez que o que determina sua ‘perda de tempo’ é um tipo de regime do tempo social imposto pelo capital [...], regime que governa sua existência e mata sua vontade?” (MAZZEO, 2004, p. 107; *tradução nossa*).

É interessante pensar que o piquete questiona esse tempo que foge do controle social, do qual falam poetas como Martínez Estrada, quem expressa: “pois o relógio que funciona nos arrebatada da realidade e da verdade, e por isso os habitantes da cidade têm perdido o sentido da realidade embora tenham adquirido o sentido microscópico do tempo. Eles têm quadriculado sua vida e agora têm que medi-la com o relógio de segundos porque, na verdade, ela carece de todo sentido eterno e está esmiuçada em partículas sem coesão, como um punhado de areia” (2001, p. 50; *tradução nossa*).

<sup>148</sup> Reflexões em diálogo com as análises de Dinerstein (2003 e *in* LOZANO, 1999), Zibechi (2003) e Maceira & Spaltenberg (2001).

<sup>149</sup> *In* MTD de Solano & Colectivo Situaciones (2002, p. 56; *tradução nossa*).



Portanto, o bloqueio é um método de luta e *ação direta* que ganha sentido para segmentos de classe expulsos do mundo da produção e dos canais de mediação política clássicos, assim como um mecanismo de exposição pública de uma outra territorialidade de classe, disputada e construída nos bairros da periferia urbana. Pode abrir espaços de encontro entre diversos sujeitos (estudantes, desempregados, professores, trabalhadores fabris, vizinhos, indígenas), evidenciando sua capacidade de refletir universalmente diversas experiências da subalternidade. Os rostos cobertos para garantir a própria segurança dos piqueteros dão “visibilidade aos rostos de fome, miséria e morte, antes invisíveis para os governantes” (VARELA, 2002; *tradução nossa*), nas palavras de uma militante.

A fusão entre *piquete e luta territorial* em experiências como as dos MTDs da Coordenadoria Aníbal Verón, evidencia *tentativas organizativas de disputa de classe* que confrontam com as práticas repressivas e subalternizantes dos “caudilhos” do PJ. Não por acaso, esses MTDs da zona sul de Buenos Aires crescem em territórios que são históricos bastiões políticos do peronismo, como Quilmes, Florêncio Varela, Esteban Echeverria, Almirante Brown, Guernica, Lomas de Zamora.

Vale a pena lembrar que os piquetes e a transformação do território em baluartes dos trabalhadores não são experiências inéditas na história, o que fica claro se nos remetermos aos conselhos operários e sociais como *organismos que agregam territorialmente à organização do poder proletário*. Com base nessas experiências, Gramsci afirmava, em 1919:

[...] a vida social da classe trabalhadora é rica em instituições, articula-se em múltiplas atividades. [...] A fábrica, com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas, são centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente. [...] O comitê de bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro [...]. Um tal sistema de democracia operaria (complementado por organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experimentação política e administrativa [...] far-se-ia com que a massa se tornasse mais preparada e capacitada para o exercício do poder [...] <sup>150</sup>.

Na experiência argentina, Almeyra (2004) recupera diversas tentativas de confluência entre bairros e fábricas. Falamos das coordenadorias de desempregados na crise de 1929, a partir das quais as operárias organizam refeições e assistência solidária na periferia de Buenos Aires; dos piquetes e greves gerais do ano 1936, onde confluíam vizinhos e trabalhadores ao calor dos acontecimentos mundiais; das greves gerais de 1955, apoiadas por bairros operários, nos marcos da criação de experiências de auto-organização e questionamento das burocráticas

---

<sup>150</sup> Gramsci (2004, p. 247-248-249; *grifos no original*).

lideranças sindicais; das alianças entre operários, vizinhos e estudantes que se fundem nas ruas e bairros do Cordobaço de 1969; das coordenadorias interfábricas de comissões internas de 1973, listas sindicais democráticas e ativistas anti-burocráticos que se auto-organizavam e organizavam as alianças entre fábricas e bairros<sup>151</sup>. Inclusive para essa época, Santucho (líder do PRT-ERP), afirmava: “a partir da luta reivindicativa está colocada hoje na Argentina, em algumas províncias, em algumas cidades, em algumas zonas fabris e faveladas, a formação de órgãos embrionários de poder popular”<sup>152</sup>.

Portanto, não podemos deixar de reconhecer a importância massiva e a recorrência que ganham os piquetes e a luta territorial com os movimentos de desempregados. É claro que o território que disputam esses sujeitos já não é o bairro operário da outrora periferia industrial, centrado na fábrica e no acesso aos serviços sociais que essa forma possibilitava, sintetizada na idéia gramsciana de que “a hegemonia nasce da fábrica”. Trata-se de um território agora muito mais caracterizado pela desindustrialização, o desemprego e a falta de serviços básicos que assinalam o caráter “supérfluo” da população que os habita. Daí que essa territorialização do movimento social seja expressão das profundas transformações na identidade das classes subalternas e de uma busca, nas experiências mais radicais, por *re-atualizar os mecanismos de luta e confrontação com o capital*. Não por acaso, os desempregados reivindicam um legado histórico de luta e resistência que leva-os a afirmar: “somos uma grande corrente; na história da dominação e da opressão sempre tem havido resistência [...] nós escrevemos uma página, onde somos parte dessa resistência”, nas palavras do MTD de Solano<sup>153</sup>. Ou também, nas palavras do MTD de La Matanza,

Não podíamos deixar de reconhecer que éramos filhos da Semana Trágica, da Patagônia Rebelde, do Cordobaço e da Resistência Peronista, das lutas das organizações da década de setenta, do compromisso de nossos trinta mil desaparecidos<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup> No interessante documentário do Cine de la Base (que tinha como referência o militante do PRT-ERP, Raymundo Gleyzer), “*Me matan si no trabajo, y si trabajo me matan*” de 1974, pode-se observar a experiência de *reunião e organização fabril-territorial* dos operários de INSUD em San Justo (partido de La Matanza), os quais protestam contra as condições de trabalho e exploração que causam degradação salarial, adoecimento e morte por intoxicação com chumbo. Vale a pena recuperar o sarcasmo realista da música do documentário que reza: “*me matan si no trabajo, y si trabajo me matan, de hambre, de plomo o de bala, de alguna forma de matan*”.

<sup>152</sup> Santucho *apud* Mazzeo (2007, p. 67; *tradução nossa*). Para exemplos na experiência latino-americana cf. Casas (*in* MAZZEO, ACHA & OTROS, 2007, p. 140 et seq.).

<sup>153</sup> Entrevista realizada por Rodrigo Miró, da redação do Jornal El Eslabón, em 2002.

<sup>154</sup> Flores (2005, p. 21; *tradução nossa*).

A disputa territorial dos MTDs contra o clientelismo acionado pelos “caudilhos” duhaldistas que atuam nessas regiões – expressão da dispersão da classe operária e da fraqueza da hegemonia burguesa, substitutos degradados da burocracia sindical em tempos de “hegemonia transformista” – significa a confrontação com mecanismos políticos de administração e controle dessa população supérflua (e da própria “questão social”), centrais na passivização das suas lutas (MAZZEO, 2004).

Da mesma forma que outros movimentos da América Latina contemporânea, as experiências que trazemos são responsáveis por uma re-atualização da luta e o legado histórico anticapitalista, provocando, inclusive, importantes *redimensionamentos críticos na cultura política de esquerda: assim, luta e vida cotidiana se fundem para tornar o território âmbito de luta, disputa e construção de experiência de classe, espaço de ensaio de novos valores e relações sociais*. Segundo as palavras de militantes do MTD Aníbal Verón:

Construímos poder quando avançamos na mudança das relações humanas, sociais e políticas, quando conquistamos melhores condições de vida, e quando cresce a capacidade de luta e organização do povo [...]. O poder popular se constrói a partir das bases e nas bases, com democracia e participação consciente, com relações que prefigurem a sociedade que ansiamos<sup>155</sup>.

Talvez possamos pensar que esses movimentos de desempregados (seus ensaios, suas tentativas episódicas) são expressão de um espaço político-ideológico criado pelas classes subalternas em diálogo com alguns limites/dilemas históricos da esquerda partidária e tradicional argentina, ainda que esse “acerto de contas” não saldado contenha inúmeras contradições e problemas. Depois de tudo, as lutas sociais e revolucionárias que marcaram épocas históricas se fundiram na vida cotidiana, desafiando as separações alienantes da vida burguesa (entre aqueles que “pensam” e aqueles que “fazem”, entre a militância e a vida cotidiana, entre vida social e a instituição política), assumindo o desafio – inacabado – de transcender a partir da criação de novas relações e vínculos de sociabilidade<sup>156</sup>. Daí que, para lutadores como Guevara, a tarefa suprema da revolução fosse a criação do Homem Novo – humanidade plena e rica vinculada conscientemente ao ser genérico.

---

<sup>155</sup> Integrantes do MTD Anibal Verón (in [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org), junho de 2003; *tradução nossa*).

<sup>156</sup> Na literatura que retrata a experiência de vida de pessoas que protagonizaram momentos históricos de luta (pela liberdade, contra as ditaduras, por transformações revolucionárias), a relação entre luta e vida cotidiana, luta e afetividade, se torna transparente, como o retratam os trabalhos da comandante nicaragüense Gioconda Belli (2000 e 2002).

Já Guevara dizia: “[...] o revolucionário verdadeiro está guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar em um revolucionário autêntico sem essa qualidade”; e ao sintetizar revolução e vida cotidiana, expressava “não há vida fora dela” (1986; *tradução nossa*).

O acento posto na construção de novos valores e vínculos de sociabilidade na contramão da aniquilação político-subjetiva que a realidade argentina representava talvez seja uma das principais características desses movimentos, que implicaram, a partir das suas lutas, o *enfrentamento de perversos mecanismos de des-subjetivação das classes subalternas*. O movimento que permitiu a passagem de “pobre” – ator passivo das redes clientelistas e repressivas enquanto mecanismos de disciplinamento e intervenção do Estado em face da “questão social” – a trabalhador desempregado organizado, apostou na *reconstrução de uma sociabilidade ativa desde os processos de luta e organização coletiva*, desafiando, assim, os efeitos do desemprego como mecanismo disciplinador da classe trabalhadora. Dessa forma, cumpriram um *papel de desfeticização da realidade social* a respeito do vínculo assistencialista que mediava o acesso aos programas sociais para esses setores de classe e da naturalização da desigualdade social e o desemprego que caracterizavam a Argentina de fim do século. As tentativas pela criação de vínculos de compromisso coletivo e militante, na contramão dos vínculos clientelistas, expressaram uma subjetividade ativa que se reclama reconstrutora de espaços públicos, que se apropria da sua negada capacidade de produzir. Daí que seu significado histórico possa ser compreendido como parte da busca por uma *cultura política e organizacional na contramão desses vínculos de passivização subalternizantes*, onde nomes de trabalhadores e lutadores anônimos assassinados pelas forças repressivas iriam embandeirando as construções coletivas das classes subalternas: Movimento Teresa Rodriguez, MTD Aníbal Verón, Biblioteca Popular Pocho Lepratti, Frente Popular Darío Santillán, são alguns exemplos da grandeza desses sujeitos anônimos que lutam de forma silenciosa.

Seus princípios e formas organizativas trazem debates em torno da autonomia e da autogestão, da horizontalidade e da democracia direta, do trabalho de base e da ação direta, elementos que fazem da *própria vida organizativa um ensaio da nova sociedade e sociabilidade que se pretende construir*. Nas próprias palavras do MTD Aníbal Verón,

O poder popular se constrói desde baixo, no trabalho de organização de base. Não é suficiente “mobilizar as massas”, nem caudilhos que “representem às bases”: para que o povo seja protagonista do seu destino, tem que estar organizado e consciente dos seus direitos [...]. Existem aspectos da mudança que aspiramos a conquistar que começam hoje mesmo e estão ao alcance das nossas mãos. Por isso as práticas solidárias, a organização democrática e participativa, a formação e o estudo como elemento fundamental dessa participação consciente (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 151; *tradução nossa*).

O desafio da construção de organizações não simétricas ao capital<sup>157</sup> ou à disciplina do trabalho burguês é também o desafio da construção de massas, de uma sólida força social capaz de produzir subjetividades militantes muito mais orientadas para a “autodeterminação” que para a “obediência”. Não por acaso, tanto nestas experiências, quanto no movimento Zapatista (fundamentalmente a partir dos Caracoles, municípios autônomos em rebeldia), bem como em outros movimentos indígenas da América Latina, observamos tentativas que aspiram à construção de *mandatos imperativos e revogáveis, lideranças rotativas, coletivas e descentralizadas, funções de liderança ao serviço do movimento, e instrumentos políticos e organizativos não separados da vida cotidiana do coletivo*. “Nosso único dirigente é a assembléia”<sup>158</sup>, afirmam militantes do MTD Aníbal Verón. Salvando as distâncias históricas, poderíamos pensar que, aqui, são reeditados debates já presentes na experiência organizativa das classes subalternas, como na Comuna de Paris, a qual pretendia ser ela mesma um modelo da nova sociedade, modelo de poder democrático, flexível, descentralizado e com funções revogáveis – a “auto-administração dos produtores”, ou um “regime de autonomia local”, nas palavras de Marx (1980).

Alimentados por princípios como horizontalidade, democracia de base, democracia direta, rotação de funções e representações, os vínculos organizativos e as referências que esses movimentos pretendem construir buscam motivar e potencializar o compromisso, no sentido de garantir processos coletivos de discussão, maturação e decisão: daí que muitas das suas assembléias deixassem de ser órgãos de aprovação, e começassem a funcionar como espaços centrais de análise e tomada de decisões. Confrontando as práticas de subordinação e dominação vigentes dos caudilhos bonaerenses do partido da ordem, seus debates expressam uma intensa preocupação pela *construção coletiva da direção do movimento*, sua construção cotidiana e suas medidas de luta, onde os referentes deveriam cumprir funções de serviço ao coletivo, no melhor estilo da democracia zapatista retratada no “mandamos obedecendo”.

As visões renovadas dos processos de transformação que perpassam seus debates político-organizativos (preocupados pela instrumentalização das lutas, que subestimaria os processos de construção de hegemonia social, a sua burocratização e reprodução de hierarquias subalternizantes em detrimento de espaços flexíveis, facilitadores da

---

<sup>157</sup> Na leitura dos movimentos contemporâneos da América Latina, Zibechi (2003 e 2006) tem desenvolvido uma leitura criativa dessa tentativa de criação de organizações não simétricas ao Estado e ao capital, não reprodutoras de “divisões tayloristas”. Autores tão diversos como Holloway (2002), Mészáros (2003), Mazzeo (2004), Mazzeo, Acha & Otros (2007), De Santos (1998/99) também levantam questões nessa direção em diálogo com as experiências históricas da esquerda.

<sup>158</sup> Integrantes do MTD Aníbal Verón (in [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org), junho de 2003; tradução nossa).

massificação<sup>159</sup>), se relacionam com a busca de novos perfis de militância: perfis que não reproduzam as relações de poder próprias da divisão da sociedade em classes; que sejam considerados na sua singularidade, mas não coagulados no seu individualismo; que sejam livres, mas respeitando os acordos coletivos; *solidários e não assistencialistas*; potenciadores da transformação, e não apenas “administradores eficientes” das necessidades materiais das classes subalternas<sup>160</sup>.

O diálogo crítico com situações históricas nas quais o movimento teria sucumbido na instrumentalização das suas lutas, reproduzindo nas suas organizações, elementos das próprias estruturas capitalistas que se combatem (hierarquias coaguladas, divisão entre “aqueles que pensam” e “aqueles que fazem”), tornando-se limitadas para a construção de relações sociais não capitalistas, perpassa esses debates.

Mais que uma polarização entre “métodos auto-afirmativos” e “lógicas do enfrentamento”<sup>161</sup> – onde a prioridade da necessidade de construção de novas relações sociais se sobreporia aos movimentos de ofensiva de um novo poder político –, como propõem as análises de Zibechi (2003) e Colectivo Situaciones (2002), parece-nos que a tensão que esses

---

<sup>159</sup> Em outro trabalho (MARRO, 2006a, p. 134 et seq.), salientávamos as críticas à experiência histórica da esquerda que, fundamentalmente, se dirigem: de um lado, a uma concepção instrumental da organização que teria subsumido a diversidade das expressões de luta a um suposto “objetivo final”, tendo dificuldades para se questionar pelo próprio modelo de organização, estando pouco atento ao caráter processual das mudanças; de outro, a uma concepção e prática da hegemonia que teria implicado na dominação e negação das particularidades das experiências que a compunham. A partir daqui, surgiriam, nos movimentos de desempregados, discussões que expressam outras concepções de hegemonia (como unidade e direção de classe na diversidade, plena realização das diferenças e universalização a partir dessa unidade) e até posições que reivindicam a “idéia de rede”, onde não existiria um “centro” mas “múltiplos centros” interdependentes entre si, ou a “imagem do arco-íris”, onde “cada cor tem seu lugar, mas nenhum predomina” (ZIBECHI, 2003, p. 63; *tradução nossa*).

Nesse sentido, debatíamos com essas leituras e, particularmente, com o Colectivo Situaciones (2003, p. 203), a partir da sua interpretação da consigna zapatista “um mundo onde caibam muitos mundos”, este entendido como “um múltiplo não dirigido”. Em contraposição, assinalávamos o *desafio da construção de espaços de articulação política e universalização das diversas experiências das classes subalternas* (ou, nos termos de Mazzeo, *novos caminhos para os processos de unificação*), espaços dados pelo conjunto e entendidos como expressão e produto da direção político-ideológica. Essa concepção se distancia tanto de uma perspectiva que apresenta esse “centro” como subordinante e negador do coletivo (despotismo que gera passividade), quanto de uma outra perspectiva que afirma uma multiplicidade em si mesma – a qual, por não confluir em espaços comuns, acaba negando as próprias diferenças (fragmentação que também conduz à passividade).

De fato, as *Juntas do Bom Governo* zapatistas são mecanismos de centralização que se pretendem construções do coletivo e para o coletivo: “direção coletivizada” ou “distribuição horizontal do poder”, nos termos de Mazzeo. Pois “para que caibam muitos mundos em um mundo há que construir ‘uma casa grande’, ‘um mundo’ que seja a negação da totalidade da relação do capital” (2007, p. 44 et seq. e 162). Na nossa perspectiva, essa discussão remete à questão da hegemonia e da *função catártico-universalizante da organização política* – muito mais que à *forma concreta* – em Gramsci. Idéias similares podem ser encontradas em Thwaites Rey (2004, p. 71 et seq.).

<sup>160</sup> Cf. Semeraro (in COUTINHO & TEIXEIRA, 2003).

<sup>161</sup> A lógica do enfrentamento se caracterizaria por realizar “[...] uma exaltação do enfrentamento político como grau máximo de consciência e radicalização, sem prestar atenção à auto-afirmação que o processo supõe” (COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 171; *tradução nossa*).

debates assinalam pode ser elucidada com os aportes que faz Guevara (1986) ao tratar do desafio da passagem do “*revolucionário*” (e do momento da batalha) para o “*construtor do socialismo*”, dissolvendo a confrontação e a destruição da velha ordem na “criação heróica” de novas relações sociais. Parece-nos que é isso o que está em jogo quando o EZLN afirma sua constituição como “*soldados para que não se tenham mais soldados*”, quer dizer, a difícil tarefa de defender com a “força” modos de vida que se pretendem novos (como os Municípios autônomos em rebeldia), sem que isso signifique combater com as mesmas “armas” do capital. Também os movimentos de ofensiva do MST Brasileiro (na ocupação do latifúndio improdutivo) estão sempre na tentativa de tornar assentamentos e acampamentos, laboratórios de novas relações sociais.

Mais que uma “promessa distante de justiça” – “para aquele que queira escolher viver em liberdade e buscar caminhos para sua emancipação, escolher o próprio destino, e em que gastar a vida, o *futuro já chegou*”, dizem os MTDs<sup>162</sup> – o que está posto é o desafio da construção e luta cotidiana, sendo o trabalho de base um suporte fundamental do novo projeto histórico de sociedade, assim como o “chamado” ou “convite” a outros sujeitos sociais (porque também existe uma contundente crítica à vanguarda) desde suas diversas condições de luta e organização. Para experiências como as do MTD de Solano:

Temos uma concepção que tem a ver com a prática de novas relações, onde nós dizemos que já está a nova sociedade. Não entendemos que arrebatado o poder ao capitalismo seja tomar a Casa Rosada [...] consideramos que o poder é exercido pelo povo, e que isso é feito por baixo [...] não temos uma concepção de tomada do poder, mas de construção do poder [...] não vemos de maneira vanguardista que vamos arrebatado o poder ao capitalismo, porque cremos que nesse caminho também tem havido muitas frustrações<sup>163</sup>.

Ou em outros termos: “nós dizemos que a mudança social não vai ser um dia maravilhoso a conquistar, mas que já começou, está em germe [...]; a transformação que começa embrionariamente, que é pequenininha, que é incipiente<sup>164</sup>.”

O debate em torno do problema da *autonomia* e a *auto-organização* também se faz presente nas experiências que trazemos, inclusive reeditando debates históricos da organização da classe.

---

<sup>162</sup> MTD Allen (in MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 252; tradução e grifos nossos).

<sup>163</sup> Palavras de referentes do MTD de Solano em entrevista realizada por Rodrigo Miró, da redação do *Jornal El Eslabón*, em 2002.

<sup>164</sup> Palavras de referentes do MTD de Solano em entrevista coletiva realizada pela autora em setembro de 2003.

Entendemos, com Gramsci, que a necessidade das classes subalternas de obter uma “consciência histórico-autônoma”, ou a afirmação de uma “autonomia integral”, é também a possibilidade da sua unificação num projeto contra-hegemônico: autonomia de classe, de visão de mundo, de estruturas político-organizativas próprias, *capacidade de separação das classes dominantes e de unificação em torno de si* (GRAMSCI, CC4, 2001, p. 52; CC5, 2002, p. 140).

Sem intenções de esgotar a complexidade de um debate que demandaria um profundo percurso histórico-analítico, propomos uma reflexão que traga alguns elementos e tensões que se fazem presentes na experiência desses movimentos, que seria retratada, anos depois, por um militante da FPDS, como “*nova esquerda autônoma*” (PACHECO, 2007).

A idéia geral que compartilham os movimentos de desempregados que se reivindicam autônomos faz referencia à autonomia das classes subalternas com respeito às classes dominantes, autonomia frente ao capital e o Estado, autonomia dos partidos, sindicatos e igrejas (MAZZEO, 2004, p. 66).

Nos marcos da própria experiência do MTD Aníbal Verón, que, a partir de 2003, sofreria significativas rupturas, conviviam diversas interpretações da questão da autonomia: “como uma aposta de construção de um pensamento e uma prática em função da horizontalidade”, como “necessidade de construir um poder popular sustentado na democracia de base”, ou ainda como “independência de classe” e reivindicação de organizações “classistas e antiimperialistas, no caminho de ir criando a ferramenta política própria da classe trabalhadora para enfrentar e derrotar definitivamente a classe capitalista, e construir um governo dos trabalhadores” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 151; *tradução nossa*).

Dentro da primeira interpretação, podemos trazer as palavras de experiências como o MTD de Solano, para o qual “não se constrói autonomia somente arrancando reivindicações ao governo através da luta. Um dos elementos fundamentais na construção de autonomia poderia ser a *autogestão*”<sup>165</sup>. Ou seja, a “autonomia enquanto projeto político de liberação vai se construindo a partir de *práticas baseadas em novas relações sociais* que têm como horizonte um novo mundo radicalmente oposto ao capitalismo”<sup>166</sup>. “A autonomia não é simplesmente econômica, a *autonomia é ideológica*, tem que ser ideológica. De nada serve ter autonomia política e econômica quando ideologicamente continuo pertencendo ao

---

<sup>165</sup> Boletim El Pikete del MTD de Solano, ano 2, nº 7, agosto de 2002, *apud* Ferrara (2003, p. 49; *tradução e grifos nossos*).

<sup>166</sup> Periódico Detrás del Pikete, ano 1, nº 1, dezembro de 2002, *apud* Ferrara (2003, p. 125-126; *tradução e grifos nossos*).



sistema”<sup>167</sup>. Em relação com a segunda interpretação, podemos recorrer às palavras de outras experiências: “entendemos por autonomia a capacidade que temos, enquanto povo, para nos organizar e ‘*nos dirigir por nós mesmos*’”<sup>168</sup>.

Profundamente relacionados com os debates do movimento social latino-americano, temos aqui diversas dimensões da autonomia, que estarão permanentemente em disputa e tensão com as tentativas das classes dominantes para tirar-lhe qualquer componente crítico e de contestação. Assim, para as classes subalternas, a necessidade da autonomia remete não só a uma *distância crítica* com respeito às visões de mundo e os organismos sócio-políticos das classes dominantes (a autonomia ideológica e material de classe da qual falam os MTDs), ela também implica na assunção das decisões e *capacidades de produção da própria vida social*, muitas delas alienadas pela dinâmica de exploração e dominação da ordem burguesa (relacionada com a *autogestão* e a *auto-organização*, que algumas dessas experiências trazem como horizonte)<sup>169</sup>.

Assim como os conselhos operários (o controle da produção) foram confrontados pelo capital que através do fordismo procurou destituir o trabalhador do controle e conhecimento do processo produtivo, as tentativas de construção de autonomia pelos movimentos latino-americanos de hoje devem entrar em confronto com as tendências neoliberais de privatização e des-responsabilização estatal em face do tratamento da “questão social”, que tornam a “autonomia” – horizonte fundamental para as classes subalternas de re-apropriação das funções político-públicas alienadas no Estado burguês – uma idéia mistificada orientada à defesa de interesses corporativos e privatistas, incapaz de questionar a concentração do poder e da propriedade privada<sup>170</sup>. Tanto os movimentos de desempregados quanto os trabalhadores das fábricas recuperadas enfrentam, no período analisado, um cenário de *disputa* por dar sentido histórico-crítico e de classe a idéias tais como a autonomia e a autogestão, frente a propostas que assinalam a necessidade da construção de uma “economia solidária” como política social, de participação na reconstrução capitalista das fábricas falidas, de posições

---

<sup>167</sup> Evento com o MTD de Solano organizado pela Agrupação Universitária Mariátegui na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, Argentina (19/06/03; *tradução e grifos nossos*).

<sup>168</sup> Integrantes do MTD Aníbal Verón (in [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org), junho de 2003, *tradução e grifos nossos*).

<sup>169</sup> Para uma sintética interpretação dos múltiplos significados da autonomia e dos diversos horizontes teórico-políticos em jogo no debate argentino recente, c.f. Thwaites Rey (2004)

<sup>170</sup> Nas palavras de Mazzeo: “assim, o autonomismo exasperado e superficial, muitas vezes, acaba coincidindo com as ONGs, o voluntariado social e outras formas que, por sua natureza, atentam contra a ‘autonomia substantiva’” (2005, p. 21; *tradução nossa*).

funcionais e subsidiárias às regressivas estratégias sociais de intervenção estatal (onde o indivíduo e a família aparecem responsáveis pelo bem-estar social).

Nesse sentido, é importante observar a experiência zapatista que, com o fracasso dos Acordos de San Andrés, cria instituições de autogoverno local, produzindo um desafiante laboratório de exercício do “público” e de produção da vida social<sup>171</sup> (ameaçado pela presença militar permanente), a partir dos Caracóis que buscam tornar realidade essas demandas – partindo de uma pressão sobre o poder político e uma busca de soluções legais de compromisso, em direção a uma experiência de auto-organização. Como analisaremos nas próximas páginas, de modo a não subestimar a questão do Estado e do poder, observamos uma *tentativa de re-apropriação da capacidade de autoprodução da vida social* a partir da tradição comunitária e organizativa indígena – mais próxima de experiências de duplo poder ou contra-poder.

De fato, a relação de confrontação/negociação que o movimento piquetero estabelece com o Estado está sempre sujeita a uma tensão que se debate entre a oposição e a possibilidade da cooptação, configurando-se a disputa em torno do acesso aos programas sociais e assistenciais. Assim, suas práticas desnudam uma intervenção regressiva do Estado em face da “questão social”, não só porque instalam um conflito difícil de equacionar apenas pela via da assistencialização do desemprego (seria necessário o Massacre de Avellaneda para amedrontar seu crescimento e dificultar sua universalização para outros setores), mas também porque abrem a possibilidade de *questionar a relação de subalternidade desses segmentos de classe para com o Estado*.

A garantia da autonomia exigiria um re-visitar permanente dessa relação para que ela nem se tornasse um isolamento incapaz de incidir na construção de outra institucionalidade (e reverter de fato essa relação de subalternidade), nem fosse funcionalizada nas suas estratégias de cooptação clientelistas. Esse seria o “nó” candente que os movimentos de desempregados transitariam nos próximos anos, aguçado pelo estreitamento das margens de negociação de direitos e conquistas sociais. Tal como afirma Mazzeo, “a articulação entre a negociação contratual e a obtenção de saldos de autonomia política foi (e é) um dos problemas centrais do movimento operário, e é, hoje, do movimento piquetero” (2004, p. 138; *tradução nossa*).

---

<sup>171</sup> Segundo Navarro, “a insurreição de 1994, que desemboca na Comuna da Lacandona, avança na prática em um *caro ideal dos movimentos libertários*: a abolição dos governantes profissionais, a rotação dos funcionários públicos, a rejeição à idéia de que a administração governamental só pode recair em pessoas especiais” (in COLECTIVO SITUACIONES, 2005, p. 125; *tradução e grifos nossos*).

O que nos interessa salientar, sem desconhecer a limitação e as contradições que as “fugazes” experiências dos movimentos de desempregados enfrentam no desafio da construção de autonomia das classes subalternas (seja no sentido da independência de classe, seja no da auto-organização), é o processo pelo qual, junto com a crise político-econômica e a precarização/destruição das indispensáveis funções sociais e assistenciais do Estado em face da “questão social”, se debilitam as relações de mando/obediência, proliferando simultaneamente, nesse cenário, experiências de *auto-organização e ação direta* que reivindicam um caráter autônomo – ainda que com diversos matizes, com ênfase na questão da autoprodução da vida social –, em países como Itália, Espanha, México, Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e Equador. Porém, é necessário esclarecer, junto com Almeyra (2004, p. 63 et seq.), os enormes desafios que enfrentam as experiências de autogestão que reivindicam um horizonte socialista, isto é, o horizonte de uma sociedade de produtores livres associados.

Nesse sentido, ainda que reconheçamos que essa dimensão da autonomia nos projetos produtivos dos movimentos de desempregados *não* superaria o nível da administração da sobrevivência, com graves riscos de asfixia nos limites corporativos locais ou de falência pela dependência de instáveis programas sociais – “para conseguir a autonomia política há que se fazer política e generalizar as experiências, para obter autonomia em face do Estado há que construir funções estatais, políticas e culturais”, diz esse autor (*idem*, p. 66; *tradução nossa*) –, interessa-nos resgatar a importância de experiências que, ao lutar pelas necessidades econômicas e materiais de segmentos consideráveis das classes subalternas, ensaiam tentativas de auto-organização que reatualizam um histórico legado contestador da desapropriação que produz a sociedade burguesa, assumindo, inclusive, a difícil tarefa da *auto-educação* e da construção de vínculos de compromisso coletivo junto a setores com experiências de trabalho degradadas ou inexistentes (no caso dos jovens, onde a disputa se acirra frente aos projetos de “morte” oferecidos pela polícia, caudilhos ou traficantes de drogas ilícitas, como canais de autodestruição de qualquer potencial descontentamento de classe). Da mesma forma, as experiências de autoprodução do MST não são importantes porque produziriam uma suposta “economia alternativa” ao capital – numa interpretação mistificadora que desconhece a objetividade avassaladora do processo de valorização do capital –, e sim porque organizam segmentos de classe a partir da questão da terra, em um horizonte político e produtivo que se disputa na contramão dessa expropriação permanente.

Nessa direção, resultam esclarecedoras as palavras de um militante:

Sabemos que o desemprego não é um mal “não desejado” do capitalismo, pelo contrario, é um fenômeno estrutural da atual etapa neoliberal. E que se

não logramos transformar este sistema que se baseia na exploração do homem pelo homem, e forjar uma sociedade justa e solidária, poderemos ter poucas expectativas com respeito ao futuro de nossos empreendimentos produtivos<sup>172</sup>.

É importante assinalar a presença nessas experiências de um debate de extrema riqueza em torno do trabalho, distanciando-se da tradição sindical hegemônica na história argentina recente. Essa luta pela autogestão nos lembra debates tanto de uma classe trabalhadora de principio do século ainda não “integrada”, quanto das tendências classistas dos anos 1960-1970. Assim, se existiriam movimentos de desempregados cujo horizonte seria a reabertura das fábricas, a luta pela criação de empregos ou o investimento em obras públicas – um dirigente da CCC expressa “nós somos conscientes de que o movimento de desempregados é transitório, e visa inserir-nos novamente no mercado de trabalho”<sup>173</sup> –, nos marcos da Coordinadora Aníbal Verón observamos *movimentos que produzem uma crítica do trabalho alienado e explorador* da sociedade burguesa, não existindo uma demanda por “voltar a ter emprego”, em algumas experiências.

Militantes do MTD de Solano assinalam: “nós não queremos inclusão [...]. Eu não luto para que me voltem a explorar”, ou também, “nós não temos uma idéia acabada de quais são as formas de produção que queremos gerar, mas o que temos bem claro é que não queremos gerar relações de exploração [...] queremos abolir a exploração”<sup>174</sup>. Militantes do MTD Allen reivindicam a idéia de “trabalho autônomo” no sentido de provocar uma “ruptura com a idéia de que o trabalho implica exploração”<sup>175</sup>, ou “trabalho igualitário, solidário, livre e compartilhado”<sup>176</sup>, em outros setores do movimento.

Também em experiências como as do MTD de La Matanza, seus militantes reconhecem que “se o sistema já não tinha interesse em gerenciar os trabalhadores ‘supérfluos’, então os trabalhadores desempregados teriam que se autogerenciar. Assim nasceu a autogestão como prática social”. Ou também: “eu comparo a cooperação com o controle operário, como o lugar onde nós praticaremos a coisa pública, a *administração da coisa pública*”<sup>177</sup>. Aqui, a construção de cooperativas como ferramentas de auto-organização dos movimentos sociais – as reivindicam com caráter socialista e sentido contra-hegemônico,

<sup>172</sup> Solana (MTD de Lanús, 2001; *tradução nossa*).

<sup>173</sup> Palavras de J.C. Alderete, 21/06/01 (in DOCUMENTOS DEL CONFLICTO, OSAL nº 5, setembro de 2001).

<sup>174</sup> In MTD de Solano & Colectivo Situaciones (2002, p. 59 e 69; *tradução nossa*).

<sup>175</sup> In MTD de Solano & Colectivo Situaciones (2002, p. 247; *tradução nossa*).

<sup>176</sup> In Mazzeo (2004, p. 41; *tradução nossa*).

<sup>177</sup> In Flores (2005, p. 49 e 115; *tradução e grifos nossos*).

apadrinhadas por organismos com tradição de esquerda como o Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos – assumiria não só a tarefa de enfrentar as urgentes necessidades econômico-sociais, mas também a de ensaiar formas alternativas de trabalho e produção.

Talvez, um dos elementos mais importantes nas experiências que trazemos seja o fato de que o *desafio da auto-organização e da construção de vínculos de militância ativos* seria também um mecanismo de *enfrentamento do assistencialismo* e das práticas subalternizantes dos partidos da ordem – a afirmação da “autonomia” que significaria a gestão dos programas sociais pelos desempregados se expressaria pela passagem de segmentos que constituíam “massa de manobra” dos caudilhos territoriais do PJ para as fileiras piqueteras –, assumindo a difícil tarefa da *reconstrução da solidariedade de classe* (desnudando sua versão mistificada nas práticas clientelistas) para além do chão da fábrica. Como veremos no próximo capítulo, os MTDs são portadores, através das suas práticas e elaborações político-ideológicas, de uma aguçada crítica da regressiva intervenção do Estado em face da “questão social”, com particularidade dos programas de assistência ao desemprego.

Ainda que seja um grande “nó” o fato de essas tentativas dirigirem suas demandas principalmente ao Estado – correndo o risco de ficar vedada a intervenção no campo da economia e da produção e a própria confrontação com o capital – consideramos que não constituem experiências que possam ser entendidas apenas pela sua demanda de programas e serviços sociais – sem subestimar seu importante papel de questionar a institucionalidade social existente, no sentido da reprodução da subalternidade. Por não se tratarem de movimentos estruturados por uma “demanda de inclusão”, a força das suas ações de luta reside no questionamento do lugar de “pobres” ou “desempregados passivos” que a sociedade burguesa contemporânea reserva para esses segmentos. Dizem os militantes do MTD de Solano: “nossa luta não é pelos programas sociais, a luta é por trabalho, dignidade e mudança social”<sup>178</sup>.

Mais do que isso, nos interessa resgatar a importância daqueles movimentos que, para além das inúmeras dificuldades que enfrentam seus precários projetos produtivos, reivindicam um debate que supõe a criação de experiências de trabalho com caráter não explorado, distanciando-se de qualquer utopia reacionária iludida com a possibilidade da reedição de um Estado de Bem-Estar nos marcos de um capitalismo “mais inclusivo” – até mesmo provocando um debate em torno das possibilidades de integração que o capitalismo periférico oferece, tal como sugere Mazzeo (2004, p. 27). Ainda que desde uma posição “supérflua” do

---

<sup>178</sup> MTD de Solano & Colectivo Situaciones (2002: 251; tradução nossa).

ponto de vista da acumulação do capital (e extremamente precária em termos políticos), esses movimentos que não demandaram a “reabertura das fábricas” (exceto que fosse com controle operário) nem a criação de “trabalho genuíno”, expressariam uma luta das classes subalternas que burla os implacáveis “desígnios” do capital. Em tempos de profunda regressão social e histórica, esses MTDs não levantam bandeiras que regridem ao compasso desse cenário; antes de demandas por “voltar a ser explorados” eles recolocam a crítica anticapitalista do trabalho assalariado.

A grandeza – e a fragilidade – dessas lutas está também na sua capacidade de evidenciar os limites de uma identidade de esquerda que, no debate entre ser uma alternativa à voracidade capitalista ou uma continuação das suas “promessas inacabadas” por outros meios, inclinou-se por um *enfrentamento simétrico ao capital*, mais preocupado em reivindicar melhores condições de trabalho que em demonstrar as impossibilidades de sua correção. As aguçadas palavras de De Santos de que “a guerra sem quartel contra o sistema de produção capitalista tem muito mais de reclamo pelas promessas que não cumpriu, que de rejeição das premissas que fazem inevitáveis suas seqüelas” (1998/99, p. 40; *tradução nossa*), explicam as dificuldades desse horizonte para produzir lutas radicais no cenário contemporâneo. Inclusive, tal como analisaremos no próximo capítulo, as bandeiras de crítica desses MTDs ao trabalho capitalista (muito mais que ao desemprego) seriam difíceis de “enquadrar” no discurso moralizador do trabalho que a política social da época busca reeditar para canalizar as conflituosas lutas dos desempregados.

Entretanto, no debate histórico-político gerado a partir de diversas experiências revolucionárias, a dimensão da autonomia que remete à questão da auto-organização da vida social, nos lembra que ela não só diz respeito a uma forma de produção (como nos esforços de autogestão da Argélia, Iugoslávia, Polônia) e sim à superação do Estado burguês na construção de formas de governo não alienadas do conjunto social. Assim, a questão da autonomia nas diversas expressões do movimento social latino-americano não deveria ser compreendida necessariamente como abstencionismo eleitoral ou rejeição à organização de uma nova institucionalidade, já que *não existe autonomia sem uma base territorial organizada sobre uma institucionalidade contra-hegemônica* (ALMEYRA, 2004; MAZZEO, 2007). Daí que experiências como as das Juntas do Bom Governo zapatistas não sejam um “ponto de chegada”, e sim um ponto de partida que deva ser expandido em um movimento ofensivo de maior abrangência – não por acaso, a Outra Campanha é uma convocação às várias forças de esquerda não eleitoral, quando essa situação de contra-poder periga pelo

avanço das forças repressivas e militares. Tal como dizíamos anteriormente, as possibilidades de auto-afirmação das classes subalternas estão profundamente relacionadas com a destruição dos mecanismos políticos e materiais que as negam, isto é, a movimentos ofensivos de multiplicação e universalização dessas experiências (MAZZEO, 2004, p. 70).

Ainda que reconheçamos a riqueza dos debates trazidos por experiências como as dos movimentos de desempregados, consideramos que *o horizonte de criação de novas relações sociais não pode subestimar a questão do Estado e da propriedade privada*, por serem estes fundamentos centrais na produção de uma vida social de exploração e alienação – com riscos de que as importantes tentativas dos movimentos contemporâneos de produção de uma nova sociabilidade não consigam transcender sua manifestação imediata ao não atacar os fundamentos da sociedade burguesa que a produzem<sup>179</sup>. Na nossa compreensão, polarizações como auto-afirmação/enfrentamento, ou construção de novas relações sociais/tomada do poder não colaboram no entendimento da riqueza e dos desafios que essas experiências têm pela frente<sup>180</sup>. Voltaremos posteriormente para o debate a respeito do poder e do Estado.

Como expressa Almeyra, “não há autonomia se não se generaliza a outros territórios, se não se acompanha com a autogestão, pois é impossível uma duradoura autonomia frente ao capital no capitalismo, ou uma autogestão dependente do mercado capitalista e do Estado” (2004, p. 186; *tradução nossa*). Antes de identificar a complexa questão da autogestão com experiências isoladas, propomos pensá-las como tentativas que reeditam *ensaios de auto-administração da “coisa pública”*, espaços de formação e criação de consciência, dispositivos de experimentação da autonomia, sendo central sua potencial contribuição na criação de organizações com uma intensa vida democrática para as classes subalternas, em um horizonte de construção e disputa contra-hegemônico.

Sintetizando, poderíamos considerar que nossos movimentos fazem parte de tentativas das classes subalternas que reeditam tradições “adormecidas” para o movimento operário argentino; sua novidade não provém de um suposto caráter inédito de seus debates, e sim da sua capacidade de reatualizá-los através das lutas dos desempregados. Dizíamos que suas preocupações com a produção de *novas relações sociais* e com os processos de *construção de*

<sup>179</sup> Nesse sentido, discordamos de Zibechi (2003, p. 151 ss.) quando, em seu diálogo crítico com as experiências históricas da esquerda partidária a partir do que seriam seus limites na produção de organizações não simétricas ao capital (e à divisão fordista do trabalho), afirma que a propriedade privada e o poder do Estado teriam perdido centralidade nos processos de transformação, do lado da questão da divisão social do trabalho própria da sociedade burguesa. Perguntamo-nos como é possível dissociar a divisão social do trabalho da propriedade burguesa (garantidos também pela existência do Estado), se ambos são fundamentos centrais da produção de um modo de vida e de sociabilidade baseados na exploração e negação do gênero humano.

<sup>180</sup> Nos referimos ao diálogo crítico com produções como as do Colectivo Situaciones (2002) e Zibechi (2003).

*hegemonia social* – agregação de outros setores de classe, trabalho de consciência e de base, construção de um senso crítico em face do desemprego e da pobreza, potenciação de processos de auto-organização, vulnerabilização do vínculo representativo com as classes dominantes –, confluam com a busca de perfis de militância e formas organizativas horizontais e flexíveis, democráticas e capazes de potenciar o coletivo – *integrais* no sentido de expressarem uma síntese entre luta e organização cotidiana da vida, dando a disputa territorial como espaço de condensação e enfrentamento do antagonismo de classes.

Dentre outros aspectos, a significação político-social dos movimentos de desempregados se expressa na sua capacidade tanto de *desnudar uma intervenção regressiva e antidemocrática do Estado em face da “questão social”* (permitindo o exercício de direitos desde os processos de luta e organização coletiva que questionam as estreitas margens da cidadania burguesa), quanto de *desafiar os limites/dilemas das experiências históricas da esquerda argentina*, prefigurando possíveis redimensionamentos na sua cultura política.

Para além das múltiplas dificuldades enfrentadas, desde os debates da autogestão até a utilização de métodos de luta renovados, os movimentos de desempregados, que se negam a serem instrumentos de disciplinamento e domesticação da classe trabalhadora, expressam *tentativas das classes subalternas de reatualizar a experiência e reconstrução da solidariedade de classe* através da recuperação da sua dimensão de *produtores* – mais que de uma “cultura do trabalho”.

### **2.3. O significado da crise de hegemonia de 2001 e as tentativas de recomposição do domínio em 2002-2003**

A ruptura do consenso menemista que se observa no final da década de 1990, manifestada timidamente nas eleições de 1997 e de forma mais aberta em 1999 com o triunfo da Aliança – que também iria perdendo capacidade de gestão e mediação institucional do conflito social –, prefigura as tensões que se abrem no bloco dominante, as quais alimentariam os rumos futuros do colapso do regime econômico, social e político que configuraria a crise de hegemonia como uma “ruptura entre massas populares e ideologias dominantes” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 184). Tal como afirma Gramsci,

Em um certo ponto da sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais [...] é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade [...]. Fala-se de



“crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 60).

Na crise de hegemonia que se manifesta em dezembro de 2001, devemos destacar a dialética que se produz entre o fracasso das classes dominantes para a manutenção do *status quo* em condições inéditas de regressão social das condições de vida das classes subalternas – explicado também pela estratégia transformista da “hegemonia limitada” que evidencia a sua hostilidade em face de qualquer intervenção das massas populares na vida estatal – e a construção processual de um “senso comum” crítico nas lutas desenvolvidas com mais força desde os finais dos 90.

De fato, a “tentativa” de reconstrução hegemônica kirchnerista como recomposição do equilíbrio de poder entre as classes dominantes a partir de 2003 evidencia que aquele processo de questionamento e distanciamento do vínculo representativo não confluiria na construção de uma força contra-hegemônica capaz de criar uma nova institucionalidade que revertesse o cenário de regressão social. Ainda que fosse um descontentamento inorgânico, “refrescaria”, nas classes subalternas, suas possibilidades libertárias, e alertaria as classes dominantes sobre a necessidade de provocar determinadas “reformas sociais” que substituíssem o simples domínio por práticas “mais” hegemônicas – no próximo capítulo polemizaremos, a partir da análise da política social orientada a dar resposta ao problema do desemprego, sobre a “qualidade” dessas “reformas” e do tipo de consenso construído.

Alargando as tensões interburguesas entre os setores do bloco dominante que, na década de '90, tinham unificado seus acordos em torno da convertibilidade e das “reformas” neoliberais – de um lado, o setor financeiro (bancos e credores externos) e os grupos transnacionais beneficiados com a privatização dos serviços públicos; de outro, os grupos econômicos locais com projeção transnacional (da indústria e do agronegócio, ligados ao mercado mundial) –, podemos destacar sinteticamente alguns elementos que confluem e redimensionam a crise de hegemonia de 2001.

Estamos falando de uma *profunda crise econômica que evidencia os limites do processo de valorização do capital*, e se manifesta na impossibilidade de continuar garantindo uma política de convertibilidade que demandava um aumento da competitividade do capitalismo argentino no mercado mundial e, portanto, um considerável aumento dos níveis relativo (via aumento da produtividade) e absoluto (via redução do salário e extensão da jornada de trabalho) da exploração do trabalho, para reverter um contexto de queda da produção real de valor (BONNET *in* ANUARIO EDI, 2007). Portanto, trata-se de uma dinâmica de reprodução do capital que se baseia na profunda deterioração das condições de

vida e de trabalho dos trabalhadores<sup>181</sup>, assim como na produção significativa de uma massa excedente crônica que assinala também os limites do seu próprio processo de valorização (aumento da produtividade e redução do trabalho vivo).

Em um contexto internacional marcado pela crise financeira, o racionamento do crédito externo, e também pelas novas políticas bélicas dos EUA, tornam-se evidentes os limites de uma economia em estado de recessão desde 1998, baseada no endividamento externo crescente (o referido documento da CTA assinala que, nas últimas duas décadas, a Argentina teria transferido ao exterior aproximadamente U\$ 320.000 milhões, equivalente a mais de 3 PIBs do país depois de 2001). Assim, a política do “déficit zero” implementada no governo da Aliança – que impunha a vigência da convertibilidade – desenha um quadro hiper-recessivo (queda salarial, redução da demanda doméstica e da atividade econômica, redução do gasto público e da arrecadação fiscal), redimensionado pela abrupta fuga de capitais que empurram a economia para a beira do colapso. O posterior confisco dos depósitos bancários acelera a crise social e econômica – falta de dinheiro circulante, débâcle de instituições públicas – que confluiu na insurreição popular de 19 e 20 de dezembro.

Nesses marcos, devemos mencionar também a *crescente ilegitimidade do sistema político e das políticas neoliberais implementadas na última década* (crise política e de representação) evidenciada mais claramente nos resultados das eleições de outubro desse ano: se a Aliança perderia cerca de 5 1/2 milhões de votos, o triunfo do PJ aconteceria nos marcos da queda do seu peso eleitoral (perdendo 1 milhão de votos), sendo superado, inclusive, pela soma dos votos ausentes (25%), nulos (15%) e em branco (8%) que representaram 7.524.083 votos, principal agregado no nível nacional (LOZANO, 2001).

Os protestos e ações de luta que precipitam a queda do governo e a crise político-institucional que se abre (à renúncia de De La Rúa, se seguem 4 presidentes no prazo de 10 dias), expressam as dificuldades das classes dominantes na canalização do conflito social (por exemplo, com o fracasso da Mesa de Diálogo Argentino celebrada em novembro entre sindicatos oficiais, empresários, igreja e banqueiros), conflito que alcança uma presença e amplitude considerável, precedendo os sucessos de dezembro (a conflitividade social se incrementa mais de 50% com respeito ao ano anterior, segundo registros do OSAL nº 7).

Nesse sentido, podemos lembrar as mobilizações sindicais e estudantis de *março* em repúdio à política econômica do governo, o massivo piquete de La Matanza em *maio*, a luta

---

<sup>181</sup> Segundo dados analisados pela CTA (2002), em 1975, a Argentina tinha 22 milhões de habitantes e menos de 2 milhões de pobres, sendo que para finais de 2001, tinha 37 milhões de habitantes e praticamente 15 milhões de pobres.

de General Mosconi em *junho*, a greve nacional e as assembléias piqueteras em *julho*, o estado de mobilização de quase todos os sindicatos estatais nos meses seguintes, e, em *dezembro*, a 21<sup>a</sup> Marcha da Resistência e Piquetera na Praça de Maio, a greve nacional convocada por todas as centrais sindicais que alcança uma das maiores adesões da década (7<sup>o</sup> greve contra o governo de De La Rúa) e conflui com bloqueios de estradas em todo o país, a Consulta Popular da Frenapo comandada pela CTA que consegue quase 3 milhões de votos, favoráveis na sua grande maioria (por um seguro de emprego e formação para os trabalhadores desempregados, assim como medidas sociais e econômicas para melhorar a distribuição social, como propostas de resolução da crise).

Completando o quadro descritivo, podemos observar a *ampliação de protestos e lutas sociais que ensaiam tentativas de auto-organização e constituição de autonomia, para além dos canais de mediação político-institucionais vigentes*. Baseados na detalhada descrição de Carrera & Cotarelo (2003), podemos afirmar que os eventos de 19 e 20 de dezembro se caracterizam pela mobilização espontânea de *todas as frações e capas sociais* em forma simultânea e em todo o território nacional: as manifestações de rua de forma dispersada nas grandes cidades – durante essas jornadas, em torno de 4.000 pessoas protestam na frente da casa de Cavallo, 5.000 em frente à residência presidencial, 3.500 no Monumento à Bandeira na cidade de Rosario –; a contundência da greve geral articulada com bloqueios de estradas; as lutas e confrontos por reivindicações imediatas (saques, piquetes, confrontos de rua) – produzem-se saques em 11 províncias, sendo que, no Grande Buenos Aires, calcula-se que 9.000 pessoas teriam participado deles –; o ataque de repartições públicas e o enfrentamento com as forças policiais – são mais de 30 pessoas assassinadas pelas forças repressivas, centenas de feridos e entre 3.500 e 4.500 detidos, segundo dados da imprensa – expressam a profundidade da crise política e social que vive a sociedade argentina.

As inúmeras manifestações de pobres, famintos, e setores empobrecidos que demandam alimentos<sup>182</sup> e as imagens da barbárie que evidencia a débâcle (enfrentamentos entre pobres, suicídios efetuados em lugares públicos, roubos em casas particulares e repartições públicas) se misturam com acirrados enfrentamentos de rua, protestos de trabalhadores e setores médios urbanos, importantes ações de luta dos desempregados e de

---

<sup>182</sup> Segundo depoimento retratado em um Jornal local: “nós somos donas de casa que saímos para saquear mercados e o faremos todas as vezes que for necessário porque não temos nada para dar de comer aos nossos filhos. Não temos trabalho, nem o que comer [...]. Estamos cansadas porque sempre somos nós que temos que pagar os ajustes do governo. [...] *o que nós fizemos não tem nada a ver com a política*, mas nos organizamos num grupo de mães para sair saquear lojas onde haja comida” (apud CARRERA & COTARELO, 2003, nota 77; tradução e grifos nossos).

segmentos das classes subalternas que buscam politizar o “efêmero”, mas profundo, divórcio do vínculo representativo com as classes dominantes.

As consignas antiimperialistas e democráticas (contra os representantes locais do grande capital estrangeiro) complementam-se com a rejeição das políticas econômicas e sociais neoliberais, identificadas com a destruição da economia nacional e o patrimônio público, fundindo-se em um ambíguo “*que se vayan todos*”, que não por isso deixou de funcionar como um sintoma da gravidade da crise de hegemonia vivenciada e um convite ao balanço histórico pela força alegórica da ousada consigna, na criativa leitura de González (*in* COLECTIVO SITUACIONES, 2002)<sup>183</sup>.

Dessa forma, além da multívoca movimentação das classes subalternas que observamos, a atuação das camadas médias urbanas nos protestos que coroam a crise de dezembro ficaria retratada no fenômeno das assembléias populares e nas diversas experiências associativas que elas possibilitariam. Ainda que limitadas desde o ponto de vista da fundação de uma nova institucionalidade mais progressiva e democrática (reduzidas desde 2003 até tornar-se quase inexistentes, sendo que, em 2007, o anterior “movimentado” território portenho elegeria Macri, representante das posições mais conservadoras), elas devem ser resgatadas na sua capacidade de retratar a deterioração e destruição dos canais de mediação hegemônicos pelas estratégias transformistas das classes dominantes ao longo dos anos 1990. As assembléias – que se debateriam entre o exercício da democracia direta e o aperfeiçoamento da “degradada” democracia representativa – fazem parte de fenômenos de movimentação das classes subalternas que evidenciam e questionam a expropriação da capacidade de decisão, o esvaziamento da vida política e a ausência de práticas de controle popular em face das políticas de contra-reforma neoliberais.

Da mesma forma que no movimento piquetero – embora com uma presença bem mais residual em momentos de refluxo da movimentação –, observam-se experiências de assembléias que *reivindicam formas radicais de demandar e exercer direitos, colocam em debate a questão da socialização do poder e da construção de mecanismos de poder popular, ensaiam estratégias coletivas de enfrentamento e politização da crise econômica e social, viabilizando tentativas de re-apropriação do espaço público desde os processos de luta e deliberação conjunta*. Tratam-se de mecanismos inéditos na história do país. No início de 2002, chegam a existir 272 assembléias em todo o território nacional, sendo 112 na capital

---

<sup>183</sup> Para uma análise mais ampliada das manifestações do conflito social, cf. fundamentalmente, Lozano (2001); Cafassi (2002); Seoane (2002); CTA (2002); Carrera & Cotarelo (2003).

federal e 105 na província de Buenos Aires<sup>184</sup>. Particularmente nessas regiões, elas deram lugar a uma fugaz politização da cidade e da vida cotidiana dos seus bairros, disputando outros sentidos e formas de construção dos espaços públicos. E ainda que algumas dessas experiências se orientassem para tarefas assistenciais locais e imediatas – com riscos de desenvolver uma ação funcional ao desmonte social neoliberal –, elas permitiriam também o ensaio de respostas coletivas para diversas expressões da “questão social”, desde os processos de luta e organização nascentes.

Não por acaso, uma imagem que se repete nos últimos lustros – e na qual essas experiências se inspirariam – é a reabertura e tomada de espaços que as transformações neoliberais iriam deixando na falência: desde fábricas recuperadas (como a cerâmica neuquina Zanón ou a têxtil portenha Brukman) até experiências de reapropriação do espaço público (como as do Clube Atlanta em Villa Crespo, a fundação de uma praça pública em Villa Urquiza, e do prédio ferroviário em Lomas de Zamora, que foi transformado em um centro cultural) evidenciam *elementos de auto-organização e iniciativa popular das classes subalternas* que, embora “tímidos”, não devem ser desprezados. A mudança de nomes de ruas, a partir de organizações político-sociais e assembléias populares, também é um elemento característico, tal como nos exemplos da rua Estados Unidos (batizada “Povo de Iraque”); da Praça Tenente General Pedro Eugenio Aramburu (renomeada “20 de dezembro”); da homenagem urbana ao assassino de operários, coronel Ramón Falcón, tornada uma homenagem ao Che Guevara<sup>185</sup>, em Buenos Aires; ou da rua rosarina Presidente Roca, esse cruel exterminador de indígenas, rebatizada com o nome de “Cláudio Pocho Lepratti”, inesquecível militante popular assassinado pelas forças repressivas nos sucessos de dezembro de 2001, em Rosário.

Por sua vez, a rápida multiplicação dos clubes de trocas existentes no país desde os finais da década de 1990 retrata certa disposição à auto-organização de alguns segmentos sociais. Sem intenções de supervalorizar uma possível dimensão autônoma, ou de sugerir um suposto caráter crítico ao mercado capitalista de experiências que, na sua maioria, podem ter funcionado mais como respostas econômico-corporativas a um contexto de crescentes índices de pobreza e desemprego (lembramos que em momentos de aguda crise econômica, inclusive impostos municipais são pagos em produtos e serviços produzidos por essas redes), interessa-

---

<sup>184</sup> Dados do *Centro Para una Nueva Mayoría*, extraídos de Seoane (2002). Para uma análise mais detalhada das assembléias populares, cf. Cafassi (2002); Bielsa, Bonasso & Otros (2002); Di Marco [et.al] (2003); Almeyra (2004).

<sup>185</sup> Cf. Almeyra (2004, p. 173).

nos resgatá-las pela sua abrangência – que evidencia a profundidade da *débâcle* que retrata a crise de hegemonia. Segundo dados analisados por Almeyra (2004, p. 130 et seq.), em 1998 existiam no país 120 clubes de trocas com 60 mil membros. Em 2000, esse número subiria para 400 clubes com 320 mil membros, em 2001 seriam 1800 clubes com 800 mil membros e em 2002 passariam a ser 8000 clubes com 6 milhões de membros, sendo que, no final desse ano, os mesmos entrariam em crise (pela falsificação de créditos, práticas corruptas e conflitos organizacionais), perdendo em torno de 90% dos seus associados – coincidindo inclusive com a paulatina recuperação da economia e a re-acomodação das relações de domínio.

Na mesma linha, podemos resgatar o interessante fenômeno das fábricas recuperadas. Segundo uma pesquisa da UBA<sup>186</sup>, em 2002 existiriam em torno de 107 plantas de gestão operária com mais de 10.000 trabalhadores organizados em cooperativas ou no modelo de controle operário, sendo que o 90% teria eliminado os postos hierárquicos, implementando um regime igualitário de distribuição dos lucros. Multiplicadas com rapidez desde a crise de 2001, elas eram uma resposta para a preservação da fonte de trabalho que inibiria o *lock-out* patronal, e também expressavam momentos de autonomização no processo produtivo que enfrentariam um dos efeitos centrais do processo expropriatório que assumia a crise capitalista na Argentina – colocando em questão não apenas a propriedade dos meios de produção, como também o controle sobre o processo produtivo:

Este conjunto de trabalhadores, sem necessariamente pretendê-lo, constituiu-se como uma nova personificação da força de trabalho que não representa um prolongamento da iniciativa capitalista [...]. Esta nova personificação expressa força de trabalho e, ao mesmo tempo, uma embrionária relação de posse com os meios de produção (REBÓN, 2006, p. 270; *tradução nossa*).

Não por acaso, sua mera existência teria importantes impactos institucionais – mudanças políticas que facilitam a posse legal transitória, a luta pela criação de uma lei federal de expropriação –, assim como a solidariedade de diversos sujeitos (estudantes, setores médios urbanos, assembleias, desempregados), sendo que a participação sindical como condução ou apoio seria minoritária – com saudáveis exceções como a UOM-Secional Quilmes ou os Empregados de Comércio de Rosário.

Junto com o controle da produção pelos seus trabalhadores, essas experiências significaram a possibilidade de ensaios de novas relações de trabalho, assim como da criação de experiências de autogestão democráticas (fábricas como Grisinópolis, IMPA, Tigre,

---

<sup>186</sup> Tomar para vivir. La investigación de la UBA sobre las fábricas recuperadas por sus obreros, *Página 12*, Buenos Aires, 05/01/03. Disponível em: [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar). Acesso em: 20 fevereiro 2004.

Gráfica Chilavert, dentre outras, criariam centros culturais para os trabalhadores e a comunidade), ainda que marcadas pelo estabelecimento de relações mercantis com a sociedade – na maioria dos casos, sem questionar seu caráter capitalista. As experiências da têxtil Brukman – exemplo de combatividade e liderança operária feminina – e da cerâmica Zanón – que enfrenta o esvaziamento fraudulento de uma empresa criada com amparo do Estado ditatorial, amplamente lucrativa e beneficiada com subsídios públicos e isenções impositivas na “era” Menem-Sobisch – talvez sejam as que mais repercussões tenham gerado no conjunto das classes subalternas. Aquela última, orientada pela estratégia de controle operário (na forma da administração operária transitória da FaSinPat, ou “Fábrica Sem Patrões”, cuja reivindicação se pauta pela expropriação e estatização com controle operário), criou fontes de trabalho para diversas organizações de desempregados e um intenso trabalho de “irradiação” a outros segmentos sociais em luta (vínculos com universidades, presença nas mobilizações docentes da região, produção de cerâmicas que homenageiam movimentos, lutadores sociais, poetas e intelectuais), além de fomentar articulações – como no periódico de alcance nacional “*Nuestra Lucha*” – com diversas vertentes sindicais anti-burocráticas e classistas<sup>187</sup>.

Estamos falando de contraditórias e ricas experiências em processo, que se debatem entre a radicalidade das lutas pelo controle operário e seu possível disciplinamento (auto-exploração para concorrer no mercado, burocratização no processo organizativo) a partir de cenários de recomposição econômica favoráveis<sup>188</sup>.

De fato, como observamos, no primeiro semestre de 2002 intensificam-se os protestos sociais prolongando a dinâmica aberta com a crise de dezembro de 2001, *generalizando o conflito social no cenário nacional*: “panelaços” nacionais e sistemáticos, mobilizações contra a Corte Suprema de Justiça, reivindicações pela “pesificação” dos depósitos, “escraches” a bancos e funcionários políticos, grandes assembléias articuladoras de diversos bairros (tal como na experiência de Parque Centenário, que encontrava centenas de vizinhos e militantes que debatiam desde “o não pagamento da dívida externa” até “as prioridades sociais” dos seus bairros), e contundentes mobilizações que aglutinam desempregados, setores urbanos e

---

<sup>187</sup> Cf. [www.obrerosdezanon.org](http://www.obrerosdezanon.org) e [www.nuestralucha.org](http://www.nuestralucha.org), assim como também a resenha “*Cerámica Zanón es del Pueblo*” (01/10/07).

<sup>188</sup> Para uma leitura mais detalhada desse fenômeno, cf. Robón (2006); Aiziczon (2006); Almeyra (2004); Campione (2003b); Di Marco (2003), dentre outros.

assalariados (como no massivo 28 de janeiro de 2002 em Buenos Aires)<sup>189</sup>. Entre os principais protagonistas estão os *movimentos de trabalhadores desempregados que ganham mais presença, densidade e extensão no cenário nacional*, ao tempo que se evidenciam com mais clareza suas fraturas e divisões. Aumentam os bloqueios em todo o país – especialmente nos principais acessos à Capital Federal, onde se alcança grande impacto político através da capacidade de isolar a cidade. Só no primeiro semestre, esses acessos seriam bloqueados em 6 oportunidades, por diversas forças piqueteras<sup>190</sup>.

A pesquisa de Cotarelo, referenciada na base de dados do PIMSA (2006), revela que, no ano 2002, enquanto o movimento operário organizado sindicalmente reduzia sua presença nos protestos (as duas CGT dão apoio ao governo de Duhalde, e junto da CTA participam da “Mesa do Diálogo Argentino”), observa-se um predomínio das ações de luta protagonizadas por trabalhadores desempregados (807 ações) e das organizações piqueteras na convocação das mesmas, superando inclusive os trabalhadores empregados (702 ações).

Assim, na primeira metade do ano, prevalecem, no panorama geral dos protestos, ações de luta dirigidas contra ou para o governo nacional. A grande maioria das ações convocadas pelas principais organizações piqueteras se pautam em objetivos econômico-corporativos, destacando-se o protagonismo de forças como a CCC e a FTV. Já no segundo semestre de 2002, pode se observar uma preponderância de lutas dirigidas contra o conjunto do regime político (reivindicações políticas mais gerais, assim como uma maior politização das ações do conjunto do movimento de desempregados), ainda que a quantidade das ações de protesto se reduza tendencialmente desde então, como veremos a seguir. Esse predomínio “temporário” das ações de lutas dos desempregados marca, talvez, o momento mais “ameaçador” da “fratura” do vínculo representativo com as classes dominantes pelo crescente protagonismo desses sujeitos para os quais inexitem mecanismos sólidos de contenção e

---

<sup>189</sup> Cf. Seoane (2002) e Cronología del conflicto, región sur, Argentina (junho de 2002). Dentre os documentários mais conhecidos que retratam as mobilizações da época, pode consultar-se “*La dignidad de los nadies*” (Argentina, 2005) de Solanas, existindo também inúmeros trabalhos valiosos realizados por coletivos culturais e grupos da mídia independente. Uma versão brasileira pode encontrar-se em “*O Panelaço*” (Brasil, 2002) de Pronzato.

<sup>190</sup> Segundo dados analisados por Klachko (2006, p. 172), só no primeiro semestre de 2002, os acessos seriam bloqueados: 1) Dia 21 de janeiro, pela CTD Aníbal Verón, 2) dia 23 de janeiro, pela CCC e Barrios de Pie (dia em que se produzem outros bloqueios no país), 3) dia 11 de fevereiro, por mais de 7.000 desempregados do Bloque Piquetero, 4) dia 14 de fevereiro pela CTA, CCC, e o Bloque Piquetero (de forma separada, nos marcos de uma jornada nacional de luta em que se bloqueiam todas as pontes de acesso à Capital Federal), 5) dia 20 de maio pela CCC e FTV, 6) em face das tentativas de bloqueio do dia 26 de junho (CTD Aníbal Verón, Bloque Piquetero, MIJP, Barrios de Pie) produz-se o Massacre de Avellaneda.



canalização social das suas demandas. Veremos a seguir que a resposta repressiva da Ponte Pueyrredón seria a via de “contenção” escolhida para a “pacificação” do conflito.

Portanto, propomos *compreender esses movimentos como um momento das classes subalternas que* – em que pese seu paulatino refluxo dos anos subseqüentes – *abririam espaços político-ideológicos para outras experiências que germinariam no próximo lustro.* Como sugerem Pacheco & Rodriguez (*in* MAZZEO, ACHA & OTROS, 2007), a ocupação e autogestão das fábricas por seus trabalhadores, a gestão de esquerda de centros de estudantes e federações universitárias (em Buenos Aires, La Plata e Comahue), as tentativas de organização antiburocrática de segmentos da classe trabalhadora (como ATE Zona Sul, docentes autoconvocados, o corpo de delegados do metrô de Buenos Aires), a multiplicação de diversas iniciativas no campo da cultura, destacam-se no cenário posterior de movimentação de classes.

Entretanto, são as tentativas das classes dominantes de restabelecer um equilíbrio de poder mais estável que explicam a dureza repressiva do transitório governo de Duhalde (2002-2003) contra o movimento piquetero – o objetivo era dissolver sua potencial capacidade de impregnar as classes subalternas –, sucedido por uma versão mais progressiva (o governo de Kirchner, 2003-2007), capaz de conduzir uma reestruturação das relações de poder no interior do bloco dominante e deste com os setores populares. Duhalde havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1999, e ocupara um destacado lugar na gestão menemista, agora próximo aos interesses dos grupos econômicos locais (a saída “devaluacionista”), mas dando também lugar às demandas do FMI e dos setores financeiros na gestão da crise. Sua nova missão seria enfrentar o crescente conflito social, ao calor do reinício do ciclo inflacionário e o aumento veloz do desemprego, com índices que atingiriam cerca de 22% da PEA.

Tal como será analisado no próximo capítulo, a criação do programa social “*Jefes y Jefas de Hogar Desempleados*”, que *unifica nacionalmente a resposta assistencial contra o desemprego* (lançado por decreto em janeiro de 2002 para dar resposta a um conflito social agora de dimensões nacionais), seria o carro-chefe da estratégia duhaldista que, *conjugada com uma sistemática intervenção repressiva*, apontaria para o coração do heterogêneo movimento piquetero. A escalada repressiva se expressa, primeiro, no Massacre da Ponte Pueyrredón e nas intervenções em Jujuy – respectivamente, em junho e novembro de 2002 – e, posteriormente, no despejo da fábrica ocupada Brukman em abril de 2003 (após as

tentativas frustradas pela resistência de março e novembro de 2002), e no encarceramento de dirigentes da UTD de Mosconi, no mesmo período.

Estabelecendo mudanças na forma de implementação do programa social (falamos dos Conselhos Consultivos que aglutinam diversos setores sociais junto com forças como a FTV e a CCC para a negociação da distribuição dos recursos<sup>191</sup>) e garantindo uma considerável expansão quantitativa, o governo de Duhalde ensaiaria tentativas pelo restabelecimento da gestão e distribuição da política social nos marcos institucionais – até então desafiada pelas lutas dos desempregados que disputavam sua administração autônoma.

Assim, se em 2002 poderia observar-se um crescimento do número dos bloqueios no país, aumentando exponencialmente no mês de maio (quando ocorreram 514 bloqueios, em contraste com os 198 de janeiro), é também a partir do mês de junho que se observa seu declínio (relativamente decrescentes até chegar a 137 bloqueios em maio de 2003), ao ritmo da diminuição abrupta da quantidade das ações de protesto gerais. Ao mesmo tempo, no mês de junho, o número de beneficiários do programa em questão, que vinha se incrementando de forma equilibrada desde a sua criação, dobra drasticamente (de 509.048 em abril, para 1.074.650 em maio, para 1.639.711 em junho), continuando com uma tendência crescente que alcança no mês de maio de 2003 uma cifra que não chega aos 2 milhões de beneficiários (GAITÁN & MANEIRO, 2005; GOLBERT, 2004).

O aumento abrupto dos recursos também coloca em risco as práticas de ressignificação dos programas sociais, ensaiadas por algumas organizações de desempregados, que agora se vêem ameaçadas pelas estratégias clientelistas de caudilhos territoriais que operam com os mesmos. Na verdade, a mudança na correlação de forças que se observa a partir desta conjuntura *afeta profundamente o reconhecimento social do desempregado como portador de direitos* (e a legitimidade das suas lutas pela conquista desses direitos), o que reforça uma lógica assistencialista, assim como sua estigmatização e “demonização social” (MAZZEO, 2004, p. 137). Voltaremos sobre este assunto no próximo capítulo.

Porém, seria o Massacre de Avellaneda de 26 de junho o “aspecto mórbido” da crise de hegemonia que retratamos, tendente também ao impedimento de qualquer gérmen “do novo”.

Nas palavras de Gramsci:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora de pura força coercitiva, isto significa

---

<sup>191</sup> Lembremos que o corte dos acessos à Capital Federal nos marcos da jornada nacional de luta do 20 de maio de 2002, acionado pela CCC e pela FTV, tinha como uma das suas demandas o reconhecimento político-institucional dessas organizações, as quais são incorporadas no Conselho Consultivo Nacional do Programa em questão (cf. Klachko; 2006).

exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais [...]. A crise consiste justamente no fato de que *o velho morre e o novo não pode nascer*: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 184; *grifos nossos*).

Veremos posteriormente que a repressão violenta e o assassinato de militantes dos MTDs para impedir uma grande mobilização, protagonizada por quatro importantes organizações de desempregados (MTD Aníbal Verón, Bloque Piquetero, Barrios de Pie e MIJP) que pretendiam bloquear os vários acessos à capital federal, em articulação com piquetes e mobilizações em 12 localidades das 23 províncias do país, coroaria a resposta repressiva – que *utilizaria a estrutura política do Estado no âmbito nacional*. O principal objetivo seria a produção de uma fratura nos próprios movimentos, e a neutralização de sua irradiação potencial para outros segmentos das classes subalternas.

O repúdio das forças populares ao Massacre de Avellaneda seria massivo<sup>192</sup>, evidenciando o “ocaso” do governo de Duhalde, que se veria obrigado a chamar a eleições presidenciais. Entretanto, essa tentativa de reconstrução do modelo de dominação representaria um “golpe” profundo para as organizações piqueteras, e marcaria o começo do distanciamento paulatino da confluência temporária das lutas das classes subalternas e os setores médios, retratada na consigna “*piquete y cacerola, la lucha es una sola*”. Não por acaso, o variado espectro dos jornais nacionais investe na ampliação desse distanciamento com estratégias que vão desde pesquisas de opinião dirigidas às camadas médias sobre o bloqueio de estradas, até a construção de imagens de “piqueteros violentos” que criminalizam as lutas sociais: a utilização das diferenças políticas entre as forças populares, a justificação e legitimação da violência exercida pelas forças policiais, as acusações sobre um suposto armamento dos manifestantes reeditando os “perigos de um ressurgimento subversivo”, as sugestões de possíveis ligações com o tráfico, a guerrilha ou com o manejo corrupto dos programas sociais, são algumas das estratégias das classes dominantes para a construção de um senso comum adverso às reivindicações desses segmentos<sup>193</sup>.

Assim, desde finais de 2002, a mobilização sofre um paulatino refluxo ao compasso da estabilização econômica, produto também da recomposição gradual da autoridade estatal e da

<sup>192</sup> Na noite de 26 de junho produz-se uma mobilização espontânea à Praça de Maio, que se repete no dia seguinte (mais de 12 mil pessoas marcham do Congresso para a Praça de Maio, e produzem-se marchas de repúdio em cidades como Neuquén, Chaco, Tucumán, Santa Fé, Salta, Jujuy e La Pampa), sendo que os protestos organizados para o 3 de julho aglutinam à extensa maioria das organizações populares.

<sup>193</sup> Cf., por exemplo, os Jornais *La Nación*, *Clarín* ou *Ambito Financiero* nos dias posteriores ao Massacre de Avellaneda. Sobre trabalhos que abordam o discurso de criminalização das classes dominantes, presente na imprensa, Di Marco [et.al] (2003, p. 221et seq.); Jorolinsky, Moguillansky & Slipak (*in* VOMMARO, 2004, p. 46 et seq.).

“pacificação” do conflito social: das massivas ações dos “assembleístas” e das contundentes mobilizações protagonizadas por trabalhadores empregados e desempregados (só no mês de maio produzem-se quatro jornadas e ações de caráter nacionais), passa-se para um cenário de luta eleitoral, tentativas de controle da mobilização e fratura do campo popular<sup>194</sup>. Tendo como pano de fundo a eficácia duhaldista dos mecanismos assistenciais e a contundência da estratégia repressiva no disciplinamento dos protestos sociais, os 358 conflitos trabalhistas (greves e medidas de força) que se registram em 2001 diminuem para 285 em 2002 e para 120 em 2003 (menor nível de conflitividade desde 1980)<sup>195</sup>.

Assim, o governo de Kirchner, eleito apenas com 22% dos votos (numa eleição onde seu adversário no segundo turno, o repudiado ex-presidente Menem, se retira antecipadamente da concorrência), é uma resposta à profunda crise política e à mobilização generalizada que se observa desde a crise de 2001 – na chave da *revolução passiva* tratada por Gramsci. Isto quer dizer que, ao recolher algumas demandas sociais históricas colocadas pelas forças populares, o significado histórico do governo de Kirchner pode ser compreendido na chave gramsciana das *restaurações progressistas*, ou seja, como produto de uma *reação das classes dominantes frente a uma mobilização popular esporádica, não unitária – a qual, através de “restaurações”, recolhe exigências populares em “pequenas doses”, para evitar uma radicalização ou irradiação maior das classes subalternas sobre outros segmentos sociais* (GRAMSCI, CC1, 1999, p. 281, 298 et seq., 392 et seq.).

Na dinâmica da revolução passiva retratada no governo de Kirchner, é importante salientar que a absorção de intelectuais orgânicos no bloco de poder em processo de estruturação<sup>196</sup> (referimo-nos à incorporação de dirigentes dos desempregados à estrutura governamental, mas também à “assimilação” de organizações como Mães de Praça de Maio, que foram centrais na estruturação e condução da resistência ao longo da década de 1990)

---

<sup>194</sup> O trabalho de Cotarelo (2006, p. 207 et seq.) caracteriza a conjuntura de 2002 em distintos momentos de tentativas de articulação e condução das lutas e conflitos: 1) emergência dos “assembleístas” em janeiro e fevereiro, 2) mobilização dos trabalhadores desempregados (fevereiro e março), 3) disputas entre trabalhadores empregados e desempregados (maio), 4) confluência de trabalhadores estatais, desempregados, “assembleístas” e estudantes, 5) começo da luta eleitoral (agosto e setembro), 6) mobilização a partir do regime (em setembro, as marchas que reivindicam “maior segurança”), 7) consolidação da fratura no campo popular.

<sup>195</sup> Segundo dados do *Centro de Estudios Nueva Mayoría*, analisados por Campione (2005b).

<sup>196</sup> As aparentes tensões entre “o governo” e o “campo”, evidenciadas em 2008, não fazem mais que expressar as dificuldades de homogeneização dos interesses dos diversos segmentos das classes dominantes no bloco de poder. Perguntamo-nos se as mobilizações pela suposta “defesa do campo”, lideradas pelos segmentos mais reacionários e representativos do capital local concentrado, que não apenas se beneficiaram ao longo da “década neoliberal” mas também no cenário devaluacionista pós-crise de 2001, poderiam estar expressando tentativas de construção de uma espécie de “intelectual orgânico da direita”, no pleno sentido gramsciano do termo, para oferecer uma solução – a mais regressiva – a essas tensões no bloco de poder?

expressa uma *dinâmica transformista que busca decapitar as classes subalternas*, e não alguma possibilidade de alargamento dos interesses das classes subalternas no seio do Estado – lembremos que o transformismo é adverso a qualquer intervenção ativa dos grupos subalternos na vida estatal.

A reconstrução de uma autoridade estatal capaz não apenas de canalizar a movimentação social nas margens institucionais, mas de construir um equilíbrio de poder mais estável do que as estratégias ensaiadas na década de 1990, seria a “grande tarefa” do governo de Kirchner: de um lado, o imperativo de garantir as necessidades de acumulação e legitimidade do conjunto das classes dominantes (reunificação do bloco de poder em um novo equilíbrio de forças), de outro, a urgência de reconstruir a idéia do Estado como “garantidor do bem comum” numa sociedade que precisa ser “pacificada”. Por isso, *seriam múltiplas e variadas as tentativas de absorção e institucionalização das organizações piqueteras*, mais claramente em refluxo nos anos subseqüentes.

O *distanciamento* das reivindicações das camadas médias – que encontram respostas em “pequenas doses” a algumas demandas históricas –, assim como a *cooptação* e as *rupturas* que se produzem nas organizações sociais e piqueteras (proximidade com o novo governo de experiências historicamente opositoras como as Mães de Praça de Maio, recursos e âmbitos de gestão acessível a movimentos que passam a fazer parte do leque de alianças governamentais, diferenças de estratégias em face da nova realidade política), explicam a *redução paulatina da gravitação das lutas dos desempregados nas classes subalternas*. Também devemos considerar que, se uma divisão alimentada pela imprensa entre “piqueteros bons” e “piqueteros duros” seria importante para o *isolamento* e a *criminalização* da reivindicação piquetera (sobretudo nas versões mais críticas, como o MTD Aníbal Verón, o Bloque Piquetero ou o Movimento Teresa Rogriguez), o fomento governamental da reunificação da CGT em 2004 (e o re-surgimento dos acordos coletivos relegados desde os anos 1990) seria fundamental no sentido de *recolocar o sindicalismo tradicional em um lugar de condução de amplos setores das classes subalternas*, tal como propõe Campione (2005b).

Por sua vez, como analisaremos no próximo capítulo, a *reorganização da assistência social* seria essencial no sentido de confrontar determinados traços de resistência e disputa acionados pelos desempregados nas formas de enfrentamento da questão social – com uma “injeção” de recursos, ainda que nos mesmos marcos de assistencialização da política social.

Nesse sentido, *práticas mais consensuais* – capazes de viabilizar compromissos mais estáveis com setores da classe trabalhadora, seja sindicalizados ou desempregados – visam a

“normalização” da conflitividade social e sindical capaz de reverter a ameaçadora presença piquetera de determinados segmentos.

De fato, esse governo consegue “costurar” pontos significativos do conflito social herdado da crise de dominação de 2001: as mudanças na Corte Suprema de Justiça e as posições mais progressivas em face do FMI (em 2005, seria cancelada a dívida no valor de 9,5 bilhões de dólares, representando 9% da dívida externa) recolhem demandas levantadas pelas assembléias populares; o processamento de responsáveis políticos e de militares que atuaram na última ditadura é uma demanda histórica do destacado movimento de direitos humanos; o aumento dos salários dos professores é também uma resposta a suas históricas lutas; ao avançar nas políticas trabalhistas pela retomada dos acordos coletivos (uma regulação mais ativa na relação capital/trabalho, que, em 2004, chega a 349 acordos coletivos, duplicando a média dos acordos do período 1991-2003<sup>197</sup>) oferece certa canalização dos conflitos abertos pelo fenômeno das fábricas recuperadas – ainda que sem se posicionar favoravelmente pela criação de uma lei nacional de expropriação, sobretudo para os conflituosos casos de Zanón e Bauen –; as tentativas de reunificação da CGT sob a liderança de Moyano e de articulação de um espaço político “transversal” (integrado por alguns setores do PJ e outras forças políticas de extração peronista, setores da CTA e agrupações piqueteras) possibilitam a reconstrução da legitimidade governamental e a re-canalização do conflito social.

Nesse contexto, observa-se uma reativação considerável da economia, mais claramente desde 2003 – que vai do retrocesso de 4,4% em 2001 e de 10,9% em 2002 ao crescimento de 8,8% em 2003 e 9,0% em 2004, sustentando-se nesses índices nos próximos anos –, que deve ser entendida a partir da confluência de vários elementos, dentre os quais: *uma conjuntura econômica internacional favorável* pelo aumento da demanda dos produtos agroindustriais e agropecuários exportados pelo país (dentre os mais lucrativos se destacam os complexos oleaginosos, da soja e do petróleo) e um *processo de “devaluação”* que promoveu uma rápida recuperação dos lucros dos grandes grupos econômicos locais devido a certa reativação da indústria local (também pela redução dos salários reais) e da “pesificação” das suas dívidas dolarizadas.

Portanto, falamos de uma reativação econômica que supõe um *significativo superávit fiscal* – provocado pelo aumento da arrecadação impositiva, derivado do aumento das retenções às exportações, mas mantendo uma estrutura tributária das mais regressivas na

---

<sup>197</sup> Dados do Ministério de Trabalho e Seguridade Social, analisados por Campione (2005b).

região – que se torna importante para aumentar as margens de manobra do país em face do financiamento externo; uma *redução importante do gasto público social* (pela própria devalução)<sup>198</sup>; e a *cristalização de uma estrutura de desigualdade social* na qual se observa o empobrecimento, o desemprego e a “informalização” da força de trabalho como rasgos permanentes<sup>199</sup>.

Observemos as cifras alarmantes do seguinte quadro, com base em dados do INDEC.

**Índices de desemprego, subemprego, pobreza e indigência no período 2001-2003  
(total de aglomerados urbanos)**

Ano	Mês	Taxa de desemprego em %	Taxa de subemprego em %	Índice de pobreza (pessoas) em %	Índice de indigência (pessoas) em %
2001	maio	16,4	14,9	35,9	-----
2001	outubro	18,3	16,3	38,3	13,6
2002	maio	21,5	18,6	53	24,8
2002	outubro	17,8	19,9	57,5	27,5
2003	maio	15,6	18,8	54,7	26,3

Fonte: INDEC-EPH<sup>200</sup>

Se, em maio de 2002, registra-se em torno de 22% de desemprego e 53% de pobreza, em maio de 2003 observa-se 15,6% de desemprego (devendo ser considerada a incidência dos programas assistenciais e do emprego “informal” nessa redução), assim como 54,7% da população dos aglomerados urbanos relevados pelo INDEC na condição de pobreza e 26,3% de indigência. Tal como propõe Campione (2003 e 2005b), esses dados evidenciam uma situação *inédita* de aproximadamente 20 milhões de pobres na Argentina, com diferenças qualitativas respeito à crise de 1995 (onde o desemprego tinha atingido o teto histórico de 18,4%, mas a pobreza era de 22,2%) pelo nível de empobrecimento e pela drástica redução da renda, inclusive dos trabalhadores empregados. São dados que mostram as dimensões da crise mais profunda da história Argentina e a *consolidação de uma estrutura de desigualdade de*

<sup>198</sup> Castillo (*in* ANUARIO EDI, 2007, p. 131), analisa como a devaluación (e a inflação) de 2002 produziu um “ajuste de fato” sobre o gasto público social (saúde e educação principalmente). Em que pese o aumento dos valores nominais do orçamento dos últimos anos com respeito a 2003, 2004 e 2005, estes não atingiram os valores em dólares anteriores à devaluación.

<sup>199</sup> Cf. as interessantes polémicas retratadas, fundamentalmente, nos textos de Castillo, Bonnet, Piva, Gambina, Katz, reunidos no ANUARIO EDI (2007).

<sup>200</sup> Elaboração própria com dados do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. Disponível em: [www.indec.mecon.ar](http://www.indec.mecon.ar). Acesso em: 20 janeiro 2009.

*classes mais acirrada*, produto de uma maior concentração da propriedade, superexploração e empobrecimento em níveis inéditos das massas trabalhadoras.

Em que pese uma paulatina redução desses índices nos anos posteriores, ainda em 2006, um terço da população argentina vive na pobreza, e os índices de desemprego (12,5%) e subemprego (11%) atingem 30% da PEA, confirmando um traço de involução social que parece instalar-se como permanente.

Como veremos, para além de certas medidas progressivas (como a interrupção de contratos por gestões deficientes de empresas privatizadas ou a reorganização do sistema público de previdência social em detrimento da capitalização privada), *não* se observam transformações profundas na política econômica e social do governo de Kirchner – no regressivo sistema tributário, na administração dos serviços públicos ou no controle e exploração dos recursos naturais (inexiste uma estratégia de reestatização), sendo que importantes grupos econômicos locais e transnacionais mantêm as mesmas posições centrais desde a década de 1990, por exemplo, na exploração do petróleo ou nas telecomunicações –, que sejam capazes de reverter as relações econômico-sociais estruturadas desde a ditadura militar e aprofundadas nessa década – o que também demonstra que o movimentado mapa retratado não foi suficiente para provocar uma alteração substancial das relações de força entre as classes dominantes e as classes subalternas.

As mudanças em alguns dispositivos da política econômica que se registram no governo de Kirchner – e expressam uma alteração nas relações de força no bloco de poder, fundamentalmente, em favor do capital produtivo orientado à exportação – *não* modificam as características estruturais que o capitalismo argentino consolida na década de 1990, aprofundando sua orientação exportadora e seu desenvolvimento dependente (na indústria, permanece a estrutura deficitária de divisas): “mudanças táticas nos marcos de uma mesma estratégia de acumulação”, vaticina Piva (*in* ANUARIO EDI, 2007, p. 63; *tradução nossa*). E ainda que coincidamos com a instigante leitura deste autor, que constata uma certa capacidade de satisfação gradual de demandas sociais e garantia de concessões – retratada no aumento do consumo (sobretudo, das camadas médias), na redução relativa dos níveis de desemprego e subemprego, no aumento do salário real com respeito a 2002 –, temos grandes dúvidas sobre essa suposta “atualização da potencialidade hegemônica das classes dominantes argentinas”. Inclusive reconhecendo o caráter mais “progressivo” desse governo com respeito a seus precedentes – linhas atrás falávamos da dinâmica de “restauração/renovação”, amparada no



conceito de “revolução passiva”<sup>201</sup> –, observamos que nenhuma dessas medidas consegue *reverter* os níveis de regressão social que se consolidam desde a década de 1990, fundamentalmente, se nos referirmos à produção de uma massa supérflua de trabalhadores (e aos níveis de “informalização” da força de trabalho, como uma das contradições da acumulação) que parece tornar-se um dado permanente do capitalismo contemporâneo.

Se o “fosso” entre as classes permanece intransponível e a hegemonia não pode se afirmar sem um mínimo de materialidade da igualdade, tal como sugere Oliveira (2007b) em um dos seus últimos trabalhos, não continuaria sendo uma “quimera” qualquer experiência comum no espaço público entre “dominantes” e “dominados”? Não temos uma resposta acabada sobre esses interrogantes, mas voltaremos à polêmica no próximo capítulo, a partir da recuperação da dimensão política da política social.

O certo é que, nos anos seguintes, as tentativas de reconstrução da autoridade estatal pelas classes dominantes deveriam lidar não só com a profunda deterioração dos aparatos e condições de exercício da hegemonia burguesa – à luz da experiência da década de 1990, de “inseguras” estratégias transformistas centradas num equilíbrio de domínio político-ideológico, ainda que adverso a compromissos com as classes subalternas –, mas também com a idéia – reinstalada, fundamentalmente, pelos movimentos de desempregados – da luta coletiva como mecanismo de negociação e conquista de direitos.

#### **2.4. Impasses e tentativas das lutas sociais no cenário de recomposição do domínio**

Poderíamos começar dizendo que um dos maiores impasses das lutas sociais no cenário de *revolução passiva* kirchnerista, talvez tenha sido sua limitação para a consolidação de uma nova institucionalidade – expressão de uma reversão da correlação de forças entre as classes –, reconhecedora das demandas de mudança político-social e econômica que aceleraram a crise de hegemonia.

A iniciativa das classes dominantes na reconstrução da institucionalidade política – agora mais preocupadas pela construção de certos equilíbrios estáveis com as classes subalternas – parece ter efeitos de desmobilização em um cenário pós-crise, onde, ao tempo que se observa uma redução considerável dos protestos sociais, decresce paulatinamente o número de votos para as propostas de uma esquerda partidária que tinha conseguido, no ano

---

<sup>201</sup> Coutinho (1999, p. 198), nos mostra que um processo de revolução passiva supõe a presença de um momento de “restauração” porque implica uma reação à ameaça efetiva de uma transformação “de baixo para cima”, e de um momento de “renovação”, porque muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes.

2002, uma presença política inédita nas ruas, e uma inserção não depreciável em setores das massas trabalhadoras, seja nos desempregados ou em fábricas recuperadas tais como a Zanón. Os exemplos das eleições de abril de 2003, outubro de 2005 e outubro de 2007 retratam o voto decrescente para os partidos de esquerda (nesta última, registra-se 28% de absentismo, índice mais elevado desde 1983)<sup>202</sup>.

O cenário de recomposição do domínio que se delineia mais claramente desde 2003, caracterizado pela incorporação de algumas demandas dos movimentos de desempregados<sup>203</sup>, coincide com uma maior fragmentação das suas variadas organizações, que se realinham pelo “apoio” ou a “oposição” ao governo. Da mesma forma que outros grupos piqueteros, o MTD Aníbal Verón sofre fraturas importantes ao ritmo da desaceleração do ciclo de mobilização ascendente que o teve como protagonista em 2001-2002.

No próximo lustro, o *disciplinamento*, a *institucionalização* ou o *isolamento* das diversas expressões do movimento piquetero limitaria sua gravitação no conjunto das classes subalternas, inclusive reduzindo consideravelmente suas fileiras, ao ritmo da progressiva estabilização política e da reativação da economia. A “normalização institucional” proclamada por vastos setores sociais, obscurece a imagem dos movimentos de desempregados como sujeitos de direitos, assim como de portadores de práticas renovadas de construção e organização política.

Ainda que sem uma política de “repressão aberta” ao movimento social, a *criminalização* (falamos do aprofundamento da judicialização do conflito social) e a *deslegitimação das lutas dos desempregados fazem parte das estratégias de “pacificação” do conflito social*, também orientadas pela reorganização da política de assistência a partir de 2004 – movida também pelo interesse de reverter a centralidade de um mecanismo de dominação tão “instável” como o clientelismo.

Ainda que cresçam no período (primeiro semestre de 2004), os objetivos político-corporativos e gerais que mobilizam as organizações de desempregados – se comparados ao predomínio dos objetivos econômico-corporativos do primeiro semestre de 2002 –, suas ações

---

<sup>202</sup> GAMBINA, Julio. Notas sobre la elección presidencial de octubre de 2007 en Argentina. Buenos Aires, 2 de novembro de 2007. Disponível em: [www.argenpress.info](http://www.argenpress.info). Acesso: 15 novembro 2008.

<sup>203</sup> Lembremos de forças como a FTV ou Barrios de Pie que passam a fazer parte da aliança do governo, ou os exemplo de referentes como Pérsico (do MTD Evita) ou Ceballos (de Barrios de Pie, e posteriormente do Movimento Libres del Sur), que desenvolveriam funções em ministérios centrais do ponto de vista da canalização do conflito social (este último se desempenharia como Subsecretário de Organização e Capacitação Popular do Ministério de Desenvolvimento Social até setembro de 2007).

de luta estão muito centradas na resistência à redução e remanejamento dos programas sociais pelo governo.

Para além do cenário de reconstrução da legitimidade sócio-política, podemos mencionar algumas *tentativas de reunificação orgânica das classes subalternas*.

Ainda que os conflitos trabalhistas estivessem em declínio em 2003, a tendência se reverte em 2004, assinalando uma nova ascensão dessas lutas. Segundo a pesquisa de Cotarelo (2006, p. 204), se em 2002 predominavam as ações de luta protagonizadas por trabalhadores desempregados, desde 2003 as ações de luta comandadas por trabalhadores empregados superariam a presença daqueles (702 e 807 ações de luta em 2002 respectivamente; 333 e 287 de fim de maio a dezembro de 2003; 786 e 578 em 2004; 1118 e 366 em 2005).

Dentre algumas lutas que se destacam no período, estão as greves e mobilizações no setor público e de transportes, onde ganham lugar conduções sindicais alternativas; conflitos relacionados a fábricas recuperadas (como a expropriação de Sasetru, Avellaneda, em agosto); mobilizações piqueteras que convocam até 30 mil pessoas – calcula-se que, dos aproximadamente 2,3 milhões de desempregados que existiam em 2004, em torno de 200.000 estavam organizados, com um protagonismo social e político que se reduz drasticamente em 2006, fundamentalmente na cidade de Buenos Aires, mas que se estende relativamente no período 2004-2006 para enclaves petrolíferos controlados por empresas multinacionais em Neuquén, Salta, Santa Cruz<sup>204</sup> –; do uso generalizado do piquete para a defesa de recursos naturais (como nos conflitos de Gualaguaychú pelas “papeleras” com Uruguai); mas também da nulidade das Leis de Ponto Final e Obediência Devida que permite a detenção e processamento de militares e responsáveis políticos envolvidos na última ditadura militar.

Assim, no período 2004/2005 se observa uma retomada da ação sindical – os 249 conflitos sindicais de 2004 aumentam para 819 em 2005, sendo o índice mais alto desde 1990<sup>205</sup> – com demandas salariais e corporativas relativamente vitoriosas: no setor de telefonia, saúde pública, alimentação, docentes, transporte, assim como em setores ligados a sindicatos mais tradicionais, como metalurgia e automotriz.

Por exemplo, as greves dos trabalhadores do metrô de Buenos Aires despertariam grande simpatia e apoio de outros trabalhadores e setores sociais pelo uso de medidas de força que permitiam o acesso gratuito ao transporte em horários fundamentais, assim como pela sua

---

<sup>204</sup> Cf. Campione (2003) e Svampa (2004 e 2006b).

<sup>205</sup> Dados do Centro de Estudios Nueva Mayoría, analisados por Svampa (2006a).

multiplicação de práticas combativas e solidárias – luta pela regularização de trabalhadores terceirizados; extensão da jornada de 6 horas conquistada para outros ramos a partir do Movimento Nacional pela Jornada de Seis Horas, lançado em 2004; greves em solidariedade com outros trabalhadores. Ou, também, o exemplo do aprofundamento da luta pelo controle operário em experiências como Zanón, que enfrentam tentativas estatais de redução da sua reivindicação à preservação da fonte de trabalho no formato de cooperativas – em detrimento do controle e direção do processo de produção<sup>206</sup>.

A proliferação de lideranças combativas distantes, inclusive de centrais reconhecidas como a CTA, explica também a *criação de novas articulações trabalhistas e sindicais*, seja nos exemplos mais centrados no movimento piquetero (como a Assembléia Nacional de Trabalhadores criada com posterioridade a dezembro de 2001), ou nas coordenações impulsionadas desde experiências como Zanón (na Coordenadoria del Alto Valle, primeiro, e do periódico Nuestra Lucha, depois), ou também do Movimento Intersindical Classista, criado para finais de 2005 (Cf. CAMPIONE, 2005b).

Posteriormente às rupturas que se produzem no MTD Aníbal Verón em 2003-2004, cria-se a Frente Popular Darío Santillán (FPDS) como uma experiência de organização sócio-política, multi-setorial e autônoma, que integra movimentos territoriais, de desempregados, agrupações estudantis, culturais e de trabalhadores do país, constituindo-se como uma importante tentativa de aglutinação das classes subalternas no cenário kirchnerista de recomposição do domínio. Em suas palavras:

Este governo tem se proposto como objetivo estratégico tirar o protesto social das ruas e desarticular as organizações de desempregados [...]. Essa caracterização se sustenta na decisão do governo nacional de fechar a inscrição ao programa “Jefes y Jefas”, a queda massiva de programas de emprego, a falta de resposta à demanda de alimentos, infraestrutura e atenção à saúde nos bairros, e a percepção de uma crescente criminalização dos protestos sociais<sup>207</sup>.

Sob os princípios de *autonomia, coordenação/articulação, democracia de base, formação integral e construção de poder popular*, a FPDS marcaria sua presença em lutas sociais, sindicais e políticas nos próximos anos, constituindo-se como um eixo importante de articulação das lutas contra-hegemônicas.

Nas suas palavras,

---

<sup>206</sup> Segundo dados trabalhados por Aiziczon (2006), das fábricas recuperadas existentes (menos de 200), 90% se enquadram no formato das cooperativas de trabalho, 4,7% no formato de AS ou SRL, e apenas 2,3% na estratégia do controle operário.

<sup>207</sup> Convocatoria a la constitución de un frente popular, FPDS (2004); *tradução nossa*.

Nós, as organizações que conformamos este espaço, nos definimos como antiimperialistas e anticapitalistas, e somos independentes do Estado, das igrejas, dos sindicatos e dos partidos políticos. Apostamos em uma forma de construção política baseada no protagonismo popular e na luta de massas, e reivindicamos a capacidade de nosso povo para encontrar os métodos de luta e as formas organizativas adequadas às distintas circunstâncias históricas<sup>208</sup>.

Entre suas intervenções mais significativas, funcionariam como catalisadores na elaboração de determinadas leituras teórico-políticas de extrema importância, presentes nas ações e debates das classes subalternas do período analisado (fundamentalmente 1999-2003), oferecendo lúcidas sínteses em diálogo crítico com o legado histórico da esquerda argentina. Autonomia, poder popular, Estado e revolução seriam conceitos recriados à luz da experiência histórica recente que os teve como protagonistas. Ensaïemos uma sintética leitura de alguns desses ricos debates.

## **2.5. Alguns debates político-organizativos que se destacam no movimento das classes subalternas**

*Ninguém sabe tudo e não tem ninguém que não saiba nada. Quem luta já sabe, mas aquele que reflete sobre suas lutas, luta melhor*<sup>209</sup>

Nesse momento, buscamos trazer reflexões que expressam incipientes processos de auto-organização experimentados por segmentos das classes subalternas desde os finais da década de 1990, os quais tiveram como suporte um enriquecimento das suas tramas associativas (originais métodos de luta, tentativas de articulação mais universais, práticas organizativas em diálogo com o legado histórico de esquerda), assim como certa sintonia com os rumos do debate dos movimentos sociais mais representativos da região latino-americana.

Trazemos algumas vozes de organizações e seus intelectuais<sup>210</sup>, tratados aqui como *exercícios de refundação do pensamento e da consciência teórica das classes subalternas*, já presente de forma diversa, em experiências como as das Cátedras Livres, dos diversos laboratórios de educação popular, dos Encontros pelo Novo Pensamento, isto é, nos ensaios de elaboração e construção de idéias capazes de reinventar os caminhos possíveis da emancipação no século XXI, promovidos desde os finais da década de 1990.

---

<sup>208</sup> Idem nota anterior.

<sup>209</sup> Integranes do MTD Aníbal Verón (2003; *tradução nossa*).

<sup>210</sup> Nos referimos aos trabalhos de militantes e registros dos movimentos; experiências como as do Colectivo Situaciones; as publicações da Editora El Colectivo, nos marcos da experiência da FPDS sobre poder popular; assim como de intelectuais próximos e que dialogam com essas experiências. Dentre eles, priorizamos o diálogo com as produções de Thwaites Rey (2004); Mazzeo (2005); Mazzeo (2007); Mazzeo, Acha & Otros (2007).

Mais no sentido de polemizar a partir de alguns percursos reflexivos que permanecem desafiando os horizontes de auto-organização das massas, que de oferecer uma abordagem teórica e histórica profunda do amplo espectro dos debates característicos da época, acionados pela complexa diversidade da movimentação classista e das organizações sócio-políticas com gravitação social na Argentina<sup>211</sup> – o que escapa às humildes possibilidades deste trabalho –, aproximamo-nos de algumas elaborações sintetizadas nos marcos de experiências como as da FPDS (publicadas pelo seu selo editorial “El Colectivo”).

### **2.5.1. Idéias preliminares: entre o poder político e os ensaios de auto-organização**

De forma sintética, podemos afirmar que, em algumas expressões do movimento social latino-americano, a polêmica em torno da clássica “tomada do poder” se alimenta do reconhecimento de que, nas múltiplas tentativas históricas de superação da sociedade burguesa e de construção de uma ordem sem exploração, observam-se sérias dificuldades na criação de novas relações sociais, resultando mais na consolidação de fortes Estados que de Comunas – instrumentalização das lutas, reprodução de elementos de domínio das estruturas que se combatem, isto é, evidenciando profundos limites na construção de formas de governo não alienadas da sociedade (ou seja, que não reproduzam a alienação política própria do Estado burguês).

É claro que estamos falando de debates que demandariam análises profundas dos radicalmente diversos processos histórico-concretos de tomada do poder (desde a URSS até a Nicarágua Sandinista) ou de tentativas de avanço revolucionário na “dialética do Estado ampliado” (como no Chile da Unidade Popular), mas o certo é que eles questionam o sentido da emancipação revolucionária: são debates que assinalam o *desafio da construção de órgãos coletivos capazes de viabilizar a reapropriação por parte da sociedade de todas aquelas funções político-públicas expropriadas/alienadas no Estado*.

Do ponto de vista da crítica anticapitalista, sabemos que *o poder e o Estado constituem “nós” históricos a serem decifrados pelas lutas das classes subalternas*, em função de enfrentar o monopólio do poder político/repressivo e a garantia da propriedade privada – essência das relações sociais capitalistas –, ambos constitutivos da sua natureza de classe. Impõe-se aqui um pequeno rodeio teórico para esclarecer nossa leitura da questão e o

---

<sup>211</sup> Como exemplo de obras que realizam uma tentativa de recuperação do pensamento crítico de intelectuais orgânicos, nos marcos da experiência de organizações políticas de esquerda e revolucionárias ao longo do século XX na América Latina, podem ser consultados os diferentes, mas interessantes trabalhos de Lowy (2003) e Kohan (2000).

diálogo com as elaborações que privilegiaremos, produzidas nos marcos da experiência organizativa dos movimentos aqui tratados (fundamentalmente retratadas nas publicações do selo editorial “El Colectivo” da FPDS).

É importante lembrar o sentido que tem para Marx a experiência da “tomada do poder” na Comuna de Paris de 1871, com a finalidade de dissolver o poder do Estado burguês; tomada do poder que tem um sentido de *recuperar o poder expropriado* da sociedade – “tomando nas suas mãos a direção dos assuntos públicos [...] fazer-se dono de seus próprios destinos”<sup>212</sup> –, por ser ela mesma capaz de incidir conscientemente nas suas formas de governo.

Assim, nosso autor entendia que “[...] a classe operária não pode se limitar simplesmente a tomar posse da máquina do Estado tal e como está, e se servir dela para seus próprios fins”<sup>213</sup>, porque ela seria inadequada para a construção de uma nova sociedade – ao reproduzir um poder separado dela. A comuna – *órgão descentralizado e flexível* – seria uma tentativa de substituição do Estado por um poder radicalmente democrático onde as representações seriam *responsáveis e revogáveis*. Por sua vez,

As poucas, mas importantes funções que ainda restariam para um governo central não se suprimiriam [...], mas seriam desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. Não se trata de destruir a unidade da Nação, mas, pelo contrário, de organizá-la mediante um regime comunal [...] (MARX, 1980, p. 64; *tradução nossa*).

A comuna como tentativa de *dissolução* do poder do Estado seria um órgão que deveria permitir a *autogestão e auto-organização da vida social* – dos “livres produtores associados”. Assim,

Enquanto os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal precisam ser amputados, suas *funções legítimas* têm que ser arrancadas a uma autoridade usurpadora de uma posição preeminente sobre a sociedade mesma, e restituídas aos *servidores responsáveis* dessa sociedade (*idem*, p. 65; *grifos e tradução nossos*).

Portanto, nessa experiência, o sentido de uma sociedade autodeterminada estaria na absorção pelos homens das funções político-públicas que dizem respeito à produção da vida social, ou também nos termos de Gramsci: “pode-se imaginar o elemento Estado-coerção em processo de esgotamento à medida que se afirmam *elementos cada vez mais conspícuos da sociedade regulada* (ou Estado ético, ou sociedade civil)”<sup>214</sup>, o que não é mais que a

---

<sup>212</sup> Marx (1980, p. 59; *tradução nossa*).

<sup>213</sup> *Idem* nota anterior.

<sup>214</sup> Gramsci (CC3, 2000, p. 244; *grifos nossos*).

possibilidade da superação da distinção histórica entre “governantes e governados” a partir da superação da alienação política.

Recuperemos o legado histórico da Comuna de Paris, de grande universalidade para as classes subalternas: do ponto de vista do desafio da organização das massas, os processos de emancipação demandam órgãos coletivos capazes de serem expressão de momentos de auto-organização e autoprodução da vida social, ensaios de produção de novas relações sociais, e é esse o sentido da dissolução do poder do Estado e da construção de formas de governo próprias de uma sociedade autodeterminada ou “regulada”, na metáfora gramsciana. O fato de ela ter sido apagada com um banho de sangue *não* deveria levar-nos a subestimar a força abrupta das classes dominantes, que se impõe contra experiências que não conseguem se universalizar em um *projeto contra-hegemônico que se materialize em um novo poder político*. Nesse sentido, Gramsci fala da necessidade de “uma fase de Estado - guarda-noturno, isto é, de uma organização coercitiva que protegerá o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em continuo incremento e que, portanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 245).

Como nos interessa refletir a partir daquelas produções intelectuais que perseguem o desafio de sintetizar as experiências de auto-organização (daí a recuperação do legado da Comuna) e os processos de contra-hegemonia, protagonizados pelas classes subalternas, propomos recuperar também esse legado à luz do pensamento de Gramsci – o preso nº 7047, que “tanta liberdade nos ofereceu”, na bela metáfora de Martinez Heredia (*in* KANOUSI, 2000).

Nesse sentido, é importante destacar algumas idéias implícitas no conceito de “Estado ampliado”, pela sua capacidade de iluminar dimensões essenciais das relações de poder, próprias da sociedade capitalista avançada – o que Gramsci chamou de sociedades ocidentais, nas quais a sociedade civil foi ganhando um peso importante em relação ao Estado, configurando uma relação mais “equilibrada” entre ambos.

O surgimento histórico de múltiplos e diversos sujeitos políticos coletivos que consolidaram organizações, instituições ideológico-culturais e mecanismos de participação políticos<sup>215</sup> nas primeiras décadas do século XX, leva Gramsci a afirmar que “na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral:

---

<sup>215</sup> Caracterizados por Gramsci como uma “multiplicidade de sociedades particulares” que constituem “o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população”, responsável pela elaboração e difusão da sua visão de mundo – se corresponde com o progressivo processo de socialização política que constitui as democracias modernas (CC3, 2000, p. 253).



ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, CC3, 2000, p. 257). Isso porque a supremacia da burguesia na materialidade do Estado não se vale *apenas* do controle dos mecanismos do governo político e militar, mas também de momentos de persuasão responsáveis pela difusão da sua concepção de mundo – uma “robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (*idem*, p. 262). Assim, a hegemonia se apresenta como um problema fundamental para a conquista e manutenção do poder político de uma classe sobre o resto da sociedade – uma classe necessita ser dirigente antes que dominante, ou *conquistar a hegemonia no interior e através da sociedade civil como condição de acesso ao poder do Estado*, assinalando uma tensa dialética entre as funções hegemônicas e de domínio. É através dos organismos “privados” de hegemonia que as classes e grupos sociais disputam o sentido e a direção da sociedade, mediação essencial na determinação da dinâmica e das características particulares da esfera política, do Estado em sentido estrito.

Desse modo, a hegemonia supõe a *direção intelectual e moral* de uma classe fundamental sobre o conjunto da sociedade, isto é, ela necessita *conquistar o consenso ativo e organizado* de outros segmentos (estabelecendo *compromissos dinâmicos* e não apenas manipulação ideológica) como base de determinado sistema de dominação. Assim, a ampliação do Estado que o tornou permeável a determinadas conquistas das classes subalternas pela importância e presença das suas lutas ao longo do século XX (pensemos nas influências da Revolução Russa para a expansão da cidadania burguesa), expressou também a capacidade hegemônica da burguesia, isto é, a elevação relativa dos seus interesses privados de classe (econômico-corporativos) a um plano mais político-universal, abarcando os interesses de outros grupos sociais que ampliavam a base social do seu domínio de classe.

Tal como temos tentado mostrar no percurso da nossa reflexão, estes elementos assinalam que o predomínio de um tipo de “hegemonia transformista” para a realidade argentina, que expressa certo esgotamento durante a década de 1990 da “promessa” das classes dominantes de promoverem uma maior “integração” das classes subalternas (“decapitação” antes que “consenso ativo”) e a conseqüente redução das possibilidades de disputa dos espaços consensuais no seio do Estado, trouxe profundos redimensionamentos nas lutas de classes, que não nos habilitam a esgotar ou oferecer leituras conclusivas sobre estes debates – e, fundamentalmente, pelo próprio caráter inacabado dos mesmos na experiência histórica.

Por fim, o legado histórico da análise gramsciana que nos interessa resgatar é que *sociedade civil e Estado são dois momentos articulados de uma mesma totalidade histórico-*

*social*, sendo este último condensação avançada da disputa de projetos societários que se expressam no terreno da sociedade como condição prévia – direção intelectual e moral que consolida uma visão do mundo dominante. Nesta interpretação, a sociedade *não* se sustenta “por fora” do campo do Estado, e muito menos em uma oposição dicotômica, porque ele mesmo é expressão política contraditória das lutas de classes: é condensação de uma determinada correlação de forças entre as classes, sob a hegemonia da classe burguesa.

Mais que leituras unilaterais ou monolíticas desses momentos, o que se torna fundamental são análises históricas das possibilidades e limites presentes nas suas tramas institucionais. E mais, a realização de uma nova hegemonia desses segmentos demanda também a construção de um *novo poder político* como garantia de realização da sua direção intelectual e moral sobre o conjunto social (lembramos do exemplo da Comuna que não consegue universalizar a sua tentativa pela contundência da força repressiva).

Em síntese, privilegiamos uma leitura que busca compreender o *processo de conquista do poder político pelas classes subalternas no horizonte da construção de uma sociedade autodeterminada como um processo de autoemancipação*, não através de um poder oposto, porém simétrico – como alertam as análises que motivam as instigantes produções de Holloway (2002), do Colectivo Situaciones (2002), e de Zibechi (2003) –, mas como momentos ou tentativas de autoemancipação que representem e possibilitem a própria universalização das lutas setoriais que se fundem e superam nesse projeto contra-hegemônico<sup>216</sup>.

Por isso, mais que empreender o caminho que convida a dissolver os vínculos entre revolução e conquista do poder, subestimando o Estado como objeto da política – proposto na

---

<sup>216</sup> Diversos trabalhos reunidos em Mazzeo, Acha e outros (2007), destacam a importância e o desafio de sintetizar a idéia de *revolução como processo de auto-emancipação das classes subalternas* (e os processos de auto-organização social, recuperando ou bem o legado da Comuna de Paris, ou bem a experiência operária conselhistas) e de *construção processual de um projeto contra-hegemônico* (como novo poder das classes subalternas).

Sobre os ensaios de auto-organização e democracia operária na experiência do século XX, lembramos que em 1919, Gramsci afirmava: “O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa *contraposição* ao Estado burguês, preparada desde já para *substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais* de gestão e de domínio do patrimônio nacional” (GRAMSCI, 2004, p. 245-246; *grifos nossos*). A leitura dos ensaios de auto-organização fabril recebeu certo “acerto de contas” no pensamento de Gramsci: sobre a necessidade da passagem para um momento político-universal (que transcenda e potencie esse ensaio de auto-organização), pode ser consultado o trabalho de Coutinho (1999).

consigna que reza “mudar o mundo sem tomar o poder”<sup>217</sup> –, privilegiamos aquelas leituras presentes no movimento social que assumem o desafio teórico/político de pensar *novas formas e mecanismos organizativos (momentos de universalização ético-política) capazes de construir uma vontade hegemônica das classes subalternas* que – inclusive tencionando as reduzidas condições atuais de disputa da vida sócio-estatal e reinventando seu lugar na estratégia política – proponham a realização das possibilidades emancipatórias de uma sociedade autodeterminada.

Experiências como as do EZLN mexicano evidenciam uma busca por abordar a questão do poder e do Estado em termos diversos, se comparadas a outras experiências revolucionárias. Poderíamos pensá-lo como um movimento armado de “novo tipo” onde a renúncia à idéia de uma vanguarda orientada à tomada do poder, mais que expressar uma desconsideração da questão do Estado, expressa a proposta de construir “desde baixo” – muito mais na dinâmica dos mecanismos de hegemonia social – para incidir nas formas governamentais<sup>218</sup>. Desse modo, “convoca” a diversos sujeitos desde suas lutas e formas organizativas para a construção de uma força mais abrangente (irradiação, diálogo e articulação horizontal com outros segmentos subalternos); está ligado à defesa de um modo de vida histórico e materialmente diferenciado das redes estatais (onde o militar é uma instância transitória destinada a dissolver-se, “soldados para que um dia não se tenham mais soldados”); busca ensaiar formas de organização onde as funções de liderança sejam de serviço e obediência ao coletivo – é a dialética do “*mandamos obedecendo*” das comunidades chiapanecas.

Portanto, poderíamos pensar os Municípios Autônomos em rebeldia como *ensaios de organização territorial e de autoprodução da vida social das classes subalternas* que se pretendem *flexíveis e horizontais* (com rotação de funções), *participativos e autogovernados*, alternativas concretas pré-figurativas de novas relações sociais e espaços de construção de poder popular. É claro que não podemos desconsiderar o caráter de “poder paralelo” ou

---

<sup>217</sup> Para uma análise dessa proposta cf. Holloway (2002); para um conhecimento da rica polêmica surgida a partir dessa produção pode ser consultado a versão eletrônica da revista Herramienta ([www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar)), assim como nosso trabalho (MARRO, 2006b) e os vários debates travados em Mazzeo, Acha & Otros (2007), dentre outros.

<sup>218</sup> Se o zapatismo convocaria às forças da esquerda para um Fórum Especial sobre a Reforma do Estado em 1996, mais recentemente o faria para a construção de uma nova Constituição, ou para a Outra Campanha. Lembremos inclusive que *os Municípios Autônomos são uma proposta de governo não alienado da sociedade* que pretendem, por exemplo, tornar realidade os Acordos de San Andrés desconsiderados pelo Estado. Em um documento difundido a partir da criação das Juntas do Bom Governo em 2003, o EZLN afirmava: “é possível governar e governar-se sem o parasita que se diz governante” (*apud* OUVIÑA *in* MAZZEO; ACHA & OTROS, 2007, p. 169; *tradução nossa*).

“contra-poder” que assume essa experiência, fundamentalmente, na sua necessidade de defender militarmente (de forma temporária e destinada a diluir-se, segundo os zapatistas) modos de vida que se pretendem na contramão da lógica de exploração e opressão da sociedade burguesa, assim como a permanente ameaça da derrota (militar e política), em caso de não conseguir universalizar seu projeto<sup>219</sup>.

É interessante, também, observar algumas características das rebeliões bolivianas dos últimos tempos, como, por exemplo, a guerra da água em Cochabamba em 2000; os bloqueios da cidade de La Paz em abril e setembro de 2000, em junho de 2001, em setembro-outubro de 2003, em maio-junho de 2005; os levantes e insurreições da cidade de El Alto em fevereiro e outubro de 2003, e em maio-junho de 2005; os bloqueios e as marchas dos cocaleros de El Chapare e de Yungas em janeiro de 2002, outubro de 2003 e maio-junho de 2005. Na análise de Zibechi (2006), elas teriam como suporte intensas formas organizativas comunitárias – órgãos não alienados da vida cotidiana das populações indígenas. Constituindo assembleias por zonas, responsáveis pela organização das ações de luta – que, em muitas oportunidades, desbordariam as “juntas de vecinos” –, e formariam lideranças coletivas, rotativas e descentralizadas, sendo que, para o autor, a sua radicalidade derivaria da *capacidade de multiplicação de uma simultaneidade de ações de resistência tendentes à dispersão e neutralização do poder repressivo estatal* – ações não simétricas a esse poder<sup>220</sup>.

Nessa criativa lógica, dentre os “planos” que o movimento utilizou, destacam-se: o “plano pulga” como uma forma de bloqueio dos caminhos durante a noite, de forma rápida e instantânea (muitos em distintos lugares e simultaneamente); o “plano escaravelho de terra”, orientado à organização de marchas e bloqueios relâmpago (sem rota ou plano prévio), capazes de distrair as forças repressivas; o “plano formiga vermelha”, para mostrar a contundência das comunidades marchando em fileira; o “plano taraxchi”, que se constitui como uma mobilização massiva para estrangular as cidades. Além desses planos, que não contam com mando centralizado (embora sustentados em massivas assembleias) e são mantidos com um sistema de turnos rotativos (executados por brigadas comunais), se destaca também o bloqueio como um “tapete de pedras” (diferente do bloqueio utilizado pelos

<sup>219</sup> Tal como assinala Caviaasca (*in* MAZZEO; ACHA & OTROS, 2007, p. 46), a situação de duplo poder se caracteriza pela provisoriedade, onde a força política que pretende a construção de um poder paralelo tem a perspectiva da assunção global das funções do Estado: disputa as funções da velha institucionalidade e pretende abarcar a integralidade da sociedade – e não um desenvolvimento nas suas margens. Para uma abordagem sintética desse debate no pensamento marxista cf. Coutinho (1996).

<sup>220</sup> Na concepção de Zibechi (2006, cap. 3), essa capacidade assimétrica se explicaria: pela inexistência de um mando centralizado, porque as ações são mantidas por organizações não separadas da vida comunitária indígena, e porque todos seus membros são capazes de executá-las.

piqueteros argentinos), que dificulta o avanço por terra das forças repressivas (*idem*, p. 83 et seq.). É outra imagem de ensaios de auto-organização das classes subalternas, que não podem ser pensados sem estabelecer relações com a experiência de governo do MAS desde finais de 2005.

### 2.5.2. O sentido do poder popular e a auto-atividade das massas

Pretendendo resgatar alguns percursos reflexivos que desafiam os horizontes de auto-organização das massas, concentrar-nos-emos na reconstrução da idéia de poder popular presente nos debates que atravessam experiências como a FPDS, porque ela encerra uma concepção onde *os ensaios de auto-organização social das massas são desafiados a se constituírem como expressão potencial de um novo poder das classes subalternas*.

Então, em que termos pensar o poder popular? Por que resgatar na chave do poder popular as complexas tentativas de reorganização das massas no cenário de restauração pós-crise de 2001? E mais, qual a potencialidade que porta essa idéia para iluminar as movimentações classistas contemporâneas da América Latina que buscam reatualizar o desafio da emancipação no século XXI – re-situar o lugar do metamorfoseado momento estatal e construir novos caminhos de unificação das classes subalternas?

Privilegiando algumas elaborações intelectuais baseadas nas experiências de organização dos desempregados, damos visibilidade àquelas que polemizam e colocam a necessidade de tentativas de construção de poder popular e momentos de autodeterminação das massas como parte dos ensaios de acumulação e consolidação da sua força social contra-hegemônica. Daí que idéias como *autonomia* e *autogestão* sejam fundamentais – enquanto laboratórios de autoprodução da vida social, momentos de construção de autonomia de classe e de autoconsciência da sua potencialidade libertadora –, ao se articularem com esforços de construção de organizações que se pensam “prefigurativas” de novas relações sociais, exercendo um poder que se desafia a se descentrar, a se socializar (“direção coletivizada” ou “socialização das funções de direção”<sup>221</sup>); um poder ou uma direção social hegemônica que se pretende construir como expressão desse *momento de unificação das classes subalternas* – uma totalidade que não pode ser uniformidade nem negação de diferenças; uma expressão do “mandamos obedecendo” zapatista que não elimina a função de mando, mas a submete a controles e exercícios coletivos.

---

<sup>221</sup> Segundo as oportunas expressões de Mazzeo (2007, p. 162-163; *tradução nossa*).

Nesse sentido, os ensaios de articulação que buscam sintetizar diversas lutas setoriais em construções político-universais mais perduráveis podem ser compreendidos como momentos de unificação que devem ser capazes de oferecer determinada *direção intelectual e moral*; espaços de síntese de práticas anticapitalistas, contra-hegemônicas; instrumentos políticos que devem ser expressão (e não elementos hierárquicos artificiais) do movimento de massas – e da construção da sua intensa vida democrática (Cf. MAZZEO, 2007, p. 54 et seq., 158 et seq.). Baseando-nos nesse intelectual, podemos *pensar o poder popular a partir das experiências e buscas históricas em que as classes subalternas exercem tentativas de controle, poder e direção social de territórios ou instituições, numa lógica de vocação emancipatória que se reivindica na contramão das relações de exploração e domínio da sociedade burguesa*. Por isso, tanto a *criação de órgãos sociais autônomos* – independentes das classes dominantes e do aparato do Estado –, como a *consolidação de posições de poder em instituições públicas e sociais* – disputa e transformação das correlações de forças materializadas na realidade estatal, exploração das suas tensões e contradições a partir de uma práxis de decomposição dos mecanismos consensuais da dominação burguesa, intervenções progressivas das massas na vida estatal –, podem ser *pilares fundamentais e espaços de contra-hegemonia no processo de auto-organização das massas trabalhadoras*.

Os ensaios de poder popular (podemos pensar em exemplos que vão desde os assentamentos dos trabalhadores sem terra, pensados na contramão da lógica de produção e organização da vida social burguesa, até a reorganização contestatória de um programa social no viés da resistência de classe, pelos movimentos de desempregados) são aqui resgatados pela sua significação ou potencialidade de possibilitarem momentos de unificação orgânica – em alguns casos, antagônica ao capital – das classes subalternas, espaços de sociabilidade e de reconstrução da sua consciência e poder de classe, instâncias de constituição de sujeitos coletivos e históricos.

Assim, o sentido do poder popular supõe desde a busca pela construção de uma nova correlação de forças, materializada seja numa *nova institucionalidade* (capaz de interpelar e superar a institucionalidade dominante), seja na *consolidação de organizações e espaços autônomos* das classes dominantes, até a *vocação pela articulação e generalização dessas instâncias de unificação de massas* – daí a profunda relação entre esses ensaios de auto-organização e a construção da contra-hegemonia (*idem*, p. 98).

Portanto, falamos de ensaios de auto-organização do poder das classes subalternas que, num mesmo movimento, sejam capazes de questionar e confrontar o poder de

expropriação política e econômica exercido pelas classes dominantes. Da mesma forma que na experiência das comunidades chiapanecas (mas também dos conselhos operários da Europa das primeiras décadas do século XX), o avanço de ensaios de auto-organização das massas depende da sua multiplicação, de uma universalização irradiada para o conjunto das classes subalternas. Se o poder popular implica o avanço dessas experiências no horizonte de consolidação e institucionalização de novas situações de poder efetivo para as classes subalternas (de transformação das correlações de força), esses diversos ensaios de auto-atividade das massas devem ser pensados nos marcos de *momentos de construção contra-hegemônicos* que, ao mesmo tempo em que expressem sua universalização, possibilitem a materialização de uma nova sociabilidade. Do ponto de vista da luta libertária das classes subalternas, *o poder popular precisa ser abordado no horizonte de uma nova hegemonia de classe capaz de penetrar na sociedade e no Estado* – uma necessária “concentração inaudita de hegemonia”, nos termos de Gramsci (CC3, 2000, p. 255) –, como condição da criação de novas formas de governo não alienadas da sociedade. Em outras palavras, falamos da necessidade de experiências embrionárias de poder popular das classes subalternas, “costurando” práticas contra-hegemônicas nas tramas superestruturais da sociedade civil (terreno privilegiado da luta de classes) e se multiplicando na realização de um *novo poder político*<sup>222</sup> – cujo significado deverá ser radicalmente “atualizado” à luz das profundas transformações que atravessam o Estado e a vida política, mapeadas no primeiro capítulo.

Tal como vem sendo destacado, o viés de análise privilegiado no nosso trabalho para a compreensão das lutas sociais supõe um debate crítico com leituras de intelectuais que associam a idéia da conquista do poder político (ou da luta pelo poder e do momento estatal) com uma estratégia que teria demonstrado a subordinação e empobrecimento da luta e, portanto, a “impossibilidade” desse caminho para a construção de novas relações sociais (a inexistência de experiências históricas que demonstrem o contrário não deveria ser um parâmetro único de avaliação, inclusive quando também inexistem experiências históricas que demonstrem a viabilidade de outros caminhos).

Mais que “uma antipolítica de eventos” (HOLLOWAY, 2002), ou “uma política do contra-poder” pretensamente externa ao poder do Estado (COLECTIVO SITUACIONES,

---

<sup>222</sup> Portanto, trata-se de mais uma expressão de dois momentos que não podem ser dicotomizados: *os processos de auto-organização das massas* e a *construção de um novo poder político das classes subalternas*. Daí que, para intelectuais como Gramsci, a luta pelo poder do Estado e os processos de construção de uma nova hegemonia das classes subalternas são dois momentos de uma mesma estratégia de consolidação de um novo bloco histórico. Uma abordagem criativa dessa questão à luz do legado leninista, bem como certa apropriação na experiência histórica das esquerdas, pode ser encontrada em Mazzeo (2005, p. 79 et seq.). Cf. também Campione (in MAZZEO; ACHA & OTROS, 2007).

2002), inclinamo-nos por aquelas experiências que se desafiam a sintetizar suas tentativas e exercícios de auto-organização num horizonte de construção de um *novo poder político das classes subalternas* – isto é, organização das massas, momentos de articulação e estratégias de poder que se desafiem a se materializar em novas formas de governo e organização da vida social<sup>223</sup>. E é necessário reconhecer que transitamos por polêmicas profundamente complexas que não admitem a construção “lógica” de modelos, mas que demandam uma sensível e cuidadosa leitura histórica das experiências concretas ensaiadas pelas lutas dos grupos subalternos.

Se as lutas pelas quais transitamos parecem mostrar que o desafio da construção de um novo poder político – assumida como um processo de auto-emancipação e de construção de novas relações sociais – deve evitar o perigo de subestimar o Estado e o enfrentamento da dominação capitalista que sua configuração supõe, não é menos evidente a imperiosa necessidade de repensar essa relação à luz das profundas transformações sócio-históricas que o atravessam, e reduzem sua permeabilidade a qualquer conquista significativa das classes subalternas (mais uma vez, a necessidade imperiosa da análise histórica não pode substituir modelos lógicos pré-estabelecidos).

Falamos da difícil tensão de uma luta de classes que deve ser assumida *desde o Estado, pelo poder do Estado, e contra ou além do poder do Estado* – criando uma nova institucionalidade ou poder político de *ruptura* que dilua o seu poder repressivo e multiplique os momentos de afirmação dessas massas, isto é, suas conquistas sociais e sua capacidade de controle/produção da vida social, sorteando a perigosa “ilusão” de que essa máquina estatal possa se tornar órgão da emancipação<sup>224</sup>. Para Mazzeo, “não se pode pensar a política emancipadora desde o Estado [não se constrói a partir dele a sociedade livre e igualitária], mas é impossível pensá-la sem o Estado” (2005, p. 30; *tradução nossa*). O autor se está referindo, aí, aos perigos de subestimar a complexa – e, na experiência histórica, “não resolvida” – relação com o momento estatal.

Ainda que sem esgotar o tema na sua enorme complexidade teórico-histórica, vale a pena lembrar que para autores como Gramsci, o lugar e a relação que o momento estatal tem

---

<sup>223</sup> É interessante recuperar a idéia de organização política recuperada por Mazzeo (2005, p. 112), referenciada inclusive na análise de Marx presente no *Manifesto Comunista*, como fazendo parte e nos marcos de um movimento político revolucionário mais abrangente – assim, a organização não opera como fronteira, mas se concebe como um *locus* que aporta a uma causa, a um movimento revolucionário contra a ordem social e política existente.

<sup>224</sup> Idéias que retratam o mesmo debate podem ser encontradas em Girotti (*in* LOZANO, 2000, p. 237); Mazzeo (2005, p. 30); Mazzeo, Acha & Otros (2007) e Thwaites Rey (2004).



na prática histórica das classes subalternas (superação da *divisão subalternizante entre sociedade civil e sociedade política*, ou entre *momentos de hegemonia social* e de *construção de um novo poder político*) se relacionam com a possibilidade da superação da sua desagregação e a ausência de iniciativa histórica autônoma. Assim, a conquista de uma “consciência histórica autônoma” é também a possibilidade da *unificação das classes subalternas no Estado*, ou a realização da sua hegemonia na vida sócio-estatal.

Mas a participação das classes subalternas na vida estatal não se reduz nem se equipara – necessariamente – com a presença de alguns representantes políticos no governo do Estado, uma vez que essas experiências podem ter escassas e residuais conseqüências na luta de classes, se não se materializarem ou corresponderem com correlações de forças favoráveis para o avanço dos interesses dessas camadas subalternas. Em outras palavras, tal como propõe Mazzeo (2007, p. 146), o Estado pode ser construído como contradição desde uma relação de forças favorável ao campo popular.

Gramsci chama a atenção, de fato, para momentos de relação das classes subalternas com a vida estatal, profundamente regressivos desde o ponto de vista da constituição da sua autonomia de classe: por exemplo, o transformismo supõe a hostilidade das classes dominantes a qualquer intervenção ativa das massas na vida estatal (ou a toda reforma orgânica que substitua o rígido domínio ditatorial por práticas hegemônicas), donde deriva a idéia de que a revolução passiva não deve ser entendida como “programa”, mas sim como critério histórico de interpretação (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 332). Em outro exemplo, lembremos também dos riscos de uma “estatolatria” abandonada a si mesma, tornada fanatismo teórico e concebida como “perpétua” – quando deve ser, ao contrário, “criticada exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja ‘estatal’, ainda que não se deva ao ‘governo dos funcionários’”, alerta Gramsci (CC3, 2000, p. 280).

Daí que, ao invés de pensar nos “métodos da centralização estatal”, parece mais adequado, desde o ponto de vista do poder das classes subalternas, nos apropriarmos da idéia que nosso autor traz sobre o “método da liberdade”, sendo que:

A nova construção só pode surgir de baixo para cima, na medida em que todo um estrato nacional, o mais baixo econômica e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis (GRAMSCI, CC5, 2002, p. 268).

Assim, ainda que debatamos criticamente com reflexões teórico-políticas que sustentam a necessidade de processos de transformação social que se pretendem “por fora” ou

“a pesar” do Estado – desde nosso universo conceitual é difícil pensar em “espaços” que poderiam ser “imunizados” (ou mantidos do lado de fora) no que tange a determinações da institucionalidade burguesa, porque ela existe como expressão de uma correlação de forças entre as classes sociais –, consideramos que a relação das classes subalternas com a institucionalidade burguesa deve ser profundamente historizada e compreendida em relação com as possibilidades e limites que ela pode significar desde o ponto de vista da consolidação da sua “consciência histórica autônoma”.

A riqueza potencial contra-hegemônica de muitas das experiências pelas que transitamos não nos parece estar refletida nem nas leituras que “fetichizam” a relação das classes subalternas com o momento estatal (uma presença no Estado “a qualquer custo” que reeditaria saídas “estatolátricas” de esquerda), nem naquelas que se opõem a esta última, em uma posição que regride para a “pequena política”, funcional ao retiro das massas subalternas de qualquer instancia globalizadora da política<sup>225</sup>. Resultam-nos mais desafiantes as leituras que dão visibilidade às experiências das classes subalternas que se propõem assumir o desafio da sua auto-organização, *reinventando o lugar do momento estatal* no seu projeto contra-hegemônico: um processo *não* resolvido nas lutas de que tratamos.

Mas por que a imperiosa necessidade das classes subalternas repensarem sua relação com o poder do Estado? Se o Estado é expressão do domínio de classes, mas também momento da luta de classes e, portanto, suas tramas institucionais evidenciam as marcas das intensas lutas dos trabalhadores por se apropriarem das riquezas socialmente produzidas, podemos afirmar junto com Thwaites Rey, que “o mapa das instituições estatais reflete [...] os ‘nós de sutura’ das áreas que as contradições subjacentes têm rasgado na sua superfície”<sup>226</sup> – a morfologia das instituições estatais expressa a resposta hegemônica às “feridas” e contradições sociais evidenciadas a partir da ativação das classes subalternas.

Entretanto, que capacidade de “sutura” teriam as desmontadas instituições públicas da época que analisamos?

No percurso particular do nosso trabalho, assinalamos a tendência à amputação da capacidade hegemônica das classes dominantes argentinas ao longo da década de 1990, sendo

---

<sup>225</sup> Pergunta-se Mazzeo: “se o Estado é central para a perpetuação do capitalismo, para a reprodução da sua dominação, para a acumulação de capital e para o controle das classes subalternas, podemos derrotar a burguesia sem disputar-lhe ou ‘anular-lhe’ esse dispositivo estratégico?” (2005, p. 30; *tradução nossa*). E nós nos perguntamos: como construir uma verdadeira universalidade sem incidir nessa “universalidade fraturada” que se expressa na sua existência?, Como pensar em lutas assimétricas ao capital sem subestimar a disputa que se trava e expressa nas tramas dessas institucionalidade?

<sup>226</sup> Thwaites Rey (2004, p. 76; *tradução nossa*).

os métodos e as práticas clientelistas expressões degradadas de algumas transformações observadas no domínio de classe. É justamente nos marcos da chamada “hegemonia transformista”, orientada no sentido de impedir qualquer participação ativa das massas na vida estatal e profundamente articulada com essas práticas clientelistas – situação que evidencia mudanças regressivas nas possibilidades de materializar conquistas sociais das classes subalternas no seio do Estado –, que se destaca a importância de práticas de consolidação do poder popular das classes subalternas, como as observadas (de forma germinal e incipiente) na experiência de alguns movimentos de desempregados.

Ao compreendermos o clientelismo como uma estratégia de controle e manipulação das camadas subalternas, nos marcos de uma “hegemonia com uma direção intelectual e moral de ‘baixa intensidade’”<sup>227</sup>, suas tentativas potenciais de exercício e de realização de posições de poder devem ser compreendidas na contramão dessas tendências de descidadanização, de divisão intraclasse e de dessubjetivação. Desde os rumos contra-hegemônicos de experiências de agregação territorial, até a politização de debates sociais sobre os modos privilegiados pelas classes dominantes de enfrentamento da “questão social”, podemos observar ensaios que confrontam com esses mecanismos subalternizantes: a transição, possibilitada por alguns desses ensaios, *de pobre* (objeto passivo de benefícios clientelistas) *para trabalhador desempregado/sujeito coletivo organizado dessas experiências de agregação das massas subalternas*<sup>228</sup>.

Nesse sentido, nosso próximo capítulo abordará as disputas e tensões que se dirimem entre as estratégias de contra-insurgência ensaiadas pelas classes dominantes que hipertrofiaram na política social seu componente de controle social e de assistencialização do desemprego, e as tentativas das classes subalternas por contestar essas regressivas tendências.

---

<sup>227</sup> Mazzeo (2007, p. 170; tradução nossa).

<sup>228</sup> Cf. para tais debates Mazzeo (2007, p. 176) e Silveira (2000).

## CAPÍTULO 3

### A DIALÉTICA DO CONFLITO: ENTRE O MOVIMENTO DAS CLASSES SUBALTERNAS E A INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESTADO

Neste capítulo, nos propomos particularizar mais a leitura sobre alguns momentos – compreendidos entre a segunda metade da década de 1990 e os anos posteriores à crise de 2001 – que evidenciam diferentes abordagens da “questão social”, em face de uma das suas expressões destacadas: o *desemprego* de segmentos significativos das massas trabalhadoras, re-significado pela sua organização crescente, inaugurando processos inéditos de agregação desses sujeitos.

Nesse sentido, buscamos compreender os *contrapontos* que se observam entre as formas de enfrentamento acionadas pelo Estado na implementação de programas que “assistencializam” o desemprego e se tornam cada vez mais numerosos e sistemáticos, e a intervenção político-social de movimentos de desempregados que, através de incipientes práticas de autorganização, ensaiam momentos com certos graus de autonomização – ainda que episódicos – das classes subalternas.

É importante esclarecer que não constitui o nosso objetivo produzir uma análise exaustiva sobre o padrão de intervenção na “questão social” que se configura na Argentina contemporânea – inclusive, supera as possibilidades do presente trabalho traçar um perfil dos diversos programas sociais orientados ao desemprego que prevalecem nesse período. Antes, buscamos trazer uma reflexão sobre as possíveis relações de *disputa e confronto* que se estabelecem com os processos de luta e resistência dos movimentos de desempregados, para dar visibilidade a essa dimensão (raramente analisada na bibliografia que aborda a política social) de explicitação e abordagem da “questão social” pelos grupos subalternos. Tal como foi enunciado, a partir das suas lutas, os desempregados foram desenvolvendo momentos de crítica aguçada das formas de intervenção do Estado em face dessa problemática, que buscaremos recuperar.

Assim, partimos de uma abordagem conceitual da “questão social” que pretende recuperá-la desde os processos organizativos de classe para entender o potencial das lutas dos desempregados na sua explicitação – o desemprego também como uma forma de existência do trabalho explorado, contestado por aqueles sujeitos “que sobram”, mas que resistem à sua negação. A “voz” dos movimentos é trazida para retratar essa dimensão de luta presente e produtora da “questão social”

Oferecemos também uma reflexão geral que nos permite contextualizar, nos marcos da orientação neoliberal da política social, a consolidação paulatina de um componente de contra-insurgência em um padrão de intervenção social que “hipertrofia” a assistência como resposta privilegiada frente ao crescimento dessas lutas. Cabe esclarecer que nos concentramos nessa dimensão política da política social (sem aprofundar outras determinações essenciais) para mostrar os *traços de confronto, disputa e resistência*, implícitos na abordagem da “questão social”.

Finalmente, tendo como horizonte a necessidade da *reversão* da relação regressiva e subalterna entre Estado e massas trabalhadoras, implícita na abordagem da “questão social” que prevalece desde a última década contra-reformista, buscamos construir uma leitura crítica que recupera *traços de continuidade* (permanentes e incontestes) nas diversas políticas sociais orientadas a dar resposta à situação de desemprego no período indicado – compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e os anos posteriores à crise de 2001. É um diálogo crítico que pretende muito mais recuperar os traços regressivos que se consolidam na política social do período analisado – fundamentalmente, do ponto de vista político e das lutas sociais com potencial de imprimir suas demandas universalizantes na institucionalidade pública –, que esgotar uma reflexão sobre o perfil que prevalece no tratamento da “questão social” nos dias de hoje.

### 3.1. A “questão social” desde os processos de luta e resistência das classes subalternas

Partimos do pressuposto de que a existência da “questão social” nas suas múltiplas expressões se explica a partir da dinâmica antagônica própria das relações sociais capitalistas: os processos de pauperização (relativa e absoluta) e de produção de uma população excedente para as necessidades de acumulação do capital (que não consegue reproduzir suas condições mínimas de existência), são componentes *necessários* e *constitutivos* da dinâmica histórica de exploração dessa ordem social, ou seja, estão associados inversamente ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e à produção de riqueza – e não à escassez, à falta de qualificação ou nível educativo da força de trabalho, ou a crises conjunturais da economia, conforme rezam as mais diversas explicações, com as quais polemizaremos<sup>229</sup>.

Pode-se afirmar, a partir da compreensão da lógica antagônica da ordem capitalista que é oferecida por Marx n’ *O Capital*, que a dinâmica da “questão social” só pode ser explicada a partir de um conhecimento rigoroso do processo de produção do capital –

<sup>229</sup> Para Marx, “o pauperismo é uma das condições de vida da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (1981, p. 588; *tradução nossa*).

referimo-nos à lei geral de acumulação capitalista<sup>230</sup> – e, portanto, é *indissociável das configurações e mudanças assumidas pelo trabalho nessa sociedade*.

Para Marx, a produção progressiva de uma superpopulação relativa decorrente da “lei natural da produção capitalista” é “condição de vida” do regime de acumulação, porque se constitui como um contingente de força de trabalho disponível para o capital – portanto, de massas que podem estar *excluídas* do processo de produção, mas *incluídas marginalmente*, ou que podem ser *subsidiárias* das necessidades de acumulação e valorização do capital (donde a necessidade de manter os atributos produtivos de alguns segmentos, algo que, sob o domínio do padrão de acumulação fordista-keynesiano, se dá pela via de uma estrutura consolidada de políticas sociais, fundamentalmente em países da Europa ocidental). Em termos gerais, dentre as funções do exército industrial de reserva (EIR), previstas na análise marxiana, pode-se observar tanto sua utilização pelo capitalista para pressionar negativamente os salários (e incrementar a exploração da força de trabalho ativa), como sua condição de oferecer um volume de força de trabalho disponível capaz de ser mobilizada a qualquer momento – fundamentalmente, em ramos da produção que experimentassem uma expansão<sup>231</sup>.

Nos marcos desta lógica antagônica da produção capitalista retratada por Marx, o trabalho excedente dos segmentos ocupados *condena à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores que, sendo aptos ao trabalho, se tornam desnecessários* (ainda que possam ser utilizados como “reserva” de força de trabalho) para as necessidades imediatas da produção capitalista (segmentos que se constituem como excedentários e se somam aos incapacitados para a atividade produtiva, beneficiários clássicos das políticas de assistência). Nas palavras de Marx,

---

<sup>230</sup> É o capítulo XXIII d’ *O Capital* que nos oferece uma explicação dessa tendência de diminuição relativa do capital variável (empregado na compra da força de trabalho) e da produção progressiva de uma superpopulação relativa, conforme o progresso da acumulação e centralização do capital que permitem a utilização de meios de produção mais eficientes (aumento do capital constante) possibilitados pelo avanço técnico-científico e os processos de racionalização do trabalho. Assim, a acumulação capitalista produz, de forma *inerente* e como uma *condição* do seu desenvolvimento, uma *população operária excessiva* para as necessidades médias de exploração do capital.

<sup>231</sup> Na análise de Marx da Inglaterra do século XIX, a superpopulação relativa ou o Exército Industrial de Reserva (EIR), como decorrente específico do modo de produção capitalista, se compõe dos seguintes segmentos: 1) *flutuante*: constituído pelos segmentos de trabalhadores de grandes centros industriais que estão sujeitos a oscilações cíclicas de absorção e repulsa (submetidos de forma flutuante ao emprego e desemprego da sua força de trabalho); 2) *latente*: constituído por segmentos de áreas rurais que migram para regiões industriais em face de demandas e oportunidades de emprego; 3) superpopulação relativa *estagnada*: constituída por aqueles trabalhadores que jamais conseguem um emprego fixo (que perambulam de uma ocupação a outra, com trabalhos irregulares), também caracterizada como de “máxima jornada de trabalho e salário mínimo”. Na sua base, podemos identificar o *pauperismo* ou o “asilo dos inválidos do exército operário em ativo e o peso morto do exército industrial de reserva”, integrado por aqueles segmentos de trabalhadores que há muito tempo não encontram um emprego, mas que são aptos para produzir: órfãos, filhos de indigentes, viúvas, etc. Cf. Marx (1981), capítulo XXIII; para uma apresentação sintética dessa definição pode se consultar Netto & Braz (2007).

O excesso de trabalho dos operários em ativo engrossa as fileiras da sua reserva, ao tempo que a pressão reforçada que esta exerce sobre aqueles, pelo peso da concorrência, obriga aos operários que trabalham a trabalhar ainda mais e a submeter-se às imposições do capital. A existência de um setor da classe operária condenado à ociosidade forçosa pelo excesso de trabalho imposto à outra parte converte-se em fonte de riqueza do capitalista individual e *acelera, ao mesmo tempo, a formação do exército industrial de reserva, em uma escala proporcionada aos progressos da acumulação social* (MARX, 1982, p. 580-581; *tradução nossa e grifos no original*).

Gera-se, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital* – é a raiz da produção e reprodução da “questão social” na sociedade capitalista. Nesse sentido,

[...] o que em um pólo é acumulação de riqueza, no pólo contrário, ou seja, na classe que cria seu próprio produto como capital, é acumulação de miséria, de tormentos de trabalho, de escravidão, de despotismo e de ignorância e degradação moral (*idem*, p. 589).

Para darmos visibilidade aos interesses antagônicos de classe que constituem o campo de disputa e os traços de resistência que configuram a “questão social” – na contramão das análises deshistorizadas, despolitizadas e desmaterializadas que critica Pastorini (2006) –, é necessário lembrar que são os *desdobramentos políticos da ação dos trabalhadores pobres* – desde o movimento luddista, passando pelos cartistas, até a formação de uma classe operária com graus importantes de consciência da sua força autônoma, para meados do século XIX, cujo ápice se desenrola nas rebeliões européias de 1848<sup>232</sup> –, que a tornam alvo de preocupação de um amplo leque de críticos e reformadores sociais desde os primórdios do capitalismo<sup>233</sup>. Se o movimento operário começava a compreender que a “questão social” era constitutiva do capitalismo – situada no terreno do antagonismo entre capital e trabalho –, a principal “ameaça” advinha menos do fato de que suas lutas pretendessem uma politização dessa “questão social”, e sim de que elas se propusessem sua solução como processo revolucionário – isto é, *a “questão social” como objeto de intervenção revolucionária* (NETTO, 2003).

Por isso, dialogando também com as análises de Iamamoto (2008) e Mota (2008b), podemos afirmar que a “questão social” se relaciona com o *processo de formação e emergência da classe operaria* (alguns traços podem ser rastreados na bela “genealogia”

<sup>232</sup> A modo de exemplo, leituras representativas desse complexo processo de formação podem se encontrar nas obras de Thompson “*A formação da classe operária inglesa*”, assim como nos escritos marxianos “*A guerra civil na França*” ou “*O Manifesto do Partido Comunista*”, dentre tantos outros. Cf. Marx (1980), Marx & Engels (1998), Thompson (2001).

<sup>233</sup> Sobre o “deslizamento” para o pensamento conservador da expressão “questão social” no contexto de consolidação da burguesia como classe dominante na Europa posterior a 1848, como tendências que vedam a vinculação entre desenvolvimento capitalista e pauperismo (naturalizando as desigualdades sociais), cf. Netto (2003).

oferecida por Thompson) e seu *ingresso no cenário político* através de lutas sociais que, ao politizar suas necessidades e carecimentos, tornando-as objeto de organização e reivindicação coletiva, ameaçam potencialmente a “paz” da ordem estabelecida.

A luta por direitos atinentes ao trabalho (direitos sociais e trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho) e à melhora das condições de vida – incluindo não apenas demandas econômico-sociais, mas também à vida cultural e ao conhecimento socialmente produzido: demandas retratadas, por exemplo, na grandeza das operárias de princípio do século que exclamavam “*queremos pão, mas também rosas*” – exige o seu reconhecimento como classe pelo bloco de poder e pelo Estado. Assim, foram essas lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho – é a publicização das necessidades dos trabalhadores, nas palavras de Mota (2008b) –, extrapolando a “questão social” para o âmbito público, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas dessa classe trabalhadora. Nessa trilha de reflexão, se as condições de vida e de trabalho dos grupos subalternos correm o risco de serem inseridos no campo da política pelos traços da contestação da ordem, as classes dominantes são forçadas a torná-las também objeto de reformas sociais.

Já na *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, Marx polemizava com diversos intelectuais, sugerindo que a “solução do problema social” (nos termos de Lassalle), só poderia atingir as bases de produção da sociedade burguesa através da luta de classe – e *não na esfera da distribuição*, como ainda hoje pregoam a grande maioria dos analistas sociais que buscam explicar a produção da pobreza a partir das suas manifestações mais fenomênicas.

Há mais de 130 anos atrás, nosso autor afirmava: “com a abolição das diferenças de classe, desaparecem por si mesmas as desigualdades sociais e políticas que delas emanam”. Portanto, a polêmica com “reformadores sociais” da talha de Owen, Blanc ou Proudhon, que apelavam para a “auto-ajuda” ou a “cooperação” como alternativas para o crescente nível de desemprego e empobrecimento que afetava as massas trabalhadoras nos finais do século XIX (onde os trabalhadores não precisariam de empregador porque poderiam trocar mutuamente seus produtos) tem uma longa tradição no exercício da crítica da economia política, que se funda com o pensamento de Marx. Datam dessa mesma época as tentativas que se orientam para uma “reforma moral do homem e da sociedade”, tendentes a atingir as manifestações mais superficiais da “questão social”, sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.

São estas algumas das raízes teórico-históricas que alimentam nossa compreensão dos debates em questão, a qual está centrada na noção de que os processos de pauperização e de produção de uma massa de trabalhadores excedentes são relativos (constitutivos) à



acumulação capitalista, encontrando-se nesse antagonismo a raiz da produção e reprodução da “questão social” na atual sociedade capitalista. Assim, situar a “questão social” no seio do antagonismo capital/trabalho implica reconhecer que, ao longo da história, suas múltiplas manifestações estão permeadas das lutas e ensaios de resistência desses sujeitos (sempre contraditórios) pela sua auto-afirmação como classe. Portanto, “[...] decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social*” (IAMAMOTO, 2007, p. 59; *grifos no original*).

Mas tem mais: a partir da profunda erosão do trabalho que se afirma como uma tendência mundial desde as últimas décadas (marcas de um “novo quadro histórico” de ofensiva capitalista), perguntamo-nos: *que lugar ganha essa tendência atual de produção de uma massa significativa de trabalhadores excedentes na configuração da “questão social”?*

Se a “questão social” ganha inteligibilidade a partir dos processos de exploração capitalista, consideramos que sua dinâmica atual é *indissociável das configurações e metamorfoses que o trabalho vem sofrendo* (algumas retratadas no primeiro capítulo), assim como das *formas organizativas em mutação privilegiadas pelas classes subalternas* (objeto de reflexão do nosso segundo capítulo). A imprescindível análise da processualidade histórica – dos fundamentos materiais e dos sujeitos políticos que a produzem – assinala a necessidade de conhecer as novas determinações que concretizam a “questão social” na realidade atual que estudamos, atreladas às profundas mudanças na dinâmica da acumulação (e da ofensiva sobre o trabalho).

Ainda que nossa pesquisa não nos possibilite aprofundar a análise sobre as linhas de continuidade e de ruptura histórica que existem entre, de um lado, aquela “questão social” que ganha contornos específicos e se consolida no capitalismo monopolista (que tem como núcleo central os processos de administração, regulação e reprodução da força de trabalho, nos seus segmentos ativos e excedentes) e, de outro, a “questão social” contemporânea também determinada pelas novas formas de trabalho precário e desprotegido e pelos processos de desemprego estrutural, consideramos que essas novas determinações se explicam a partir das *transformações na relação/dinâmica de exploração e na forma de subordinação do trabalho ao capital*. Daí as tentativas, ensaiadas no capítulo anterior, de se mostrar como as formas de luta e resistência dos desempregados, mais que configurar uma suposta “nova questão social” que se retrataria no conceito de “exclusão social”<sup>234</sup> – porque não há “externalidade” das

---

<sup>234</sup> Para uma interessante crítica a esse conceito, cf. Maranhão (2008). Com base na análise marxiana, o autor afirma que é inerente à dinâmica da acumulação capitalista a criação de uma superpopulação de trabalhadores

relações de exploração daqueles que “sobram” (*incluídos marginalmente* como parte constitutiva das condições cada vez mais predatórias da acumulação contemporânea); antes do que isso, seu “desemprego” é uma forma de existência dessas relações capitalistas de exploração –, devem ser compreendidas no seu exercício de confrontação com as formas contemporâneas de dominação do capital – e de resignificação potencial da luta contra a exploração.

As lutas dos desempregados (como um momento “episódico” das lutas das classes subalternas) nos impulsionam a interrogarmo-nos pela sua incidência na explicitação de uma “questão social” situada no antagonismo da relação capital-trabalho, onde, além dos processos de reprodução da força de trabalho necessária para a valorização do capital (em um patamar de desproteção inédito), deve se observar atentamente a produção contemporânea em escala ampliada de uma população excedente que parece mais “dispensável” que “subsidiária” dessa valorização – algo que, fundamentalmente, se evidencia no cenário de crise de hegemonia analisado, quando alguns segmentos experimentam interessantes processos de organização.

Ainda que não possamos oferecer, no nosso trabalho, respostas conclusivas à altura da enorme e desafiante complexidade que o tema demanda<sup>235</sup>, devemos reconhecer que essa tendência capitalista contemporânea que supõe a expulsão e a precarização maciça da força de trabalho ao tempo que é uma *condição* para acumulação (na dinâmica da *acumulação por espoliação* que traçamos no primeiro capítulo), *inaugura contradições sociais, políticas e econômicas que ganham contornos inéditos*. Estaríamos em face de uma *condição* da acumulação do capital que pode se tornar também um *limite*?<sup>236</sup>

O certo é que, neste contexto, os programas sociais assistenciais que ampliam seu leque de beneficiários para além dos seus “alvos” clássicos – incluindo parcelas significativas de segmentos aptos para o trabalho, mas “forçados socialmente à ociosidade” – ou que experimentam um crescimento acelerado para dar resposta a cenários sociais cada vez mais conflituosos e “explosivos”, ganham contornos claros de moralização sobre os comportamentos individuais e familiares, em face da impossibilidade de superar um horizonte

---

que são *excedentes* às necessidades imediatas da produção, mas que são parte *constitutiva* da dinâmica de expulsão/integração do trabalhador que essa lógica de organização das relações de produção supõe.

<sup>235</sup> Remitimos ao trabalho de Maranhão (2008). Na Argentina, uma pesquisa interessante sobre a relação entre população excedente e políticas sociais na atualidade, vem sendo desenvolvida na área de Serviço Social da UBA por Seiffer (2007).

<sup>236</sup> Autores como Mészáros (2002 e 2003) falam do desemprego estrutural como expressão dos limites absolutos que teria atingido o capital na contemporaneidade. Como já afirmamos, não podemos responder a essa polêmica neste trabalho, inclusive porque, ainda reconhecendo o peso “imperativo” das tendências objetivas da lógica do capital, ela sempre deve ser compreendida à luz de mediações históricas e políticas concretas.

de tratamento da “questão social” – que tem uma expressão central, na ampliação sem precedentes da força de trabalho excedente – para além das suas manifestações imediatas.

### **3.2. O tratamento do desemprego em tempos de “hegemonia transformista”: as lutas dos desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência**

Nos capítulos anteriores, abordávamos o neoliberalismo como parte das profundas transformações na vida hegemônico-estatal que se ensaiam em resposta à crise de acumulação do capital e da dominação burguesa dos anos 1970, isto é, como um *projeto global de reestruturação da sociedade e das relações entre as classes*.

A necessidade da reorganização econômica e espacial do capital em busca de novos terrenos de acumulação que lhe permitam “sortear” sua crise – nos marcos do chamado padrão de acumulação flexível e de uma recomposição que adquire características cada vez mais depredadoras e destrutivas –, possibilita a compreensão do regressivo receituário contido no “Consenso de Washington” e nas estratégias de intervenção dos organismos internacionais de financiamento. Para os países da América Latina, se a liberalização da economia e a desregulamentação comercial, das finanças e da produção – impostos pelo receituário – têm como objetivo a abertura ao comércio internacional e ao investimento externo (condições para os TLCs, os fluxos de capitais financeiros sedentos de lucros “rápidos”), a redução do gasto público, o ajuste fiscal e as privatizações de serviços sociais e do patrimônio público (as quais disponibilizam atividades econômicas rentáveis para novos espaços de acumulação privados) visam a garantia de um superávit fiscal permanente necessário para o pagamento da dívida externa.

Estamos falando de um receituário característico da década de 1990, também necessário ao aprofundamento da liderança econômica e o domínio militar dos EUA na região latino-americana, que, na década subsequente, conheceria novos capítulos a partir de propostas como a ALCA e a IIRSA – que buscam garantir o acesso a mercados decisivos e o controle de recursos naturais estratégicos, completando por outras vias a já estendida presença norte-americana retratada nas bases militares que cercam a região. Lembremos que, dentro da segunda região em importância energética no mundo (biodiversidade, petróleo e água) se encontram países como México e Venezuela, com reservas importantes na Colômbia, Argentina, Equador, área das Malvinas e o mar territorial do Brasil. O “Plano Puebla-Panamá”, o “Plano Colômbia”, o “Plano Dignidade” na Bolívia, assim como as tentativas de materializar negociações individualizadas com os países a través dos TLCs, supõem *estratégias que combinam iniciativas econômicas, militares e sócio-culturais para o controle*

*dessas áreas estratégicas*<sup>237</sup> – contexto dentro do qual deve ser compreendido esse receituário que estrutura o perfil regressivo da intervenção social do Estado para os países da América Latina desde a década de 1990, da mão de organismos como o BM e o BID.

Nesse quadro, não apenas a instalação de bases e forças militares tem o sentido de prevenir ou conter possíveis processos de contra-insurgência na região: o próprio padrão de intervenção do Estado em face da “questão social” também deveria cumprir a tarefa de “antídoto” contra qualquer situação potencial de organização das classes subalternas.

Desse modo, a impugnação do Estado como principal garantidor e responsável pelo bem-estar social, que retrata o receituário neoliberal, se expressa no *retrocesso histórico* para uma política de “beneficência pública” que aloca a proteção social no âmbito privado, cujas fontes “naturais” seriam a família, a comunidade e os serviços oferecidos no mercado. A *destruição da idéia de direitos* – idéia que fora ampliada em suas restritas margens liberais a partir das lutas trabalhistas do século XX, lutas essas que a associaram à relativa universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais – se materializa em um conjunto de estratégias para a política social que se orientam no sentido da capitalização do setor privado, a remercantilização dos serviços sociais, e a deterioração e desfinanciamento das instituições públicas, articuladas com a ofensiva do capital por desestruturar o poder e as organizações reivindicativas da classe trabalhadora.

Dentre essas estratégias podemos assinalar: 1) *o recorte do gasto social com a eliminação de programas e redução/deterioração de benefícios sociais* que se distanciam da possibilidade de garantir direitos; 2) *a focalização do gasto e a canalização seletiva de programas para grupos comprovadamente indigentes*, algo que, nas atuais condições de precarização do público, favorece práticas assistencialistas e procedimentos que estigmatizam seus usuários; 3) *a descentralização no nível local*, a qual inviabiliza mecanismos de maior democratização do planejamento e da gestão social quando funciona como via de desestatização pela insuficiência de recursos e infraestrutura básica; 4) *a privatização do financiamento e da produção dos serviços sociais*, processo seletivamente impulsionado com a ajuda de políticas estatais que retraem o gasto social público, oferecem incentivos

---

<sup>237</sup> Os trabalhos de Ceceña (2003) oferecem mapas que mostram a coincidência da localização geográfica dos recursos estratégicos da América Latina, com o posicionamento das bases militares norte-americanas e os movimentos sociais mais expressivos e radicais da região.

econômicos e fiscais ao setor privado, brindam garantias econômicas e de estabilidade para sua expansão<sup>238</sup>.

Particularmente na Argentina, dentre as formas de impulsão à demanda privada, podemos assinalar a *introdução do pagamento pelo serviço público*, justificado na necessidade do setor público de aumentar seu magro orçamento, fundamentalmente, nas áreas de saúde (incorporando o atendimento através de planos de saúde privados e contribuições individuais) e educação (com a venda de serviços e a criação de fundações privadas no seio das instituições de educação pública, a partir da aprovação em 1995 da Lei de Educação Superior). Por sua vez, o impulso ensaiado pelo menemismo ao sistema de capitalização individual (lucrativos fundos de pensão e aposentadorias privados), através de uma intensa campanha propagandista e de esvaziamento orçamentário da previdência social pública, retratam a tendência a disponibilizar, para segmentos do capital financeiro, o controle sobre a poupança compulsiva dos trabalhadores, inviabilizando qualquer mecanismo de redistribuição ou de solidariedade social entre diversas categoriais sociais.

Como analisaremos ao longo destas páginas, a década em questão encena uma profunda modificação do padrão de intervenção social do Estado, coetânea à substantiva mutação do “mundo do trabalho”: desde a “reforma” do sistema de saúde e previdência social que estava associado a uma densa estrutura sindical, até a constituição de um perfil de política social residual/emergencial (preponderantemente assistencial) para tratar das conseqüências sociais do ajuste neoliberal, expressam a “construção” de uma “questão social” que é abordada em termos de “pobreza” (primeiro) ou “desemprego” (desde meados da década), de forma desarticulada das condições de utilização e exploração da força de trabalho<sup>239</sup>. Para retratarmos essa realidade, pode resultar útil apelarmos à leitura sociológica que propõe:

Efetivamente, a problematização do social em torno do trabalho que toma forma na época em que Biolet Massé elaborou seu informe [1904] e do qual esta é uma das primeiras expressões, encerrar-se-á em 1980 com a publicação do “Mapa da Pobreza na Argentina” [Indec]. O “Informe sobre o estado das classes operárias argentinas” e os estudos atuais sobre a pobreza devem comparar-se em torno de três registros: como está representada a questão social (classe operária *versus* pobres)?; como enfrenta o Estado estas diversas questões sociais (uma Lei Nacional do Trabalho destinada ao estabelecimento das primeiras medidas de proteção dos trabalhadores *versus* a descentralização e a focalização das políticas sociais)?; como tratam as ciências sociais estes problemas (dos debates sobre o lugar do trabalho no

<sup>238</sup> Para uma abordagem mais profunda das tendências neoliberais para a política social e seus desdobramentos contemporâneos, tratados aqui sinteticamente, podem ser consultados os diferentes trabalhos de Soares (2000), Laurell (2004), Behring (2004); Behring & Boschetti (2007).

<sup>239</sup> Para um retrato mais detalhado dessas tendências neoliberais para a política social argentina, cf. as interessantes pesquisas de Danani (*in* LINDENBOIM & DANANI, 2003) e Grassi (2003 e 2004).

seio da sociedade *versus* a quantificação dos pobres e a descrição dos seus modos de vida)? (MERKLEN, 2005, p. 117; *tradução nossa*).

Na contramão da receitada “minimização do Estado”, reformas administrativas, mecanismos de estabilização e resolução de conflitos e contradições políticas (por exemplo, aumentando orçamentos que se destinam a “engordar” as funções ditatoriais e repressivas do Estado), mostram sua “máxima” disponibilidade para oferecer determinadas garantias para a expansão da acumulação do capital, nas atuais condições históricas. Não por acaso, entrados os anos 1990, as recomendações dos organismos internacionais de financiamento redirecionam paulatinamente a agenda de reformas sociais, preocupados por processos de “ajustamento com face humana” capazes de garantir modernização e crescimento econômico em condições de maior “estabilidade” social e política. Inclusive, para finais dessa década (pensemos na incidência das lutas dos desempregados e dos crescentes índices de pobreza e desemprego) o Estado passa a ser mais interpelado como “promotor” do desenvolvimento social. Assim,

[...] nos documentos do Banco Mundial, as primeiras alusões à pobreza faziam parte do argumento que tentava provar o fracasso das políticas populistas e intervencionistas em correspondência com o momento de maior satanização do Estado. Numa segunda instância, *foi o risco de conflitividade social o que passou a ser a primeira preocupação* e fez reaparecer o tema como advertência aos governos. Gradualmente, o Estado voltou a ser interpelado na sua função de regulação do social, demandando-lhe políticas sociais mais ativas, embora estas não tenham perdido seu caráter assistencialista e de subordinação à economia. A volta ao Estado para desenvolver estas políticas, depois de um longo período de antiestatismo generalizado para qualquer função, ocupou, finalmente, um lugar destacado no Informe de 1997, quando o Banco assumiu a linha de uma necessária reconstrução desta capacidade, que antes havia contribuído enfaticamente (e com créditos) a erodir (GRASSI, 2004, p. 182-183; *tradução e grifos nossos*).

Justamente porque essas tendências não apontam para uma reversão do papel subsidiário do Estado na abordagem da “questão social”, um documento do BID assinala, ao mencionar os programas de transferência de renda que se multiplicam desde 1997 (como o “*Trabajar*”, financiado pelo BM, ou projetos de “combate à exclusão e à pobreza estrutural”, aprovados por esse organismo<sup>240</sup>):

Durante a década de 90, as *inovações fundamentais da política social* na Argentina foram a adoção de programas focalizados nos grupos mais pobres da população como instrumento para atender as necessidades de grupos

---

<sup>240</sup> São exemplos desses programas: “*Atención a Grupos Vulnerables*”, “*Apoyo Productividad Empleabilidad de Jóvenes*”, “*Mejoramiento de Barrios y Lotes con Servicios*”.

excluídos, e a adoção de reformas institucionais orientadas a melhorar a eficiência nos setores sociais (BID, 2004, p. 4; *tradução e grifos nossos*).

Nessa lógica, os chamados “Programas de Combate à Pobreza” se constituem como *respostas emergenciais que consolidam uma intervenção social residual do Estado* nos parâmetros de um suposto investimento social “mais eficiente”: a garantia de *níveis mínimos* de educação, saúde e alimentação (em alguns casos, através da alocação de recursos em dinheiro que substituem serviços sociais e políticas públicas mais abrangentes); a concentração de recursos em programas de nutrição e em grupos de risco; ou a criação de programas de emprego de *emergência* – na verdade, programas de assistência ao desemprego, como os Programas Trabajar (PTR) criados a partir de 1997 nos marcos dos intensos conflitos regionais protagonizados por trabalhadores desempregados –, fazem parte da programática financiada por esses organismos para “aliviar a pobreza” (DRAIBE, 1993), no sentido de *diluir tensões e evitar convulsões sociais de envergadura* na região latino-americana.

Apenas para citar alguns exemplos, com base no caso equatoriano, Zibechi (2006) mostra que o Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (Prodepine), financiado pelo BM nos anos 1990, enfatiza as estratégias que buscam orientar o movimento para um discurso “eticista excludente”, reduzindo suas demandas à gestão de obras sociais e programas que evitassem levantamentos e protestos:

A experiência dos Andes do Equador mostra as tremendas limitações como entidades calmantes da pobreza, e, ao mesmo tempo, sua extraordinária eficiência na cooptação e isolamento dos pisos intermédios do movimento indígena. (ZALDÍVAR, 2001 *apud* ZIBECHI, 2006, p. 187; *tradução nossa*).

Os chamados “programas de combate à pobreza” (estruturados, fundamentalmente, como programas de transferência de renda) que se expandem na maioria dos países da América Latina a partir da década de 1990, teriam também uma *funcionalidade “oculta” de contra-insurgência*, que adquiriria novas dimensões na década subsequente, quando numerosas rebeliões em países como Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela ameaçariam a aparente “paz neoliberal”.

Para ilustrar melhor a funcionalidade desses programas sociais com as estratégias de controle e desmobilização das lutas sociais da região, é interessante recorrermos também ao exemplo de Bolívia, retomando as principais linhas de intervenção social da USAID<sup>241</sup> com

---

<sup>241</sup> Agência dos EEUU para o “desenvolvimento internacional que viabiliza a cooperação econômica, técnica e financeira do governo desse país”.

posterioridade à insurreição de outubro de 2003, onde podemos observar a profunda relação com a dinâmica de configuração da disputa de classes nesse país – essas linhas retratam tentativas de orientar os recursos naturais para o mercado mundial (com o argumento falacioso de que os mesmos possibilitariam o desenvolvimento dos países pobres) e de criminalização dos processos de auto-organização do movimento indígena. Por sua vez, Zibechi (2006, p. 61) reflete sobre a produção de um relatório comandado por esse organismo com o objetivo de promover um conjunto de ações sociais e de infraestrutura urbana para dar resposta às demandas (legítimas) dos movimentos de El Alto, e sua relação com os objetivos de neutralização da organização territorial (assentada nas “juntas de vecinos”), assim como de facilitação do controle social sobre o espaço geográfico.

Esses programas sociais – funcionais às estratégias de prevenção, dissuasão, perseguição e eliminação de qualquer cenário de mobilização popular – cresceriam de forma tímida nos primeiros anos da década de '90 (como retratado no exemplo equatoriano ou na experiência argentina dos PTR), e viriam a se tornar, na contemporaneidade, a medida *privilegiada* de enfrentamento das desigualdades sociais na maioria dos países da região (tal como o evidencia o exemplo boliviano e os programas sociais argentinos que analisaremos).

Com pequenas mudanças de “tom” na sua fundamentação (ainda centrados no indivíduo e na família, mas dando um lugar “destacado” para a mulher na reprodução social e no cuidado da família; promovendo a idéia de “integralidade”; exigindo contraprestações laborais ou contrapartidas de saúde e educação dos filhos), os programas de transferência de renda *prevalecem* na América Latina contemporânea como um dado *permanente*. Para além das diferentes orientações políticas dos seus governos, esse perfil de programas é uma constante da nossa época. A modo de exemplo, podemos nomear: “*Progresas/Oportunidades*” no México, “*Construyendo Oportunidades*” na Costa Rica, “*Guarderías Comunitárias*” na Guatemala, “*Bono de Desarrollo Humano*” no Equador, “*Plan Nacional de Empleos de Emergencias*” na Bolívia, “*Chile Solidário-Puente*” no Chile, “*Bolsa Família*” no

---

Essas linhas prioritárias são: 1) democracia; 2) oportunidades econômicas; 3) meio ambiente – onde se sugere a idéia de “bosque, água e recursos da biodiversidade administrados para promover o crescimento econômico sustentável”; 4) saúde; 5) desenvolvimento integral alternativo – que reza “economia lícita e com crescimento econômico sustentável em áreas associadas à produção de coca”; 6) segurança alimentar; 7) iniciativas democráticas – onde se sustentam projetos sociais que visam “reduzir tensões em áreas conflituosas através do desenvolvimento comunitário” ou o “apoio a lideranças indígenas escolhidas”.

Nas mesmas, é evidente o interesse em torno de recursos naturais estratégicos e a tentativa de controlar/formatar a organização das lideranças indígenas da região. Cf. [www.usaidbolivia.org.bo](http://www.usaidbolivia.org.bo) (acesso em 15 de fevereiro de 2007).



Brasil, “*Vaso de Leche*” no Peru<sup>242</sup>. E ainda que, em nossa análise, privilegiemos a *dimensão política* desses programas, não podemos desconhecer que sua prevalência se explica a partir da produção contemporânea de uma massa de trabalhadores supérfluos para os quais inexistem mecanismos sócio-econômicos mais sólidos de abordagem ou capazes de reverter essa tendência.

Devemos destacar que as graves conseqüências das políticas econômicas e sociais que se expandem durante a década de 1990 (redistribuição regressiva da riqueza, desemprego estrutural, redução e precarização dos salários, desproteção acelerada do trabalho) expressam problemas sociais estruturais de difícil resolução, inclusive quando ao massivo empobrecimento das camadas subalternas se agrega um empobrecimento que apresenta um novo perfil de classe – ao atingir setores médios e trabalhadores historicamente organizados, com poder de barganha. Nesse quadro de crise social geral, as medidas residuais ensaiadas resultam absolutamente *insuficientes* para reverter as dimensões mais graves e urgentes da “questão social”.

A crise de hegemonia que inaugura o novo milênio também evidencia os *limites dessas respostas emergenciais na garantia de uma “clientela política” que não é mais que uma imagem degradada e precária de um “impossível” pacto social de classes em tempos de “hegemonia transformista”*, em tempos de políticas neoliberais que guardam minúsculos espaços para a incorporação de qualquer compromisso relativo duradouro com as classes subalternas.

Sabemos que ditas contra-reformas têm provocado profundas mudanças nas bases sobre as quais foram edificados os sistemas de proteção social, articulados ao padrão de acumulação fordista-keynesiano que se observara em alguns países do capitalismo central e suas “desgastadas” versões latino-americanas, no triênio que se estende desde o pós-segunda guerra mundial até a crise de 1970-1980. No caso argentino, a precarização das condições de sustentação de uma política social historicamente assentada na relação salarial<sup>243</sup> – pelo desemprego massivo e a desproteção do trabalho que se observa ao longo da década de 1990 –, *não é passível de ser revertida com políticas assistenciais que se expandem sem produzirem impactos significativos nas condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras*. É um tipo de resposta social que, ao renunciar a interpelar as condições de

---

<sup>242</sup> Programas enumerados por Daeren (2004 *apud* CAMPOS, FAUR & PAUTASSI, 2007). Para uma análise do programa brasileiro “Bolsa Família” cf. Silva e Silva, Yazbek, & Giovanni (2004).

<sup>243</sup> Grassi (2003, p. 222) assinala a política de assistência social como uma política historicamente residual na Argentina, pela abrangência dos direitos associados ao trabalho até a década de 1970, tendência que se reverte claramente nos anos 1990, quando a mesma ganha um peso destacado na intervenção social do Estado.

emprego e exploração da força de trabalho, os níveis dos salários ou os mecanismos de proteção social do trabalho, deve se limitar à “administração” das expressões imediatas do desemprego e da pobreza.

[...] as relações que organizam, distribuem e fazem possível a utilização do trabalho estiveram ausentes na construção do problema do desemprego como problema social; assim como estiveram ausentes na constituição da pobreza como *estado de carência* (GRASSI, 2004, p. 177; *tradução nossa*).

Nesse sentido, ainda que seja importante reconhecer o mérito de trabalhos como os do Instituto de Estudos e Formação da CTA em mostrar alternativas à solução neoliberal conservadora da crise a partir da proposta de um Seguro de Emprego e Formação articulado a uma estratégia de redistribuição<sup>244</sup>, *não* deveríamos subestimar, na análise da política social contemporânea, as determinações destrutivas e desintegradoras que caracterizam nosso capitalismo periférico contemporâneo.

A *hipertrofia das respostas assistenciais*, implícita na generalização de programas de transferência de renda – incapazes de garantir direitos ou proteção social em face da ausência de investimento público em infraestrutura e em serviços sociais mais abrangentes – como mecanismos privilegiados de enfrentamento e administração despolitizante das expressões mais bárbaras da “questão social”, tem como contra-face o endurecimento das funções repressivas do Estado, fundamentalmente em cenários de crise social e política como o que abordamos. Por sua vez, o aprofundamento do acesso dual à política social – *movimento simultâneo de privatização/assistencialização da política social* (MOTA, 2000) – descaracteriza qualquer referencia aos direitos sociais das classes subalternas, inviabilizando a constituição de sujeitos ou interlocutores políticos que se potenciem na materialização de conquistas sociais.

---

<sup>244</sup> O debate com as propostas de renda mínima ou ingresso cidadão que pretendem consolidar uma nova forma de garantir a distribuição da riqueza social a partir dessa tendência de dissociação entre renda proveniente do trabalho e benefícios sociais distribuídos pelo Estado, inclusive a partir da particularidade de capitalisms periféricos como os dos nossos países latino-americanos, excede as possibilidades deste trabalho.

Apenas pretendemos assinalar o mérito de propostas como as da CTA que assinalam a necessidade de articular as ações de emergência social com políticas de emprego e medidas de redistribuição social (sistema de seguridade de emprego e formação para desempregados, aumento do consumo e circuito econômico de emergência, redução do tempo de trabalho, mudança no perfil produtivo e de distribuição) para incidir nos níveis massivos de desemprego e pobreza que apresenta a Argentina do novo milênio.

Entretanto não podemos deixar de interrogar-nos sobre os limites de uma análise que situa “o núcleo da crise social na desestruturação do mercado de trabalho” e sobre as possibilidades concretas de organizar uma estratégia de crescimento e distribuição centrada no mercado interno de demanda massiva, numa estratégia produtiva de escala regional, no disciplinamento político dos setores concentrados de capital, *sem incidir de forma radical nas próprias relações sociais de produção capitalista*. Cf. trabalho do IEF da CTA (in LOZANO, 2000, p. 469 et seq.).

### 3.2.1. A explicitação da “questão social” através das lutas dos desempregados: o surgimento dos programas sociais para dar resposta ao desemprego (década de 1990)

No capítulo anterior resgatamos “imagens” de diferentes rebeliões que se sucedem no interior do país a partir da segunda metade da década de 1990, nas quais pode-se observar o surgimento de um novo sujeito que alcança rápido protagonismo na estruturação dos protestos da época: são os trabalhadores desempregados que desnudam uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual inexistem mecanismos estruturados de intervenção pública. Formas mais “precárias” de contenção do conflito de classes seriam acionadas como consequência do acelerado desmonte dos canais clássicos de institucionalização e negociação social.

Nas justas palavras de um militante,

O protesto nascido na barricada [...] exigiu trabalho. O Estado respondeu com “focalizados” programas assistenciais: políticas governamentais destinadas a calar os reclamos dos mais pobres, e antecipar-se, freando os possíveis levantes que [...] se avizinhariam em um futuro próximo (PACHECO, 2007; *tradução nossa*).

A década em questão é o cenário de um profundo processo de destruição institucional (privatização, desfinanciamento, precarização de serviços e programas sociais) e desproteção acelerada do trabalho, que aguça a situação de empobrecimento desses segmentos subalternos. Neste tópico abordaremos a evolução que se observa desde as rebeliões que “explodem” no interior do país para a consolidação de experiências organizativas dos desempregados, com destaque para aquelas que deslocam o foco do conflito para o centro urbano do país (os MTDs da periferia bonaerense), do ponto de vista da sua capacidade de explicitar traços de resistência e disputa no enfrentamento da “questão social”: é a “dialética do conflito” que se configura entre a multiplicação assistemática de programas sociais para conter as crescentes demandas dos desempregados e sua politização progressiva a partir dos processos de organização (com certos graus de autonomia) desses sujeitos.

Interessa-nos destacar que, nos protestos que assinalam a centralidade do desemprego na configuração da “questão social” – como em Cutral-Co e Plaza Huincul (Neuquén) em 1996 e 1997, Tartagal e General Mosconi (Salta) em 1997, 1999, 2000 e 2001, e Corrientes em 1999 –, o Estado aciona dois mecanismos que se articulam para sua administração nos marcos da crise social: *quando a ação repressiva não consegue os efeitos de desmobilização esperados, benefícios e programas assistenciais (inclusive com um forte caráter assistencialista) são o mecanismo privilegiado para conseguir a re-institucionalização e dissipação dos conflitos.*

**Os primeiros programas sociais para dar resposta ao desemprego.** É neste contexto que surge uma “bateria” de programas públicos sociais de forma diretamente proporcional à evolução da taxa de desemprego e ao crescimento do conflito social, buscando incidir nos efeitos mais visíveis e imediatos do problema (sem nenhum questionamento ou incidência nos processos políticos e sócio-estruturais que o produzem).

Na nossa perspectiva, são medidas que distam de ser caracterizadas como “políticas de emprego” – discordamos da denominação de “políticas ativas de emprego” (como na justificativa governamental em face dos organismos de crédito que os financiam), e também temos diferenças com a definição de “programas de emprego transitório”, na perspectiva de produções críticas como as do CELS (2003). Antes disso, tal como assinala Grassi (2003, p. 265), mais do que “políticas de emprego”, tratam-se de respostas que transfiguram o trabalho em um recurso da assistência social.

Ainda que, na sua maioria, os programas fossem alocados no âmbito do Ministério de Trabalho, e buscassem financiar força de trabalho que participa da construção de obras e infraestrutura pública, ele se assemelham muito mais a programas sociais assistenciais que se multiplicam de forma assistemática e superposta para dar resposta ao crescente desemprego, que ao próprio conceito de “emprego”. Temporários; sem vinculações progressivas com o mercado de trabalho; financiando força de trabalho precária pela via de uma mistificada “ajuda econômica não remunerativa” (não é um salário, não existe direito nem proteção sobre o trabalho, não há contrato nem sindicalização possível): tratam-se mais de programas sociais que constituem um padrão assistemático de intervenção (temporário, compensatório, focalizado) em face do crescente desemprego das massas trabalhadoras.

De forma incipiente, já podemos observar nestes programas *determinados traços de assistencialização do desemprego*, os quais se tornarão mais nítidos com o crescimento da luta dos desempregados. Inaugurados nos primórdios da década de 1990 com um impacto orçamentário e fiscal marginal, eles se estruturam como *respostas paliativas* ao crescimento do desemprego e da pobreza, ao mesmo tempo que são acompanhadas de agressivas medidas de flexibilização trabalhista e redução dos custos do trabalho: a Lei Nacional de Emprego, sancionada em 1991, inaugura as medidas de flexibilização do trabalho que criam modalidades de contratação que suprimem ou rebaixam os encargos sociais, que estipulam o ajuste salarial, e que justificam a criação destes supostos “programas de emprego” que facilitariam a incorporação dos trabalhadores ao mercado de trabalho.

O diagnóstico que fundamenta essas intervenções reza que os problemas do mercado de trabalho teriam sido produzidos pela ação combinada de uma “rígida” legislação e

elevados custos trabalhistas (na lógica da dissolução intraclasse, a explicação consiste em “culpar” aos trabalhadores protegidos pelo desemprego massivo da outra parte), além da falta de qualificação da força de trabalho (a outra explicação recai sobre as características pessoais dos sujeitos). As linhas de intervenção (fundamentadas nos argumentos ideológicos neoliberais e patrocinadas por organismos como o BM e o BID) deviam introduzir mecanismos de flexibilidade para a contratação e uso da força de trabalho, reduzir os custos das empresas com a seguridade social (o que supostamente permitiria o aumento da demanda de trabalho), assim como fomentar a qualificação dos trabalhadores<sup>245</sup> (Cf. IEF-CTA in LOZANO, 1999; CELS, 2003).

Por essas razões, também deveríamos compreender esses programas sociais – expressão de um padrão de intervenção social que busca omitir as relações de classe, os conflitos sociais e as relações de força que constituem o trabalho – como parte do processo de constituição de um novo conformismo (regressivo) nas classes subalternas, baseado na profunda desorganização do trabalho. Nesse sentido, “os planos e programas destinados a compensar as carências formaram parte ativa dessa construção, assim como o trabalho político-cultural de fragmentação dos interesses coletivos” (GRASSI, 2003, p. 221; *tradução nossa*). Por outro lado, no período 1992-1996, existe uma grande quantidade de programas sociais caracterizados pela baixa cobertura, a escassez de recursos, a alta mobilidade, os desenhos semelhantes e a superposição dos mesmos (só no período 1995-1996, anos de maior taxa de desemprego, existem quase 30 iniciativas simultâneas); porém, no final da década, pode-se constatar certa tendência à concentração numérica e organizativa dos mesmos (GOLBERT, 2004).

Além do empobrecimento das camadas subalternas que se observa para meados da década – no ano 1995, em torno de 29,4% dos cidadãos argentinos se encontram abaixo da linha de pobreza e 7,9% abaixo da linha de indigência<sup>246</sup> –, as incipientes rebeliões protagonizadas por trabalhadores desempregados no interior do país explicam a criação de linhas de intervenção mais sistemáticas e abrangentes, dentro das quais podemos mencionar, entre tantos outros programas nacionais e locais que se superpõem, os exemplos do “*Programa Trabajar*” (PTR) nas suas três versões e, posteriormente, o “*Programa de Emergência Laboral*” (PEL), ambos dependentes do Ministério de Trabalho, os quais

---

<sup>245</sup> Não por acaso, essa década retrata a mudança de nome do Ministério de Trabalho que passa de *Ministerio de Trabajo e Seguridad Social* para *Ministerio de Trabajo e Formación de Recursos Humanos*.

<sup>246</sup> Dados do INDEC analisados pela Equipe do INFORME NACIONAL DE DESARROLLO HUMANO EN ARGENTINA (2002).

*inauguram* (no caso do primeiro, que ganha maior importância) *ou retratam uma relação de negociação entre o governo e as nascentes organizações de desempregados.*

Em termos gerais, esses programas financiavam força de trabalho para projetos de realização de obras de infraestrutura econômica e social básica ou de atividades produtivas para o mercado. Incentivavam a criação de micro-empresendimentos produtivos, assim como a promoção de serviços comunitários, brindando um “benefício não remunerativo” situado em torno dos \$ 160/200 (equivalente a dólares), com uma duração aproximada de 3 a 6 meses, para trabalhadores desempregados que não recebessem benefícios previdenciários ou seguro de desemprego. Na sua maioria, podiam ser implementados por organismos públicos nacionais, provinciais ou municipais, assim como por organizações civis sem fins lucrativos.

O “*Trabajar I*”, implementado para finais de 1995, teria tido um financiamento de \$93.000.000 (equivalentes a dólares) com aportes do BM. Essa medida teria intencionado “fomentar as *oportunidades de emprego transitórios* para os grupos de desempregados mais vulneráveis, otimizado a alocação de recursos e a *focalização* dos beneficiários”<sup>247</sup>. O “*Trabajar II*” – implementado em 1997 e 1998, com um financiamento maior de \$162.000.000 – e o “*Trabajar III*” – desenhado para sua implementação entre os anos 1998 e 1999, para uma população alvo de aproximadamente 1.400.000 de beneficiários, acabou se estendendo até finais de 2001 –, guardam a mesma lógica de organização<sup>248</sup>.

Já o PEL, criado em 1999, tinha como um dos objetivos a prestação de serviços comunitários, oferecendo, a través de várias linhas de intervenção, créditos para micro-empresendimentos produtivos, formação e capacitação da força de trabalho – buscando alcançar o “emprego genuíno” da população beneficiaria para permitir sua inserção no mercado de trabalho –, e financiamento de serviços para o desenvolvimento comunitário.

Observaremos, ao longo do nosso trabalho, que, desde então, *essas medidas de cunho assistencial se tornariam irreversíveis* com o passar dos anos, devido ao aumento vertiginoso do desemprego e o crescimento dos processos organizativos das classes subalternas: os programas sociais que buscam dar resposta ao desemprego passam de uma média aproximada de 40.000 beneficiários em 1994 para cifras que não superam os 428.000 beneficiários em 1998 (o que expressa sua baixa cobertura, constituindo menos de 10% da população alvo

---

<sup>247</sup> Banco Mundial (1998 *apud* DI LEO, s/d; *tradução e grifos nossos*). Nessas palavras, resulta evidente a funcionalidade dessas respostas junto à realidade de desvalorização, superexploração e desproteção social da força de trabalho.

<sup>248</sup> Dados extraídos de Golbert (2004) e CELS (2003).

potencial), dando um salto vertiginoso que chega quase aos 2 milhões de beneficiários do PJJHD em 2003 (Cf. IEF-CTA *in* LOZANO, 1999; GOLBERT, 2004).

**O contraditório tratamento da “questão social” como “questão penal”.** É possível afirmar que, já nos primeiros anos da década de 1990 – fundamentalmente, com posterioridade do “Santiagazo” de 1993, relatado no capítulo anterior –, observa-se certa “preocupação” nas classes dominantes pelo “conflito social”, preocupação essa que é evidenciada pelo tratamento da “questão social” como “questão penal”.

Em inícios de 1994 – numa época posterior ao levante zapatista –, o governo menemista começa a investir fortemente no “equipamento policial”: os fundos estimados em 40 milhões de pesos deviam equipar a “Gendarmeria” e as polícias provinciais com armas apropriadas para a “dissuasão de protestos e manifestações”. Segundo matéria do jornal Clarín, as reuniões do presidente Menem com ministros e chefes militares que também tratariam propostas de “reorganização da segurança interior”, teriam abordado o tema da seguinte forma:

Ali se comentou tanto o fenômeno do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México, quanto a experiência da explosão – por certo, mais modesta – de Santiago del Estero. Também se especulou em Olivos com a presença passiva de membros de Sendero Luminoso, ou os problemas derivados da imigração limítrofe (*Clarín*, 16 de janeiro de 1994, p. 2; *tradução nossa*).

Segundo um colunista desse jornal:

O ministro de Economia, Domingo Cavallo, advertiu ontem que só o plano de ajuste evitará que se produzam explosões sociais, e que o acontecido em Santiago del Estero e no México não foi produto da política econômica, mas de falhas nos sistemas de segurança (RODRIGUEZ, *Clarín*, 12 de janeiro de 1994, p. 2; *tradução nossa*).

Nesse contexto, o ministro de economia Cavallo apoiaria o projeto de criação de uma Secretaria Geral de Segurança, sendo uma estrutura de segurança paralela à Secretaria de Desenvolvimento Social (ambas dependentes do Poder Executivo)<sup>249</sup>, que teria o objetivo de intervir no conflito social. Esse projeto, que pretendia criar uma estrutura que devia *coordenar as forças de segurança interior* (articulação de forças como a Polícia Federal, a Gendarmeria e a Prefeitura Naval, que pode ser paulatinamente observada, de fato, na atuação repressiva em face das rebeliões dos desempregados que estariam por vir), seria repudiado por diversos

---

<sup>249</sup> Grassi (2004, p. 189) reflete como o autor do projeto, o Secretario de Coordenação Legal, Técnica e Administrativa do Ministério de Economia, estabelecia um significado paralelo das questões de segurança e a secretaria projetada, com a Secretaria de Desenvolvimento Social da Nação, criada também em 1994 para concentrar as questões referidas à política social. Cf. também Jornal Clarín (LIENDO, 26/05/94).

segmentos da sociedade argentina que, como legado das lutas pós-ditatoriais pela defesa dos direitos humanos, reivindicam a separação (retratada na lei 24.059 sancionada em 1991) dos problemas de Defesa Nacional (e da atuação das Forças Armadas em tarefas de inteligência) e de Segurança Interior, como mecanismo de evitar a militarização dos conflitos internos. Essa tentativa de reorganização do aparato repressivo e da associação com a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social, sob a forma de dois mecanismos fundamentais de processamento das refrações da “questão social” para evitar possíveis cenários de confrontação social, não seria por acaso. Tal como assinala Grassi,

[...] o giro no tom dos discursos sobre o social foi paulatino, mas ganhou impulso quando se produziu o levantamento político-social de Chiapas. Este fez tremer a segurança de todo o sistema, e habilitou o tratamento do social desde um lugar de maior centralidade, ao modo como a revolução cubana ampliou o horizonte e a preocupação pelo desenvolvimento social nos marcos do triunfo norte-americano do segundo pós-guerra [...] Mas Chiapas não foi Cuba, e tampouco as Cúpulas se aproximaram à significação política continental. Da mesma forma, a questão social teve claramente outra intensidade nos noventa; mas, tal como outrora, essa questão se instalou quando os atores irromperam inesperadamente na história (GRASSI, 2004, p. 175; *tradução nossa*).

A “Cúpula das Américas”, impulsionada para final de 1994 pelo governo norte-americano, que reuniria a todos os chefes de Estado do continente, não apenas pretenderia abordar a crescente e alarmante pobreza desses países, mas lançar o projeto do ALCA. Mais uma vez, ficariam evidenciadas as profundas relações entre os interesses econômico-militares dos EUA para a região e as intervenções acionadas por seus organismos em face da “questão social”. Isso explicaria a crescente “preocupação” das classes dominantes, as quais as levariam a tecer “rápidas” relações entre a rebelião chiapaneca e as lutas dos desempregados que estariam por vir. Nos bloqueios que se produzem em maio de 1997 em Cutral-Có e Plaza Huinul (Neuquén), um alto chefe da polícia dessa província teria afirmado: “isto é Chiapas”, referindo-se às mobilizações dessas localidades que tinham cerca de 50.000 habitantes e índices de desemprego que chegavam a 50% da PEA (Jornal Clarín, 15/04/97).

Se nos concentrarmos na realidade argentina da segunda metade da década de 1990, é possível observar a funcionalidade dos programas sociais que buscam dar resposta ao desemprego com os mecanismos de intervenção acionados a partir das rebeliões que explodem no interior do país, que se tornam uma *constante* da época. Estes supõem articulações do Ministério do Interior – que habilita a intervenção da “*Gendarmería*



*Nacional*”<sup>250</sup> –, da Secretaria de Desenvolvimento Social (posteriormente, Ministério de Desenvolvimento Social) e do Ministério de Trabalho, expressando seu acionamento conjunto muito mais como *mecanismos “emergenciais” para tratar uma “questão social” como “questão penal”* do que como uma estrutura permanente de proteção social. Não por acaso, em face das rebeliões de Mosconi (Salta) em junho de 2001, a ministra de trabalho da época declara que esse “não era um problema social, mas de segurança”<sup>251</sup>.

Nesse sentido, o capítulo anterior oferece inúmeras “imagens” nas quais é possível observar essa multiplicação constante (mas emergencial) de intervenções conjuntas dessas instancias governamentais que propõem, na negociação com os desempregados que ameaçam aprofundar os protestos, “pacotes” de medidas simultâneas, seletivas e pontuais – “pelo alto” e descaracterizando os incipientes processos organizativos – das suas demandas legítimas<sup>252</sup>.

Para um militante do MTD de La Matanza,

[...] com o pedido legítimo de assistência, também se estava possibilitando o canal de uma nova forma de fazer política, no qual se juntou todo o

---

<sup>250</sup> A estrutura dessa força é essencialmente militarizada, sendo suas funções: polícia de fronteira (polícia auxiliar de prevenção e repressão em questões alfandegárias, de migrações e sanitárias); polícia florestal; possível intervenção, por indicação expressa do PEN, para reprimir a alteração da ordem pública (quando a magnitude do evento supere as possibilidades de controle das forças policiais, ou quando o conflito adquira características de guerrilha); e polícia de segurança e judicial no âmbito federal. Cf. CELS (2003, p. 109).

Para um militante dos MTDs, a resposta repressiva às rebeliões protagonizadas pelos desempregados no interior do país expressa certa ampliação das funções dessa força repressiva que passa, de “cuidar das fronteiras”, para se comportar como uma sorte de “exército de ocupação” que ensaia modernos métodos para sufocar insurreições urbanas das massas empobrecidas e desempregadas (PACHECO, 2004, p. 28).

<sup>251</sup> Declarações da Ministra de Trabalho (2001, *apud* PACHECO; 2004: 28; *tradução nossa*).

<sup>252</sup> Apenas como exemplo, lembremos alguns “acordos” negociados com os trabalhadores desempregados, muitos dos quais não encontrariam respostas nos anos subsequentes, despertando novas rebeliões:

a) em face dos bloqueios em Cutral-Có e Plaza Huincul em 1996 e 1997, a *assistência direta* de benefícios sociais é o mecanismo privilegiado por esses Ministérios para conter uma possível multiplicação dos protestos no resto da província de Neuquén. Nestes últimos, o “acordo” negociado com os desempregados versa fundamentalmente: 800 PTRs outorgados pelo Ministério de Trabalho, durante 6 meses; criação, pela empresa YPF, de 500 fontes de emprego; sendo que a Secretaria de Desenvolvimento Social se comprometia com a construção de 1000 moradias na zona do conflito, e se destinaria um Fundo de Reconversão Produtiva por 3 milhões de pesos (a cargo do governo nacional e provincial), dentre outras propostas. Cf. Calvo (*Jornal Clarín*, 16/04/97).

b) nos protestos de Jujuy em 1997, segundo dados fornecidos pelo trabalho de Kindgard & Gómez (1998), o governo se comprometeria com a criação de 12.560 “fontes de emprego” (na sua maioria correspondente ao PTR), subsídios de \$ 100 para 2000 desempregados e extensão do seguro de desemprego, sendo que a distribuição de estes e outros serviços estariam a cargo da Igreja e da Comissão de Desempregados;

c) já as negociações de Mosconi e Tartagal de '97 (localidade de 70.000 habitantes com índices de desemprego aproximados ao 65% da PEA na época, fazendo parte da região petrolífera e gasífera mais rica do país), mostravam desde o compromisso governamental com fundos de desemprego para 1000 pessoas por um ano, 3000 PTR por 1 ano e 1000 por 6 meses, além do aumento do orçamento para restaurantes populares, entregas de terras para indígenas, inversão na construção de moradias, e até 1400 fontes de emprego em petrolíferas privadas (os desempregados de Mosconi introduzem os cortes e bloqueios dos acessos às empresas, demandando emprego, e inaugurando esse tipo de resposta do empresariado em face da “questão social”). Cf. Rodríguez & Pantojas (*Jornal Clarín*, 15/05/97).

excremento da cultura neoliberal, a polícia corrupta, os “caudilhos” políticos e os traficantes de drogas nos bairros mais pobres, gerando desta maneira um poder não institucional com características de verdadeiras máfias. Essa modalidade teve como objetivo desarticular qualquer resposta efetiva às iniquidades do poder e, ao mesmo tempo, gerou uma forma diferente de repressão de baixa intensidade e com quase nenhum custo político (FLORES, 2005, p. 29, *tradução nossa*).

A reprodução de um *padrão assistemático e seletivo de intervenção nas refrações da “questão social” vinculadas ao desemprego* na segunda metade da década – que marcha ao ritmo dos protestos e lutas sociais com o objetivo de contê-los –, não apenas expressa uma estratégia de descentralização do conflito social<sup>253</sup> capaz de impedir uma potencial articulação dos seus aparentes fragmentos desconexos, mas os próprios mecanismos transformistas privilegiados pelas classes dominantes. Tanto as medidas governamentais implementadas como consequência dos “acordos” com os desempregados do interior do país, quanto os mecanismos de disciplinamento e controle sócio-assistencial retratados nas “manzaneras” duhaldistas que atuam na periferia urbana bonaerense (estratégia financiada pelo Fundo de Reparação Histórica)<sup>254</sup>, podem ser interpretados nos marcos de estratégias de fragmentação do conflito social e das próprias expressões da “questão social”, que buscam obscurecer sua totalização no plano nacional – estratégias claramente transbordadas pelas articulações nacionais dos desempregados para o final da década.

A própria inexistência de mecanismos públicos sistemáticos e estruturados de enfrentamento progressivo das desigualdades sociais reforça a necessidade do *apelo a estratégias repressivas e transformistas* no próprio enfrentamento da “questão social”, que buscam conter as ressonâncias das incipientes mobilizações dos desempregados no conjunto das massas subalternas. Nas palavras de um militante do MTD de La Matanza: “O Estado [...]

---

<sup>253</sup> Concordamos com a fértil hipótese delineada por Svampa & Pereira (2003, p. 24 et seq.; 43), de que a descentralização da política social teria sido funcional à estratégia de descentralização do conflito social.

<sup>254</sup> O Fundo em questão é criado no governo menemista no início da década de 1990 (quando Duhalde era candidato ao governo da província de Buenos Aires) para atender à demanda social dessa província, contando com um orçamento anual aproximado de 600 milhões de pesos, o qual corresponde a 10% da arrecadação do imposto de renda. Cf. La curiosa distribución del fondo del conurbano bonaerense, *Página 12*, Buenos Aires, 19 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/>. Acesso em 13 de setembro de 2008.

Nessa estratégia de intervenção, as “manzaneras” são uma figura destacada: comandadas pela esposa do governador, mulheres voluntárias (chegam a ser em torno de 30.000 mulheres) são alocadas por quadra nos bairros pobres da periferia bonaerense (aproximadamente, 2.400 bairros) para distribuir benefícios assistenciais entre as famílias. Além de uma intervenção não profissional e assistencialista no tratamento da “questão social”, várias análises (inclusive na leitura dos próprios movimentos de desempregados) coincidem em mostrar a funcionalidade dessa densa rede de contenção social e política que se constitui como um recurso de dominação destacado no período. Nossa análise busca mostrar a precariedade desse mecanismo clientelista para sortear cenários de maior politização das camadas subalternas quando se “afrouxam” seus impactos disciplinadores. Cf. Gaitán & Maneiro (2005); Merklen (2005); MTD Aníbal Verón (2003).

instrumentou um plano de dominação político-cultural de profundas conseqüências para os setores populares que querem se auto-organizar: *o assistencialismo ou ‘clientelismo’*” (FLORES, 2005, p. 28, *tradução nossa*).

Um exemplo claro dessa tentativa de “corporativização” das demandas legítimas desses sujeitos pode se observar nas rebeliões de Cultral-Có e Plaza Huincul em 1996. Tal como analisávamos no capítulo anterior, o que está na base desses mecanismos de corporativização da classe – entre os “incluídos” docentes e os “excluídos” jovens piqueteros – é uma *sutil mudança em processo da relação que se estabelece entre a transformação da identidade das classes subalternas, seus instrumentos político-organizativos numa crise que os redimensiona, e as características da resposta social estatal que se multiplica para contê-los*. Assim, mostrávamos como, em face da irrupção de uma luta que, articulando diversos segmentos de classe (professores, trabalhadores estatais, desempregados), desnuda uma manifestação da “questão social” de difícil resolução – como o desemprego –, as classes dominantes buscarão recorrer a respostas que viabilizem certa canalização nos marcos institucionais vigentes (as concessões às demandas docentes), privilegiando os mecanismos de assistencialização/repressão para aqueles segmentos que não encontram respostas às suas demandas nesses quadros vigentes.

De alguma forma, esse mecanismo de corporativização *expressa também, em cenários de hegemonia transformista, o crescimento de segmentos de classe excedentes para os quais inexistem canais de contenção sócio-estatais permanentes* – tal como as políticas sociais de antanho, centradas na classe trabalhadora formal ou dirigidas à manutenção da reserva da força de trabalho. Aqui, as vias da assistencialização/repressão são ensaiadas para conter e desmobilizar os protestos ligados ao desemprego, evidenciando a ausência de respostas mais “hegemônicas” (no pleno sentido gramsciano) no tratamento de uma “questão social” que se apresenta aos olhos da sociedade, desarticulada do “mundo do trabalho” – “pobres” antes que “trabalhadores”; “pobreza” ou “desemprego”, antes que condições de exploração da força de trabalho<sup>255</sup>.

Para compreendermos a evolução das polifônicas lutas dos desempregados, e os traços de autonomização observados no final da década de 1990 (com mais clareza em algumas delas), vale a pena ressaltar um aspecto diferenciado dessas lutas – aspecto ainda germinal, mas já presente nas rebeliões do interior do país –, que se constitui por *certo impulso de iniciativa autônoma dos trabalhadores desempregados na resistência e enfrentamento da*

---

<sup>255</sup> Os trabalho de Grassi (2003 e 2004) e Merklen (2005), assinalam tendências nessa direção.

“*questão social*”. Para além das características inorgânicas e episódicas dessas tentativas incipientes, devemos reconhecer que são vários os exemplos nos quais são os próprios trabalhadores que, de forma espontânea, organizam censos, levantam demandas e diagnosticam os principais problemas e necessidades de emprego – é um traço observado nos bloqueios de Jujuy em 1997, nas painéis populares de La Matanza em 1995, e nas sucessivas rebeliões do “agitado” Mosconi.

Falamos de experiências incipientes que *desafiam as formas vigentes de intervenção social do Estado em face da “questão social”* porque, nos momentos de negociação com as instâncias governamentais, demandam a presença de funcionários e representantes políticos nas próprias estradas bloqueadas (para evitar a cooptação de lideranças e burlar os mecanismos personalistas e individualizantes de negociação clássicos), ao tempo que reivindicam a presença dos desempregados na gestão das conquistas obtidas – chegando a propor, em alguns casos, uma administração “independente” dos benefícios conquistados.

Nos interessa ressaltar que, nestas rebeliões da segunda metade da década de 1990, observam-se *traços de resistência na configuração e explicitação da “questão social”*, ainda que marcados por protestos limitados desde o ponto de vista de uma crítica histórico-social mais generalizada. Essas lutas se orientam contra os governos municipais e provinciais *sem transcender a dinâmica de descentralização dos conflitos e das próprias políticas sociais*, sendo uma dinâmica que dificulta sua totalização no plano nacional. Há uma estreita relação entre conflitos circunscritos que não questionam a dinâmica da política nacional e respostas assistenciais próprias de um sistema político que ainda consegue processá-los no nível local (ainda que com suportes “momentâneos” da intervenção do governo nacional).

Mas essa tendência seria revertida na década entrante, quando as lutas desnudam o desemprego como um traço central na constituição da “questão social”. Conforme sugerirá nossa análise, é enquanto tentativa de dar resposta a um sujeito que alcança dimensões nacionais no período 2000/2001 que pode ser compreendida a criação, em 2002, de um programa de assistência ao desemprego da abrangência e cobertura nacional do PJJHD.

**Os traços de autonomização e resistência das práticas dos desempregados no enfrentamento da “questão social”.** Entretanto, a dinâmica da relação entre os programas de assistência ao desemprego e a utilização dada pelos movimentos de desempregados que se consolidam para o final da década de 1990 muda progressivamente, expressando, em algumas experiências, certos *traços de contestação e afastamento dos tradicionais mecanismos de controle sócio-assistencial acionados pelas classes dominantes*.

A partir da chave da “hegemonia limitada”, trabalhamos com a hipótese de que a paulatina desestruturação do poder sindical clássico (no claro exemplo da CGT peronista) como principal veículo de canalização do conflito trabalhista (acordos coletivos, proteção social, participação e negociação corporativa) assinala certa tendência à hipertrofia de “formas mórbidas” que se espalham para suplantá-los: uma sorte de “caudilhos populares” que operam nos bairros empobrecidos (outrora operários) da Argentina do período 1980-1990, com relações mais ou menos explícitas com o PJ, mas cumprindo uma tarefa silenciosa (e contraditória) de implementação de esfacelados programas sociais (creches, restaurantes comunitários, centros comunitários), também funcional à “contenção” de possíveis conflitos e “explosões” sociais<sup>256</sup>.

De fato, os múltiplos e diversos programas assistenciais da era neoliberal (financiados pelo BM e o BID) fazem parte de um programa político-econômico e social que pulveriza o atendimento emergencial e temporário de algumas expressões mais urgentes da “questão social” – é a passagem de tradicionais intervenções estatais centradas no trabalho assalariado para a problemática da “pobreza” ou do “desemprego”, tratados de forma desarticulada<sup>257</sup> –, supondo uma implementação que, na maioria dos casos, exige a vinculação direta com as “organizações comunitárias e civis”. E ainda que os “caudilhos populares” sejam figuras características do padrão de relações paternalistas que as tendências mais conservadoras do peronismo estabeleceram historicamente com as classes subalternas, consideramos que elas se hipertrofiaram na garantia dessas redes difusas e invisíveis de uma intervenção social regida pela dinâmica da “emergência”.

Nesse quadro, é interessante pensar que se, como afirma Svampa, “a passagem da fábrica ao bairro foi se consolidando a partir da articulação entre políticas sociais focalizadas e organizações comunitárias” (2004, p. 19; *tradução nossa*), a formação de movimentos de desempregados que se observa para final da década de 1990 permitiria questionar essa dinâmica de canalização clientelista (e de circunscrição do conflito em níveis locais) das

---

<sup>256</sup> Sublinhamos a idéia de contraditoriedade porque, ainda que o PJ tenha investido, ao longo dessas décadas, na criação de lideranças com um claro perfil paternalista e clientelista ligadas a essa estrutura, não é menos verdade que existem relações contraditórias com lideranças populares que experimentariam certo processo de autonomização e politização ao calor da formação dos movimentos de desempregados (são também as influências do chamado “peronismo de base”). Cabe lembrar, também, a importância de figuras críticas da Igreja Católica ligadas a experiências de organização popular de base que foram fundamentais para confrontar com essas práticas de subalternização permanentes ao longo da década de 1990. Em autores como Svampa & Pereira (2003) e Merklen (2005), encontramos reflexões que apontam no sentido de uma “territorialização das classes populares”, territorialização essa que também suporia uma “reformulação da relação entre o peronismo e os setores populares” através de uma ação política mais localizada.

<sup>257</sup> Cf. Grassi (2003 e 2004) e Merklen (2005).

demandas dos subalternos, disputando o sentido de classe (sobretudo em algumas experiências) de um bairro já não reduzido a um cenário de manobras transformistas daqueles “caudilhos da ordem”. A reabertura e tomada de espaços que o neoliberalismo deixou na falência para a construção dos incipientes ensaios de auto-organização dos desempregados (fábricas falidas, instalações públicas abandonadas, clubes e prédios em desuso) expressam a passagem de “formas passivas de ocupar os bairros, a modalidades ativas de habitá-los”<sup>258</sup>.

A generalização dos bloqueios de estradas, assim como a institucionalização desses programas sociais como resposta governamental privilegiada aos conflitos, foram razões destacadas na constituição do movimento piquetero como sujeito nacional no período 2000/2001 (SVAMPA & PEREIRA, 2003). Sucede que, inclusive na leitura dos movimentos que pesquisamos, os *programas sociais originariamente ideados para conter e desarticular o crescente conflito de classes, como parte dos mecanismos de contra-insurgência acionados pelas classes dominantes na Argentina e na região, ao serem mediados* (naquelas experiências que decidiram sua disputa) *ou confrontados* (naquelas que rejeitaram a reivindicação de programas sociais, mais orientados por propostas cooperativistas<sup>259</sup>) *por tentativas de autonomização das classes subalternas que politizam – e re-totalizam – as aparentemente desconexas expressões da “questão social”, acabam, contraditoriamente, redimensionando esse dito conflito*<sup>260</sup>. Retratado nas palavras do MTD de La Matanza,

[...] lutamos com tudo contra o assistencialismo: nosso movimento se propôs a não aceitar as migalhas que o poder joga de modo a fazer subsistir os desempregados [...] Quando se concretizaram as grandes mobilizações de Cutral-Có e Jujuy apareceram os “Planes Trabajar”, e foram os próprios companheiros que nos disseram que estes eram uma armadilha, e que o poder os dava para gerenciar a miséria, e que os havia levado a perder os melhores dirigentes e a dividir o resto (*in FLORES, 2005, p. 105-106; tradução nossa*).

Mas qual seria essa dinâmica da intervenção social estatal que se forja para conter as lutas das classes subalternas?

---

<sup>258</sup> Colectivo Situaciones (2002, p. 169, *tradução nossa*).

<sup>259</sup> Diziam os militantes do MTD de La Matanza: “Anteriormente, a classe operária, que não estava acostumada à administração da coisa pública e do Estado, ia aprendendo através do controle operário da fábrica. Porém, lamentavelmente, para o trabalhador desempregado não pode existir a experiência do controle onde possa apreender a administrar o público [...]. Eu comparo a cooperação com o controle operário como o lugar onde nós praticaremos a coisa pública, a administração da coisa pública [...]” (*in FLORES, 2005, p. 115; tradução nossa*).

<sup>260</sup> É a leitura de vários MTDs que pode ser conferida em cartilhas e documentos analisados, assim como nos trabalhos de Pacheco (2004); Flores (2005); MTD Anibal Veron (2003). Cf. também exposição de um militante do MTD de Solano no Seminário “Desafios da Integração Sul-americana” (22 a 26 de maio de 2006), promovido pelo CFCH da UFRJ (Brasil).

Em termos gerais, poderíamos sintetizar a dinâmica dos programas sociais que buscam dar resposta ao desemprego: 1) para o final da década de 1990, respondendo àquele *padrão emergencial, assistemático e seletivo de intervenção descentralizada*, os programas de assistência ao desemprego funcionam, no governo menemista “em retirada”, para controlar os protestos regionais, garantindo uma expansão “tímida”; 2) concordamos com a leitura de alguns analistas que mostram que, na década entrante, a Aliança inaugura seu mandato “concedendo” a gestão dos programas para alguns movimentos de desempregados que reivindicam sua “administração autônoma”, não apenas para atender sua persistente pressão, mas também como forma de “burlar” – fundamentalmente, na periferia urbana bonaerense – o controle dos históricos caudilhos territoriais do PJ (lembramos que a maioria dos programas requeria da intermediação dos municípios para sua implementação); 3) em face da profunda crise econômica e social que se avizinha, entretanto, os programas começam a sofrer cortes orçamentários importantes (falamos da lei de “déficit zero” de julho de 2001)<sup>261</sup>, despertando o descontentamento de um heterogêneo movimento de desempregados que agora alcança dimensões nacionais.

Se traçarmos alguns dados do extremo empobrecimento das massas subalternas, fica mais claro compreender o abrupto crescimento dos protestos sociais protagonizados por esses sujeitos: a cada dia, em 2001, 2.366 habitantes de Buenos Aires caíram desde uma posição de camada média para abaixo da linha de pobreza (863.000 no ano) e 440.000 caíram da pobreza para a indigência, sendo que a zona mais crítica é o segundo cordão da periferia bonaerense – falamos de localidades como Matanza, Florencio Varela, José C. Paz, Moreno, Quilmes, San Miguel, onde os conflitos e piquetes se multiplicam<sup>262</sup>.

Na análise da dinâmica de conquista/concessão dos programas sociais orientados ao desemprego, não deveríamos negligenciar os processos de desresponsabilização estatal (a inclusão de organizações civis sem fins lucrativos na implementação dos benefícios), amparados no ideário neoliberal das políticas sociais, próprio da década de 1990. Estamos falando de um ideário de “participação” funcional ao barateamento dos custos das políticas públicas (pela via da utilização de trabalho voluntário ou mal remunerado), que tem conseqüências na desqualificação e desprofissionalização das intervenções públicas. Assim,

---

<sup>261</sup> Segundo dados estimados pelo IEF-CTA, e analisados pelo CELS (2003, p. 42), nessa conjuntura se reduziram de 600.000 a 91.000 as partidas de alimentos do Ministério de Desenvolvimento Social, assim como houve interrupções na prestação dos PTR.

<sup>262</sup> Dados da Consultora Equis com base na EPH do INDEC. VALES, Laura. Um pico de pobreza como nunca se viu. *Página 12*, Buenos Aires, 13 de janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/>>. Acesso em: 13 fevereiro 2008.

Pensar a agenda social em termos de *luta contra a pobreza* tem conseqüências diretas: quanto mais se faz a guerra à pobreza, mais se fixa nosso olhar sobre os *pobres*, e menos se trabalha sobre os dinamismos sociais que configuram a causa do empobrecimento. No melhor dos casos, pretende-se promover as associações de moradores e se fala de “*empowering the poor*”; o que se traduz, geralmente, em um convite aos pobres a participar na gestão da sua própria assistência (MERKLEN, 2005, p. 113; *tradução nossa*)

Na medida em que são procedimentos que reforçam a concorrência por benefícios escassos (fomentam a divisão corporativa entre as massas), podem dificultar as tentativas de construção da solidariedade de classes. O chamado à “participação” ensaiado por esses programas sociais funciona, em muitas oportunidades, como mecanismos de despolitização das demandas e protestos dos setores subalternos (inclusive dificultando sua própria materialização na institucionalidade pública, já que o reconhecimento estatal de determinadas demandas não necessariamente implica no reconhecimento de direitos), podendo enfraquecer ou descaracterizar as próprias tentativas autônomas de organização (Cf. THWAITES REY, 2004, p. 32 et seq.).

De fato, setores do movimento de desempregados – como o MTD de La Matanza – que viriam a questionar fortemente a participação das suas organizações na gestão ou implementação de programas assistenciais (ainda nos casos que pudessem definir sua dinâmica com “certa independência” dos ditames governamentais), entenderiam “o assistencialismo como política de Estado para reconstruir desde as próprias organizações sociais uma cultura de domesticação” (FLORES, 2005, p. 20, *tradução nossa*).

Portanto, sem subestimar essa perversa “lógica participacionista” que atravessa a “concessão” da gestão das contraprestações dos programas sociais às organizações de desempregados – os próprios militantes se perguntam: “até que ponto os movimentos sociais de base conseguiram ‘fugir’ da lógica caudilhista e assistencialista que as políticas estatais promoveram”<sup>263</sup> –, não queremos deixar de assinalar os traços de resistência também presentes nessa “conquista”, assim como a construção de modelos de organização que se pretendem na contramão da histórica domesticação dos setores subalternos.

Tal como assinalávamos no capítulo anterior, as tentativas de auto-organização dos desempregados teriam o objetivo de reconstruir a solidariedade de classe nesses segmentos – “não queremos assistencialismo, nem esmola. Queremos solidariedade verdadeira” diziam os

---

<sup>263</sup> Pacheco (2007, *tradução nossa*).



militantes do MTD de La Matanza<sup>264</sup> –, não apenas politizando as políticas assistenciais, mas enfrentando os mecanismos de disciplinamento retratados nas práticas assistencialistas.

A tensão assistencialismo/auto-organização poderia ser observada em diversas experiências de luta da América Latina (desde o EZLN mexicano até experiências dos movimentos indígenas da Bolívia) que *desnudem essas práticas de uma “solidariedade” mistificada e esvaziada de antagonismos de classe*<sup>265</sup>.

Na verdade, é a situação de extrema pobreza e crise social que leva alguns movimentos de desempregados a disputar – não sem tensões<sup>266</sup> – o sentido e a apropriação desses recursos públicos: a administração “autônoma” das tarefas de contraprestação exigidas nos programas sociais teria o objetivo de fortalecer a organização territorial através de oficinas produtivas e da produção da sua subsistência, em uma tentativa de assumir as transformações sofridas pelo “mundo do trabalho”. Esses ensaios de auto-organização e enfrentamento das desigualdades sociais a partir de processos de luta e resistência seriam importantes não porque possibilitariam a estruturação de uma suposta “economia social” alternativa à exploração capitalista, mas pela sua aposta na reconstrução da solidariedade de classe quando a fábrica já não é um cenário viável de organização para esses segmentos.

[...] no princípio, toda a esquerda e os progressistas nos acusavam de pedir esmola, de reformistas, de ir ao encontro do assistencialismo, e não viam a consigna central da organização: trabalho, dignidade e mudança social [...]. Mas é também essencial destacar que os piquetes e os programas são um fator a mais da nossa luta [...]. Os programas são a realidade a partir da qual podemos nos organizar. Ou seja, não temos a possibilidade de tomar uma fábrica (militantes do MTD de Solano *in* MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES, 2003, p. 55-56, *tradução nossa*).

O controle direto dos programas sociais pelos desempregados buscaria evitar a intermediação dos municípios (sendo que, fundamentalmente na periferia urbana bonaerense, os mesmos funcionavam como recursos de controle e clientelismo territorial). Falamos de práticas políticas que confrontam e disputam com esses mecanismos subalternizantes de passivização da “questão social”. Nas suas próprias palavras,

<sup>264</sup> Flores (2005, p. 81; *tradução nossa*).

<sup>265</sup> Intelectuais do *Centro Cultural de la Cooperación* assinalam que esses movimentos “[...] demonstram que os setores populares podem se dar um tipo de organização autônoma contraposta à cultura do assistencialismo. O assistencialismo é o modelo predominante no imaginário coletivo das classes subalternas de nosso país, inclusive do resto de Latino América [...]. Com estas práticas, os setores dominantes têm conseguido silenciar e apagar da memória popular as lutas de gerações anteriores por obter reivindicações de classe” (*in* FLORES, 2005, p. 100; *tradução nossa*).

<sup>266</sup> Não deveríamos negligenciar que algumas experiências se constituiriam como verdadeiras máquinas “superpostas” de gestão dos programas, sendo chamados a organizar e selecionar os potenciais beneficiários, reproduzindo essa lógica perversa de subalternização.

Nós queríamos definir as tarefas a realizar, tínhamos idéias e projetos próprios para levar a frente, e quando as lutas eram firmes, nos sentimos fortes o suficiente para impor condições ao Ministério de Trabalho e exigir a autogestão dos programas de emprego (SOLANA, 2001, *tradução nossa*).

Para além das profundas contradições que essa dinâmica traz nas organizações, ela possibilita, em algumas experiências, o ensaio de critérios mais justos e solidários de distribuição, revertendo e disputando o sentido assistencialista e repressivo que os mesmos carregavam. Ainda que essa tenha sido uma experiência conjuntural e episódica (se calcula que em torno de 10% do total dos programas chegam a estar nas mãos de organizações de desempregados), que não alcança a materializar seu componente crítico em novas práticas públicas institucionais permanentes capazes de mudar a orientação da política social neoliberal e do Estado em face da “questão social”<sup>267</sup>, destacamos como positivo esse *ensaio de conquista e disputa dos recursos públicos*, que não são mais do que parte da riqueza socialmente produzida.

Referindo-se aos programas sociais, os desempregados expressam:

[...] são uma conquista dos trabalhadores desempregados, que nos custaram muitos mártires [...]. A autonomia pela que lutamos e conquistamos na administração desses subsídios, permite-nos atender algumas carências básicas, nos dá a oportunidade de organizar-nos e aprender a trabalhar sem padrões. Conseguir um programa de emprego na luta não nos conforma: significa um primeiro passo que abre consciências para novas reivindicações, novos sonhos e novas lutas. [...] O manejo corrupto dos programas de emprego pelos “caudilhos” é uma demonstração mais da perversidade de um sistema político que leva milhões de pessoas à miséria e ao desespero, utilizando essa situação para se perpetuar. Apropriados por nossas organizações, esses mesmos recursos se transformam, nos marcos das relações sociais e de trabalho que nos propomos, em um incentivo e um desafio para avançar na construção de poder popular para a Mudança Social (INTEGRANTES DO MTD ANIBAL VERÓN, 2003, *tradução nossa*).

É interessante assinalar que essas práticas de atuação político-social dos movimentos de desempregados a nível nacional, que se observam na década entrante, *evidenciam uma intervenção regressiva (repressiva e antidemocrática) do Estado em face da “questão social”*. Nesse sentido, não são poucas as experiências que produzem – ainda que não se proponham – leituras críticas dessa intervenção estatal que desnudam as mistificadas “políticas de integração” (o falso par “incluídos”/“excluídos” que encobre a dinâmica

---

<sup>267</sup> Consideramos que a posterior incorporação kirchnerista de algumas lideranças na condução de secretarias pertencentes ao Ministério de Desenvolvimento Social expressa mais uma tentativa de canalizar institucionalmente as demandas de alguns segmentos dos movimentos de desempregados – uma clara imagem de incorporação transformista –, que uma mudança mais progressiva na orientação da política social.

totalizante da exploração de classe) e as tentativas de passivização que buscam esconder os processos de organização e insubordinação que se expressam nas legítimas demandas dos trabalhadores desempregados.

Sabemos que a potência dessas lutas se sustenta muito mais nesse movimento de desnudar a lógica antagônica da exploração que produz uma expressão da “questão social” como o desemprego (movimento que, ao mesmo tempo, mostra seus traços de resistência), que em qualquer demanda de “inclusão social”. Entretanto, consideramos que essa capacidade “não prevista” de desnudar uma intervenção regressiva do Estado em face da “questão social” que se observa em algumas experiências analisadas não chegaria a ser aprofundada em práticas políticas capazes de assumir o necessário *dilema* da autonomia das classes subalternas sem subestimar a relação com o Estado e a utilização do fundo público. Não deveríamos deixar de assinalar que o inócuo eixo da suposta “dependência do Estado” para analisar a relação entre as massas subalternas e as políticas sociais<sup>268</sup>, em mais de uma oportunidade, “desarmaria” a potencia crítica dos debates travados por essas experiências.

Esses movimentos que desafiam a relação de subalternidade que o Estado estabelece no tratamento sócio-assistencial do desemprego mostram sua estreita vinculação com os mecanismos de controle e disciplinamento das lutas sociais, ou seja, sua funcionalidade com as estratégias repressivas e de contra-insurgência, e não conseguem reverter os parâmetros regressivos que se consolidam na abordagem da “questão social” dos próximos lustros (veremos traços de clara continuidade no perfil da política social), mas desnudam a dinâmica de exploração e os processos de insubordinação que a produzem e reproduzem.

Portanto, o que nos interessa resgatar é a *dialética do conflito* que se estabelece entre os programas sociais orientados à passivização das expressões da “questão social” realçadas nas lutas dos desempregados e as tentativas dessas experiências por reverter e disputar o sentido repressivo e assistencialista dessa intervenção.

Veremos que, em momentos de uma maior politização das classes subalternas, onde se renovam instrumentos político-organizativos associados também a uma mudança em processo da sua identidade de luta, essas vias transformistas encontram sérias dificuldades na sua tarefa

---

<sup>268</sup> Falso debate que não é capaz de mostrar suficientemente: 1) que o Estado sempre mediou a relação de acesso a direitos e benefícios sociais na sociedade burguesa (porque concentra a utilização do fundo público que não é outra coisa que uma porção da mais-valia socialmente produzida); 2) que a questão de fundo não seria uma suposta “dependência do Estado” e sim um paulatino deslocamento da relação de confrontação desses sujeitos com o capital (que em alguns momentos se torna difusa) para a confrontação direta com o Estado (evidenciando sua dificuldade para “administrar” essa população supérflua); 3) que existe um perigo de subestimar a necessária disputa da utilização do fundo público (de forma funcional às orientações neoliberais que se concentraram no retiro das classes subalternas de uma configuração mais progressiva do cenário estatal) e a importância do acesso a direitos sociais que atendam as demandas legítimas dos trabalhadores.

de consecução do domínio e subalternização das massas desempregadas. Falamos de cenários onde a assistencialização do desemprego corre o risco de ser remitida à totalidade social, desde a prática de movimentos de trabalhadores desempregados que questionam a realidade de exploração que significa não só o desemprego, mas a própria experiência do trabalho assalariado. Nas palavras de um militante:

[...] uma coisa é pedir trabalho, inclusive trabalho genuíno, e outra coisa é pedir trabalho e dignidade. Não digo que seja indigno, por exemplo, pedir trabalho à Repsol, ou que te dêem melhoras salariais. Mas o que é indigno é a exploração. E me parece que há que se começar a gerar outras relações. [...] temos bem claro que queremos abolir a exploração; mas a exploração não se abole a partir de uma idéia, mas de um processo, e aos poucos (MTD de Solano *In* MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 69; *tradução nossa*).

Ainda que esse questionamento da dinâmica de exploração que supõem tanto o desemprego quanto o trabalho assalariado seja “episódica”; ainda que a presença social das práticas que buscam confrontar a exploração se “dilua” com a própria “diluição” dos movimentos de desempregados no cenário de recomposição kirchnerista do domínio, elas expressam debates fundamentais que devem ser recuperados como um *momento de distanciamento e autonomização* das relações de dominação pelas classes subalternas.

**A consolidação de uma intervenção regressiva do Estado em face da “questão social”.** De forma sintética (e sem esgotar as características dos programas abordados) podem ser destacadas algumas linhas gerais de reflexão em torno desses programas sociais que se expandem até finais da década de 1990:

1) A própria iniciativa estatal de dar resposta ao problema do desemprego a partir de um programa social expressa que *o conflito social manifestado a partir do trabalho, outrora regulado/negociado na relação trabalho/Estado/capital, se torna, no cenário histórico analisado, objeto de intervenção assistencial, e uma tentativa de despoltização/diluição do dito conflito. Isto estaria revelando mudanças significativas num sentido regressivo nas formas de enfrentamento do conflito social por parte do Estado.* Por sua vez, essa realidade se corresponde com a *constituição de um padrão de intervenção social que busca obscurecer as relações e antagonismos de classe que perpassam a formação da “questão social”*: nesse contexto, os programas sociais em questão fazem parte do processo político-cultural de construção de um novo (e regressivo) conformismo nas classes subalternas, suportado na desorganização do trabalho.

2) Em segundo lugar, as conseqüências regressivas destes programas ficam evidenciadas se analisarmos seu *nulo impacto em termos de garantia de direitos e diminuição*

*das desigualdades*. Fazem parte de um padrão de intervenção social no qual as condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras são tratadas desarticuladamente, inclusive das condições de utilização/exploração da força de trabalho (GRASSI, 2003). Na “melhor” das hipóteses, eles têm servido residualmente para “conter” o conflito, assistindo economicamente (mas de forma insuficiente) a alguns desempregados.

- ✓ Seu *caráter focalizado* permitiu que esses programas se convertessem em recursos clientelistas para a “troca de favores” dos vários partidos da ordem, campanhas eleitorais, corrupção;
- ✓ Uma *implementação desarticulada, arbitrária e não planejada* (porque segue os “ritmos” do conflito social e dos “favores” eleitorais)<sup>269</sup>, que, em alguns casos, evidenciou uma desqualificação e des-profissionalização da intervenção na “questão social”;
- ✓ Uma *duração temporária do benefício* (podia ser trimestral, semestral, sendo que alguns tiveram entre 9 e 24 meses de vigência), submetido a interrupções por diversas contingências;
- ✓ Uma *seletividade no acesso com critérios intermitentes*;
- ✓ Um *benefício de baixa remuneração* que não alcança 25% do salário médio da economia, nem chega a 20% da cesta básica de subsistência, que o torna ineficaz, inclusive, como mera política compensatória;
- ✓ Um *benefício de baixa cobertura*, sendo que, no ano de 1998, atingia menos de 10% da população alvo potencial – não superaria os 428.000 beneficiários, segundo dados analisados pelo IEF-CTA (*in* LOZANO, 1999);
- ✓ Uma *estrutura de financiamento regressiva*, evidenciada não apenas pela inexistência de orçamento público permanente<sup>270</sup>, mas pela dependência sistemática do financiamento externo de organismos como o BM e o BID;
- ✓ Fazem parte de uma estratégia governamental que acaba convalidando a dinâmica regressiva do mercado de trabalho: ainda que produzindo nulos

<sup>269</sup> Segundo trabalho elaborado por IEF-CTA (*In* LOZANO, 1999), entre 1995 e 1996, anos de maior taxa de desemprego, existem 30 iniciativas simultâneas atacando problemas similares sem qualquer controle ou avaliação pública de seu impacto. Para setembro de 2000, a situação não apresenta grandes diferenças, sendo que se observam, no âmbito nacional (sem contar os programas similares alocados nas províncias) em torno de 92 programas de assistência social, dos quais 22 administrados pelo Ministério de Desenvolvimento Social (cf. CELS, 2003, p. 28).

<sup>270</sup> O trabalho do CELS (2003, p. 28) analisa que, em várias conjunturas de acirramento do conflito social, foram utilizados emergencialmente orçamentos da União destinados à atenção de catástrofes ou outras situações excepcionais.

impactos na situação social e na condição de emprego dessa força de trabalho, esses programas *funcionaram como mecanismos fundamentais no processo de reprodução em condições sub-valorizadas de segmentos da força de trabalho tanto empregada como excedente.*

3) Em terceiro lugar, um rápido mapeio das diversas formas que foram adquirindo esses programas, nos permite afirmar que se, no início dos anos 1990, cresceram em proporção ao aumento do desemprego aberto, subestimando problemas tais como o subemprego ou a precariedade do trabalho – buscando funcionar como uma “ilusão estatística” que disfarçasse seus alarmantes índices –, e subsidiaram as “cruas” políticas de flexibilização trabalhista, nos anos posteriores tornaram-se proporcionais aos crescentes níveis de protesto e conflito social. As *vinculações entre política social e política repressiva* tornaram-se evidentes a partir do momento em que esses programas se constituíssem como recursos de dominação fundamentais nas redes clientelistas.

A “aposta” das classes dominantes – onde o “*mix*” da resposta assistencial e repressiva é um mecanismo fundamental de enfrentamento das demandas legítimas das classes subalternas em cenários de crise política e enfraquecimento do seu domínio – ganha contornos específicos nas rebeliões do interior do país; multiplica-se e aprofunda-se nos eventos de dezembro de 2001 para conter a *débâcle*<sup>271</sup>; e cobra novas determinações na estratégia assistencial e repressiva duhaldista – onde “a repressão aberta ou encoberta se converteu em um complemento imprescindível do clientelismo social intensivo”<sup>272</sup>, nas palavras dos desempregados – que busca orquestrar um “golpe” contundente contra as organizações de desempregados.

### **3.2.2. A funcionalidade repressiva e contra-insurgente da estratégia de assistencialização do desemprego: a experiência do “*Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*” (2002)**

Não seria por acaso que Duhalde, no discurso que proferiu ao assumir a presidência, outorgada pelo voto da Assembléia Legislativa logo depois à crise de dezembro de 2001 que deriva em uma inédita sucessão desenfreada de vários presidentes em uma semana, afirmaria: “este governo que começa hoje se propõe alcançar três objetivos básicos: reconstruir a

<sup>271</sup> A cronologia tecida por Iñigo Carrera & Cotarelo (2003), mostra momentos dessa íntima relação.

<sup>272</sup> MTD Aníbal Verón (2003, p. 169; *tradução nossa*).

autoridade política e institucional, *garantir a paz social* e assentar as bases para a mudança do modelo econômico e social”<sup>273</sup>.

Abordaremos esse *programa social de alcance nacional* (PJJHD) que se articula para dar resposta a um *heterogêneo movimento de desempregados também de dimensões nacionais*, nos marcos da estratégia ensaiada por esse governo para a recomposição do domínio de classe: seria a mencionada “paz social”, produto do “golpe de graça” acionado contra essas organizações no Massacre da Ponte Pueyrredón, que *inaugura o uso da estrutura político-repressiva do Estado nacional* (em vista das anteriores repressões provinciais)?

Duhalde, que fora governador pela província de Buenos Aires nos anos mais “crus” da “década menemista”, e concentrara uma estrutura de controle assistencialista e de poder territorial em vários municípios da região que haviam sido históricos bastiões da organização política do PJ (onde operam figuras políticas e caudilhos de dúbio passado repressivo), seria a figura encarregada de evitar – por vias mais “contundentes” que as que seriam ensaiadas pelas posteriores tentativas de reconstrução kirchnerista do consenso – qualquer irradiação da experiência organizativa dos desempregados para o conjunto das classes subalternas.

Para os militantes do MTD Aníbal Verón,

As classes dominantes tem que reconhecer uma coisa: Duhalde teve habilidade para recompor a capacidade de dominação de um regime capitalista que, após as jornadas de 19 e 20 de dezembro de 2001, viu-se desconcertado e temeroso da dinâmica que pudesse tomar a luta popular. Isso foi possível graças a uma *hábil combinação de assistencialismo intensivo, algumas concessões aos setores em luta e boas doses de repressão aberta ou encoberta*, seguida de um manejo inteligente dos meios de comunicação (MTD ANIBAL VERON, 2003, p. 169; *tradução e grifos nossos*).

Antes de adentrarmos na caracterização do PJJHD (criado por este governo em janeiro de 2002), consideramos importante descrever sucintamente o contexto repressivo que se delinea com posterioridade à crise de dezembro de 2001 e ganha contornos agudos no Massacre da Ponte Pueyrredón (de 26 de junho de 2002), para compreender melhor sua funcionalidade com as estratégias contra-insurgentes acionadas para disciplinar os setores subalternos. Na visão dos desempregados,

Desde que assumiu Duhalde, os prefeitos do grande Buenos Aires retomaram o controle da assistência social e se propuseram disputar “as ruas com os piqueteros”, como diziam em suas reuniões do partido [PJ]. A partir de então, as formas repressivas se tornaram tão variadas quanto imprevisíveis. Em apenas seis meses, mataram Javier Barrionuevo em um

<sup>273</sup> *Apud* Duhalde fue designado por uma abrumadora maioria legislativa. *La Nación*, Buenos Aires, 2 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/>. Acesso em 15 junho 2008.

piquete em Esteban Echeverria, balearam uma mobilização frente à Municipalidade de Lanús e ameaçaram e intimidaram dezenas de companheiros (MTD ANIBAL VERON, 2003, p. 29; *tradução nossa*).

Os desempregados do MTD Aníbal Verón nos alertam sobre essas estratégias de contra-insurgência, nas quais “a repressão dos protestos faz parte de uma lógica maior: a criminalização da pobreza”. E explicam:

[...] a política de prevenção, sob a doutrina da Criminalização da Pobreza, tem como objetivo não pagar o custo político de reprimir uma mobilização. [...] o passo prévio a evitar uma repressão aberta é que a intimidação, as ameaças e a saturação de tropas na cidade e nos bairros sejam tais que nem sequer haja condições para que as pessoas se mobilizem. *Previne* difundindo o terror nas bases (*idem*, p. 175; *tradução nossa*).

Buscaremos compreender como o “*mix duhaldista*” (falamos da junção de uma resposta repressiva contundente e de um aumento vertiginoso dos programas de assistência ao desemprego, como via privilegiada de disciplinamento das lutas dos desempregados) retrata a forma privilegiada pelas classes dominantes para enfrentar segmentos consideráveis de uma população trabalhadora excedente que, nesse momento histórico, ameaça com a possibilidade de se tornar um catalisador potencial da organização autônoma das classes subalternas.

#### **O “mix” duhaldista pela “lente” da repressão: o Massacre da Ponte Pueyrredón.**

A medida de luta do 26 de junho de 2002, dirigida por parte de quatro importantes organizações de trabalhadores desempregados (MTD Aníbal Verón; Bloque Piquetero; Barrios de Pie; Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados [MIJD]), que contaria com a participação aproximada de 4.000 manifestantes, consistiria no bloqueio dos acessos à Capital Federal, sendo o quinto, a Ponte Pueyrredón – lembremos que é uma medida de luta de grande impacto, que vinha ganhando importância nas lutas dos desempregados pela sua capacidade para isolar a cidade.

Além disso, haveria, nesse mesmo dia, piquetes e mobilizações em pelo menos 12 das 23 províncias do país (Tucumán, Alta Gracia, Rosário, General Mosconi, Mar del Plata, Belén, Chaco). As reivindicações que motivavam o protesto, além de um pronunciamento solidário em face da ameaça do despejo da fábrica recuperada Zanón (*idem*, p. 28), eram:

- ✓ O pagamento dos programas sociais para aqueles que levavam meses sem receber
- ✓ O aumento do seu valor (de \$150 para \$300)
- ✓ Implementação de um programa alimentício sob a gestão dos próprios desempregados
- ✓ Insumos para escolas e postos da saúde dos bairros
- ✓ Despenalização dos lutadores sociais e o fim da repressão.



Embora o governo tivesse anunciado que os bloqueios de estrada não seriam permitidos – para o Secretario de Segurança Juan José Alvarez, as tentativas de bloquear os acessos à Capital Federal seriam considerados “uma ação bélica”<sup>274</sup> – e um certo “ar repressivo” pudesse ser respirado nos dias precedentes, nenhuma das organizações previu a contundência da repressão desatada.

Segundo o interessante trabalho de investigação desenvolvido pelo MTD Aníbal Verón (2003), a resposta repressiva haveria tido como precedente as pressões do PJ sobre o governo de Duhalde para a “contenção” do conflito, na tentativa por reverter uma “débil” imagem em face do FMI. Um colunista do Jornal Clarín expressou: “o governo já recebeu críticas de alguns setores que o vêem mantendo uma atitude ‘demasiado passiva’ frente aos bloqueios, e reclamam ‘mão dura’ com os piqueteros”<sup>275</sup>.

Mas o que se torna evidente naquela reposta é a *ação conjunta das forças de segurança interior para reprimir o conflito social*, medida de articulação inédita que vinha se delineando desde o início desse novo governo. Assim, inaugurando essa modalidade, atuaram conjuntamente forças federais (Gendarmeria, Prefeitura Naval, Polícia Federal) e forças provinciais (Policia Bonaerense), dispondo mais de 2.000 efetivos sob um mando comum<sup>276</sup>.

A brutal repressão desatada aparece como o ponto máximo de uma série de ações e perseguições que vinham se concretizando com os militantes do MTD Anibal Verón e de outras organizações de desempregados.

Tal como assinala o trabalho do CELS (2003), a atuação das forças de segurança no enfrentamento dos conflitos sociais nas mobilizações do período evidencia uma violação sistemática dos direitos humanos; atuação caracterizada pelas *violações aos princípios de proporcionalidade, excepcionalidade e necesidad no uso da força* (falta de graduação no uso da força, padrão violento de intervenção); pela *utilização injustificada de armas de fogo nos marcos dos protestos*; e pela *ausência de uma estrutura de mandos e de controle sobre os operativos*. Por sua vez, o discurso oficial em face dos casos de repressão dos protestos sociais – em algumas oportunidades, discurso contraditório e carente de unidade –, *deslegitimou sistematicamente as reivindicações sociais*, enfatizando a suposta responsabilidade dos grupos de manifestantes como fatores desencadeantes da resposta

---

<sup>274</sup> BRASLAVSKY, Guido. Buscan frenar cortes de puentes. *Clarín*, Buenos Aires, 19 de junho de 2002. Disponível em: <http://www.clarin.com.ar/>. Acesso em: 25 outubro 2008.

<sup>275</sup> *Idem* nota anterior.

<sup>276</sup> Declarações do chefe de *Gendarmeria* Hugo Miranda à Agência DyN, 27/06/02, 03.02 horas (MTD ANÍBAL VERON, 2003, p. 37; CELS, 2003, p. 129).

repressiva (a suposta ligação com “grupos guerrilheiros” nos principais jornais nacionais se tornou uma constante da época), e *reafirmou a legalidade das ações das forças de segurança*, expressando impunidade e inação judicial pela indeterminação de responsabilidades políticas.

Nos marcos desse padrão repressivo, a atuação das forças de segurança no Massacre da Ponte Pueyrredón – segundo a investigação do MTD Aníbal Verón (2003) – não teve instâncias de negociação prévias nem avisos (os militantes reconhecem que o bloqueio poderia ter sido evitado pelas forças de segurança, se esse fosse o objetivo pretendido<sup>277</sup>); contou com a participação de pessoal policial retirado; caracterizou-se pelo uso encoberto de munição de guerra (evidenciado nas fotos que mostram o recolhimento dos cartuchos para não deixar evidências); e se complementou com setores da mídia que, além de desinformar, mostrariam supostas “armas piqueteras”, as quais deviam ser responsáveis pelos assassinatos. Este massacre deixaria como saldo duas mortes de militantes pertencentes ao MTD Aníbal Verón (efetuadas a queima-roupa, situação registrada por alguns meios de comunicação) e um grande número de feridos (em torno de 90 pessoas, sendo que mais de 30 tiveram feridas de armas de fogo), detidos (160 pessoas, alguns dos quais denunciaram terem sido vítimas de tortura pela Polícia Bonaerense<sup>278</sup>) e processados (CELS, 2003, p. 130).

A partir dos órgãos governamentais, se nas horas posteriores ao massacre se enfatizaria a suposta responsabilidade dos desempregados nos assassinatos produzidos<sup>279</sup> – “os piqueteros se mataram entre eles”, “perigo subversivo” ou “armas piqueteras”, rezavam as notícias da mídia oficial –, dias depois seria feita a tentativa de se justificar os assassinatos na atuação de um suposto policial “maluco” que teria cometido “excessos”, ficando as responsabilidades criminais restritas ao comissário Fanchiotti e seus subordinados.

---

<sup>277</sup> É importante destacar que os MTDs, quando tomam medidas contundentes, procuram garantir canais de negociação para a colocação das suas demandas. Nas suas próprias palavras: “Nossos Movimentos, embora tenham um caráter político, são organizações reivindicativas, de base, que não existiriam se as medidas de luta – por mais intransigentes que se mostrem – não apontassem para a abertura de um canal de negociação para exigir às autoridades o cumprimento das demandas que originaram o protesto” (MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 92; *tradução nossa*).

<sup>278</sup> Nessa pesquisa são recuperados os depoimentos judiciais de alguns detidos que expressam ter sido ameaçados com frases como “lhes vai acontecer o mesmo que em ‘76”, ou “os vamos pôr na churrasqueira”, ou “isto é Avellaneda” (se referindo ao partido bonaerense que tem uma tradição de controle clientelista e territorial que expressa ligações sinistras com o recente passado ditatorial), ou também “bolches, lhes vai acontecer o mesmo que em ‘76” (*in* ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 53 et seq.; *tradução nossa*).

<sup>279</sup> Momento em que setores do governo procurariam levar à frente uma denúncia por delitos que violariam a Lei de Defesa da Democracia, enquadrada numa teoria de um suposto plano insurrecional em complô ao governo de Duhalde (causa que posteriormente seria abandonada). Ademais, no dia 27, na conferência de imprensa, o Ministro do Interior J. Matzkin pronunciou: “as ações que deixaram o trágico saldo de duas mortes constituem um plano de luta organizado e sistemático, que pode chegar a ameaçar e substituir a fórmula de consenso que a maioria dos argentinos escolhemos” (*apud* MTD ANÍBAL VERÓN, 2003, p. 95; *tradução nossa*).

Esta repressão marcou os limites do governo de Duhalde que, a partir da massiva reação popular, viu-se obrigado a anunciar o chamado para as eleições presidenciais. No entanto, este fato representaria um “golpe” forte para essas organizações e marcaria o começo de um afastamento paulatino (alimentado pela maioria dos meios de comunicação) daquela união temporária entre as lutas das classes subalternas e das camadas médias, que tinha ficado retratada na consigna “*piquete y cacerola, la lucha es una sola!*”.

**O “mix” duhaldista pela “lente” da política assistencial: o PJJHD.** Mas em que consiste o programa social em questão? Sem intenções de esgotar o debate, abordaremos o “*Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*” (PJJHD) que se constituiu como eixo central da política social do breve governo de Duhalde (2002).

É interessante assinalar que esse programa social apresenta algumas diferenças com as políticas sociais da década de 1990, relacionadas com sua abrangência nacional e sua significativa cobertura populacional, o orçamento envolvido, as novidades na modalidade de gestão, assim como a profusa legislação que o regulamenta. Buscaremos mostrar que essas diferenças para com as políticas sociais dos anos 1990 se explicam pela magnitude da degradação da vida social que sofre a Argentina do fim do século XX (lembramos que os programas de transferência de renda são uma constante da região latino-americana), mas também pela dimensão dos conflitos sociais que busca conter<sup>280</sup>: em momentos de profunda crise de hegemonia, o programa em questão representará um elemento importante de disputa na configuração do conflito social de classes, sendo que sua expansão nacional vertiginosa *funcionaria muito mais como um recurso de dominação orientado ao controle e visando a destruição dos movimentos de desempregados*, que como um mecanismo de universalização da proteção social e redistribuição social (ainda que tivesse impactos no nível de consumo dessas massas), tal como pretendiam as justificativas governamentais.

Para o MTD de Varela, “o fato de que nos tenham ‘enchido’ de programas foi uma tentativa de desmobilizar o movimento piquetero e enfraquecê-lo” (*in* MTD ANIBAL VERON, 2003, p. 152; *tradução nossa*).

Isso explicaria, para além daquelas diferenças com as políticas sociais da década de 1990, *a continuidade e o aprofundamento das tendências neoliberais na configuração da política social*. Observaremos que o perfil de focalização aparece acompanhado de traços mais delineados de assistencialização e contra-insurgência.

---

<sup>280</sup> Cf. Pautassi, Rossi & Campos (2003).

De fato, uma vez superada a situação de *default* em que se encontrava a Argentina, os organismos internacionais de crédito, particularmente preocupados pela “instabilidade política” da região, voltarão a financiar e orientar a política social. Nos próximos anos, da mesma forma que em outros países da América Latina que experimentaríamos rebeliões populares de envergadura, as intervenções dos organismos internacionais de financiamento – preocupados em garantir a continuidade de um modelo de acumulação orientado ao mercado externo, o superávit primário, o cumprimento dos compromissos da dívida, e fornecedor de força de trabalho “barata” para o centro capitalista – buscariam formatar o perfil da política social na lógica da “prevenção” e apaziguamento das lutas de classe.

Ao falar do primeiro empréstimo outorgado pelo BID para financiar alguns programas sociais, após o *default*, colunistas de um tradicional jornal argentino afirmam: “parte do dinheiro do BID será destinado para levar ajuda aos grandes conglomerados urbanos. São esses centros os que mais preocupam ao governo *no mapa de possíveis explosões sociais*”, sendo que “uma das mais beneficiadas será a província de Buenos Aires, que figura no topo da lista dos conflitos”<sup>281</sup>.

Nessa direção, o PJJHD, criado pelo decreto 565 de 3 de abril de 2002 – recuperando algumas proposições da Mesa do Diálogo Argentino, conformada por representantes do governo, das câmaras empresariais, organizações sociais, e da Igreja, em função de negociar propostas em face da crise econômica e sócio-política reinante –, através do seu 1º artigo, sintetiza a proposta de “universalizar” esse programa – “todos os chefes de lar desempregados gozarão do Direito Familiar de Inclusão social” – já esboçado no decreto 165 de 22 de janeiro de 2002 que enunciava a Emergência Social e Ocupacional<sup>282</sup>, a qual devia estender-se até 31

<sup>281</sup> GARCIA, Mariana e THIEBERGER, Mariano. Argentina recibirá 694 millones de dólares para programas sociales. *Clarín*, Buenos Aires, 14 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.clarin.com.ar/>. Acesso em 10 de agosto de 2008.

<sup>282</sup> O decreto 165/02 de janeiro de 2002 lança o PJJHD com as seguintes cifras de beneficiários: 20.131 em janeiro, 170.175 em fevereiro, 349.925 em março, 509.048 em abril. O decreto 565/02 de abril de 2002 propõe “universalizar” o programa configurando as seguintes cifras (supõem a soma dos beneficiários dos programas que dependem dos dois decretos): 1.074.650 (573.149 pertencem ao novo decreto) em maio e 1.639.711 (1.180.209 do novo decreto) em junho, e aumentando sistematicamente a partir daí até chegar, em maio de 2003, a uma cifra inédita de 1.992.498 beneficiários. Para tais cifras, c.f. Golbert (2004, p. 27), cujas fontes provêm da Secretaria de Seguridad Social (Direção Nacional de Políticas de Seguridad Social, com base em dados brindados pela Secretaria de Empleo). As cifras desse programa, analisadas por Andrenacci, Ikei, Mecle & Corvalán (2006), com base em dados do SIEMPRO, apresentam pequenas diferenças.

É interessante assinalar que várias fontes (referimo-nos a trabalhos de reconhecidos pesquisadores da área, bem como a depoimentos de movimentos sociais), expressam que o Ministério de Trabalho, através de uma instrução verbal, teria limitado a inscrição ao programa até 17/05/2002 (inclusive o CELS iniciou uma série de ações legais em defesa dos direitos dos usuários). O aumento sistemático dessa cifra para além dessa data permite pensar na hipótese da existência de mecanismos informais (e até clientelistas) de distribuição do benefício.

de dezembro de 2002 – situação que seria prorrogada até 31/12/03 e sucessivamente até 31/12/06.

O novo benefício assistencial de \$150 (em torno de 50 dólares), dependente do Ministério de Trabalho (MTEeSS) e administrado de forma descentralizada através dos Conselhos Consultivos, poderia estender-se a todo desempregado com filhos menores de 18 anos ou deficientes, jovens, mães grávidas ou idosos que não possuíssem fontes de renda ou benefícios previdenciários. Dentre as “condicionalidades” para receber o benefício se exige uma contraprestação que consiste em atividades (com uma duração diária de não menos de 4 horas e não mais de 6 horas) ou projetos comunitários, finalização do ciclo educativo formal, ações de formação e capacitação profissional, ou incorporação a uma empresa através de um contrato formal de trabalho (empresas responsáveis por completar o salário), assim como o calendário de vacinação e a assistência à escola dos filhos<sup>283</sup>.

A ampla rede que possibilitaria a descentralização operativa do programa teria a seguinte constituição, no fim de 2002: o Conselho Nacional, 22 conselhos provinciais, 1873 conselhos municipais, e alguns conselhos de bairros (com mais de 25.000 habitantes), aproximadamente, ainda que não todos com o mesmo nível de representação (GOLBERT, 2004). Sem intenções de avaliar o grau de intervenção e incidência dessas instâncias na configuração do programa (e os riscos de funcionar como mero mecanismo de deslocamento administrativo; a ausência de alocação orçamentária para seu funcionamento; a falta de transparência; as limitações profundas nas tarefas de fiscalização, monitoramento e avaliação dos seus impactos), interessa-nos ressaltar sua funcionalidade na estratégia duhaldista de apaziguamento das lutas sociais dos desempregados: com uma importante extensão nacional, os novos conselhos são uma espécie de tentativa de re-situar a administração dos polêmicos PJJHD nas malhas institucionais – desafiadas pela “gestão autônoma” proposta e conquistada pelos MTDs nos anos anteriores.

Se, de um lado, se observa o reconhecimento social e político de organizações como a CTA e a CCC para integrar, nesses espaços, a disputa e negociação institucional em torno desse programa social que continha a promessa de “universalização” (espaços integrados também por organismos da talha conservadora da SRA), essa situação é fortemente denunciada por outros setores dos movimentos de desempregados, que expressam:

---

<sup>283</sup> Cf. Decretos 165/02 e 565/02 do PEN, e *Manual de Instrucciones para Municipios y Consejos Consultivos* do MTEySS. Para uma análise detalhada do programa, podem ser consultados os trabalhos de Pautassi, Rossi & Campos (2003) e Golbert (2004).

[...] rechaçamos essa política de integração e cooptação proposta pelo governo e mantivemos um constante nível de denúncia e confrontação contra os intentos de manter os desempregados na miséria através da distribuição corrupta e clientelista dos programas de emprego (MTD ANIBAL VERON, 2003, p. 170; *tradução nossa*).

Estabelecendo mudanças na forma de implementação do programa social (pela via dos Conselhos Consultivos) e garantindo uma considerável expansão quantitativa, o governo de Duhalde ensaiaria tentativas pelo restabelecimento da gestão e distribuição da política social nos marcos institucionais<sup>284</sup> – até então, desafiada pelas lutas dos desempregados que disputavam sua “administração autônoma”. Para um setor dos desempregados,

[...] há uma mudança na política do governo em relação com as organizações populares e sua autonomia. Há um ataque direto, que se coloca através dos comitês de crise e do município: escondido na idéia da transparência, da democracia e da justiça se dá uma nova volta ao modelo tradicional de controle, de modo a não permitir que organizações que não estão dentro do aparato se desenvolvam (MTD de Solano *in* MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 147-148; *tradução nossa*).

Ou também:

[...] o governo queria tentar disciplinar o movimento social. E uma das ferramentas que utilizaria – a partir da implementação massiva do “Programa Jefes y Jefas de Hogar” – era a instalação das UGL [Unidades de Gestão Local]. Não era casualidade que, em cada bairro que tínhamos uma assembléia, eles fossem armando uma UGL, ou, inclusive, várias, naqueles bairros de maior influência nossa (MTD de Varela *in* MTD ANIBAL VERON, 2003, p. 152; *tradução nossa*).

Desse modo, não podemos deixar de reconhecer a coincidência do aumento exponencial do número de beneficiários nos meses de maio a junho de 2002 (que alcançava cifras que cresciam de 500.000 para mais de 1 milhão de beneficiários, com proporções que duplicavam as cifras do precedente PTR, inclusive no seu momento de auge) com a ofensiva repressiva retratada no Massacre da Ponte Pueyrredón sobre expressões mais radicais e dissidentes do movimento de desempregados. Portanto, *o aumento vertiginoso dos programas sociais se dá nos marcos de uma estratégia de recanalização do conflito de classes nos canais institucionais*.

Um alto funcionário da Cáritas (instituição religiosa filantrópica de envergadura que participou da Mesa de Diálogo Argentino que precede à criação do programa) teria expressado: “O Jefes/as [refere-se ao PJJHD] pôde deter bastante a explosão social que parecia certa; sua implementação foi muito oportuna”<sup>285</sup>. E o próprio Duhalde, na semana

<sup>284</sup> Cf. Maneiro & Gaitán (2005).

<sup>285</sup> *Apud* Golbert (2004, p. 34; *tradução nossa*).

prévia ao Massacre da Ponte Pueyrredón, teria afirmado que a confrontação com as organizações piqueteras “irá amainando na medida que os programas sociais se incorporem aos setores mais desfavoráveis da população”<sup>286</sup>.

O seguinte quadro nos permite sugerir uma relação entre a expressividade da luta dos trabalhadores desempregados (retratada no crescimento considerável do número de bloqueios no mês de maio), e o aumento vertiginoso dos programas sociais nos meses de maio-junho, em um contexto caracterizado pela tentativa das classes dominantes de recomposição da autoridade estatal – no qual o Massacre da Ponte Pueyrredón deveria funcionar como um marco repressivo capaz de destruir a capacidade contestatória que estava potencialmente delineada nessas lutas.

**Relação entre bloqueios, quantidade de beneficiários do PJJHD e índices de desemprego, subemprego, pobreza e indigência. Janeiro de 2002 – Maio de 2003**<sup>287</sup>

Período	Beneficiários do PJJHD*	Índice Desemprego	Índice Subemprego	Índice Pobreza	Índice Indigencia	Bloqueos
Jan-02	20.131					198
Fev-02	170.175					290
Mar-02	349.925					325
Abr-02	509.048					132
Mai-02	<b>1.074.650</b>	21,5%	18,6%	53%	24,8%	<b>514</b>
Jun-02	<b>1.639.711</b>					162
Jul-02	1.387.863					107
Ago-02	1.651.004					111
Set-02	1.820.756					67
Out-02	1.734.840	17,8% **	19,9%**	57,5%	27,5%	86
Nov-02	1.797.692					162
Dez-02	1.858.657					182
Jan-03	1.904.682					104
Fev-03	1.909.196					207
Mar-03	1.962.186					65
Abr-03	1.988.135					78
Mai-03	1.992.498	15,6%**	18,8%**	54,7%	26,3%	137

\* Total de PJJHD dos decretos 165/02 e 565/02

\*\* Esses índices de desemprego incluem o cômputo dos beneficiários do PJJHD na condição de “empregados”

Para dimensionarmos melhor o sentido político-ideológico do programa analisado – sua função de disciplinamento e controle das lutas das classes subalternas –, resulta importante mostrar outros elementos que assinalam seu *nulo impacto em termos de garantia*

<sup>286</sup> *Apud* MTD Aníbal Verón (2003, p. 81; tradução nossa).

<sup>287</sup> Re-adaptação do quadro elaborado por Maneiro & Gaitán (2005), com dados extraídos de Golbert (2004), Indec (2005) e Centro de Estudios Nueva Mayoría.

*de direitos e proteção social*: mais do que uma política de redistribuição social – que suporia uma coordenação (inexistente) entre política tributária mais progressiva e orçamento público destinado a políticas sociais –, constitui-se como um mecanismo de distribuição focalizada de benefícios assistenciais precários que não é suficiente sequer para superar a linha de indigência.

Se nos concentrarmos nas suas fontes de financiamento, podemos observar que, em 2002, o orçamento destinado ao PJJHD foi de aproximadamente \$2,4 bilhões, advindos dos cofres públicos nacionais e da realocação de recursos destinados a outros programas públicos (falamos de recursos nacionais porque desde o *default* Argentina estava inabilitada para contrair empréstimos com organismos internacionais), assim como de impostos e retenções às exportações (em torno de \$1.480 milhões). Já em 2003, o montante previsto teria sido de \$3709 milhões (representando 1% do PIB), financiado com recursos públicos nacionais e com um empréstimo do BM (de 600 milhões de dólares), outorgado no início desse ano<sup>288</sup>.

Portanto, a estrutura de financiamento do programa, durante os dois primeiros anos da sua implementação, permite-nos observar a *ausência de uma política de redistribuição social* pela inexistência de qualquer mudança do sistema tributário (manutenção de cargas assimétricas pela preeminência de impostos indiretos que gravam o consumo em detrimento de impostos à propriedade e à riqueza, e lembrando que as retenções às exportações que financiam parte do programa em 2002 são “minúsculas” se comparadas com os lucros extraordinários percebidos pelo setor com a saída da convertibilidade), assim como pelo apelo sistemático (a partir de 2003) a créditos externos de financiamento (dado que compromete a permanência e abrangência de qualquer política que se pretenda pública e universal). Tal como afirmam Pautassi, Rossi & Campos: “a menção de uma política redistributiva [...] fica reduzida à idéia de transferência de renda, realizando uma simples avaliação do destino do gasto, ignorando a origem dos fundos” (2003, p. 14; *tradução nossa*).

Se essas cifras permitem afirmar que, na conjuntura 2002-2003, o PJJHD teve uma eficácia relativa para aliviar a situação social do país, porque representa certa reativação da capacidade de consumo dessas massas excedentes (lembremos que, tal como pode se observar no quadro, em outubro de 2002, quando o PJJHD alcança em torno de 1.700.000 de

---

<sup>288</sup> Dados extraídos de Pautassi, Rossi & Campos (2003) e Golbert (2004). É interessante resgatar (para dar mais fundamento à nossa hipótese de afirmação de traços de contra-insurgência na política social) as palavras de um funcionário do BM que lembra que o primeiro empréstimo no valor de 600 milhões de dólares concedido em janeiro de 2003 para garantir os programas sociais em plena crise teria colaborado “para apoiar o governo na tarefa de *acalmar a situação social* e ajudar aos pobres”. Cf. El Banco Mundial destrabó un crédito para planes sociales. *Clarín*, Buenos Aires, 24 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar/>>. Acesso em: 15 julho 2008 (*tradução e grifos nossos*).



desempregados, mais da metade da população argentina era pobre), seus impactos nas condições de pobreza e indigência não são significativos: se sobre os índices de outubro de 2002 divulgados pelo INDEC, excluíssemos a renda proveniente dos programas em questão, os índices de pobreza (57,5%) e indigência (27,5%) ascenderiam a 58,1% e 30,5% respectivamente – entre maio e outubro de 2002 o PJJHD teria possibilitado a elevação da renda média dos lares indigentes de \$145 para \$218 mensais, sendo que o valor da cesta básica de alimentos era de \$408<sup>289</sup>.

A inclusão nos índices oficiais dos beneficiários do programa na condição de “empregados” permite observar uma relativa redução do desemprego (17,8%) e subemprego (19,9%) em outubro de 2002 – se comparados com a medição de maio, onde eram de 21,5% e 18,6%, como pode ser observado no quadro exposto. Mais uma vez, se excluíssemos a ponderação dos beneficiários do PJJHD, o índice de desemprego ascenderia de 17,8% para 23,6%, superando inclusive as cifras do mês de maio<sup>290</sup>. Essas cifras nos permitem afirmar que, a despeito do fato de que, em outubro de 2002, o PJJHD tivesse atingido em torno de 73% dos desempregados<sup>291</sup>, seu *nulo – e até regressivo – impacto nas condições de emprego da força de trabalho* das massas subalternas é visível.

Dentre os “usos e abusos” do PJJHD, além de uma mistificadora identificação estatística entre “beneficiários” e “trabalhadores empregados” (os beneficiários devem prestar uma contraprestação entre 4 a 6 horas diárias em alguma instituição, que é computada como “emprego” pelas cifras oficiais), podemos mencionar os *efeitos indiretos funcionais à precarização e superexploração da força de trabalho* – porque esses benefícios, em cenários de aumento acelerado do desemprego, funcionariam como um salário mínimo encoberto (muito mais depreciado que o verdadeiro) que pressionaria negativamente para a desvalorização dessa força de trabalho<sup>292</sup>. Não por acaso, as taxas de informalidade do período 2003-2005 assinalam índices que se aproximam de 50% da PEA.

Do ponto de vista da situação de desemprego das massas trabalhadoras, o tipo de programas que estamos tratando: a) *supõem atividades residuais, de baixa qualificação e sem impactos progressivos na situação e nas condições de emprego dos destinatários*: segundo

<sup>289</sup> Cf. NUDLER, Julio. Puro maquillaje para la desocupación. *Página 12*, Buenos Aires, 29 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/>>. Acesso em 14 setembro 2008.

<sup>290</sup> Idem nota anterior.

<sup>291</sup> Dado extraído de Golbert (2004, p. 36).

<sup>292</sup> Esse efeito perverso é verificado nas pesquisas que o IEF-CTA desenvolve desde a década de '90. Cf. também Pautassi, Rossi & Campos (2003).

dados oficiais<sup>293</sup>, entre setembro de 2002 e setembro de 2003 apenas 5,3% dos beneficiários do PJJHD conseguiram um emprego registrado (120.000 trabalhadores, que em média recebem um salário 46,7% inferior à média dos trabalhadores já registrados), sendo que, desse total, 79% possuía uma experiência prévia de emprego formal; b) *são funcionais aos processos de precarização da força de trabalho e de empobrecimento dessas massas*: segundo dados analisados por um destacado Jornal nacional, mais do 60% dos beneficiários do PJJHD em todo o país que aparecem como “empregados” nas cifras do INDEC desenvolvem atividades de contraprestação precárias e desqualificadas na administração pública<sup>294</sup>; c) *retratam o tratamento assistencial de populações excedentárias para as necessidades de acumulação do capital*: apesar da existência de um componente do PJJHD que prevê a reinserção no mercado de trabalho, dados oficiais de setembro-outubro de 2002 revelam que, do total dos beneficiários que realizam uma contraprestação, 87% participa em projetos comunitários<sup>295</sup>, orientados à sobrevivência dessas massas desempregadas.

Para além da sua abrangência, o PJJHD se encontra longe da sua pretensão universal – a generalização de um benefício não pode ser confundida com uma política universal – não apenas pelo seu caráter temporário (ligado à situação nacional de “emergência ocupacional”), mas também por ser uma resposta que tem nulos impactos em termos de redistribuição social. Por outro lado, os trabalhos e informes de organismos como o CELS e do IEF-CTA, buscam mostrar que, sobretudo nos primeiros anos de implementação do programa, não existem mecanismos transparentes de distribuição e fiscalização, redundando na inexistência de recursos públicos administrativos ou judiciais de apelação (em face das inúmeras situações de corte de programas, também utilizado como instrumentos de pressão sobre os movimentos de desempregados), assim como na ausência de informes oficiais sistemáticos que avaliem seus verdadeiros resultados.

Por estarmos falando mais de *uma intervenção assistencial que atua sobre os efeitos do desemprego, que de um mecanismo capaz de incidir progressivamente sobre as condições de emprego e o mercado de trabalho* – não podemos denominar como “direito” um benefício

---

<sup>293</sup> Informe do Ministério de Trabalho cujos dados são analisados por Del Bono & Gaitán (2005, p. 13).

<sup>294</sup> NUDLER, Julio. Puro maquillaje para la desocupación. Op. Cit.

<sup>295</sup> Pautassi, Rossi & Campos (2003, p. 23) analisam um estudo da Secretaria de Emprego do Ministério de Trabalho realizado em 2003, a partir do qual observam que 74,3% dos beneficiários do PJJHD realizam uma contraprestação, dos quais 87% participa de projetos comunitários; 7% fizeram cursos de capacitação; 2% freqüentaram a escola; 1% trabalharam em empresas; e 3% era classificado como “outros”.

submetido a critérios de alocação e que se pretende uma “ajuda não-remunerativa”<sup>296</sup> – devemos reconhecer sua estreita vinculação com as práticas de dominação clientelistas.

Sem pretensão de ignorar o silencioso trabalho de construção, pela mídia oficial, de um “senso comum” adverso nas camadas médias da sociedade argentina em torno do PJJHD pela sua suposta dificuldade de “favorecer uma cultura do trabalho” nos segmentos pobres (o qual, na realidade, expressava uma condenação moral e de classe da relação tensa de disputa e negociação desses recursos públicos entre organizações de desempregados e governo), é necessário reconhecer as inúmeras denúncias que mostraram seu uso clientelar e corrupto: desde prebendas partidárias que envolveram os partidos da ordem até “gratificações” para funcionários públicos, policiais federais, militares, foram usos frequentes<sup>297</sup>.

Interessa-nos resgatar, retomando os debates traçados no capítulo anterior, a funcionalidade do PJJHD com o aprofundamento das estratégias transformistas e repressivas das classes dominantes argentinas ensaiadas desde a década de 1990, que se orientam ao apaziguamento das lutas dos movimentos de desempregados – o clientelismo como forma privilegiada de ação em face da atuação inorgânica das classes subalternas. Portanto, trabalhamos com a hipótese de que sua principal tarefa, mais do que incidir nas precárias condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras – em face dos limites estruturais desse perfil de política social, ela funciona como paliativo emergencial em condições de extrema crise social e econômica –, seria de controle e disciplinamento de qualquer forma potencial de contestação. Para os desempregados,

O uso clientelar da assistência estatal por parte do aparato político próprio [refere-se ao duhaldismo] se transformou no principal recurso de controle social, aprofundando a dependência das estruturas do Estado, consolidando a queda das condições de vida e fomentando a resignação e a passividade (MTD ANIBAL VERÓN, 2003, p. 169-170; *tradução nossa*).

---

<sup>296</sup> Cabe assinalar o caráter *mistificado* dessa nomenclatura e da idéia de “ajuda social” – utilizada de forma indiscriminada por intelectuais da área, funcionários governamentais e até dirigentes de movimentos sociais – que não apenas reproduz a desresponsabilização estatal em face da “questão social”, como obscurece a vinculação entre o fundo público que financia as políticas sociais, e a riqueza socialmente produzida (porção da mais-valia social na forma de fundo público).

<sup>297</sup> Colunistas do Jornal Clarín, a partir dos dados obtidos na sua investigação sobre os destinatários do PJJHD, afirmam que mais da metade do total “são filiados a algum partido político, e ficam com 125 milhões de pesos dos 234 milhões que o Estado paga por mês por esses programas [...] na sua maioria, pertencem ao peronismo [381.000 programas] e ao radicalismo [190.300 programas]”. E ainda, “enquanto o setor dos protestos de rua [refere-se aos movimentos de desempregados] maneja entre 150.000 e 200.000 programas (entre 10% e 14% do total), os partidos políticos controlam muito mais: seus filiados recebem 837.500 programas, ou seja, 51% deles”. SAVOIA, Claudio e CALVO, Pablo. *Planes sociales: más de la mitad son para afiliados a los partidos*. Clarín, Buenos Aires, 11 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com.ar/>>. Acesso em: 15 julho 2008.

Reconhecendo o PJJHD como expressão mais acabada da funcionalidade dos programas de assistência ao desemprego com essas formas “primitivas” de dominação (na lógica repressiva da recomposição duhaldista da dominação de classe no cenário de crise de hegemonia), propomos as seguintes reflexões:

- 1) Ainda que o PJJHD possibilite certa reativação (não depreciável) da capacidade de consumo das massas subalternas em uma conjuntura socioeconômica de crise extrema, *não representa um mecanismo capaz de reverter a indigência e incidir progressivamente nos índices de pobreza*, expressando a continuidade de um padrão de intervenção social que trata essas situações de forma desarticulada respeito da realidade de “desemprego” maciço;
- 2) Falamos de um perfil de política social que não apenas é insuficiente para facilitar/viabilizar a reinserção dos beneficiários no mercado de trabalho (o que suporia outra orientação econômica, sem subestimar o lugar estrutural da política social no capitalismo contemporâneo), como *atua de forma funcional dentro dos processos de precarização e superexploração da força de trabalho ativa* (ao funcionar como um encoberto salário mínimo, muito inferior a seu valor real) que são uma *condição* da dinâmica de acumulação contemporânea;
- 3) Ao priorizar como possíveis beneficiários os desempregados com filhos<sup>298</sup>, o PJJHD *se configura como um benefício assistencial focalizado que estipula uma diferença entre “desemprego” e “pobreza” incapaz de garantir qualquer medida universalista que produza impactos positivos na redução das desigualdades sociais*;
- 4) O tratamento assistencial e “epidêmico” do desemprego retratado no PJJHD deve ser compreendido nos marcos das *estratégias sociais contemporâneas orientadas à “administração bárbara”* (DULCICH, 2008) *de segmentos populacionais que se tornaram excedentários para as necessidades de acumulação do capital*;
- 5) O programa em questão é expressão acabada da *afirmação de um traço de “contra-insurgência” na política social* que se vê chamada a responder à reação contestatória (ainda que inorgânica) das classes subalternas, mas *impossibilitada de garantir qualquer medida mais profunda que incida de forma progressiva na dinâmica atual (cada vez mais depredadora) de exploração do trabalho*.

---

<sup>298</sup> Ainda que a letra do novo programa estipulasse a incorporação de jovens desempregados e desempregados maiores de 60 anos, o trabalho do CELS elaborado por Pautassi, Rossi & Campos (2003) sugere o atendimento residual desses segmentos nos primeiros anos da sua implementação.

A seguir analisaremos como o PJJHD transcenderia o governo de Duhalde, mas seria uma “herança” que o governo de Kirchner buscaria modificar.

### **3.3. Algumas “mudanças” da política social no cenário kirchnerista de recomposição do domínio: despolitização e aprofundamento da assistencialização**

Várias são as razões que explicam a reorganização da política social observada no governo Kirchner a partir do período 2004-2005; processo que tem como alvo principal a reestruturação do PJJHD. Em termos políticos, era necessário garantir uma resposta social que reconhecesse algumas demandas reivindicadas nas lutas dos desempregados, evitando os traços de contestação e resistência acionados pelos desempregados no enfrentamento da “questão social”. Nos primórdios dessa gestão, um militante assinala,

Nós não vemos indícios que nos façam pensar que o governo tenha intenção de mudar as relações de poder na Argentina, ou de fazer uma mudança estrutural [...] no nível da assistência social, o governo tem tomado medidas que, ao nosso ver, não respondem às necessidades populares, tais como fechar a cota de subsídios aos desempregados. Não há nenhum programa de assistência massiva adequado à situação de emergência social que vivemos no país<sup>299</sup>.

Mas as “mudanças” estariam por vir. Como parte das tentativas de reativação econômica e de resolução da profunda crise política e social que buscam recompor a “hegemonia ameaçada”, a reorganização da intervenção social do Estado se relaciona tanto com a pretensão de melhoria da eficácia dos programas sociais na redução dos alarmantes índices de pobreza e indigência; de reversão de uma imagem social negativa associada com “práticas clientelísticas”; de “normalização” institucional dos procedimentos de implementação da política social (retomada do controle, exclusão paulatina dos movimentos de desempregados mais contestatórios do cenário de negociação e incorporação de algumas demandas desses segmentos); como com as “novas” orientações dos organismos internacionais de financiamento em matéria de política social – sempre “atentos” ao “convulsionado” cenário latino-americano que se desenha como consequência da catástrofe social derivada da implementação do receituário neoliberal desde a década de 1990.

Ainda que não pretendamos oferecer um tratamento profundo das razões e características que assumem os novos programas sociais da gestão Kirchner (2003-2007) – remetemos o leitor a trabalhos bem fundamentados e pesquisas em andamento que oferecem

---

<sup>299</sup> Palavras de um militante do MTD de Lanús. Trabajo, dignidad y cambio social. *Rebelión*, 19 de janeiro de 2004. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org). Acesso em: 5 agosto 2007 (tradução nossa).

análises pormenorizadas e mostram detalhadamente essas características<sup>300</sup> –, interessa-nos mostrar certos *traços de continuidade e consolidação da dinâmica de assistencialização (e apaziguamento das lutas sociais)* que vinha caracterizando a intervenção social do Estado dos últimos lustros, agora, nos marcos de um novo cenário de recomposição do domínio de classe.

Começamos analisando as “recomendações” do BID que nortearam a reestruturação da política social que abordamos. A proposta de empréstimo (pelo valor de 500 milhões de dólares) desse organismo, elaborada em 2004<sup>301</sup>, tem como “condições”: a manutenção de um *contexto macro-econômico favorável* [o que também significa certa “obediência” aos ditames dos organismos internacionais de financiamento e a garantia permanente do superávit primário]; o empreendimento de ações de *reforma nos setores de desenvolvimento social, educação, saúde* [o que explica a reforma das políticas sociais em curso, ainda que sem alterar estruturalmente as orientações regressivas da década neoliberal passada]; a proteção do gasto público relacionado com *um conjunto de programas prioritários* [que poderia ser interpretado como uma advertência para as classes dominantes que foram enfraquecendo sua capacidade hegemônica com opções *transformistas*, sobre a necessidade de manter, inclusive em períodos de crise, determinadas “concessões” ao conjunto das classes subalternas], dentre outros.

O citado documento alerta sobre a necessidade de diminuir determinadas “incertezas estruturais” para recuperar os investimentos. Para tanto, dever-se-ia

[...] consolidar instituições públicas sólidas que garantam governabilidade através de uma maior seguridade jurídica [o que também explica o férreo controle da conflitividade social ensaiado], o respeito aos direitos de propriedade [percebe-se o “fantasma” da onda de saques e das experiências de recuperação de fábricas falidas do último lustro] e uma gestão pública transparente e eficiente [advertência que alerta sobre a precariedade das estratégias clientelistas ensaiadas na década passada] (BID, 2004, p. 3; *tradução nossa*).

Nos parâmetros do reeditado “crescimento econômico com equidade”, as estratégias do governo e do BID apontariam para uma “modernização e racionalização” dos programas de assistência, entendidos a partir da necessidade de “promover maiores graus de focalização das políticas que permitam concentrar os esforços na superação da indigência e a pobreza no país [...]”. Assim, a reestruturação da política social expressaria uma

[...] transição, desde a estratégia de emergência, até uma política permanente de inclusão social baseada na inserção de jovens e adultos em atividades produtivas [donde a necessidade de estabelecer uma nítida separação entre

<sup>300</sup> Cf. as pesquisas e informes do CELS, sobretudo, Campos, Faur & Pautassi (2007); os trabalhos do IEF da CTA (2006); assim como também as análises de Matusевич & Seiffer (2007); Del Bono & Gaitán (2005), dentre outras.

<sup>301</sup> Cf. BID. Programa Sectorial Social: Argentina Avanza. Propuesta de Préstamo (2004).

aqueles segmentos ainda ‘empregáveis’ e aquelas massas supérfluas ou “in-empregáveis” orientadas para programas diferenciados], no acesso equitativo [equidade que não é igualdade] à saúde e educação de toda a população, e no sustento condicionado de rendas dos mais pobres [porque o tom das contrapartidas e “condicionalidades” será a característica desses programas de transferência de renda que não constituem direitos] (*idem*, p. 5; *tradução nossa*).

Referindo-se ao PJJHD, e reconhecendo que a “estratégia teve êxito no sentido de ter aliviado a situação de emergência” (apesar dos seus nulos impactos no mercado de trabalho, êxito também avaliado a partir da sua capacidade de reconstrução da mencionada “paz social”), o documento do BID afirma que teria sido criada

[...] uma situação preocupante devido à rápida expansão do número de beneficiários de programas de transferência de renda [...], o que incrementou a importância do gasto público na manutenção do nível de renda da população. A rede de proteção social sofre [...] de um grande número de beneficiários inscritos em um programa de empregabilidade, enquanto que, por sua situação, deveriam estar inscritos em um [programa] de assistência (*idem*, p. 9; *tradução nossa*).

Refletiremos nas próximas páginas sobre o sentido histórico e político de estabelecer, uma vez alcançado certo “apaziguamento” das lutas dos desempregados, essa diferenciação entre segmentos ainda “empregáveis” e as massas supérfluas que devem ser remitidas a programas assistenciais – diferenciação proposta pelo BID e assumida na orientação da política social do governo Kirchner.

### 3.3.1. Do sentido político-ideológico da “mudança”

Na verdade, ainda que os discursos e resoluções do Ministério de Desenvolvimento Social apontassem a necessidade de programas sociais que abordassem distintamente as situações de “empregabilidade” e “vulnerabilidade social” dos beneficiários do PJJHD<sup>302</sup>, como principal justificativa para a *reformulação da política social* desde o ano 2004, é necessário reconhecer que *os traços de resistência e contestação desenhados pelas lutas dos desempregados na configuração e enfrentamento da “questão social”* dos últimos anos também estão na base dessa mudança que tem como foco principal a reestruturação do PJJHD.

<sup>302</sup> No processo de reestruturação da política social, o PJJHD devia se restringir aos desempregados “com possibilidade de serem empregados” (são palavras do Vice-ministro de Desenvolvimento Social na época, Daniel Arroyo), criando novas respostas para os segmentos tidos como “vulneráveis” ou “não empregáveis”, que, na verdade, retratam de forma clara aqueles segmentos *estancados na condição de supérfluos* para as necessidades de acumulação do capital. Cf. El Plan Familias: una iniciativa para reducir los subsidios a Jefes y Jefes de Hogar. *Clarín*, Buenos Aires, 25 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.clarin.com.ar/>. Acesso em: 20 fevereiro 2008.

Inclusive, é importante destacar que a relação existente entre a afirmação desse organismo oficial que reza que a “integralidade e *articulação territorial das políticas que executa o Estado* conformam uma ferramenta estratégica para reverter a exclusão social”<sup>303</sup>, e o diagnóstico ensaiado pelo Informe desenvolvido nos marcos do PNUD em 2002 – que assinala que “a *ausência de políticas territoriais* tem sido a característica que define às políticas sociais”<sup>304</sup> –, não pode obscurecer o fato de ser essa uma *denominação nova* nas intervenções sociais públicas do Estado posteriormente à multiplicação de uma série de debates político-organizativos nas classes subalternas que colocam a *importância da luta territorial na disputa de classes*.

Sem pretensões de reduzir os programas sociais abordados a uma única dimensão – pelo qual remitimos ao leitor a diversos trabalhos mais vastos que retratam outras determinações essenciais da política social analisada –, concentrar-nos-emos na hipótese da funcionalidade política dessa estratégia com as “tentativas pós-crise” das classes dominantes, de *recanalização e controle da organização territorial das camadas subalternas*: lembremos que os processos organizativos que estão na base da constituição dos movimentos de desempregados que tratamos supuseram um distanciamento paulatino das redes clientelistas e repressivas do PJ na segunda metade da década de 1990 – e sua estrutura de creches, restaurantes populares e centros comunitários, que funcionaram como suportes de implementação de precárias políticas sociais do período –, cristalizando momentos de confronto e ruptura com essas instancias de dominação, cujo ápice se observa com a crise de dezembro de 2001.

Desde o “senso comum” adverso às demandas dos movimentos de desempregados, alimentado pela mídia oficial – afirma um colunista que “a distribuição dos programas sociais será chave para tratar de enfraquecer grupos mais duros, já que os grupos mais dispostos ao diálogo eram premiados”<sup>305</sup> –, até as aguçadas leituras dos movimentos de desempregados que, durante o primeiro semestre de 2004, protagonizam inúmeras manifestações para resistir à redução e reorganização dos programas sociais<sup>306</sup>, trazem indícios que nos permitem

---

<sup>303</sup> Extraído da fundamentação do Programa Famílias. Disponível em: <http://www.desarrollosocial.gov.ar/>. Acesso em: 7 julho 2008 (*tradução e grifos nossos*).

<sup>304</sup> Cf. Informe do PNUD: Aportes para el Desarrollo Humano de Argentina/2002. Desigualdad y Pobreza, novembro de 2002 (*tradução e grifos nossos*).

<sup>305</sup> Cf. THIEBERGER, Nicolas. Ofensiva del gobierno para limitar a los piqueteros duros, *Clarín*, Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.clarin.com.ar>. Acesso em: 14 fevereiro 2008.

<sup>306</sup> Klachko (2006) observa que no primeiro semestre de 2006, período em que crescem os objetivos político-corporativos e gerais que mobilizam às organizações de desempregados – se comparados ao predomínio dos objetivos econômico-corporativos do primeiro semestre de 2002 –, suas ações de luta estão muito centradas na



justificar a estreita vinculação que existe entre a reestruturação da política social proposta pelo governo Kirchner e as tentativas de desarticulação das lutas dos desempregados: *a reorganização da assistência social seria essencial no sentido de confrontar determinados traços de resistência e disputa acionados pelos desempregados nas formas de enfrentamento da questão social*. As palavras de dirigentes piqueteros, durante uma manifestação do período, expressam que a redução dos programas sociais “faz parte de uma estratégia comum da Nação e da Província para tentar quebrar o movimento piquetero”<sup>307</sup>.

A política Kirchnerista, caracterizada como “nem paus, nem programas” por um militante dos MTDs (PACHECO, 2007), visaria a desestruturação da potência organizativa germinal das lutas dos desempregados: com o “contudente” precedente do Massacre da Ponte Pueyrredón, antes que “paus”, seria mais eficiente a divulgação de um “senso comum” que apontasse a um setor dos movimentos de desempregados – os “duros” – como “violentos”, “marginais” ou até “preguiçosos” (no “gosto” das visões mais conservadoras de algumas camadas médias). Por sua vez, a incorporação paulatina de dirigentes e militantes piqueteros em funções públicas e de governo teria mais conseqüências de *decapitação transformista* desses movimentos de desempregados que qualquer possibilidade de ampliar a permeabilidade do Estado em face das demandas dos subalternos. Um dirigente do MTD Evita afirmou: “Minha missão será integrar o movimento popular, as organizações do povo, a militância, ao Estado. Essa articulação aproximará o governo ao povo, e isto empurrará as mudanças que fazem falta para melhorar a situação das pessoas”<sup>308</sup>.

Portanto, tendo como pano de fundo o *controle* do espaço de influência das legítimas reivindicações dos desempregados por respostas públicas sociais, a reorganização da assistência em “novos” marcos institucionais não reverteria a lógica da assistencialização do desemprego – inclusive, a reativação relativa do mercado de trabalho, que poderia então ser observada, conviveria com índices de “informalização” e precarização que se tornam permanentes.

---

resistência à redução e remanejamento dos programas sociais pelo governo. Nesse reclamo, jornadas nacionais de luta organizadas simultaneamente por diversas forças piqueteras se superpõem: o 12 de maio se realizam aproximadamente 150 bloqueios de estradas, pontes e ruas em todo o país; o 27 e 28 de maio se repetem (nesse último dia se realizam bloqueios em 13 províncias); de 14 a 18 de junho na Semana Federal de Luta; sendo que a segunda jornada de homenagem aos militantes assassinados no Massacre de Avellaneda reúne em torno de 50 mil pessoas na Ponte Pueyrredón.

<sup>307</sup> Cf. Los piqueteros marchan ahora contra La Plata. *Clarín*, Buenos Aires, 27 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.clarin.com.ar>. Acesso em: 14 fevereiro 2008.

<sup>308</sup> Pérsico *Apud* Integrar la militancia al Estado. *Clarín*, Buenos Aires, 19 de novembro de 2005. Disponível em: [www.clarin.com.ar](http://www.clarin.com.ar). Acesso em: 23 janeiro 2009.

Os programas de assistência ao desemprego – criados pelo governo de Menem para conter o descontentamento que cresce no final da década de 1990 em face da catástrofe econômica e social provocada pelas contra-reformas neoliberais; massificados na estratégia social e repressiva que o duhaldismo orchestra para dar resposta às crescentes demandas dos movimentos de desempregados; reestruturados no governo de Kirchner que busca desarticular o poder de negociação e de pressão exercido por esses sujeitos na orientação da política social, nos marcos de uma estratégia de reconstrução do domínio – se aprofundam e ganham centralidade na estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais das classes dominantes argentinas, adquirindo contornos funcionais aos mecanismos de contra-insurgência e apaziguamento das forças potenciais de resistência das camadas subalternas.

### 3.3.2. Os “ritmos” da reorganização da política assistencial

O decreto do PEN 1506/04 enuncia a reformulação da política social, cujos objetivos principais se orientam à “promoção da cultura do trabalho” e à “inclusão da população mais vulnerável, com eixo na pessoa e na família”. Os programas nacionais que estruturarão essas mudanças são: o “*Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social Manos a la Obra*”, o “*Plan Nacional de Seguridad Alimentar El Hambre más Urgente*”, o “*Plan Familias*” (os três, dependentes do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS), e o “*Plan Integral de Promoción del Empleo Más y Mejor Trabajo*” (Dependente do Ministério de Trabalho - MTEeSS, da mesma forma que o PJJHD). Para esse fim, se estabelecem os procedimentos pelos quais esses dois ministérios classificarão os beneficiários do “polêmico” PJJHD segundo sua condição de “empregabilidade”, para sua realocação em novos programas de transferência de renda: o “*Seguro de Capacitación y Empleo*” (SCeE) do MTEeSS estaria orientado para aqueles segmentos ainda “empregáveis”, e o “*Programa Familias por la Inclusión Social*” (PFIS) dependente do MDS, seria orientado ao atendimento dos “inempregáveis”<sup>309</sup>.

---

<sup>309</sup> O trabalho de classificação dos beneficiários do PJJHD realizado pelo MTEeSS e pelo MDS justifica que essa diferenciação responderia à necessidade de aplicar políticas diferenciadas para as seguintes situações: 1) políticas de formação que melhorem a situação de emprego ou ações de intermediação e re-inserção no mercado de trabalho para segmentos “empregáveis” com mais ou menos dificuldades e possibilidades de vender sua força de trabalho – segundo o MTEeSS, o SCeE foi criado com o objetivo de garantir “um esquema de políticas ativas de emprego que brindem apoio aos trabalhadores desempregados do PJJHD na busca de emprego, na atualização das suas competências laborais e na sua inserção trabalhista” –; 2) benefícios assistenciais para segmentos inativos (idosos ou mulheres com filhos dependentes), considerados “inempregáveis” – seriam os destinatários do PFIS, orientado a “famílias em situação de vulnerabilidade e risco social”. Cf. decreto do PEN 1506/04; informações extraídas de [www.trabajo.gov.ar](http://www.trabajo.gov.ar) e [www.desarrollosocial.gov.ar](http://www.desarrollosocial.gov.ar) (acesso em: 7 maio 2008); assim como Campos, Faur & Pautassi (2007, p. 26).

Propomos focar nossa atenção nos programas sociais que estão na órbita do MDS e se apresentam como superadores dos problemas e limites observados no PJJHD, lembrando que esse ministério expressa que sua ação visa “[...] o desenvolvimento humano, levando adiante uma política social de caráter integral *centrada na pessoa, na família e o território* desde uma concepção de direitos e obrigações com equidade; potenciando a *coesão do tecido social*”<sup>310</sup>.

Buscaremos mostrar que, para além da reorganização pretendida, essas políticas não conseguem superar o *padrão de assistencialização do desemprego e da exploração* que estrutura as respostas sociais do Estado em face da “questão social” desde os últimos lustros – *hipertrofia da resposta assistencial no enfrentamento das desigualdades sociais* –, assim como *evidenciam uma utilização dos benefícios assistenciais com funções de contra-insurgência, tendentes à desarticulação de qualquer potencial organizativo nas classes subalternas*.

Analisando a continuidade da lógica que estrutura esses programas, podemos visualizar como, em momentos de aumento exponencial do desemprego e da precarização (desproteção) do trabalho (como o que vem sendo observado desde a década de 1990), a política assistencial passa de seu papel clássico – ser uma política social não contributiva que assegura o atendimento de contingências sociais, assim como das necessidades insatisfeitas pela renda do trabalho, pela condição geracional ou por limites físicos e mentais, ou seja, que atinge aqueles segmentos pobres ou inaptos para produzir das classes trabalhadoras – para funções que alcançam também *segmentos desempregados aptos para o trabalho* (mas desnecessários para a produção). Nas palavras de Mota (2008a), mais que um mecanismo capaz de garantir proteção social, a assistência social se constitui como um *fetice social*, a partir do qual analisaremos as *tendências de mistificação e moralização* presentes nesse tipo de política social centrada no indivíduo e na família, a qual, além de supor uma *profunda despoltização das desigualdades de classes* (tratadas através do binômio inclusão/exclusão e na preocupação pela “coesão e harmonia social”), não representa impactos significativos do ponto de vista da reversão do desemprego, da geração de renda ou da formação qualificada da força de trabalho.

Uma das vias privilegiadas na reestruturação do PJJHD que nos interessa destacar é o “*Programa Famílias por la Inclusión Social*” (PFIS), componente de transferência de renda do “*Plan Famílias*”, considerado “[...] central como política de Estado. Tende a promover os valores que produzem coesão, articulam e fazem possível uma vida harmoniosa em família e

---

<sup>310</sup> Resolução 825/05 do MDS (*tradução e grifos nossos*).

em sociedade”<sup>311</sup>. O PFIS se orienta aos beneficiários do PJJHD interessados em “migrar” e que tivessem um nível educativo inferior ao segundo grau completo (classificados dentro da faixa dos “não empregáveis” pela sua baixa qualificação) e com dois ou mais filhos menores de 19 anos, ou deficientes de qualquer idade (sendo que é condição que o titular do benefício seja a mãe)<sup>312</sup>. Financiado com fundos nacionais e empréstimos internacionais, e dando continuidade à lógica dos programas de transferência de renda patrocinados pelo BID e BM<sup>313</sup> na América Latina, o vice-ministro de Desenvolvimento Social na época, explica: “estamos modificando o conceito (de assistência) desde o desemprego à pobreza estrutural, fortalecendo a política de infância, e quebrando a situação de pobreza intergeracional”<sup>314</sup>.

O programa enuncia o objetivo da “proteção e integração das famílias em risco social”, privilegiando dois componentes: 1) transferência monetária não remunerativa; 2) promoção familiar e comunitária (supõe ações de promoção, serviços e prestações sociais nas áreas de educação, saúde, capacitação para o trabalho e desenvolvimento comunitário).

Desse modo, as famílias com filhos menores de 19 anos ou deficientes de qualquer idade que optassem pelo traspasso (de um programa a outro) poderiam ser beneficiárias da transferência monetária (a resolução do MDS 693/07 estabelece um aumento do benefício que chega a um teto de \$305 para uma família com 6 filhos, que equivale a um valor que se aproxima aos 100 dólares); não exige uma contraprestação de trabalho (embora sejam exigidas contrapartidas de escolarização e vacinação para os filhos, assim como controle da gravidez); e é compatível com a recepção de outras rendas, sempre e quando não superem o salário mínimo na sua totalidade. Ainda, o novo programa prevê bolsas para jovens e adultos

---

<sup>311</sup> Descrição do “Plan Familias”, extraída de [www.desarrollosocial.gov.ar](http://www.desarrollosocial.gov.ar) (acesso em 27/09/08).

<sup>312</sup> Na resolução mencionada, o PFIS se orienta aos beneficiários do “Subprograma de Ingreso para el Desarrollo Humano” e para os beneficiários do PJJHD que cumprissem com esse perfil e optassem pelo traspasso, explicitando a possibilidade de incorporação futura de novas famílias “em face de circunstancias excepcionais que assim o justifiquem”, prioritariamente em zonas identificadas pelo MDS como “vulneráveis” ou de “risco social”.

<sup>313</sup> Jornais Nacionais e fontes oficiais mencionam empréstimos outorgados por esses organismos tanto nos momentos de auge da crise social e econômica de 2002 e 2003 para financiar o PJJHD (para meados de 2002 o BID teria outorgado um empréstimo de 692,2 milhões de dólares e em janeiro de 2003, o BM o teria feito no valor de 600 milhões de dólares, segundo jornais consultados), quanto para a reorganização da política social assistencial: em 2006, o BID teria habilitado um empréstimo de 700 milhões de dólares (a proposta de empréstimo do BID de 2004 já mencionada, fala de 500 milhões de dólares) e o BM de 350 milhões de dólares para esses fins (Cf. BID, 2004; Resolución MDS 648/06 de 28/02/06; Jornal Clarín de 14/05/02, 28/08/05, 18/01/06, 24/03/06).

<sup>314</sup> As palavras são do Vice-ministro de Desenvolvimento Social na época, Daniel Arroyo, retratadas no Jornal Clarín de 25/10/04 (*tradução nossa*). Pode se observar que tanto essa justificativa, como as contrapartidas exigidas para os beneficiários desses programas (escolarização e vacinação dos filhos, controle da gravidez, capacitação da força de trabalho dos jovens), coincidem com a lógica de programas como Bolsa Família no Brasil.

que queiram completar seus estudos, assim como Centros Integradores Comunitários que prestam serviços no nível local.

É interessante observar os sucessivos esforços ensaiados desde 2004 pelo governo Kirchner, destinados a dissolver o protagonismo do PJJHD na estruturação da política social nacional. Relançado em diversas oportunidades, e com aumentos paulatinos no valor da prestação (desde o começo se encontrou acima do montante do outro programa, até duplicá-lo), acompanhado de “oficinas de sensibilização para o traspasso” dos beneficiários do PJJHD (organizadas nos bairros e espaços territoriais escolhidos pelo MDS), o PFIS, em 2005, alcança timidamente 284.000 famílias, cobrindo 14,25% dos lares pobres argentinos (contra as 750.000 que se enunciavam oficialmente para finais desse ano)<sup>315</sup>, e chega, em dezembro de 2007, a 539.386 famílias (representando em torno de 38% dos lares pobres), das quais 311.926 correspondem a beneficiários que “migraram” do PJJHD (100.848 só em Buenos Aires, quase triplicando o número de traspassos de outras províncias). Para essa data, o PJJHD ainda congrega 776.907 beneficiários (273.167 correspondem a Buenos Aires), superando inclusive os números do novo programa<sup>316</sup>. Talvez não fosse por acaso essa abrangência territorial que tem como alvo destacado a província de Buenos Aires, região que, até poucos anos antes, expressava não apenas críticos índices de pobreza e desemprego, como também um leque amplo de organizações territoriais de multiformes movimentos de desempregados.

Devemos destacar que, para além das tentativas discursivas do governo Kirchner por configurar um novo perfil da política social (integralidade e articulação territorial das ações, recuperação do Estado e da coesão social, pretendida vinculação entre políticas sociais e emprego), são evidentes os traços de *continuidade* com a lógica neoliberal que configura essa política desde a década de 1990, aprofundando, inclusive, a *hipertrofia da assistência social*

---

<sup>315</sup> Campos, Faur & Pautassi (2007) assinalam que as leis de orçamento prevêm uma cobertura menor da anunciada nos momentos do lançamento da proposta em 2004: em 2004, a cobertura prevista no orçamento seria de 510.000, em 2005 de 294.333, em 2006 de 420.000 e em 2007 de 636.000.

Inclusive, diante desses dados, é interessante assinalar que esse padrão de cobertura tampouco é atingido em um cenário em que os índices de pobreza são significativos, e onde poderiam ser ampliadas as margens de cobertura desse programa para além dos beneficiários do PJJHD. Trazemos as seguintes interrogações: por que, a pesar do fato de que o planejamento orçamentário previa a possibilidade de ampliar os beneficiários do PFIS (e em face da dificuldade de efetivar a “migração” voluntária desde o PJJHD) não se incorporaram outras famílias que reunissem os requisitos necessários? Será que essa situação responderia só a causas orçamentárias? Ou será que o PFIS devia funcionar mais como uma tentativa de desestruturação do polêmico PJJHD, e não tanto como uma medida eficaz de enfrentamento do empobrecimento das famílias argentinas que poderiam ser potenciais beneficiárias desse programa? Essas perguntas demandariam ser respondidas com uma pesquisa mais profunda sobre a própria dinâmica de implementação desse programa, excedendo as possibilidades do nosso trabalho.

<sup>316</sup> Dados extraídos do Informe de Gestión: Programa Familias por la Inclusión Social. Resumen Ejecutivo, 2007, do Ministério de Desenvolvimento Social.

na estruturação da política social pela impossibilidade de atingir, com políticas econômicas mais progressivas, a própria configuração do mercado de trabalho e o padrão de exploração da força de trabalho – cada vez mais desprotegida, desvalorizada, superexplorada. Lembremos que, tal como mostramos nos capítulos precedentes, o “sucesso” da reativação econômica que se observa mais claramente desde 2003 se sustenta em (ou tem como condição) baixos salários e índices de “informalidade” inéditos na história do país.

Ensaçando críticas às “coberturas pretensamente universalistas, desenvolvidas de forma homogênea e verticais”<sup>317</sup>, a política social do governo em questão não consegue superar a *lógica da focalização* recomendada pelos organismos internacionais de financiamento, nem o *papel subsidiário do Estado* que se propõe garantir “mínimos sociais” (na melhor das hipóteses). Mais do que isso, a distinção entre segmentos “empregáveis” e “vulneráveis” (os usuários de programas como o PFIS) adotada pelos novos programas aprofundam a dita lógica, ao tempo que não conseguem superar a dinâmica de assistencialização do desemprego – ainda que sejam programas na órbita do MDS, e alguns deles não tenham a proposta de estabelecer relações sistemáticas com o mercado de trabalho, esses programas devem ser analisados também na sua *relação com a reprodução de segmentos da classe trabalhadora consolidados na condição de supérfluos*, isto é, na sua relação com a “administração bárbara” de desempregados crônicos que se tornam excedentes para as necessidades de acumulação do capital.

Dialogando com a análise dos programas assistenciais do MDS<sup>318</sup> proposta por Matusevicius & Seiffer (2008), podemos observar alguns pressupostos regressivos que os sustentam. Fundamentados no objetivo de produzir “inclusão social”, os programas tratam a fome e o desemprego como problemáticas que são produto de uma crise conjuntural – remetem-se à situação de emergência social, ocupacional e econômica produzida a partir da crise de 2001. Propostas de “economia social”<sup>319</sup> que buscariam “converter o indigente ou

---

<sup>317</sup> Discurso “Recuperar el Estado y la cohesión social” da Ministra de Desenvolvimento Social, A. Kirchner. Disponible em: [www.desarrollosocial.gov.ar](http://www.desarrollosocial.gov.ar). Acesso em: 3 agosto 2008.

<sup>318</sup> Referimo-nos aos programas “*Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social Manos a la Obra*”, “*Plan Nacional de Seguridad Alimentar El Hambre más Urgente*” e “*Plan Familias por la inclusión social*”.

<sup>319</sup> O “*Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social Manos a la Obra*”, dependente do Ministério de Desenvolvimento Social (Resolução MDS 1375/04), é criado nos primeiros meses de 2004, com o objetivo expresso de fomentar o desenvolvimento local e a economia social, e contribuir com a melhora da renda das populações em situação de “vulnerabilidade social”. O programa propõe apoiar em termos financeiros e técnicos empreendimentos produtivos (na forma de cooperativas ou experiências de autogestão) que funcionem como alternativas de trabalho e auto-sustento para esses grupos.

desempregado em micro-empendedor”<sup>320</sup> seriam capazes – na explicação oficial – de oferecer soluções para essas problemáticas através do auto-abastecimento de alimentos e da geração de “projetos sustentáveis” que, pelo aproveitamento de capacidades ociosas, poderiam estabelecer articulações com a economia formal e, ainda, recuperar “uma cultura do trabalho” que evitasse a consolidação de vínculos de dependência próprios dos benefícios assistenciais tradicionais.

Além de serem programas sociais que investem explicitamente na modificação comportamental do indivíduo e da família como parte da solução das necessidades sociais (reeditando traços ultraconservadores na política social), o indivíduo e a família continuam aparecendo como responsabilizados pela sua reprodução social: seja pelo fomento da criação de micro-empresendimentos, ou da “capacitação” como mecanismos de reversão das necessidades de emprego; seja pelo lugar central que adquire a mulher como principal responsável da reprodução social da família, aprofundando para ela um papel arcaico e subalterno nas relações de gênero. Segundo dados oficiais de agosto de 2007 obtidos pelo MDS, 91,6% dos titulares do PFIS são mulheres, sendo que constitui uma condição do programa a titularidade feminina<sup>321</sup>.

Por sua vez, a pesquisa de Campos, Faur & Pautassi (2007) mostra que o valor oferecido por esse programa – ainda que tenha experimentado sucessivos aumentos desde seu lançamento, ele não prevê mecanismos legais de reajuste que protejam seu valor real em função da forte inflação que se observa nos últimos anos, em um contexto de denúncias e conflitos pela manipulação dos dados do INDEC<sup>322</sup> – não atinge a cesta básica de alimentos fixada para uma família de 5 membros que delimita a linha de indigência (\$ 465,64 para abril de 2007) e, ainda que consideremos que o PFIS é compatível com outras fontes de renda, sempre que não superem o teto do salário mínimo (\$ 800 para a época), inclusive nesses casos, esse valor total não seria suficiente para superar a situação de pobreza (o valor da cesta básica total é de \$ 996,48). Nesse sentido, ainda que, em outubro de 2007, o programa atinja

---

<sup>320</sup> Na leviana expressão de um colunista do Jornal Clarín. BLETA, Atílio. Los planes sociales no tendrán aumento hasta las elecciones. *Clarín*, Buenos Aires, 28 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.clarín.com.ar>. Acesso em: 10 março 2008.

<sup>321</sup> *Informe de Gestión: Programa Familias por la Inclusión Social. Resumen Ejecutivo, 2007*, do Ministério de Desenvolvimento Social.

<sup>322</sup> Em 2007, fortes conflitos trabalhistas e institucionais, que acabam em demissões e afastamento de cargos da direção da EPH, denunciam a manipulação dos dados relativos ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) que incide nos cálculos de desemprego, pobreza e distribuição de renda, situação que vulnera ainda mais a confiabilidade desses dados.

em torno de 37,5% dos lares pobres argentinos (contra 14,2% em 2005)<sup>323</sup>, seus impactos em termos de redistribuição e redução das desigualdades sociais são claramente residuais.

Orientados por objetivos de reconstrução da “coesão do tecido social”, exigindo contrapartidas que os descaracterizam como possíveis direitos sociais<sup>324</sup>, os programas sociais em questão apresentam um conteúdo moralizador sobre situações de pobreza, desemprego e exploração das massas subalternas. Isso se deve ao fato de que o ponto de vista que os norteia está impossibilitado de oferecer uma visão que as articule com as relações sociais de produção, como expressões multifacetadas de uma “questão social” que é intrínseca às relações sociais capitalistas. Quando é interdita a crítica da economia política, é evidente a moralização das relações sociais e de trabalho retratada na mistificada tentativa de “reconstruir uma cultura do trabalho” para segmentos supérfluos às necessidades de acumulação do capital!

A própria idéia de uma “economia social” capaz de satisfazer as necessidades de emprego dos crescentes segmentos de desempregados que configuram os índices argentinos pode “pecar” de (pretensa ou ilusória) mistificação<sup>325</sup>. Não apenas porque resulta difícil imaginar como esses micro-empresendimentos produtivos (enquanto políticas públicas) poderiam conviver de “forma paralela” com as tendências de expulsão e superexploração da

---

<sup>323</sup> Dados do *Informe de Gestión: Programa Familias por la Inclusión Social. Resumen Ejecutivo, 2007*, do Ministério de Desenvolvimento Social.

<sup>324</sup> Não podemos caracterizar o programa em questão como um direito social adquirido porque não existem mecanismos administrativos de reclamo e se inibem as possíveis vias judiciais, sendo que o termo de compromisso que deve ser assinado para aceder ao PFIS expressa: “El Programa Familias garantizará la continuidad del subsidio durante la migración. En caso de no cumplimiento de los compromisos asumidos, podré ser dado/a de baja del Programa Familias y por ende dejar de percibir el beneficio, que será restituído en la medida en que se vuelva a demostrar la asistencia escolar y la realización de los controles de salud de mis hijos/as y/o niños/as a cargo y de las embarazadas del grupo familiar. Dejo expresa constancia de que una vez cumplido el período de vigencia y desarrollo del Programa Familias, o que por distintas circunstancias deje de ser beneficiario/a del mismo, dejaré de percibir este beneficio sin tener derecho a reclamo alguno” (*apud* CAMPOS, FAUR, PAUTASSI, 2007, p. 37).

Por sua vez, o não cumprimento das contrapartidas de saúde e educação dos filhos pode causar a suspensão dos benefícios, implicando na “culpabilização” das famílias em face de situações sociais que envolvem o caráter precarizado e as dificuldades de acesso a políticas sociais mais abrangentes, como saúde, educação, moradia, dentre outras.

<sup>325</sup> Estamos falando de uma proposta de política pública que, para além da enunciada perspectiva de “desenvolvimento local”, não tem demonstrado ainda diferenças substantivas com os principais limites dos programas de fortalecimento de micro-empresendimentos produtivos, próprios do final da década de '90. Entretanto, não subestimamos os esforços de organizações e coletivos sócio-culturais (integradas por artesãos, desempregados, pequenos produtores rurais), que têm investido na construção de experiências de produção e comercialização diferenciadas dessa lógica de “administração” residual do desemprego – inclusive porque, quando elas vêm da mão de experiências organizativas, outras mediações devem ser consideradas na análise –, nem negligenciamos a importância das suas reivindicações por políticas públicas ou econômicas mais progressivas. O MST brasileiro é exemplo dessas importantes tentativas de organização da produção em outros parâmetros político-ideológicos.



força de trabalho ensaiada pela dinâmica do modelo de acumulação contemporâneo, mas também porque (inclusive para além da boa vontade e compromisso que possa existir em técnicos e profissionais envolvidos) constituem atividades de escassa produtividade – pela incapacidade técnica, mas fundamentalmente pelo caráter supérfluo da maioria das experiências – que acabam sendo funcionais a esses processos de precarização e desproteção crescente do trabalho. Por sua vez, não resulta claro quais seriam as diferenças substantivas com aqueles programas que, já desde os finais da década de 1990, ofereciam financiamento e recursos técnicos para a criação de micro-empresendimentos produtivos entre as massas empobrecidas e os desempregados (como o PEL do governo da Aliança), que se mostraram absolutamente insuficientes para deter o empobrecimento generalizado ou produzir impactos progressivos nas condições de vida e de trabalho desses segmentos.

Reconhecendo a necessidade de pesquisas que problematizem o debate em torno da população excedente (e a categoria marxiana de exército industrial de reserva) em relação às profundas transformações que caracterizam o capitalismo contemporâneo<sup>326</sup>, podemos estabelecer algumas relações com os programas sociais mencionados. Mas, antes, recuperemos algumas cifras para tornar a análise mais concreta.

### **Índices de pobreza, indigência, desemprego e subemprego – 2003/2006 (total de aglomerados urbanos)**

Período	Pobreza (% de pessoas)	Indigência (% de pessoas)	Desemprego	Subemprego
2º semestre 2003	47,8 (48,5*)	20,5 (23,5*)	15,4 (III- 21,4 e IV- 19,7***)	11,5 (4,9**)
1º semestre 2004	44,3 (45,3*)	17 (19,7*)	14,6 (I- 19,5 e II - 19,1***)	10,6 (4,8**)

<sup>326</sup> O interessante debate em questão supera amplamente as possibilidades da nossa pesquisa, mas podemos assinalar algumas interrogações que se desprendem do tratamento do nosso objeto. Um estudo sobre o tema demandaria, além de uma cuidadosa interlocução com autores que debateram com a categoria marxiana do exército industrial de reserva nas últimas décadas – como Nun, Kowarick, Souza Martins e Oliveira, entre outros –, uma leitura profunda das determinações contemporâneas do capitalismo que permita não apenas ponderar a mudança nas proporções dos segmentos do exército industrial de reserva, mas também a própria categoria à luz dos processos de desemprego atuais que podem estar assinalando o crescimento considerável da população relativa estagnada (em termos de Marx) e até do pauperismo (o chamado “peso morto” do exército industrial de reserva). Será que não é insuficiente à análise afirmar que esses cada vez mais amplos segmentos aptos para o trabalho, mas forçados socialmente à ociosidade, são *funcionais* à lógica de valorização do capital? Ou seriam mais *desnecessários* (podendo ser potencialmente “problemáticos” do ponto de vista político) que *funcionais* nas atuais condições da vida social? Não foi essa a “ameaça” representada pelos trabalhadores desempregados que começaram a organizar esses segmentos supérfluos na experiência argentina?

Uma pesquisa interessante sobre a relação entre a população excedente e as políticas sociais vem sendo desenvolvida na área de Serviço Social da UBA por Seiffer (2007), cf. também Matusevicius & Seiffer (2008).

2º semestre 2004	40,2 (40,9*)	15 (18,2*)	12,6 (III- 17,6 e IV- 16,2***)	10,1 (4,6**)
1º semestre 2005	38,9 (39,8*)	13,8 (16,1*)	12,5 (I- 16,6***)	8,9 (3,8**)
2º semestre 2005	33,8 (34,6*)	12,2 (14,2*)	10,6	8,6 (3,8**)
1º semestre 2006	31,4 (31,7*)	11,2 (11,9*)	10,9	7,9 (3,6**)
2º semestre 2006	26,9 (27,7*)	8,7 (9,8*)	9,5	7,5 (3,5**)

\* índices de pobreza e indigência excluindo a incidência da renda do PJHD

\*\* índices de subemprego não demandante

\*\*\* índices trimestrais de desemprego (podem equivaler ao trimestre I, II, III ou IV do ano) excluindo os beneficiários dos programas de assistência ao desemprego.

Fonte: INDEC-EPH. Os índices trimestrais de desemprego efetivo, que excluem os beneficiários dos programas sociais foram extraídos de Del Bono & Gaitán (2005), com base em dados do INDEC.

Se lembrarmos a morfologia do “mundo do trabalho” que foi se configurando desde os finais da década de 1990 (em meados da década, as pesquisas do PIMSA indicavam porcentagens de 63% da PEA como população excedente<sup>327</sup>), atingindo índices *inéditos* de “informalidade” (em torno de 50%) e desemprego em 2003 (supera o 20% se excluimos a “maquiagem” dos programas sociais)<sup>328</sup>, podemos compreender melhor a hipertrofia da resposta assistencial como via privilegiada no tratamento do desemprego – expressão social gritante da “questão social” analisada.

Nessa direção, o trabalho de Matusevicuis & Seiffer (2008), com base nas pesquisas do PIMSA mencionadas – para as quais as mudanças qualitativas no regime de exploração da força de trabalho expressam alterações nas proporções em que se apresenta a população excedentária –, estabelece interessantes relações entre os programas assistenciais do MDS e as tendências de perda da centralidade da modalidade latente e de *um aumento dos segmentos característicos da forma flutuante e estagnada* (inclusive da superpopulação operária consolidada na condição de supérflua), na chave da categoria marxiana do EIR (exército industrial de reserva). São interessantes as diferenças observadas pelas autoras entre programas como “*Hambre más Urgente*” e “*Familias*”, e programas como “*Manos a la*

<sup>327</sup> As pesquisas de Iñigo Carrera & Podestá (1997), Podestá (1999) e Iñigo Carrera, Podestá & Cotarelo (1999) indicam que para meados da década quando se observa um crescimento do PIB de 7.5% anual (no período 91-94) e da produtividade de 5.4% anual, aproximadamente 30% da PEA apresentava problemas de inserção no mercado de trabalho (desempregados e subempregados), sendo que os 2/3 da PEA assinalados como população excedente incluíam além dos índices de desemprego (que seria a forma visível da superpopulação relativa), os segmentos encobertos em determinadas formas de assalariamento estatal ou na pequena produção mercantil.

<sup>328</sup> Dados do INDEC analisados por Del Bono & Gaitán (2005) para os quatro trimestres de 2003, mostram alarmantes taxas de emprego informal (49.5 / 49.2 / 49.5 / 49.5) e índices de desemprego efetivo, sem contabilizar a incidência dos programas de assistência ao desemprego (26.6 / 23 / 21.4 / 19.7).

*Obra*”, do ponto de vista da relação como os processos de exploração da força de trabalho e valorização do capital.

Desse modo, programas como “*Manos a la Obra*” evidenciam uma nova relação das respostas assistenciais com o crescimento da desproteção do trabalho (ainda se observam índices de emprego informal que chegam a 40% em 2007!) e o incremento daqueles segmentos que poderíamos identificar na modalidade *flutuante*, ou seja, de trabalhadores sujeitos a oscilações de emprego e desemprego da sua força de trabalho, em face dos quais pode ser importante a manutenção de determinados atributos produtivos pela via destes programas assistenciais (por exemplo, de jovens que devem ser disponibilizados para “arcaicos” processos de trabalho). Por sua vez, o programa em questão também funciona compensando a renda (e evitando uma degradação máxima) de uma força de trabalho cuja ocupação é absolutamente irregular e que se vende muito abaixo do seu valor (modalidade *estagnada*), e fornecendo meios de vida para famílias cujos membros já não conseguem vender sua força de trabalho (consolidados no *pauperismo*, ainda que podendo ser aptos para o trabalho, mas não necessários para o capital). Ao se referir a essa última tendência, as autoras assinalam que esses programas funcionam também, em determinadas oportunidades, mais como mecanismos indiretos de subsídio ao capital (pela compra de insumos sobrevalorizados ou pelo fomento de capitais que não se valorizam normalmente), que como possibilidades de redistribuição significativa.

Já ao observar os programas do primeiro grupo (“*Hambre más Urgente*” e “*Famílias*”) que se destinam a trabalhadores que possuem ocupações absolutamente irregulares (falamos dos segmentos *estagnados*, que podem oferecer mão de obra barata e pouco qualificada para certos ramos de exploração) ou que estão consolidados no *pauperismo* (sua força de trabalho não tem interesse para o capital), se torna visível sua *funcionalidade com a lógica de contra-insurgência e contenção do conflito de classes* que busca bloquear qualquer tentativa de organização dessas massas supérfluas nos movimentos de desempregados – talvez a função desses programas seja muito mais política (de “administração da barbárie”<sup>329</sup>) que econômica, fundamentalmente, pelas relações residuais desses segmentos com os processos de valorização do capital.

Assim, se recuperarmos os elevados índices de pobreza (44,3%) e indigência (17%) apontados no quadro, os quais ainda persistem para o primeiro semestre de 2004 quando se busca reorganizar a assistência social (lembrando que, em outubro de 2002, essas cifras

---

<sup>329</sup> Em termos de Dulcich (2008).

atingem 57,5% e 27,5%), podemos visualizar claramente como, em um contexto em que se torna necessário diluir o protagonismo do PJJHD pela sua constituição como recurso de barganha das organizações de desempregados, multiplica-se um conjunto de programas assistenciais que têm como alvos privilegiados a família ou o indivíduo (moralizando e despolitizando as desigualdades de classe e a configuração do trabalho), e reproduzindo completamente a mesma lógica de assistencialização do desemprego e de exploração que os programas precedentes.

### **3.4. O fundamento *inabordável* da luta dos desempregados? O controle das classes subalternas e a consolidação dos traços regressivos da política social argentina**

Neste capítulo, tentamos mostrar que, para além das diversas versões de programas sociais que se acionam ao longo de uma década (meados de 1990/pós-crise de 2001) para dar resposta às demandas legítimas dos desempregados, todos eles compartilham rasgos comuns que evidenciam a *continuidade de um perfil de política social compensatório das predatórias condições de exploração do trabalho que impõem o atual padrão de acumulação*. Nestes tempos transformistas de reação burguesa – contra-reformistas e contra-revolucionários, na expressão de Behring (2008) – as políticas sociais parecem reduzir a uma mínima expressão qualquer capacidade potencial de oferecer proteção social e garantia de direitos sociais para as massas subalternas. No caso argentino, se a mais crua ofensiva contra o trabalho (e a configuração de um necessário papel residual e emergencial para a política social) se retrata, sobretudo, na “década menemista”, as “mudanças” político-institucionais do novo século não são suficientes para reverter os contornos regressivos que se consolidam como “permanentes”.

Nos marcos da dinâmica contemporânea da acumulação capitalista, nomeada por Harvey (2004) como *acumulação por espoliação*, o capitalismo periférico dos nossos países oferece, para o “centro” do sistema, novos campos de investimentos mais lucrativos, assim como o acesso a recursos naturais escassos e força de trabalho sub-valorizada – daí a expansão do trabalho sub-contratado, precário, temporário, que se torna *condição* dessa valorização, nos dias de hoje.

Assim entendemos, na realidade argentina, a continuidade e o aprofundamento de um padrão de acumulação orientado à exportação de produtos industriais, agroindustriais e agropecuários de baixo valor agregado – com uma estrutura produtiva fortemente transnacionalizada (internacionalização do capital local e fusões do capital nacional e

estrangeiro)<sup>330</sup> –, e que tem como pressuposto um aumento dos níveis de exploração da força de trabalho. A reativação da economia argentina desde 2003 possibilita uma geração relativa de emprego – os índices de desemprego se reduzem consideravelmente, mas ainda se mantêm elevados: os dados oficiais falam de 9,5% para o segundo semestre de 2006<sup>331</sup> – que se caracteriza pelos *baixos salários* e um *elevado nível de “informalização” da força de trabalho*<sup>332</sup>. Referindo-se à deterioração dos salários frente à inflação, um analista do grupo dos Economistas de Esquerda afirma,

O custo salarial médio para a indústria chegou a reduzir-se quase 50% entre 1997 e o auge da crise, para meados de 2002. Ainda hoje, apesar dos aumentos conseguidos pelos trabalhadores, o custo salarial industrial médio está 22% abaixo dos níveis de 1997. Se a isto lhe somarmos os aumentos de produtividade, podemos afirmar que a mais-valia extraída pela indústria aumentou 54% com respeito a 1997 (CASTILLO *in* ANUARIO EDI, 2007, p. 130; *tradução nossa*).

Essa tendência, que é global (produção de um novo patamar de desemprego, precarização e “informalidade” do trabalho), retrata-se também nos índices de pobreza e indigência que persistem com força – chegam a 57,5% e 27,5% em outubro de 2002, mas permanecem em 26,9% e 8,7% no segundo semestre de 2006 –, evidenciando uma *estrutura de desigualdade social consolidada*, na qual praticamente 1/3 da população argentina vive na

<sup>330</sup> No momento de maior expansão econômica do modelo pós-convertibilidade, observam-se numerosas companhias líderes que cedem o controle a capitais transnacionais – dados de 2007 apontam que das 500 firmas mais importantes que operam no país, 360 (72%) são de capital estrangeiro (em 1993 equivaliam a 44%, em 2000 a 64%, em 2004 a 67%), o que significa que das 10 firmas industriais com mais faturamento no país, apenas duas pertencem a um grupo econômico local. Dados extraídos de CUFRE, David. Por qué compran, por qué venden? *Página 12*, Buenos Aires, 14 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar>. Acesso em: 6 março 2008.

<sup>331</sup> Alertamos que esses índices devem ser considerados com certo cuidado, não apenas pela “maquiagem” proporcionada pelos programas de assistência ao desemprego (como se observa no quadro referido, seu nulo impacto em termos de redução da pobreza e indigência, não inabilita sua incidência na “redução” de alguns pontos no índice de desemprego que rondaria o 12% se se desconsiderara os beneficiários como “empregados”), mas também pelos crescentes conflitos dos trabalhadores do INDEC que denunciam a manipulação e imprecisão dos dados produzidos por esse organismo.

<sup>332</sup> Lembremos que a queda dos salários reais desde 2002 foi um efeito da devaluação, considerado o “principal fundamento da recuperação da taxa de lucro”, na leitura de Piva (*in* ANUARIO EDI, 2007, p. 64; *tradução nossa*). Por sua vez, segundo Félix (*idem*, p.70), o nível dos salários do capitalismo pós-convertibilidade na Argentina se mantém abaixo da média dos últimos 30 anos.

Segundo Castillo (*idem*, p. 133), desde a devaluação até junho de 2006, observa-se uma inflação oficial de 81%, índice não recuperado pelos aumentos salariais nominais. E considerando as diversas frações da classe trabalhadora argentina, pode-se observar que: dos 10 milhões de assalariados que existem, quase a metade (4.880.000) são trabalhadores “informais”, com um salário médio de \$600 (muito abaixo da linha de pobreza) e cujos aumentos nominais desde 2002, em média só chegam a 41%; no setor privado existem 3.270.000 trabalhadores registrados (seu salário bruto ronda os \$1400 e o aumento, desde 2002, alcança em média 66%); existem também 2.400.000 trabalhadores no setor público, cujos salários nominais só têm subido 26% desde a devaluação. Para além dos trabalhadores assalariados, existem 3.550.000 “trabalhadores independentes”, muitos dos quais são trabalhadores terceirizados (em torno de 600.000 são trabalhadores estatais “contratados”), cuja relação de assalariamento se encontra encoberta nessa situação.

pobreza. Estes últimos valores, não apenas *não* reverterem ou se igualam aos da década de 1990 (como aparentemente o fazem os índices de desemprego); antes, parecem atingir contornos mais graves – por sua vez, se contabilizarmos os índices de desemprego e subemprego, em torno de 23% da PEA ainda evidencia sérios problemas de emprego.

Mas o que estão evidenciando esses altos índices de pobreza, indigência, desemprego e desproteção da força de trabalho?

A partir deste quadro, fomos propondo uma compreensão de certos *limites estruturais* de uma política social que deve ser funcional e até “administrar” os potenciais efeitos desestabilizadores de um padrão de acumulação que supõe a superexploração do trabalho e a geração crescente de uma massa de trabalhadores supérfluos – como um traço que parece tornar-se “permanente” na sociedade argentina. A *hipertrofia da resposta assistencial* – característica da década de 1990 e consolidada na atualidade – para abordar uma situação de desemprego massivo de amplas camadas subalternas (no auge da crise, em 2002, praticamente 40% da PEA teve problemas de emprego) expressa a *impossibilidade* de oferecer um tratamento mais progressivo para as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras, nos marcos das relações sociais e econômicas vigentes. Como assinala Mota,

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macro-econômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social. As tendências da Assistência Social revelam que, além dos pobres, miseráveis e inaptos para produzir, também os desempregados passam a compor sua clientela (MOTA, 2008a, p. 16).

O percurso analítico ensaiado tem nos mostrado que a *centralidade* que ganham, desde a última década, os programas sociais para dar resposta ao desemprego (ampliando seu leque de beneficiários ou crescendo aceleradamente em cenários sociais conflituosos) deve ser entendida nos marcos da *consolidação paulatina de um padrão de assistencialização do desemprego e da exploração*, como via privilegiada de enfrentamento das desigualdades sociais pelas classes dominantes argentinas – o que, inclusive, sugere certa mutação do papel clássico das políticas de assistência social, que se encontram chamadas a cumprir funções (políticas e econômicas) que extrapolam amplamente suas finalidades e possibilidades.

Tanto os programas da década de 1990, como o próprio PJJHD ou os “novos” programas da era kirchnerista, são imagens de uma política assistencial que se torna uma via política (*degradada*) de abordagem dos conflitos sociais. Neste percurso, analisávamos como os conflitos sociais de classe, outrora negociados nas tensas relações trabalho/Estado/capital, se tornam objeto de uma intervenção assistencial chamada a soldar um (im)possível pacto de

classes. Assim, a hipertrofia da resposta assistencial evidencia, também, *mudanças regressivas nas formas de enfrentamento estatal da “questão social” e do próprio conflito de classes*.

Ao reduzir os trabalhadores a objetos passivos de políticas sociais compensatórias – pela via de “definir este segmento de classe como ‘excluídos’ e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão”<sup>333</sup> –, esses programas sociais têm efeitos claros na despolitização das desigualdades de classe (é a passivização da “questão social”), que passam a ser tratadas pela via de “mistificadoras” promessas de modificação comportamental do indivíduo e da família. Não por acaso, em face da dinâmica de expulsão do processo de produção de grandes segmentos da população, multiplicam-se, quase que de forma complementar, o discurso moral da política social e do trabalho: o emprego se torna importante “a qualquer custo e em qualquer condição” (GRASSI, 2003) – daí que, para o discurso de opinião conservador alimentado pela mídia e forte nas camadas médias, seja mais “digerível” (e até mais invisível) um trabalhador precarizado submetido a regimes de superexploração do trabalho (retratado nas altas cifras de “informalidade”) do que um trabalhador desempregado que demanda, coletivamente, respostas sociais do Estado.

Na pulverização e fragmentação das legítimas demandas sociais desses trabalhadores desempregados que tinham tornado o contraditório PJJHD objeto de tensas barganhas, agora travestidas em problemas de indivíduos isolados, responsabilizados pelas suas dificuldades (divididos em “grupos vulneráveis” e “empregáveis”), dilui-se a dimensão coletiva e de resistência presente no enfrentamento da “questão social”, ao tempo que se isenta a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais (cf. IAMAMOTO, 2003, p. 67).

Como mostrávamos nas diversas versões dos programas sociais, o tratamento (*mistificador*) do desemprego dessas massas trabalhadoras excedentes como sendo uma “questão” de política de assistência<sup>334</sup>, não faz outra coisa que consolidar as orientações regressivas da década neoliberal passada. Quando se pretendem articuladas ao mercado de trabalho, *suas intervenções supõem atividades residuais, de baixa qualificação ou com limitados impactos nas condições de vida e de trabalho dessas massas* (são incapazes de reverter o desemprego de longa data, ainda que possam funcionar, em alguns casos, como

---

<sup>333</sup> Nas palavras de Mota (2008c, p. 141).

<sup>334</sup> Mota reflete sobre o papel – estruturalmente impossível – que é chamado a desempenhar a política de assistência social como mecanismo “integrador” no lugar do papel desempenhado pelo trabalho (MOTTA, 2008c, p. 144).

mecanismos para evitar a perda absoluta de atributos produtivos de determinados segmentos utilizados em condições de superexploração); *têm efeitos indiretos funcionais aos processos de precarização e desvalorização da força de trabalho* (desde a utilização dessa força de trabalho para a construção de uma precária infraestrutura pública até seus impactos perversos como depreciado “encoberto” salário mínimo); e *atuam sobre os efeitos mais visíveis dessa crescente desigualdade social* – em conjunturas econômicas críticas, têm o poder de reativar relativamente a capacidade de consumo das massas trabalhadoras, assim como de camuflar os índices de desemprego, ainda que sem reverter sua situação de pobreza.

Quando, ademais, se apresentam como políticas sociais de assistência à pobreza, seu caráter focalizado e seletivo expressa a ausência de qualquer política redistributiva, impossibilitada também pela permanência de um regressivo sistema tributário (os impostos ao consumo continuam recaindo, fundamentalmente, sobre os trabalhadores) e de uma estrutura de financiamento público ainda organizada na lógica do “ajuste”. Apesar do agravamento das expressões da “questão social” na última década, o período pós-convertibilidade implicou uma relativa redução (de fato) do já parco gasto público social, redução essa que foi imposta pela devaluação/inflação, e que ficou implícita na estrita disciplina fiscal que caracteriza a administração kirchnerista: segundo dados analisados por Peralta Ramos (2007, p. 419), em 2004, o gasto consolidado, a preços constantes, em educação básica, saúde pública e promoção e assistência social, foi 20% mais baixo que no recessivo período de 1998-2001<sup>335</sup>.

Mas qual é o *significado político* deste tipo de intervenção social sobre a situação de desemprego dessas massas crescentemente supérfluas? Nas palavras de Mota:

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui um mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e *mais pela sua condição de ideologia e prática política*, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2008c, p. 141; *grifos nossos*).

---

<sup>335</sup> Segundo matéria do jornal Clarín, o Ministério de Economia divulgou um informe que mostra a redução do *gasto público social em relação com o crescimento da atividade econômica*. Os dados apontam que o gasto público total passa de 35,72% do PIB em 2001, para 28,9% em 2004, e para 32,3% em 2006. No período 2001/2006, constata-se uma redução do gasto social de 1,4% do PIB em relação com o tamanho da economia (observa-se um incremento no rubro de “serviços econômicos” que compreende subsídios para atividades privadas como energia e transporte, que cresce de 1,78% para 3,68% do PIB). Em matéria social, das áreas afetadas se destacam previdência e saúde, sendo que teria havido um incremento de 0,6 pontos das partidas para trabalho, promoção e *assistência social*.

Cf. BERMUDEZ, Ismael. El gasto estatal crece por los subsidios pero aún es menos al de 2001. *Clarín*, Buenos Aires, 24 de setembro de 2007. Disponível em: [www.clarin.com.ar](http://www.clarin.com.ar). Acesso em 7 fevereiro 2008.



O cerne da nossa argumentação se encontra na *perversa funcionalidade política* desses programas de assistencialização do desemprego e da exploração das massas trabalhadoras. Falamos da afirmação de um *traço de contra-insurgência na política social* que se vê chamada a responder à reação contestatória das classes subalternas (desde o PTR da década de 1990, o massivo PJJDH da era duhaldista, até a pretensa reorganização da assistência no governo kirchnerista), mas impossibilitada de garantir medidas mais profundas que incidam progressivamente na atual dinâmica de exploração/expulsão da força de trabalho (nos seus segmentos ativos e excedentários).

A hipertrofia da resposta assistencial como mecanismo privilegiado de enfrentamento e “administração” despolitizante das expressões mais bárbaras da “questão social”, se complementa com o endurecimento das funções repressivas do Estado, que a tornam também uma “questão penal”. Funcionais às estratégias sócio-políticas de prevenção, dissuasão, perseguição e eliminação de qualquer cenário potencial de mobilização de classe, essas medidas sociais “corretivas” são, talvez, a marca da nossa época.

Conforme analisamos, essa marca perversa que expressa também as determinações destrutivas e desintegradoras do capitalismo contemporâneo é desnudada – nos seus “limites hegemônicos”, mas também nos seus avassaladoramente vitoriosos efeitos transformistas – nas complexas tramas que explicitam desde os processos de organização e resistência dos trabalhadores desempregados (episódicos e profundamente contraditórios), a desigualdade de classes retratada nas diversas expressões da “questão social” (onde “pobreza” e “desemprego” deixam de ser “carências individuais” desarticuladas).

Por isso, em face da incapacidade de reverter ou limitar os componentes destrutivos da dinâmica capitalista contemporânea que as produz, as respostas sociais que se multiplicam não superam o horizonte dos “ajustes corretivos” dentro da ordem; antes, supõem uma *naturalização das relações sociais* e a *multiplicação de ações moralizadoras sobre os comportamentos das classes subalternas*, buscando escamotear os antagonismos do capital e interditar qualquer visão potencial de classe a partir do trabalho.

Estamos falando de repostas sociais que, quanto muito, aliviam os sintomas da crise – porque orientam respostas socioeconômicas no nível das manifestações imediatas da crise estrutural, deixando intactas as causas –, quando não se complementam com cruentos mecanismos repressivos de eliminação social e criminalização da pobreza. Na aguçada leitura de um intelectual como Mészáros:

[...] ao mesmo tempo em que se projetam (e se adiam) pseudo-emergências e catástrofes determinadas pela natureza, a “explosão populacional” realmente ameaçadora – a tendência irresistível de desemprego crônico em todos os países – é ignorada e completamente deturpada. [...] uma vez que se ignoram os parâmetros estruturais dados e as limitações do sistema sob o qual operam as forças produtivas humanas e materiais [...], os únicos remédios aceitáveis – no caso de se reconhecerem os perigos da instabilidade – são, mais uma vez, os que puderem ser considerados *externos* à dinâmica social real, com o que se tenta prender a tampa na panela enquanto se atíça o fogo responsável pelo aumento da pressão. Os remédios externos assumem a forma de uma pregação vazia [...], ou, de maneira mais realista e cruel, de imposição de medidas autoritárias [...], os pilares duplos da sabedoria dos realistas são: (1) *torne a força de trabalho precarizada*, e (2) *transforme em criminosos os que protestam contra* (MÉSZÁROS, 2002, p. 320-321).

Nesses marcos, propomos compreender o significado político desse perfil de política social – no contexto das transformações neoliberais da intervenção social do Estado que se materializa na privatização dos serviços, na redução de direitos sociais, na precarização e no desfinanciamento das políticas públicas, no aumento das respostas assistencialistas – a partir da sua relação com os *mecanismos sócio-culturais acionados pelas classes dominantes tendentes à neutralização das potenciais intervenções políticas das classes subalternas*. Daí que a funcionalidade dessas transformações – que evidenciam uma profunda ofensiva do capital com respeito ao trabalho – se oriente no sentido de *facilitar a destruição de um tipo de trabalhador* e a configuração de uma sociabilidade claramente regressiva: uma vez que a composição da classe trabalhadora tem sido amplamente redimensionada pelos processos de reestruturação produtiva, impõe-se a tarefa de “administrar” socialmente as seqüelas mais expressivas da “questão social” (como o desemprego crônico), podendo subsidiá-la, quando necessário, com os cruentos mecanismos repressivos disponíveis.

Resulta interessante que, ao rastrear alguns fundamentos da “questão social” contemporânea (as mutações materiais do trabalho e das suas formas políticas), torna-se visível *a complexa “dialética” que se produziu entre o padrão emergencial de abordagem de uma expressão da “questão social” como o desemprego* – evidenciando mudanças substantivas nas características da intervenção social do Estado e a inexistência de mecanismos sócio-institucionais permanentes e progressivos de canalização de uma realidade social pautada pela mudança profunda do mundo do trabalho e o aumento vertiginoso de segmentos de trabalhadores excedentes – *e as tentativas de organização e disputa dos trabalhadores desempregados que buscaram enfrentar essa realidade desde suas lutas coletivas* – constituindo-se como uma “imagem episódica” (ainda que marcante na

experiência histórica) de uma transformação em processo da identidade das classes subalternas.

Se as profundas transformações históricas pelas quais transitamos também anunciam que as formas políticas do antagonismo capital/trabalho estão em mutação, nos perguntamos: que parâmetros societários poderão garantir direitos sociais para essas massas trabalhadoras? As necessárias e sempre urgentes bandeiras de luta pela garantia de políticas universais e direitos sociais poderão enfrentar essa sorte de fundamento *inabordável* que permeou, na Argentina, as lutas dos trabalhadores desempregados nos primeiros anos do novo século?

## CONCLUSÕES (não conclusivas)

*[...] os piquetes fizeram estalar a apatia, mas de uma maneira alternativa. Sacudimos o país dos doces sonhos que vendia Menem e toda sua política, e fomos como o estalido de uma nova luz. Junto a outras lutas despertamos o país dos doces sonhos da pós-modernidade. ‘Piqueteros’ foi o nome que nos deram, e para nós foi a forma que tivemos de falar à sociedade inteira, de dizer que havia outras formas de luta, de tirar nosso fogo e nossa dignidade”<sup>336</sup>*

Falamos de conclusões não conclusivas porque o cerne da nossa reflexão se nutre dos complexos tempos presentes e, portanto, ela estará muito aquém da enorme riqueza da realidade tratada – que sempre encerra a possibilidade de imprimir o “novo” no campo das alternativas presentes na história. Para além destes necessários cuidados, buscamos oferecer *uma leitura desses tempos presentes*, que, ainda sendo polêmica e inacabada, não deixou de se nutrir das “urgências” e compromissos intelectuais (e históricos) de subsidiar as perguntas que “desvelam” àqueles que nos negamos a reduzir os horizontes da condição humana aos parâmetros de barbárie e regressão social nos quais vivemos<sup>337</sup>.

Assim, nos concentramos na compreensão de algumas determinações que configuram, para a realidade argentina da década de 1990, um “novo” quadro histórico profundamente regressivo, se comparado a certas conquistas civilizatórias já atingidas por essa sociedade. Falamos de um momento histórico no qual as tentativas do capital de recuperação da crise de acumulação e dominação burguesa que se manifesta desde meados da década de 1970 adquirem um viés claramente destrutivo. Tanto a ditadura militar de 1976 (nos seus componentes de “pronta” financeirização ou de eliminação dos núcleos classistas de contestação do trabalho), quanto a radicalidade predadora da convertibilidade menemista que veio depois, constituem o quadro histórico que encena uma redefinição profunda da estrutura econômica e das relações de força entre as classes.

Visto que essa radical ofensiva pela erosão do estatuto do trabalho comporta traços materiais e ideo-políticos, buscamos compreender a dinâmica do atual padrão de acumulação que se configura como resposta. A expansão do capital financeiro e a significativa reestruturação das relações de produção que se observam mais claramente na Argentina da década de 1990 – abertura da economia, desregulamentação da relação capital/trabalho,

<sup>336</sup> MTD de Solano (*in* MTD de Solano Colectivo Situaciones; 2002: 54; *tradução nossa*).

<sup>337</sup> As leituras de Menegat (2006) são uma necessária referência para “sacudir” a “sonolência” da naturalização com a qual “digerimos” a barbárie cotidiana.

desindustrialização e transnacionalização da economia local, orientação ao mercado externo nos marcos da reposição do papel subalterno desse país no mercado internacional, reestruturação produtiva e privatização da estrutura pública – foram centrais na estruturação de um novo regime de exploração do trabalho, onde, além do trabalho sub-contratado, temporário, precário ou desprovido de qualquer garantia social (lembramos, da importância crescente dos métodos de extração de mais-valia absoluta e de superexploração da força de trabalho, necessários para manter o alto “custo” da convertibilidade), foi se produzindo um contingente inédito de massas supérfluas para as necessidades de acumulação capitalistas – nos momentos mais “crus” da crise, 40% da PEA enfrenta problemas de emprego!

Ao compreender a relação orgânica que existe entre esses processos de reestruturação produtiva e as dimensões político-ideológicas da ofensiva do capital por recompor suas bases de dominação, situamos o neoliberalismo argentino e os mecanismos de reorganização da vida político-estatal orientados à destruição ativa de uma personalidade histórica, isto é, da própria sociabilidade do trabalho – com o intuito de diluir, não apenas qualquer componente potencial de sociabilidade de classe, mas de limitar seus recursos políticos clássicos.

Um dos momentos mais polêmicos da nossa reflexão talvez se encontre no desenvolvimento da idéia de que essa profunda transformação da institucionalidade hegemônico-estatal presente nas contra-reformas da década em questão – uma regressão das relações entre Estado e grupos subalternos com conseqüências importantes, seja na dinâmica de organização de classe, seja do ponto de vista da desestruturação dos direitos sociais – expressa significativas mudanças nas bases da dominação capitalista e nos rasgos fundamentais da supremacia do grande capital, retratadas na metáfora da “hegemonia limitada”<sup>338</sup>. Note-se que mapeamos no nosso percurso os impactos e desdobramentos dessas mudanças na prática organizativa das classes subalternas (segundo capítulo) e nos mecanismos de intervenção do Estado em face da “questão social” (terceiro capítulo).

A dinâmica desagregadora desse transformismo que se delineia na década de 1990 e perdura (com algumas mudanças de tom) até a atualidade – observe-se que pretendemos traçar a tendência à desuniversalização do domínio burguês, o que não significa subestimar seu peso esmagador, mas sim mostrar seus traços de involução para a realidade argentina – tem efeitos na produção de um novo conformismo regressivo baseado na desorganização do trabalho, implicando, portanto, em *profundas modificações nas formas políticas de*

---

<sup>338</sup> Construção conceitual inspirada no diálogo com autores como Campione (2005a) e Oliveira (1998a, 1998b, 2004, 2007a, 2007b).

*estruturação do conflito de classes*. A movimentação das classes subalternas, retratada no segundo capítulo, se desenvolve e enfrenta este (complexo) cenário em mutação.

Páginas atrás, em face dessa ofensiva pela erosão do trabalho que vulnera muitas das suas experiências de resistência precedentes, nos perguntávamos pelos instrumentos políticos e as formas organizativas que tentam reatualizar o antagonismo de classes e o “espírito de cisão” das classes subalternas. Como um momento “fugaz” dessa experimentação inventiva, os desempregados irrompem na história argentina ensaiando uma experiência “episódica”, mas marcante – não é a única, não é a mais perdurável, nem deixam “moldes heróicos” a serem imitados (nada mais longe da nossa reflexão que a pretensão de “entronizar” essa potência inventiva carregada de contradições).

Os desempregados deixam sua marca de “fogo e dignidade” nas estradas de uma sociedade que – oh! “ironia” da história – outrora conhecera um padrão de emprego e proteção social superior à maioria dos seus irmãos países latino-americanos, e que foi historicamente caracterizada pela gravitação e presença das lutas trabalhistas na estruturação do conflito de classes (lembramos das 13 greves gerais da difícil década de 1980).

É por essa razão que as lutas dos desempregados são recuperadas nestas páginas como *um momento de condensação, como uma tentativa de tramitação, como “episódios” que expressam uma profunda redefinição da identidade de luta das classes subalternas, nos marcos de uma mudança em processo da própria identidade operária*. Daí a importância de refrescar na memória da década de 1990 a experiência da CTA na reconstrução organizativa da classe trabalhadora (suas buscas por ampliar e diversificar a luta sindical); das Mães da Praça de Maio como um parâmetro central de apoio e ressonância organizativa das classes subalternas (nas tarefas de conscientização e educação da sociedade argentina, de politização do cotidiano, de denúncia da impunidade e construção de mecanismos alternativos de justiça); dos HIJOS e suas marcas de ação direta em uma geração de jovens militantes.

No percurso da nossa leitura, as lutas dos desempregados fazem parte de um contexto maior de movimentação que floresce nas brechas de um processo de precarização do vínculo representativo com as classes dominantes – abordados a partir das expressões do empobrecimento da vida política, do esvaziamento e precarização dos instrumentos eleitorais, do consenso passivo, da orientação para a “pequena política” – o qual, ao tempo que evidencia os rebatimentos da substantiva erosão do trabalho na organização das massas trabalhadoras, participa da gestação de um ambiente de contestação que alimenta a crise de hegemonia que se manifesta abertamente para finais de 2001, desafiando/desnudando os mecanismos transformistas de dominação. Lembremos que se ao longo da década de 1990 se

observam 9 greves gerais, só no período 1999-2001 se produzem 8 greves gerais e 3 jornadas nacionais piqueteras, num contexto de movimentação generalizado da sociedade argentina, onde se destacam as experiências das assembleias populares, dos clubes de trocas, das fábricas recuperadas pelos seus trabalhadores.

Pensar os desempregados como *um momento* dessa movimentação nos permitiu, para além da sua imediata presença temporal na cena política, buscar algumas tramas do sentido histórico da sua atuação: ao trabalharmos com a chave thompsoniana de que a classe é muito mais um processo histórico (de formação econômica e político-cultural) do que uma estrutura preestabelecida, recuperamos essas lutas como *um momento (fugaz mas marcante) da reconfiguração das formas políticas do antagonismo de classes*. Daí sua potência em reeditar na memória das lutas para um “novo” quadro histórico, experiências históricas de agregação territorial das massas exploradas (costurando a experiência de classe para além do chão da fábrica); polêmicos debates político-organizativos, relativamente adormecidos na cultura política de esquerda – democracia e ação direta, autonomia e autogestão, inserção territorial e trabalho de base, vínculos de militância flexíveis e horizontalidade, tomada do poder e construção de poder popular, recuperados nestas páginas desde a reflexão de experiências inseridas na FPDS como exercícios de re-fundação do pensamento e da consciência teórica dos grupos subalternos –; ensaios de autorganização e politização das condições de vida e de trabalho das massas subalternas que desafiaram os regressivos parâmetros de intervenção social vigentes.

Seguindo as pistas das transformações materiais da luta de classes, sua atuação supõe também uma *reatualização do antagonismo (e o confronto) de classe nas novas condições histórico-sociais*: porque desnudam o desemprego como uma forma de existência do trabalho explorado (a existência dos que “sobram” não pode ser pensada como externa às relações sociais de exploração que essa sociedade produz); porque utilizam o bloqueio como um mecanismo de intervir em algumas vias do circuito de valorização do capital (a circulação); porque expõem publicamente as tentativas por outra territorialidade de classe (disputada nos bairros da periferia urbana); porque evidenciam os fundamentos antagônicos que produzem a “questão social” e os traços de resistência presentes nas suas expressões – indissociável das metamorfoses do trabalho e dessas formas organizativas em mutação.

As lutas dos desempregados comparecem aqui não apenas nos seus “traços episódicos” de iniciativa autônoma das classes subalternas (lidas nas suas contraditórias tentativas de construção de uma autonomia de classe, de uma autonomia das visões de mundo, da necessidade de estruturas político-organizativas próprias, do ponto de vista da sua

habilidade na separação das classes dominantes e de unificação em torno de si), mas também na sua capacidade de mostrar as mutações nas próprias formas do domínio de classes – nos referimos às formas da “hegemonia limitada”, dentro das quais privilegiamos as respostas sócio-estatais para o desemprego.

Desde as primeiras aparições – retratadas nas rebeliões do “interior” de cidades como Cutral-Có e Plaza Huincul (Neuquén), Tartagal e General Mosconi (Salta) e Jujuy – até sua consolidação como um polifônico sujeito de dimensões nacionais – falamos do bloqueio de estradas nacionais, do enfrentamento das forças repressivas, de iniciativas de ação direta e do uso da força, das formas de organização em assembléia e com lideranças rotativas, da articulação e solidariedade em diversas jornadas de luta –, os piqueteros desnudam o desemprego como uma expressão da “questão social” de difícil resolução, para a qual *inexistem* mecanismos progressivos permanentes de abordagem. Daí que o bloqueio seja um método de luta e ação direta que ganha sentido para esses segmentos de classe, expulsos do mundo da produção e dos canais clássicos de mediação política. Sua mera existência deixa na evidência a *estruturação paulatina de um padrão regressivo de abordagem da “questão social” e do próprio conflito social*, no qual o *mix* de assistência/repressão se afirma como a forma transformista privilegiada.

Falamos das políticas de “funcionalização da pobreza”<sup>339</sup> – cujas primeiras expressões se observam em resposta às rebeliões do interior do país, até ganhar contornos mais sistemáticos nos programas sociais de assistência ao desemprego que se estruturam desde o final da década de 1990 para conter um movimento de dimensões nacionais – como uma imagem clara do cenário de desagregação social que enfrentam as lutas dos desempregados. Sua versão mais acabada, o PJJHD que unifica nacionalmente a resposta assistencial contra o desemprego, acompanhada de uma intervenção repressiva contundente (o Massacre da Ponte Pueyrredón), são as vias privilegiadas pelas classes dominantes para “conter” a irradiação potencial das suas lutas para outros segmentos das classes subalternas nos marcos da recomposição da autoridade estatal ameaçada pela crise de hegemonia: nesse movimento de apagar os traços de resistência presentes nas expressões da “questão social”, torna-se necessário ressituar a gestão da política social nos desafiados marcos institucionais (é a criação duhaldista dos Conselhos Consultivos), para, posteriormente, empreender uma reorganização dos benefícios assistenciais em outros marcos programáticos (como no governo

---

<sup>339</sup> Expressão utilizada por Oliveira (2004, 2007a, 2007b).



de Kirchner), ainda que sem alterar as principais orientações regressivas da política social que se delineiam a partir da década passada.

Nesse sentido, buscamos trazer as principais características (fundamentalmente, seu significado político na ação dos grupos subalternos) dessas políticas sociais que se afirmam como a *marca indelével* da nossa época. A hipertrofia da assistência social como mecanismo privilegiado de enfrentamento e administração despolitizante do desemprego crescente dessas massas supérfluas evidencia as limitações de uma resposta transformista (adversa a qualquer intervenção ativa/progressiva dessas massas na vida estatal) que se torna incapaz de garantir direitos sociais. Porém, é a sua organização crescente nos movimentos de trabalhadores desempregados o que desnuda a funcionalidade contra-insurgente dessas políticas que buscam muito mais diluir os componentes de resistência e os traços de disputa no enfrentamento da “questão social” (no significativo ensaio de exercício de direitos desde processos coletivos de unificação), que oferecer possíveis garantias de proteção social para as condições de vida e de trabalho desses segmentos.

Para a realidade argentina, a consolidação de um padrão social de assistencialização do desemprego das massas trabalhadoras não apenas resulta funcional às mudanças qualitativas no regime de exploração que se configura como parte da atual dinâmica de acumulação capitalista (um novo patamar de empobrecimento, desemprego e “informalização” da força de trabalho), como também desenha *um perfil de política social que ganha claros contornos de contra-insurgência* para evitar qualquer cenário de contestação político-social. É a afirmação de um traço de contra-insurgência na política social que se vê chamada a responder à insubordinação das classes subalternas, mas impossibilitada de garantir medidas mais sistemáticas que incidam progressivamente na atual dinâmica de exploração do trabalho.

Entretanto, é a “dialética do conflito” que se configura entre essa modalidade sócio-estatal de enfrentamento da “questão social” e as contraditórias tentativas dos trabalhadores desempregados por politizar suas condições de vida (e a ausência do trabalho), o que reabre na sociedade argentina um horizonte de abordagem dos direitos sociais desde os processos coletivos de luta e organização das massas trabalhadoras. É certo que essa movimentação não seria suficiente para provocar uma alteração substancial das relações de força entre Estado e grupos subalternos – a “fugaz” disputa da orientação social dos recursos públicos retratada na conquista da “autonomia” na administração dos programas sociais por parte dos desempregados, não consegue materializar uma nova institucionalidade (por exemplo, um perfil mais progressivo de política social ou mecanismos mais contundentes de redistribuição social).

Nesse sentido, mais do que buscar os “produtos efetivos” dessa ação de luta, investimos em mostrar – inclusive a partir dos debates (ainda em processo) abertos por essas experiências – a importância de costurar esses *tímidos e contraditórios ensaios de construção de poder popular* – no sentido da ainda “pendente” criação de organismos sociais autônomos, mas também da consolidação de posições de poder em instituições públicas e sociais – com o desafio (inacabado) da produção de horizontes de mais longo alcance, onde seja possível realizar uma nova hegemonia de classe capaz de penetrar na sociedade e no Estado – note-se que estes horizontes *não* podem ser confundidos com as práticas de restauração/renovação do atual cenário transformista kirchnerista.

Nos marcos desagregadores dessa hegemonia transformista, foi de uma importância épica (ainda que “fugaz”) a irrupção dos desempregados que, ao buscar reorganizar esses programas sociais desde os processos coletivos de luta e resistência (contestando o desígnio que reduzia os trabalhadores a “pobres” objetos passivos de políticas sociais residuais, na contramão das tendências de des-cidadanização e dissolução intraclasse), desnudou as regressivas estratégias sócio-assistenciais de controle e manipulação dessas massas supérfluas, e, ensaiando experiências auto-organizativas de agregação territorial, abriu um cenário de politização (talvez sem plena consciência dessa importância) dos debates sociais sobre os modos privilegiados pelas classes dominantes no enfrentamento da “questão social”.

De fato, o “fundamento inabordável” dessa expressão da “questão social”, retratada na existência/produção contemporânea de um contingente permanente de massas excedentes para as necessidades da acumulação capitalista, continua presente, inclusive quando a ameaçante atuação das lutas dos desempregados parece dormir sob o manto da “normalização” kirchnerista.

Suas práticas de luta e organização marcaram nossa época, e não apenas por terem desnudado a dinâmica de exploração e os processos de insubordinação que produzem e reproduzem a “questão social” nas atuais condições sócio-históricas. As marcas de “fogo e dignidade” dos trabalhadores desempregados se animaram a ensaiar, inclusive para além dos marcos clássicos retratados pela doce voz de Atahualpa Yupanqui no seu “*trabajo, quiero trabajo*”, experiências inventivas de autorganização das massas subalternas.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEYRA, Guillermo. **La protesta social en la Argentina (1990-2004)**. Fábricas recuperadas, piquetes, cacerolazos, asambleas populares. Buenos Aires: Continente, 2004.

ANDRENACCI, Luciano; IKEI, Lúcia; MECLE, Elina; CORVALAN, Alejandro. La Argentina de pie y en paz: acerca del Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados y del modelo de política social de la Argentina contemporánea. IN Andrenacci (comp.). **Problemas de política social en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Prometeo; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4<sup>o</sup> edição. São Paulo: Boitempo, 2001.

BASUALDO, E. **Sistema político y modelo de acumulación en la Argentina**. Notas sobre el transformismo argentino durante la valorización financiera (1976-2001). 3<sup>o</sup> edición. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

BEHRING, Elaine. La nueva condición de la política social. IN Borgiani & Montaña (Orgs.). **La política social hoy**. 2<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. IN Behring & Almeida (Orgs.). **Trabalho e Seguridade Social**: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS-UERJ, 2008a.

\_\_\_\_\_. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. IN Boschetti, Behring, Santos & Miotto (Orgs.). **Política Social no capitalismo**. Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008b.

\_\_\_\_\_ & BOSCHETTI, Ivanete. Crise, reação burguesa e barbarie: a política social no neoliberalismo. IN **Política Social: fundamentos e historia**. São Paulo: Cortez, 2007.

BIELSA, R; BONASSO, Miguel & OTROS. **Que son las asambleas populares**. Buenos Aires: Ediciones Contiente, 2002.

BUCCI-GLAUCKSMANN, C. Sobre o conceito de crise do Estado e sua história. IN Poulantzas (Org). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

BUNEL, J. **Pactos y Agresiones**. El sindicalismo argentino ante el desafío neoliberal. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CAFASSI, E. **Olla a presión**. Cacerolazos, piquetes y asambleas sobre el fuego de la sociedad. Montevideo: Diario La República, 2002.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **El Estado frente a la protesta social**. 1996-2002. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

CHESNAIS, F. [et al.]. **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

COLECTIVO SITUACIONES. **19 y 20. Apuntes para el nuevo protagonismo social.** Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 2002.

\_\_\_\_\_. **Bienvenidos a la selva:** diálogos a partir de la Sexta Declaración del EZLN. Buenos Aires: Tinta Limón, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. IN **Marxismo e Política.** A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_ & TEIXEIRA, Andreia. (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes [et al.]. **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

DI MARCO, Graciela [et al.]. **Movimientos Sociales en la Argentina.** Asambleas: la politización de la sociedad civil. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones – UNSAM, 2003.

FERRARA, Francisco. **Más allá del corte de rutas.** La lucha por una nueva subjetividad. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 2003.

FLORES, Toty (Comp.). **De la culpa a la autogestión.** Un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza. Buenos Aires: Continente, 2005.

GIARRACA, Norma [et al.]. **La protesta social en la Argentina.** Transformaciones económicas y crisis social en el interior del país. Buenos Aires: Alianza, 2001.

GIOVANNI, Geraldo Di; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria e Silva. **A política social brasileira no século XXI.** A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 1.** Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Volume 2.** Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Volume 3.** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Volume 4.** Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Volume 5.** O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Democracia operária. IN **Escritos Políticos, volume 1 (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRASSI, Estela. **Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal**. La otra década infame (I). Buenos Aires: Espacio, 2003.

\_\_\_\_\_. **Política y cultura en la sociedad neoliberal**. La otra década infame (II). Buenos Aires: Espacio, 2004.

GUEVARA, Ernesto. “El Hombre Nuevo”. IN Zea (Org.). **Ideas en torno de Latinoamérica**. México: UNAM, 1986.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. El significado de la revolución hoy. Buenos Aires: Herramienta, 2002. 2º Edición.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financiero, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IÑIGO CARRERA, Nicolás & COTARELO, Celia. Reestructuración productiva y formas de la protesta social en la Argentina. IN De La Garza Toledo. **Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2000a.

KANOUSI, Dora. (Comp.) **Gramsci en América**. II Conferencia Internacional de Estudios gramscianos. México: Plaza y Valdés Editores, 2000.

LAURELL, Asa Cristina. Avanzar al pasado: la política social del neoliberalismo. IN Borgiani & Montañó (Orgs.). **La política social hoy**. 2º edição. São Paulo: Cortez, 2004.

LINDENBOIM, Javier & DANANI, Claudia (Coord.). **Entre el trabajo y la política**. Las reformas de las políticas sociales argentinas en perspectiva comparada. Buenos Aires: Biblos, 2003.

LOBATO, Mirta & SURIANO, Juan. **La protesta social en la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

LOZANO, Claudio (Comp.). **Primer Encuentro Nacional por un Nuevo Pensamiento**. El trabajo y la política en la Argentina de fin de siglo. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segundo Encuentro Nacional por un Nuevo Pensamiento**. Democracia, Estado y Desigualdad. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. IN Behring & Almeida (Orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS-UERJ, 2008a.

MARRO, Katia. **De luchas, movimientos y conquistas sociales**. Reflexiones a partir de la experiencia del MTD de Solano. Rosario: UNR Editora, 2006a.

MARX, Karl. Introducción IN **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858**. Volumen I. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, 3º edición.

\_\_\_\_\_. **La guerra civil en Francia**. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

\_\_\_\_\_. **El Capital**. Tomo I. 3º reimpresión. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

\_\_\_\_\_. Crítica del Programa de Gotha. IN Marx & Engels. **Obras Escogidas**. Tomo III. Moscú: Editorial Progreso, 1974.

\_\_\_\_\_. & ENGELS, Frederic. **O Manifesto do Partido Comunista**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MAZZEO, Miguel. **Piqueteros**. Notas para una tipología. Buenos Aires: Manuel Suárez Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Que no hacer?** Apuntes para una crítica de los regímenes emancipatorios. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

\_\_\_\_\_. **El sueño de una cosa (introducción al poder polar)**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007.

MAZZEO, Miguel; ACHA, Omar. & OTROS. **Reflexiones sobre el poder popular**. Buenos Aires: El Colectivo, 2007.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos**. Las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005.

MÉSZÁROS, Itsván. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo-Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O século XXI**. Socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTA, Ana Elizabeth. Apresentação – O Fetiche da Assistência Social. IN Mota (Org.). **O mito da Assistência Social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2º ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. IN Mota (Org.). **O mito da Assistência Social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2º ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008b.

\_\_\_\_\_. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. IN Mota (Org.). **O mito da Assistência Social**. Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 2º ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008c.

MTD ANIBAL VERON. **Dario y Maxi, dignidad piquetera**. El gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda. Buenos Aires: Ediciones 26 de junio, 2003.

MTD DE SOLANO & COLECTIVO SITUACIONES. **La hipótesis 891**. Más allá de los piquetes. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 2002.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. Uma introdução Crítica. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Além da hegemonia, aquém da democracia. IN \_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. O atraso da vanguarda e o atraso da vanguarda. IN \_\_\_\_\_. **Os direitos do antivalor**. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998b.

\_\_\_\_\_. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. IN OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. O momento Lenin. IN OLIVEIRA, Francisco & RIZEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b.

PACHECO, Mariano (MTD Almirante Brown). **Del piquete al movimiento**. Parte 1: de los orígenes al 20 de diciembre de 2001, 2004. Disponível em: [www.prensadefrente.org](http://www.prensadefrente.org). Acesso em: 20 de fevereiro de 2008.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PERALTA RAMOS, Mónica. Hacia un aggiornamento del capitalismo argentino. IN \_\_\_\_\_. **La economía política Argentina: poder y clases sociales (1930-2006)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. IN Poulantzas (Org). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SILVEIRA, Maria Lidia Souza da. **De pobre a trabalhador**. Uma reflexão sobre o sujeito no Serviço Social. Rio de Janeiro: OR Produtor Independente, 2000.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOSA, Ruth. **Globalización o recomposición del capital?** Procesos de trabajo y aparatos de hegemonía en la contemporaneidad. Rosario: UNR Editora, 2002.

SVAMPA, Maristela & PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio**. La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires, Biblos, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THWAITES REY, Mabel. **La autonomía como búsqueda, el Estado como contradicción**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

THOMPSON, Edward. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 3. A força dos trabalhadores. 3<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. A árvore da liberdade. 4<sup>o</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VOMMARO, Pablo (Coord.). **Argentina contemporánea**. Trabajo, subjetividades y movimientos sociales. MTD de Solano. Buenos Aires: IMFC, 2004.

ZIBECCHI, Raúl. **Genealogía de la revuelta**. Argentina: la sociedad en movimiento. La Plata: Letra Libre, 2003.

\_\_\_\_\_. **Dispersar el poder**. Los movimientos como poderes no estatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

## MATERIAIS DE JORNAIS, PERIÓDICOS, REVISTAS E INTERNET

ANUARIO EDI. **Publicación de los Economistas de Izquierda**. EDI, año 3, número 3, Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, abril de 2007.

AIZICSON, F. Teoría y práctica del control obrero: el caso de Cerámica Zanón, Neuquen, 2002-2005. IN **Revista Herramienta n° 31**, 2006. Buenos Aires, Disponível em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acesso em 15 de setembro de 2007).

ANGEL DE LATA. Delata: de vela, descubre, denuncia y acusa, n° 11. Rosario, novembro de 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Programa sectorial social: Argentina avanza**. Propuesta de préstamo, 2004. Disponível em [www.iadb.org](http://www.iadb.org) (acesso em 16 de agosto de 2008).

CAMPIONE, Daniel. Argentina: el movimiento social después del “reflujo”. IN **Revista OSAL n° 11 – CLACSO**, Buenos Aires, Mayo-Agosto de 2003a.

\_\_\_\_\_. Argentina: movimiento obrero, fábricas recuperadas, Brukman. Algunos apuntes, 02/06/03 (2003b). Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acesso em 5 de fevereiro de 2008).

\_\_\_\_\_. Las perspectivas políticas de la crisis argentina, 24/07/03 (2003c). Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acesso em 5 de fevereiro de 2008).



\_\_\_\_\_. Hegemonía y contrahegemonía en la América Latina de hoy – Algunos apuntes hacia una nueva época, 2005a. Disponible em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acceso em 7 de agosto de 2006).

\_\_\_\_\_. Movimiento social en Argentina y ‘reaparición obrera’. XXV ALAS, 2005b. Disponible em Análisis y Debates de OSAL: [www.clacso.org.ar](http://www.clacso.org.ar) (acceso em 13 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Degradación democrática, rebelión popular y reconstrucción de hegemonía, 25/10/06. Disponible em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acceso em 9 de fevereiro de 2008).

CAMPOS, Luis; FAUR, Eleonor; PAUTASSI, Laura. Capítulo XI: Programas sociales y acceso a la justicia. Del discurso de derechos a la práctica asistencial. IN **Informe anual 2007: Derechos Humanos en Argentina**. Buenos Aires: CELS-Siglo XXI, 2007.

CECEÑA, Ana Ester. América Latina en la geopolítica del poder, 2003. Disponible em: [www.geopolitica.ws](http://www.geopolitica.ws) (acceso em 20 de fevereiro de 2007).

COTARELO, María Celia. Abstención electoral y voto en blanco en Argentina desde 1991. IN **PIMSA**, Comunicación de investigación, Documentos y Comunicaciones, 1998. Buenos Aires. Disponible em: [www.aset.org.ar](http://www.aset.org.ar) (acceso em 7 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Aproximación al análisis de los sujetos emergentes en la crisis de 2001-2002 en Argentina. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 56**, Documentos y Comunicaciones, 2005. Buenos Aires: PIMSA, 2006.

Cronología del conflicto, región sur, Argentina. Enero a Abril de 2001. IN **Revista OSAL n° 4 – CLACSO**, Buenos Aires, junio de 2001.

\_\_\_\_\_. Septiembre a Diciembre de 2001. IN **Revista OSAL n° 6 – CLACSO**, Buenos Aires, enero de 2002.

\_\_\_\_\_. Enero a Abril de 2002. IN **Revista OSAL n° 7 – CLACSO**, Buenos Aires, junio de 2002.

CTA. **Hacia el primer encuentro por un nuevo pensamiento en la Argentina**. Buenos Aires, 21 de novembro de 1997.

\_\_\_\_\_. **Apuntes sobre nuestra estrategia, Documentos para el debate n° 1**, Buenos Aires, 2002. Disponible em: [www.bibliotecacta.org.ar](http://www.bibliotecacta.org.ar) (acceso em 20 de setembro de 2007).

DEL BONO, Cecilia & GAITÁN, Flavio. Garantizar ingresos o empleo: un dilema para las políticas sociales y laborales en la Argentina postconvertibilidad. 7º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. Aset, 2005. Disponible em: [www.aset.org.ar](http://www.aset.org.ar) (acceso em 16 de agosto de 2008).

DE SANTOS, B. La identidad de izquierda: una subversión pendiente. IN **Revista El Rodaballo**, año V, n° 9. Buenos Aires, verano de 1998/99.

DI LEO, Pablo. “PJJHD” y régimen social de acumulación neoliberal: una aproximación a sus articulaciones político-simbólicas y estructurales. Buenos Aires, Mesa de Políticas Sociales, IEF-CTA, s/d. Disponible em: [www.institutocta.org.ar](http://www.institutocta.org.ar) (acceso em 15 de agosto de 2008).

DINERSTEIN, Ana. El poder de lo irrealizado. EL corte de ruta en la Argentina y el potencial subversivo de la mundialización. IN **Revista OSAL n° 5 – CLACSO**, Buenos Aires, Septiembre de 2001.

\_\_\_\_\_. Recobrando la materialidad: el desempleo como espacio de subjetivación invisible y los piqueteros. IN **Revista Herramienta n° 22**. Buenos Aires, otoño de 2003. Disponible em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acceso em 20 de setembro de 2007).

Documentos del conflicto IN **Revista OSAL n° 5 – CLACSO**, Buenos Aires, Septiembre de 2001.

DRAIBE, Sonia. As políticas sociais e o neoliberalismo. IN **Revista USP n° 17**, São Paulo, março – maio de 1993.

Equipo del Informe Nacional de Desarrollo Humano en Argentina. **Aportes para el desarrollo humanos de Argentina/2002. Desigualdad y Pobreza**. Buenos Aires: PNUD, 2002. Disponible em: [www.undp.org.ar/desarrollohumano](http://www.undp.org.ar/desarrollohumano) (acceso em 15 de agosto de 2008).

FELIZ, Mariano. Dialéctica de la crisis. Argentina 1991-2001. IN **Revista Herramienta**. Revista de debate y crítica marxista n 30. Buenos Aires, 2005. Disponible em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acceso em 20 de março de 2008).

GAITÁN, Flavio & MANEIRO, Maria. El Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados: sus efectos en la protesta de los movimientos de trabajadores desocupados. Apresentado no Congresso ALAS – Porto Alegre, 22-26 de agosto de 2005.

GOLBERT, L. **Derecho a la inclusión o paz social. Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados**. Serie Políticas Sociales n° 84. Santiago de Chile: CEPAL, abril de 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSOS. Disponible em: [www.indec.mecon.ar](http://www.indec.mecon.ar).

IÑIGO CARRERA, Nicolás. Fisonomía de las huelgas generales de la década de 1990 (1992-1999). IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 21**, Documentos y Comunicaciones, 1999. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 19 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Las huelgas generales, Argentina 1983-2001: un ejercicio de periodización. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 33**, Documentos y Comunicaciones, 2001. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 19 de junho de 2007).

IÑIGO CARRERA, Nicolás & COTARELO, María Celia. Revuelta, Motín y Huelga en la Argentina actual. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 7**, Documentos y Comunicaciones, 1997. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 20 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Los llamados “cortes de ruta”. Argentina 1993-97. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 14**, Documentos y Comunicaciones, 1998. Buenos Aires. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 20 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. La protesta social en los '90. Aproximación a una periodización. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 27**, Documentos y Comunicaciones, 2000b. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 21 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. La protesta en Argentina. IN **Revista OSAL n° 4 – CLACSO**, Buenos Aires, Junio de 2001.

\_\_\_\_\_. La insurrección espontánea. Argentina diciembre 2001. Descripción, periodización, conceptualización. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 43**, Documentos y Comunicaciones, 2003. Disponible em: [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org) (acceso em 23 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 93-2001. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 49**, Documentos y Comunicaciones, 2004. Buenos Aires. Disponible em: [www.lahaine.org](http://www.lahaine.org) (acceso em 15 de junho de 2007).

IÑIGO CARRERA, Nicolás & PODESTÁ, Jorge. Las nuevas condiciones en la disposición de fuerzas objetivas. La situación del proletariado. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 5**, Documentos y Comunicaciones, 1997. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 13 de junho de 2007).

IÑIGO CARRERA, Nicolás; PODESTÁ, Jorge & COTARELO, Maria Celia. Las estructuras económico-sociales concretas que constituyen la formación económica de la Argentina. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 18**, Documentos y Comunicaciones, 1999. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 12 de junho de 2007).

IÑIGO CARRERA, Valeria. Una aproximación al clientelismo político desde las relaciones de intercambio. VII RAM. UFRGS, Porto Alegre, 2007.

KINDGARD, F. & GOMEZ, E. Los cortes de ruta en la provincia de Jujuy. Mayo/Junio de 1997. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 15**, Documentos y Comunicaciones, 1998. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 3 de agosto de 2007).

KLACHKO, Paula. Cutral Có y Plaza Huinul. El primer corte de ruta (del 20 al 26 de junio de 1996). Cronología e hipótesis. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 20**, Documentos y Comunicaciones, 1999. Disponible em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acceso em 5 de agosto de 2007).

\_\_\_\_\_. Objetivos de la protesta social de cinco organizaciones de desocupados. Primer semestre 2002-primer semestre 2004. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 55**, Documentos y Comunicaciones, 2005. Buenos Aires: PIMSA, 2006.

KOROL, Claudia. Las palabras nuevas de los piqueteros. IN **Revista Chiapas n° 13**, México, 2002a. Disponible em: [www.ezln.org/revistachiapas](http://www.ezln.org/revistachiapas) (acceso em outubro de 2007).

\_\_\_\_\_. Testimonios piqueteros. IN **Revista América Libre n° 19**, Buenos Aires, agosto de 2002b.

**LA LUCIÉRNAGA.** Revista Cultural desde los chicos trabajadores de la calle, n° 117. Córdoba, julho de 2007.

LOZANO, Claudio. Contexto económico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea. IN **Revista OSAL n° 5 – CLACSO**, Buenos Aires, Septiembre de 2001.

\_\_\_\_\_. Acerca del Programa Nacional para Jefes y Jefas de Hogar sin empleo, 2002. Disponível em [www.cta.org.ar](http://www.cta.org.ar) (acesso em 21 de janeiro de 2004).

MACEIRA, V. & SPALTENBERG, R. Una aproximación al movimiento de desocupados en el marco de las transformaciones de la clase obrera en Argentina. IN **Revista OSAL n° 5 – CLACSO**, Buenos Aires, Septiembre de 2001.

MARRO, Katia. Cambiar el mundo sin tomar el poder? Para una crítica al significado político de las tesis de Holloway. IN **Revista Serviço Social & Sociedade n° 85**, março de 2006b. Cortez: São Paulo.

\_\_\_\_\_. De la Comuna al EZLN: reflexiones contemporáneas con relación al problema del poder y del Estado. Publicação digital da **Semana de Integração Acadêmica do CFCH da UFRJ** “Desafios às Ciências Humanas e Sociais”, Rio de Janeiro, 2006c.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais contemporâneos da América Latina: algumas reflexões sobre a subjetividade militante empenhada na construção de uma nova sociabilidade. IN **Seminário Sociedade Contemporânea, Cultura e Processos de Subjetivação**. ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006d.

MATUSEVICIUS, Jorgelina & SEIFFER, Tamara. Una aproximación crítica a las políticas sociales en Argentina en el período 2003-2007. Mimeo, Buenos Aires, 2008.

Mesa de Políticas Sociales – IEF-CTA. Sin cambio de planes. Acerca de las medidas de reconversión del Programa Jefes y Jefas de Hogar, março de 2006. Disponível em: [www.institutocta.org.ar](http://www.institutocta.org.ar) (acesso em 15 de agosto de 2008).

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. Resolución 825/05 de 12/05/05, Resolución 648/06 de 28/02/06, e Resolución 693/07 de 05/03/07. Disponíveis em: [www.desarrollosocial.gov.ar](http://www.desarrollosocial.gov.ar) (acesso em 20 de julho de 2008).

\_\_\_\_\_. Informe de Gestión 2007. Programa Familias por la Inclusión Social. Resumen Ejecutivo 2007. Disponível em: [www.desarrollosocial.gov.ar](http://www.desarrollosocial.gov.ar) (acesso em 20 de julho de 2008).

MTD ALMIRANTE BROWN. Los movimientos de trabajadores desocupados y la construcción del poder popular. IN **Revista Herramienta n° 21**. Buenos Aires, primavera-verano 2002/2003. Disponível em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acesso em 7 de setembro de 2007).

MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO y SEGURIDAD SOCIAL. Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados. Manual de Instrucciones para Municipios y Consejos Consultivos, s/d. Disponível em: [www.trabajo.gov.ar](http://www.trabajo.gov.ar) (acesso em 17 de agosto de 2008).

OLIVEIRA, Francisco. Hay vías abiertas para América Latina? IN BORON, Atilio. Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em: [www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar) (acesso em 1 de novembro de 2008).

PACHECO, Mariano. Retrospectiva y perspectiva. Diez años de movimiento social en Argentina. IN **Revista Herramienta n° 35**, Buenos Aires, 2007. Disponível em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acesso em 6 de setembro de 2007).

PAUTASSI, Laura; ROSSI, Julieta; CAMPOS, Luis (CELS). **Plan Jefes y Jefas. Derecho social o beneficio sin derechos?** Buenos Aires, maio de 2003. Disponível em: [www.cels.org.ar](http://www.cels.org.ar) (acesso em 16 de agosto de 2008).

PODER EJECUTIVO NACIONAL. Decreto 165/02 e Decreto 565/02. Disponível em: [www.biblioteca.afip.gov.ar](http://www.biblioteca.afip.gov.ar) (acesso em 15 de agosto de 2008).

PETRUCCELLI, A. Barricadas en la ruta. La izquierda revolucionaria en las luchas neuquinas. IN **Revista El Rodaballo**, año V, n° 9. Buenos Aires, verano de 1998/99.

PODESTÁ, Jorge. La “crisis” de desocupación en Argentina (1993/1998). IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 17**, Documentos y Comunicaciones, 1999. Disponível em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acesso em 18 de junho de 2007).

PODESTÁ, Jorge & TARDITI, R. Apuntes teórico-metodológicos para el estudio de las crisis: el aporte de Antonio Gramsci. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 10**, Documentos y Comunicaciones, 1998. Disponível em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acesso em 3 de junho de 2007).

\_\_\_\_\_. Crisis y movimiento social: de la posibilidad de la crisis a la crisis real. Observaciones sobre la crisis de los setenta y ochenta. IN **PIMSA, Documento de Trabajo n° 9**, Documentos y Comunicaciones, 1997. Disponível em: [www.pimsa.secyt.gov.ar](http://www.pimsa.secyt.gov.ar) (acesso em 3 de junho de 2007).

POZZI, Pablo. Movimento Operário Argentino em Transição: a UOM Quilmes, da Ditadura à Democracia. IN Krischke & Gorlier. **Revista de Ciências Humanas** vol. 8, n° 11 (CFCH da UFSC). Florianópolis, Maio de 1992.

RAUBER, Isabel. Piquetes y piqueteros en la Argentina de la crisis. Cerrar el paso abriendo caminos, 2002. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acesso em 10 de setembro de 2007).

REBON, Julián. La empresa de la autonomía. Apuntes acerca de la recuperación de empresas por sus trabajadores en Argentina. IN **Revista OSAL n° 21 – CLACSO**, Buenos Aires, Septiembre-Diciembre de 2006.

SALVIA, Sebastián & FRYDMAN, Axel. Modo de acumulación y relaciones de fuerza entre capital y trabajo en la Argentina de los '90. IN **Revista Herramienta**. Revista de debate y crítica marxista n 26. Buenos Aires, 2004. Disponível em: [www.herramienta.com.ar](http://www.herramienta.com.ar) (acesso em 20 de março de 2008).

SEIFFER, Tamara. Sobre algunos problemas metodológicos en el estudio de las políticas sociales y la población excedente. Mimeo: Buenos Aires, 2007.

SEOANE, José. Argentina: la configuración de las disputas sociales ante la crisis. IN **Revista OSAL n° 7 – CLACSO**, Buenos Aires, Junio de 2002.

SVAMPA, Maristella. Las organizaciones piqueteras. Actualización, balance, reflexiones (2002-2004), 2004. Disponible em: [www.maristellasvampa.net](http://www.maristellasvampa.net) (acceso em 29 de setembro de 2007).

\_\_\_\_\_. La Argentina: movimientos sociales e izquierdas, enero de 2006a. Disponible em: [www.maristellasvampa.net](http://www.maristellasvampa.net) (acceso em 29 de setembro de 2007).

\_\_\_\_\_. El Estado de las luchas en Argentina, diciembre de 2006b. Disponible em: [www.maristellasvampa.net](http://www.maristellasvampa.net) (acceso em 28 de setembro de 2007).

\_\_\_\_\_. Las fronteras del gobierno de Kirchner, diciembre de 2006c. Disponible em: [www.maristellasvampa.net](http://www.maristellasvampa.net) (acceso em 28 de setembro de 2007).

VALES, Laura. Emprendimientos de desocupados del MTD Aníbal Verón, 12/06/02. Disponible em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acceso em 12 de novembro de 2003).

VARELA, A. ¡Piqueteros, carajo, piqueteros!. IN **Revista Chiapas n° 14**, México, 2002. Disponible em: [www.ezln.org/revistachiapas](http://www.ezln.org/revistachiapas) (acceso em 10 de outubro de 2007).

#### Jornal Clarín:

*“Los piqueteros siguen”* (12/11/97); *“Argentina recibirá 694 millones de dólares para planes sociales”* (M. García e M. Thieberger, 14/05/02); *“Ya hay dos mil causas por malos manejos en los planes sociales”* (E. Bin, 29/12/03) *“Ofensiva del gobierno para limitar a los piqueteros duros”* (M. Thieberger, 22/02/04); *“Corte violento en la 9 de julio: cinco heridos y un detenido”* (14/02/04); *“Los piqueteros marchan contra La Plata”* (27/02/04); *“Asesinan a un piquetero en un episodio cargado de confusión”* e *“Despidieron los restos del piquetero asesinado”* (27/06/04); *“El Plan Familias: una iniciativa para reducir los subsidios a los Jefes y Jefas de Hogar”* (25/10/04); *“Grandes distorsiones en los índices. El desempleo en las provincias”* (30/12/04); *“Planes sociales mal asignados”* (07/01/05); *“Los planes sociales no tendrán aumento hasta las elecciones”* (A. Bleta, 28/08/05); *“Planes sociales: más de la mitad son para afiliados a los partidos”* (C. Savoia e P. Calvo, 11/09/05); *“Crédito del BID para financiar cambios en los planes sociales”* (I. Bermudez, 18/01/06); *“Anuncio de Kirchner para una gradual eliminación del Plan Jefes y Jefas de Hogar”* (14/02/06); *“El Banco Mundial destrabó un crédito para planes sociales”* (24/03/06); *“El gasto estatal crece por los subsidios pero aún es menor al de 2001”* (24/09/07);

#### Jornal La Nación:

*“Cortaron la ruta 36 en demanda de empleos”* (11/11/97); *“Desalojaron la ruta 36”* (4/1/98); *“Duhalde fue designado por una abrumadora mayoría legislativa* (02/01/02).

#### Jornal Página 12:

“*Un pico de pobreza como nunca se vio*” (L. Vales, 13/01/02); “*En Sordina*” (M. Bonasso, 16/06/02); “*Puro maquillaje para la desocupación*” (J. Nudler, 29/12/02); “*Tomar para vivir. La investigación de la UBA sobre las fábricas recuperadas por sus obreros*” (05/01/03); “*La rebelión viene con granja*” (L. Vales, 17/2/03).

## LITERATURA E FILMOGRAFIA

ASOCIACIÓN HERMANOS. **Nietos: identidad y memoria** (Argentina, 2005)

BELLI, Gioconda. **El país bajo mi piel**. Buenos Aires: Emecé, 2002.

\_\_\_\_\_. **La mujer habitada**. Buenos Aires: Emecé, 2000. 6° impresión.

CORTAZAR, Julio. Nuevo elogio de la locura. IN **Obra Crítica 3**. Buenos Aires: Suma de Letras Argentina, 2004.

GLEYZER, Raymundo. **Los Traidores** (Argentina, 1974).

\_\_\_\_\_. **Me matan si no trabajo, y si trabajo me matan** (Argentina, Grupo Cine de la Base, 1974)

LEWIS, S. **Babbitt**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1972.

MARTINEZ ESTRADA, Ezequiel. **La cabeza de Goliath**. Microscopía de Buenos Aires. Buenos Aires: Losada, 2001.

PRONZATO, Carlos. **O panelaço**. (Brasil, 2002).

RIVERA, Andrés. **El profundo sur**. Buenos Aires: Seix Barral, 2006.

SOLANAS, Francisco. **Memorias del saqueo** (Argentina, 2003).

\_\_\_\_\_. **La dignidad de los nadies** (Argentina, 2005).

SORIANO, Osvaldo. **Llamada internacional**. Buenos Aires: La Página, 2007.

## ENTREVISTAS, FALAS DE MILITANTES E LUTADORES SOCIAIS, E CARTILHAS DOS MTDs

AULE, GALPON SUR e LA GRIETA (integrantes da COPA). “Trabajo, dignidad y cambio social. Los Movimientos de Trabajadores Desocupados que integran la Coordinadora Anibal Verón”. Mimeo, 2002.

Convocatoria de la Coordinadora Sur, “Nacionalizar, profundizar y multiplicar la resistencia a las políticas neoliberales que hambread al pueblo”, 23/07/01. Disponible em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 12 de fevereiro de 2008).

Convocatoria a la construcción de un frente popular (FPDS), 2004. Disponible em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 13 de fevereiro de 2008).

Entrevista realizada a militante do MTD de Solano pelo jornalista Rodrigo Miró da redação do Periódico “El Eslabón” da cidade de Rosário, Argentina, 2002.

Entrevistas realizadas pela autora a referentes do MTD de Solano em setembro de 2003 e fevereiro de 2004. Buenos Aires, Argentina.

Entrevista a Florencia, Piquetera do MTD de Lanús. “Trabajo, Dignidad y Cambio Social” (19/01/04). Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acesso em 5 de agosto de 2007).

Hablan las organizaciones sociales: Frente Popular Darío Santillán, septiembre-octubre de 2005. Disponível em: [www.segundoenfoque.com.ar](http://www.segundoenfoque.com.ar) (acesso em 8 de novembro de 2007).

Integrantes do MTD Anibal Verón (MTD de Lanús, MTD Alte Brown, MTD de Berisso, MTD de Lugano, MTD de San Telmo, MTD J.C. Paz). “Nuestra política para construir um presente y um futuro com Trabajo, Dignidad y Cambio Social”, junho de 2003, mimeo.

MTD “Teresa Rodríguez” de Florencio Varela e San Francisco Solano, MTD de Quilmes, MTD Barrio La Fe, MTD de Lanús, MTD Claypode, MTD Barrio Don Orión, MTD Almirante Brown. “El movimiento de trabajadores desocupados: por un movimiento popular para la transformación social en Argentina”, 02/09/00. Disponível em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 4 de fevereiro de 2008).

Noticias Piqueteras nº 3. Boletín digital del Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón, octubre de 2003. Disponível em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 3 de fevereiro de 2008).

Noticias Piqueteras nº 9. Boletín digital del Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón, septiembre de 2004. Disponível em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 4 de fevereiro de 2008).

“Nuestra historia... Y un día nació La Verón (apuntes de la historia reciente de las luchas que protagonizamos)”, 2005. Disponível em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 10 de fevereiro de 2008).

“Nuestro trabajo: igualitario, solidario, libre y compartido”, 2004. Disponível em: [www.inventati.org/mtdenelfrente](http://www.inventati.org/mtdenelfrente) (acesso em 10 de fevereiro de 2008).

Reseña Cerámica Zanón es del Pueblo, 01/10/07. Disponível em: [www.anred.org](http://www.anred.org) (acesso em 10 de fevereiro de 2008).

SOLANA, P. MTD de Lanús. Que hay detrás de los piquetes y los “planes trabajar”, 26/09/01. Disponível em: [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org) (acesso em 13 de fevereiro de 2008).

Transcrição de Evento com o MTD de Solano organizado pela Agrupação Universitária Mariátegui na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, Argentina, 19/06/03.

Transcrição da exposição de um militante do MTD de Solano no Seminário Desafios da Integração sul-americana, promovido pelo CFCH da UFRJ (Brasil), de 22 a 26 de maio de 2006.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)